



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pedro de Carvalho Costa

CIRCUITOS CAMPONESES:
condições para a persistência do campesinato

Belo Horizonte
2022

Pedro de Carvalho Costa

CIRCUITOS CAMPONESES: condições para a persistência do campesinato

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Espaço: teoria e prática

Orientador: Geraldo Magela Costa

C837c
2022

Costa, Pedro de Carvalho.
Circuitos camponeses [manuscrito] : condições para a
persistência do camponato / Pedro de Carvalho Costa. – 2022.
257 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Geraldo Magela Costa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto
de Geociências, 2022.

Área de concentração: Espaço: Teoria e Prática.
Bibliografia: f. 246-254.
Inclui apêndices.

1. Camponeses – Teses. 2. Agricultura familiar – Minas Gerais –
Teses. I. Costa, Geraldo Magela. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 333.013(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

CIRCUITOS CAMPONESES: CONDIÇÕES PARA A PERSISTÊNCIA DO CAMPESINATO

PEDRO DE CARVALHO COSTA

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **26 de agosto de 2022**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Roberto Luís de Melo Mont-Mór

UFMG

Flávia Maria Galizoni

UFMG

Danilo Araújo Fernandes

(UFPA)

Harley Silva

(UFPA)

Heloísa Soares de Moura Costa

(IGC/UFMG)

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 29/08/2022, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Magela Costa, Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 29/08/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Luis de Melo Monte Mor, Professor do Magistério Superior**, em 29/08/2022, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Galizoni, Professora do Magistério Superior**, em 30/08/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Harley Silva, Usuário Externo**, em 31/08/2022, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Araujo Fernandes, Usuário Externo**, em 09/09/2022, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1717029** e o código CRC **406E1D54**.

AGRADECIMENTOS

A Geraldo, pelo afinco
A Flávia Galizoni, pela orientação continuada
Aos professores Eduardo Ribeiro, Charles Moreira, Felipe Magalhães, Heloísa
Soares, Danilo Araújo e núcleo PPJ
Bárbara de Alencar e Emanuely pelos trabalhos de campos
A UFMG e Capes, pela estrutura e financiamento
Elias e todos os moradores do Acampamento Maria da Conceição
Pelas turmas de Geoeconomia em Nutrição (2020/1 e 2021/1)
Pela turma de Campesinato e Desenvolvimento (2020/2)
E a todos que contribuíram para a concretização dessa pesquisa,
meus agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs ao estudo de circuitos criados, animados, mantidos e reproduzidos pelo campesinato e seu modo de vida no contexto do século XXI. A pesquisa parte do pressuposto da resignificação do campesinato, no processo secular e contínuo de persistência, fenômeno denominado como recampesinização. Inicialmente, o esforço da pesquisa foi direcionado para identificação das lógicas de mecanismo do campesinato — da produção e circulação —, fundamentados nos três pilares interligados e complementares: 1) trabalho familiar; 2) manejo de agroecossistemas; direcionados para a 3) busca da autonomia. A pesquisa se desdobrou no aprofundamento dos meios operacionais desses pilares, enfatizando o papel da coprodução com a natureza, e identificando a importância da coprodução com a comunidade no processo de (re)existência, (re)produção e manutenção de circuitos camponeses. Foram realizadas pesquisas empíricas de circuitos na RMBH e no Vale do Jequitinhonha, possibilitando análises práticas do tema abordado. Foi identificado que a coprodução — com a natureza e com a comunidade — e suas intensificações são fatores fundamentais para viabilização do processo de recampesinização.

Palavras-chave: campesinato; circuitos de produção; trabalho familiar; agroecossistema.

ABSTRACT

This research proposed to study the circuits created, animated, maintained and reproduced by the peasantry and its way of life in the context of the 21st century. The research starts from the assumption that the peasantry has been resignified in the secular and continuous process of persistence, a phenomenon called repeasantization. First, the research effort was directed towards the identification of the mechanism logic of the peasantry — of production and circulation —, based on three interconnected and complementary pillars: a) family labor; 2) management of agroecosystems; 3) the search for autonomy. The research unfolded as it deepening of the operational means of these pillars, emphasizing the role of co-production with nature, and identifying the importance of co-production with the community in the process of (re)existence, (re)production and maintenance of peasant circuits. Empirical research was carried out on circuits in the RMBH and Vale do Jequitinhonha, enabling practical analyzes of the topic addressed. It was identified that co-production — with nature and with the community — and its intensification are fundamental factors for making the repeasantization process viable.

Keywords: peasantry; production circuit; family labor; agroecosystems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema do sistema econômico	19
Figura 2 – Principais regiões camponesas do mundo (em branco).....	28
Figura 3 - Relação entre crescimento no valor bruto de produção por hectare e crescimento da relação homem/área de terra	36
Figura 4 – Esquemas representativos das estruturas de reciprocidade.....	55
Figura 5 - Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida.	67
Figura 6 - Esquema de reprodução dependente do mercado.	68
Figura 7 - Esquema de organização e de funcionamento do ecossistema e o beneficiamento da produção agrícola.....	83
Figura 8 - Esquema sobre espaços de circulação múltiplos escalares e relações de reciprocidade.	132
Figura 9 – Fluxos básicos dos agroecossistemas.	138
Figura 10 - Diagrama de caracterização do circuito de M.	151
Figura 11 - Croqui do espaço de produção de M.....	153
Figura 12 - Produção de couve e quiabo (primeiro plano), moradias (segundo plano) e a mata conservada (terceiro plano).....	154
Figura 13 - Floração do quiabo na produção da M.....	155
Figura 14 – Produtos expostos da tenda de G.	159
Figura 15 – Diagrama do circuito de G.	160
Figura 16 - Mapa dos municípios da RMBH identificados pela pesquisa de campo como principais origens dos alimentos do programa Direto da Roça.....	162
Figura 17 – Diagrama do circuito de M.F.....	166
Figura 18 – Lavoura de quiabo no espaço de produção de M.F..	168
Figura 19 – Cultivo de açafrão da terra (cúrcuma)	169
Figura 20 – Estufas da fazenda BeGreen, em Belo Horizonte.	171
Figura 21 – Organograma institucional do MST	174
Figura 22 - Canteiros agroecológicos próximos à mata preservada no Acampamento Maria da Conceição.....	179
Figura 23 – Espaços de circulação do Acampamento Maria da Conceição.	183
Figura 24 – Cesta agroecológica	184
Figura 25 - Imagem de satélite de março de 2015 do local ocupado no mesmo mês de 2017. O polígono em vermelho representa a extensão da área ocupada atualmente.....	186
Figura 26 - Imagem de satélite de junho de 2019 do local ocupado no mesmo mês de 2017, com indicação de lugares de destaque. O polígono em vermelho representa a extensão da área ocupada atualmente.....	187
Figura 27 - Sequência de imagens do Acampamento Maria da Conceição Fotos: Costa, 2022.	190
Figura 28 – Representação da organização dos espaços (coletivos e individuais) do Acampamento Maria da Conceição.	191
Figura 29 - Imagens da indústria doméstica de produção de polvilho e farinha de mandioca.....	193

Figura 30 – Croqui dos territórios das comunidades que compõem o complexo de Moça Santa.	198
Figura 31 – Córregos intermitentes em Moça Santa revelando o colapso hídrico.	199
Figura 32 – Sequência de imagens de conquistas individuais de captação, armazenamento e distribuição de água em Moça Santa.	201
Figura 33 – Sequência de imagens de conquistas coletivas de formas de captação, armazenamento e distribuição de água em Moça Santa.	202
Figura 34 – Manejos tradicionais de plantio e conservação da umidade.	204
Figura 35 – Croqui representativo de agroecossistemas encontrados em Moça Santa.	205
Figura 36 – Cultivo permacultura em Moça Santa.	206
Figura 37 – Feirantes de Moça Santa voltam para casa.	207
Figura 38 – Diagrama do circuito de S.	226
Figura 39 – Mapa de ocorrência de comunidades quilombolas declaradas em Minas Gerais.	234

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferentes formas de produção mercantil	29
Quadro 2 - Interpretação sobre a dádiva e a dívida nas sociedades capitalistas e camponesas	56
Quadro 3 - Tipos de circuitos curtos de comercialização	107
Quadro 4 — Formas de produção de mercadorias.....	129
Quadro 5 — Média das espécies e variedades cultivadas nos estabelecimentos e os canais de comercialização (%).....	135
Quadro 6 — Esboço 1 da matriz.....	135
Quadro 7 - Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: visão parcial – coprodução com a natureza.....	140
Quadro 8 — Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: visão parcial – coprodução com a comunidade	142
Quadro 9 - Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: final.....	145
Quadro 10 – Caracterização do circuito de M.....	157
Quadro 11 – Caracterização do circuito de G.....	164
Quadro 12 – Caracterização do circuito de M.F.	170
Quadro 13 – Caracterização do circuito do Acampamento Maria da Conceição	182
Quadro 14 – Caracterização do circuito de Moça Santa.	208
Quadro 15 – Matriz orientadora dos circuitos camponeses e capitalista.....	238

LISTA DE ABREVIATURAS

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

ASA – ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

HNC – HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

IDR – INDÚSTRIA DOMÉSTICA RURAL

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS

MST – MOVIMENTO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM TERRA

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

RMBH – REGIÃO METROPOLINATA DE BELO HORIZONTE

SAF – SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR

SUSAN – SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

SUMÁRIO

Capítulo 1 — Introdução	12
1. Campesinato existe	13
2. É uma resposta à crise?	17
3. Se refaz	22
Capítulo 2 — Circuitos Camponeses	26
2.1. Trabalho familiar	33
2.2. Agroecossistemas: a unidade doméstica e produtiva	59
2.3. Autonomia	88
2.4. Circuito Camponês: algumas considerações	123
Capítulo 3 — Caracterização de Circuitos Camponeses:	126
3.1. Metodologia da pesquisa empírica e seus impasses	126
3.2. Definindo uma matriz orientadora	129
3.3. Feirantes da RMBH	146
3.5. MST — Acampamento Maria da Conceição	172
3.6. Comunidade Quilombola de Moça Santa, Alto Jequitinhonha	194
3.7. Análise integrada dos circuitos apresentados: considerações parciais.	210
Capítulo 4 — Considerações finais	217
4.1. Por uma coprodução com a comunidade	218
4.2. Recampesinização e suas razões	228
4.3. Recampesinização extensiva	237
REFERÊNCIAS	246
Apêndice A	255
Apêndice B	256

Capítulo 1 — Introdução

Há poucas características que podem unificar o sistema de conceitos que envolve o campesinato. Os seus aspectos universais, vastamente explorados pela literatura científica disponível, esbarram na diversidade de suas manifestações (BARTRA, 2008). O campesinato é uma categoria social complexa cuja expressão é majoritariamente referida pela organização social relacionada à busca pela autonomia, ao trabalho familiar, à sobreposição da unidade doméstica e produtiva, e à produção destinada — também — ao autoconsumo. Teoricamente polêmico, o campesinato desafia as ciências sociais quanto à interpretação de sua reprodução frente ao modo de produção hegemônico, por estar em dissonância com a tendência generalizadora da organização produtiva do capitalismo, uma vez que não estaria submerso na produção de mais-valia, além de atribuir maior valor de uso em suas relações com o mercado. Entretanto, as relações do campesinato com o modo de produção capitalista são muito mais complexas e resultam em sua subordinação ao sistema hegemônico, ou seja, uma relação que lhe dá outra característica de destaque, a da subalternidade.

Suas expressões, sobretudo no século XXI, tomaram novos significados, resultados de novos rumos, tendências ou ideais. A estrutura dessa produção que visa, em primeiro lugar, o provisãoamento da unidade familiar e alia práticas tradicionais e inovações, tem sido ressignificada frente à expansão da industrialização massiva e da globalização dos circuitos alimentares.

Na perspectiva de consumidor, esses novos significados quase sempre dizem respeito à disponibilidade de alimentos saudáveis e acessíveis, que raramente são oriundos dos Impérios Alimentares (cadeias formadas pela agricultura capitalista e por grandes empresas de distribuição). O ordenamento do circuito global de produtos alimentícios adota tecnologias predatórias que homogeneízam ecossistemas para produção homogeneizada de alimentos. Os grandes varejistas, por sua vez, oferecem uma pequena diversidade de comida artificializada, impregnada de insumos tóxicos e derivada de sementes transformadas, em que as raras exceções a essa regra são penalizadas por uma precificação superior à média — como se confere nas gôndolas dos produtos orgânicos em supermercados. O acesso aos produtos da agricultura camponesa é, dessa forma, uma importante via a ser mantida, como também uma

alternativa cada vez mais necessária para consumidores atentos a dietas saudáveis. Ao mesmo tempo em que esses canais são gradativamente ameaçados, visto a tendência hegemônica dos Impérios Alimentares.

Para o produtor, ser camponês no século XXI é uma manifestação de sentidos múltiplos — multiplicidade que se deve à diversidade de expressões etno-espaciais, arranjos socioeconômicos, concertações políticas, trama individual etc. Longe de querer listá-los, interesse-me particularmente em problematizar três tópicos específicos.

1. Campesinato existe.

Em um primeiro panorama, a marginalização dos grupos que compõem o mundo camponês é evidente ao longo da história, como na Revolução Industrial clássica na Europa Ocidental ou na industrialização tardia em países do capitalismo periférico. Os processos se diferenciam substancialmente em cada um desses momentos e contextos, contudo, são semelhantes quanto ao tratamento dado aos camponeses, despossuindo suas terras e promovendo o colapso de seus modos de vida, com forte repressão a manifestações de resistência (MARTINS, 1981). Os planejadores do desenvolvimento projetavam a necessidade da extinção do campesinato para aumento da produtividade agrícola, liberando terras e mão de obra para modernização agrícola. Em uma perspectiva estruturalista, a presença do campesinato no campo impediria a expansão do processo de acumulação do capital no espaço rural, impulsionado ao longo de séculos, em diferentes regiões, sob resistências e repressões.

Nos últimos 60 anos, o campesinato teve uma redução quantitativa sem precedentes. Tal redução, diretamente relacionada ao êxodo rural assistido em todo o globo, é evidenciada pela diminuição de trabalhadores no campo, crescimento expressivo das cidades — como a formação de megacidades — principalmente no hemisfério sul geoeconômico, que resultou na fragmentação da força política revolucionária atribuída aos camponeses (HOBBSAWN, 2007). Na segunda metade do século XX, as políticas de intensificação do uso do capital no campo trouxeram profundas transformações socioespaciais por sua característica excludente. Neste período, países periféricos foram palco de grande movimentação de investimentos a fim de promover uma modernização agrícola, que ficou conhecida como Revolução

Verde, na qual se realizou a transferência do pacote tecnológico para produtores agrícolas. No Brasil, o Estado subsidiou produtores na compra de terras, insumos químicos, sementes modificadas e maquinário, buscando afirmar a posição do País na economia global como exportador de commodities. Essa política tinha o objetivo de impor a lógica capitalista de produção no campo, priorizando grandes produtores de monoculturas comerciais, excluindo pequenos policultores que atendiam a demanda local (MARTINE, 1987). Uma das consequências mais drásticas dessa política foi a expulsão de milhões de famílias do campo. Não é mera coincidência que com a execução dessa política, entre as décadas de 1960 e 1970, há uma rápida urbanização da população brasileira. A modernização conservadora — modernização dos meios de produção agrícola sem distribuição da terra — tem suas consequências vivas até os dias atuais, percebendo-se uma organização do espaço rural com expressiva concentração de terras e riqueza, fortalecimento político da elite agrária e encurralamento de camponeses e grupos étnicos, como indígenas e quilombolas.

A intensidade desse processo levou alguns especialistas a imaginarem que a população camponesa atual seria apenas resquício do campesinato em declínio, cujo único destino possível seria a proletarização ou a sua conversão em pequenos empresários agrícolas. Essa hipótese se assentou no fato de que o modo de vida camponês e sua reprodução foram altamente atingidas pelo avanço da globalização neoliberal, materializada na expansão do agronegócio, na perpetuação de políticas modernizantes e excludentes, na formação de oligopólios do setor alimentício — enfim —, no desenvolvimento do capitalismo no campo e suas consequências diretas na sociedade. Essas consequências podem ser sintetizadas em três processos: a) agriculturação — resultado da produção industrial em massa, que assumiu as tarefas não-agrícolas do campesinato, restando a este apenas a produção dos insumos agrícolas de baixa rentabilidade (SHANIN, 2012); b) desativação — que seria a contenção ou a redução progressiva do nível de produção agrícola, devido à mercantilização dos resultados agrícolas e outros insumos, tornando a rentabilidade da sua produção relativamente menor que outras (como ocorre com a apropriação da terra para expansão imobiliária nos arredores de centros urbanos); e, podemos falar, na c) descampenização — que ocorre quando a agricultura camponesa se converte em empresarial, tornando-se mais próxima de uma agricultura familiar comercial, ou desconfigurada, quando ocorre a proletarização dos membros que compõem o

trabalho familiar. Esses e outros processos atingiram e ainda atingem o campesinato em todo o mundo, em maior ou menor grau.

Nos últimos anos, observa-se a perpetuação e intensificação da marginalização do campesinato diante das ondas de neoliberalização, sobretudo na América Latina. A desregularização da economia, a globalização do comércio, a privatização de bens públicos e naturais, e a livre transação de capital estrangeiro têm avançado sobre as economias não-capitalistas, na tentativa de incorporá-las ao processo de acumulação de capital. Tendo logrado ou não, o neoliberalismo tem expandido sua atuação horizontal e verticalmente sobre o espaço. Além de os territórios serem invadidos pela “liberdade” econômica, nos quais a autonomia produtiva, os modos de vida, os padrões de consumo etc. são homogeneizados e anexados ao sistema de produção e compra de mercadorias, observa-se também a gradual deterioração da cultura, dos saberes locais, das instituições e das representações sociais.

Suas consequências, entretanto, não podem ser confundidas com o fim do campesinato. Atualmente, se observa a contínua resistência desse modo de vida, que se manifesta ativamente em territórios diversos a partir de reinvenções, novos arranjos, novas organizações. O campesinato é uma categoria que abrange aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo (PLOEG, 2008), número que tem oscilado ao longo dos anos, mas de forma geral, tem se mantido ou — desafiando projeções — aumentado em determinadas regiões do planeta. Este fato gera um turbilhão de questões teóricas sobre as causas e a própria revisão do conceito.

Não há como sintetizar, de fato, os efeitos da neoliberalização sobre o campesinato, tampouco concluir se este projeto alcança sua realização plena em todos os territórios. Este debate é, no entanto, crucial para avançar na questão sobre o significado atual do campesinato. Afinal, sua existência no presente é reflexo da necessidade — ainda — de uma peça no processo de reprodução no espaço rural, ou fruto de resistência direta ao modelo hegemônico? É uma questão de tempo para que essa organização seja parte do passado ou o campesinato se firma enquanto modo alternativo de produção? Ambas as hipóteses encontram sustentação teórica e empírica. A primeira hipótese se fundamenta nas consequências das revoluções industriais na reorganização das relações sociais de produção e na incompatibilidade de manutenção, no capitalismo, de um modo de vida não capitalista. As transformações socioeconômicas, socioprodutivas, agrárias, demográficas ocorridas

no espaço rural — e refletidas no espaço urbano — nas últimas décadas são fortes evidências de que há um processo ainda em curso, cuja conclusão poderia ser o fim do campesinato. Esse processo resultaria na proletarização de camponeses, transformando-os em trabalhadores assalariados urbanos ou rurais, na transformação de suas unidades produtivas em empresas agrícolas, ou ainda na apropriação de suas terras pelo agronegócio, mineração, hidrelétricas, parques etc. O campesinato, nessa perspectiva, seria, na realidade, trabalhador da base dos complexos agroindustriais, retribuído com uma espécie de salário indireto, através do pagamento — baixo — da produção de commodities.

A segunda hipótese, por sua vez, reconhece os processos expressos na primeira hipótese, corroborando com os profundos impactos das transformações socioespaciais na composição quantitativa e qualitativa do campesinato na escala mundial. A diferença, é que essa hipótese se refere ao campesinato que persiste, entendendo que ele se adapta às novas realidades, em sua resiliência e capacidade de se reinventar. Considera que “[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados”, diferente do que era projetado como consequência da industrialização e urbanização, mas “[...] eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir [...]” (SHANIN, 2012:9).

Adotamos essa segunda hipótese como orientadora para a pesquisa, assumindo que as transformações econômicas e socioespaciais no mundo refletem não apenas na organização do campesinato, mas também de diversos outros grupos sociais, nas instituições, na ideologia etc. Assume-se, no entanto, sua ressignificação frente às novas realidades — afinal, não se esperaria identificar o campesinato e as suas formas de reprodução como elas desde o feudalismo. Dedicaremos, mais a frente, um tópico para essa discussão, buscando esclarecer a decisão por tomar essa hipótese como orientadora da pesquisa. E ao avançar sobre essa questão, cabe refletir: qual o significado da persistência no atual cenário geoeconômico?

Essa pergunta não tem uma única resposta, uma vez que o campesinato é muito diverso no espaço e no tempo, e novos arranjos podem culminar em resultados também diversos ou mesmo antagônicos. Isto é, há situações em que uma concertação política formada por camponeses pode representar uma frente

potencialmente revolucionária contra um empreendimento financiado pelo capitalismo financeiro, mas, em outro extremo, pode ser peça complementar do sistema produtivo de commodities para o mercado externo, além de possíveis outras formas intermediárias de relacionamento com a atividade produtiva hegemônica. Contudo, seja um camponês da fronteira pioneira da Amazônia ou um estabelecimento familiar inserido em um complexo agroindustrial, as suas especificidades fundamentais permanecem e são nelas que residem as características que dão unidade ao campesinato. Uma organização que, mesmo subalterna, resiste às pressões externas de homogeneização mantendo sua estrutura produtiva. Então, se, por um lado, a expressão desse modo de vida no século XXI é tão complexa quanto sua diversidade, por outro lado, algumas de suas especificidades universais — aquelas que dão unidade ao conceito campesinato — permitem orientar a busca de seu entendimento diante das transformações econômicas e sociais mais recentes.

2. É uma resposta à crise?

O capital se debruçou na abertura das fronteiras internacionais, criando uma dinâmica favorável à lógica do mercado. Possibilitou, em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e transporte, que os sistemas produtivos se fragmentassem estrategicamente, reformulando e intensificando a divisão internacional do trabalho — ao passo que reforçou as posições imperialistas históricas, como o domínio dos países centrais sobre os periféricos. Soma-se a isso, diante das consecutivas crises econômicas, a automatização dos processos produtivos que elimina funções laborais copiosas, e por outro lado, exige especializações altamente qualificadas cumpridas por um número reduzido de profissionais. Com efeito, a capacidade de geração de empregos e a geração de valor do capitalismo estão cada vez mais afastadas daquelas conferidas durante as décadas do fordismo. Diante disto, a estrutura do campesinato — apoiada no trabalho familiar e comunitário — ganha novos significados. Sucintamente, um desses significados é expresso pela qualidade da intensificação da produção baseada no trabalho — e não no capital (PLOEG, 2009) e na geração de valor bruto e valor agregado (idem, 2008: 143). Ocorre, no entanto, que, em termos de ocupações laborais, o campesinato tem enfrentado a baixa disponibilidade de mão de obra,

principalmente em comunidades esvaziadas pela migração ou pelo envelhecimento da população rural.

O trabalho familiar se baseia em uma divisão do trabalho na qual são atribuídas funções específicas para os seus membros, que destinam seu esforço (em tempo integral ou parcial) para uma tarefa comum, ou coletivizada. No campesinato, estas atividades estão relacionadas a subsistemas da unidade produtiva e/ou doméstica (horta, lavoura, criações, cozinha etc.) e sua sazonalidade, e podem alternar com atividades produtivas fora da unidade, fenômeno conhecido por pluriatividade. O trabalho familiar não exclui a colaboração de pessoas externas ao núcleo, ao contrário disso, a composição desse modelo envolve a participação da comunidade, seja por trocas diretas (monetárias ou não), ou por trocas recíprocas, seja para uma atividade de usufruto limitado à família, ou em prol do coletivo. O trabalho familiar não possui uma delimitação clara ou estanque, tal como é a definição de família, tampouco possui uma fronteira demarcada entre os cosmos familiares e comunitários. A operação de sua estrutura pode representar uma manutenção de valores morais de reciprocidade do campesinato e, ao mesmo tempo, uma alternativa promissora para lidar com o desemprego e a pobreza (PLOEG, 2008). Observa-se que suas diferenças em relação ao modo de produção capitalista não são simples diferenças, mas sim uma forma de fazer agricultura sustentável, nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais, o que a torna muito relevante como inspiração para outras formas de produção que representem alternativas diante da crise humanitária (social, ambiental, econômica e política) que vivenciamos. Sobre isso, Leroy (2016:7) afirma que

Está-se longe de perceber que essas populações são parte da solução, tanto dos problemas trazidos por um crescimento econômico que não consegue absorver a mão de obra disponível nem lhe dar condições de vida digna nas cidades, quanto da gestão dos ecossistemas, através das suas tradições de uso comum dos territórios que souberam preservar através do tempo.

Baseada nessas especificidades, esta pesquisa busca ir além da identificação das singularidades do campesinato. Isso leva a reflexões sobre o significado da estrutura do campesinato enquanto uma alternativa de desenvolvimento. Esse significado não parece ser apenas parte de um conjunto de singularidades, mas

modelos de produção e organização social inspiradores na perspectiva de que outro tipo desenvolvimento é possível.

A intensificação da produção fundada no trabalho familiar, as relações de reciprocidade, a indissociabilidade dos fatores terra, família e trabalho, são alguns exemplos de atributos intrínsecos ao campesinato que o diferenciam da organização produtiva do capitalismo, caracterizada pela intensificação do uso do capital, por relações utilitaristas e individualistas, e pela mercantilização da terra e do trabalho. Mesmo que subalterno, o campesinato preserva complexos valores próprios de reprodução. O conjunto de especificidades o eleva a uma outra característica notável, diretamente relacionada à emergente crise ambiental.

O avanço da hegemonia capitalista expandiu sua lógica para quase toda superfície do globo, criando extensos circuitos de mercadorias, estabelecendo uma complexa organização das cadeias produtivas, definindo territórios extrativistas, industriais, e as operações do mercado, todos arraigados — é claro — na necessidade obstinada de consumo. É por essas vias que o sistema econômico capitalista pode ser delimitado pela transumância entre a extração de recursos até o seu efêmero descarte (CAVALCANTI, 2012), como é representado na Figura 1.

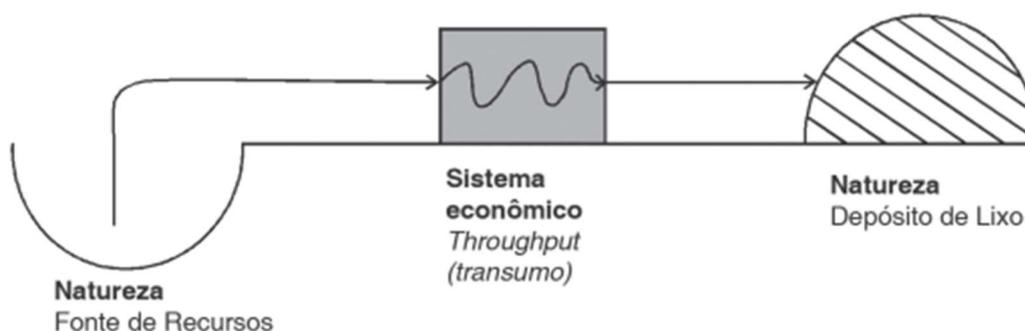


Figura 1 – Esquema do sistema econômico
Fonte: Cavalcanti, 2012

O capitalismo transformou os quatro cantos do planeta em uma grande cadeia produtiva, que necessita do constante crescimento, extraindo e despejando recursos em escala global. Se o crescimento econômico se baseia na intensificação dessa cadeia de produção de valor e, por outro lado, se a disponibilidade de recursos é naturalmente limitada, os impactos do seu colapso serão sentidos em questão de tempo. Em análise mais minuciosa — e recusando-se à tentação de qualquer discurso

alarmista — as consequências desse colapso já são realidade e têm ocasionado perdas inestimáveis. A crise ambiental se desdobra em processos específicos, como o desmatamento da vegetação nativa, erosão generalizada do solo, esgotamento de mananciais hídricos, espraiamento urbano sem controle e outros processos que levam à devastação da paisagem. As mudanças climáticas têm sido progressivamente mais evidentes, desregulando regimes de chuvas e afetando diretamente atividades agrícolas. Mesmo com maior apelo midiático e ocupando conferências internacionais, são modestas as ações que questionam a dependência da humanidade em combustíveis fósseis. E não menos importante, os efeitos da irracionalidade da economia linear, pautada no consumo de bens descartáveis e no descontrole do descarte de resíduos, são observados na poluição crônica de ecossistemas e supressão da fauna marinha. De modo geral, as reações à crise ambiental têm sido frágeis diante da perpetuação da engenharia produtiva do sistema capitalista, fundada na individualização dos lucros — restrita às empresas que produzem e vendem as mercadorias — e na coletivização dos prejuízos ocasionados pelo desastre ambiental.

Com efeito, a cadeia global de produção transpõe seus próprios domínios, atingindo também os territórios *pouco* — ou até mesmo não — *conectados*, locais onde o campesinato geralmente se insere. A caracterização subjetiva como “pouco conectado” é intencionalmente indefinida, pois expressa a relatividade de cada situação espacial e temporal em que esses territórios se encontram diante o modo hegemônico de produção. Campesinato não é uma categoria aplicada somente às comunidades isoladas, com produção para subsistência. Essa categoria tampouco é parametrizada pelo grau de afastamento, estranhamento com o urbano, harmonia com a natureza, ou outras construções imagético-discursivas do bucolismo. A produção do campesinato, como se sabe, ocupa espaços em mercados, escolas, cidades, movimentos sociais, políticos... Mais importante do que evidenciar a posição de vítima da crise ambiental, o significado sobre o qual pretendo me debruçar diz respeito ao mecanismo de produção do campesinato, pois — para muito além de uma crença — há fundamentos científicos que evidenciam a capacidade da agricultura camponesa em produzir alimentos o suficiente para abastecer grande parte da população mundial sem pressionar os recursos naturais. Na realidade, a agricultura camponesa é exaltada por suas formas produtivas sustentáveis (PLOEG, 2008; MAZOYER e ROUDART, 2008).

A agricultura camponesa tem sido apontada pela venturosa capacidade de reunir aspectos benéficos do ponto de vista social, ambiental e econômico. Mesmo que brevemente, já vimos que o trabalho familiar e comunitário pode se constituir em alternativa para a crise do desemprego, mas, acima disso, manifesta uma organização sociocultural mantida secularmente nas comunidades camponesas, envolvendo uma série de significados não menos importantes. O circuito de alimentos animados por camponeses revela uma forte característica, atribuída a sua escala de produção, por organizar um comércio descentralizado, diverso e personificado, e por isso, antagônico às grandes cadeias alimentares centralizadas, homogêneas e homogeneizadoras. A agricultura camponesa também deve ser lembrada pela manutenção da agrobiodiversidade e sementes crioulas, pela eficácia técnica diante da escassez relativa de insumos, pela inovação em tecnologia social, reciclagem de recursos, produção compatível com o ecossistema e sua sazonalidade, circulação da produção em circuitos locais etc. Absolvendo-me de relativizar essas colocações diante da diversidade de situações, as unidades camponesas abrigam um importante mecanismo no qual a intensificação da produção implica na agregação de valor ecológico, alcançado e acrescido pela coprodução com a natureza (PLOEG, 2008).

Para intensificar a produção da unidade camponesa, a família agricultura pode realizar uma gama de benfeitorias, através de práticas tradicionais e modernas, que resultam em aumento do capital ecológico (aumento da agrobiodiversidade, incorporação de adubos orgânicos, racionalização do uso da água, transição agroecológica etc.). Ao invés de uma exploração predatória, o fortalecimento da coprodução com a natureza pode gerar legados para o ecossistema, no qual o conjunto de práticas forma um excelente campo para investigações mais aprofundadas. Um guia comum para a escolha dessas práticas pela família é a autonomia, para a qual a busca por insumos disponíveis na própria unidade ou dispostas pela comunidade é uma condição necessária. Por esses e outros motivos, a coprodução com a natureza é elemento-chave para a sobrevivência da família produtora. Por outro lado, é preciso considerar as profundas transformações espaciais que impactam suas formas produtivas, e relativizam o grau de autonomia da produção camponesa.

De forma geral, são cada vez mais raros os estabelecimentos agrícolas que não sejam abastecidos por energia elétrica. A difusão tecnológica à base da

eletricidade tem se consolidado no espaço rural e possibilitado a instalação de equipamentos que impactam diretamente a vida doméstica e a produção. Isso vale para o abastecimento de água, possibilitado, em alguns casos, pela existência de bombas elétricas ou conexão com a rede pública. A consolidação de equipamentos e de produtos industrializados se revela enquanto realidade tanto na ordem produtiva quanto na doméstica de comunidades rurais. Para todo efeito, a noção de autonomia não deve ser confundida com propensão ao arcadismo. Ao contrário disto, o experimento de novas técnicas e tecnologias sociais é uma característica observada em comunidades camponesas.

3. Se refaz

A condição camponesa reflete uma contradição da posição que ocupa o campesinato na sociedade e no sistema capitalista de produção. Um modo de vida cuja reprodução busca a autonomia, mas sem se desvincular das amarradas dos grandes circuitos de produção. Ploeg (2009:18) define a condição camponesa enquanto “a luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”, conjugando, assim, uma força emancipadora com a realidade subalterna de uma mesma organização social. Em uma escala hipotética de dependência, o campesinato, em sua definição, não está alocado precisamente em algum grau de autonomia, ou tenha limites tênues para sua categorização. Seus alicerces, fundados no trabalho familiar e no manejo dos ecossistemas, transparecem uma gama de arranjos produtivos, ora mais autônomos, ora mais dependentes, que podem assumir uma mesma configuração conceitual do campesinato. E, para além disso, esses arranjos são dinâmicos, mutáveis e respondem a pressões internas e externas, como agentes passivos ou ativos na organização do espaço.

A condição camponesa, seguramente, não é estática, cristalizada, ou seja, um resquício de definições históricas. O campesinato, na contradição própria da sua condição, pode se refazer, criando ou fortalecendo suas peças fundamentais que engatam seus mecanismos produtivos, seu modo de vida e suas relações sociais. Ao contrário das projeções clássicas, esse processo, conhecido como recampesinização,

é conferido em todas as partes do mundo onde agricultores, ou trabalhadores urbanos, se tornam camponeses, e camponeses se tornam mais camponeses.

É neste sentido que retornamos à questão inicial sobre o significado de ser camponês no século XXI. O aumento e intensificação do campesinato revelam novas possibilidades para o rumo dessa categoria, e para a sociedade envolvente também. A recampesinização qualitativa se refere às conquistas da busca pela autonomia, realizada paulatinamente com transações multifacetadas do modo de fazer agricultura, resultando em maior independência da unidade produtiva. O manejo de insumos locais para recompor a fertilidade do solo, reprodução de sementes crioulas, autofinanciamento, são alguns exemplos desse processo que, de certa maneira, podemos sintetizar com as inúmeras práticas e formas de conduta agroecológicas. Neste sentido, agricultores empresariais podem se converter em camponeses ao passo que se tornam menos dependentes da compra de insumos externos, e camponeses podem se recampesinizar agregando valor ecológico à unidade produtiva, fortalecendo laços comunitários, inovando determinadas práticas, e outros movimentos que possibilitam a perpetuidade do seu modo de vida. Na realidade, a manutenção do seu modo de vida depende de constante movimento de recampesinização, devido à condição camponesa ser muito sensível às pressões externas, e que podem colapsar sua existência.

O aumento quantitativo revela, entre outras coisas, a possibilidade de uma conversão desses agricultores empresariais, e trabalhadores urbanos, em camponeses. Esse movimento — geralmente manifestado pela luta e conquista da terra — é uma demonstração prática que o colapso do modo de vida camponesa ocasionado pela modernização conservadora do espaço rural brasileiro e episódios subsequentes, é, na devida medida, uma via de mão dupla. Não obstante esse fenômeno ser um enfrentamento ao movimento de urbanização e proletarização contínua, a recampesinização implica em entraves teóricos, e diz respeito à necessária flexibilidade conceitual sobre o campesinato, visto que sua reformulação nem sempre deve seguir a reconstrução dos mesmos arranjos pretéritos. Aliás, é justamente nas diferenças e semelhanças entre campesinatos novos e tradicionais que os mecanismos essenciais de sua existência e reprodução ficam mais evidentes, como a centralidade do papel da família, juntamente com o trabalho da terra, que “constituem os elementos comuns de todas essas formas sociais” (MARQUES, 2012:

60), cuja complexidade objetiva e subjetiva atravessa sua organização social em diferentes contextos socioespaciais.

Neste ponto, mais importante do que mirar no conceito de campesinato, é direcionar a análise ao fenômeno de formação — ou reformulação — de circuitos produtivos baseados em mecanismos camponeses de produção. Esses circuitos, aqui denominados de circuitos camponeses, são as ligações mais ou menos consolidadas entre produtores e consumidores, nas quais as relações de produção se pautam no modo camponês de fazer agricultura, onde o trabalho familiar, o manejo do agroecossistema, a proximidade espacial da vida doméstica e laboral e a busca por autonomia estão presentes. E é sobre este conceito que a pesquisa se dedica — em parte — em aprofundar e se debruçar enquanto categoria analítica, investigando esses circuitos alternativos e as relações produtivas dos produtos gerados.

Por um lado, essa perspectiva restringe — supostamente — a noção plural da ontologia do campesinato, que certamente não se reduz a uma estrutura produtiva de alimentos. Na realidade, a escolha pelo adjunto *camponeses* está atrelada à recusa de utilizar outras nomenclaturas que contribuíram diretamente para essa moderação do termo campesinato, como a noção de pequeno produtor, ou agricultor familiar (MARQUES, 2012). Logo, a atenção dada à produção é metodologicamente uma porta de entrada para suas estruturas diversas. Por outro lado, o foco no circuito produtivo pode possibilitar a identificação de organizações sociais aparentemente descaracterizadas da estrutura camponesa, que são, entretanto, intrinsecamente fundamentadas nos mecanismos do campesinato.

A questão central é: existem circuitos nos quais o produtor rege a maior parte da cadeia produtiva, que envolvem o trabalho familiar, a coprodução com a comunidade, o manejo do agroecossistema, e tendem à busca de autonomia: como interpretá-los? Como podem contribuir para a discussão sobre a noção de recampanização? Esta tese não pretende dar uma resposta objetiva a este questionamento, senão aprofundar na complexidade que essa realidade pode apresentar.

De forma sucinta, o objetivo desta tese é o de analisar circuitos camponeses, tendo como perspectiva o processo de recampenização, especialmente por meio dos processos de coprodução com a natureza e com a comunidade. A análise, além de focar nos circuitos produtivos sob a luz do campesinato, procura também apresentar e discutir a questão da recampesinização. Explora-se uma variedade de casos geograficamente aproximados, mas diversificados, a fim de entender suas relações de produção, sua cadeia produtiva e suas implicações a montante, destacando o aspecto central da coprodução com a natureza, e com a comunidade. Esses casos são analisados em consonância com parte do amplo acervo teórico sobre a organização social camponesa, investigando possíveis correlações. Da literatura científica que contribuiu diretamente para a discussão proposta — corroborando ou confrontando hipóteses surgidas —, extrai-se e sintetiza-se uma série de apontamentos, discussões, teorias e hipóteses que fundamentam a noção de circuitos camponeses, como apresento em maior profundidade no capítulo 2. Enfim, a pesquisa é realizada começando com um extenso levantamento bibliográfico que compõe a fundamentação teórica da noção de circuitos camponeses, elencando obras e autores que dialogam, corroboram, tangenciam ou confrontam o tema proposto. Ainda neste capítulo, exploro alguns outros conceitos que subsidiam a noção desses circuitos. Em seguida, no capítulo 3, o leitor encontra os estudos de casos explorados por esta tese, nos quais se aprofunda na análise dos resultados de entrevistas e observações de campo. Para isto, foram selecionados circuitos camponeses de características diversas e de relativa proximidade geográfica. Portanto, a essa etapa se dá um caráter exploratório e não exaustivo a respeito do que há disponível sobre campesinato e suas ramificações interpretativas. Por fim, no capítulo 4, busca-se sintetizar algumas das conclusões da pesquisa, além de identificar aspectos ainda inexplorados ou pouco explorados sobre o tema desta tese, mostrando que há certamente, muito que avançar.

Capítulo 2 — Circuitos Camponeses

Seguramente, toda tentativa de conceituação pode reduzir, distorcer ou exagerar a realidade complexa e ampla de uma categoria. O esforço empreendido aqui será de encontrar as características que possibilitam denominar o campesinato enquanto uma unidade. De todo modo, amarrar o nome e a coisa não é uma tarefa fácil, uma vez que a dinâmica e a diversidade socioespacial não têm organização cristalizada. Para ajudar, contaremos com o sistema de conceitos identificados e desenvolvidos pelas ciências sociais, econômicas, agrárias, entre outras, que dizem respeito à operação de práticas fundamentais do modo camponês de produzir, e outras especificidades universais. A identificação e atualização desses modos organizacionais se fazem muito pertinentes uma vez que correspondem a uma realidade muito presente em sociedades no mundo, e possivelmente representam — cada vez mais — uma forma de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico.

Neste capítulo, o leitor encontra um duplo esforço teórico. Primeiramente, buscou-se escavar o campesinato em suas bases conceituais. Esse desafio só foi, em parte, alcançado direcionando essa leitura à perspectiva do campesinato enquanto modelo organizativo de produção. Dessa forma, não se tratando, por isso, de uma revisão bibliográfica exaustiva, foram elencados três pilares fundamentais da categoria e os seus desdobramentos, revisitando seus aspectos objetivos e subjetivos para esta perspectiva.

Neste capítulo, buscou-se também desenvolver o conceito de circuito camponês, ao qual não se pretende inaugurar, concluir ou propor substituições teóricas, senão provocar uma leitura sobre o campesinato para além dele, e deslocando-o para outro enfoque. O circuito camponês, ou melhor: os circuitos camponeses se referem àqueles circuitos animados por estruturas produtivas baseadas nos mecanismos centrais identificados no campesinato, que são o trabalho familiar, o manejo de sistemas agrícolas e a busca pela autonomia. Este capítulo está organizado na apresentação e aprofundamento dessas categorias, pincelando a estrutura produtiva do campesinato ao mesmo tempo em que constrói a presente noção sobre circuitos camponeses. Os desdobramentos desta investigação levaram à reflexão e destaque do conceito de coproduções como característica fundamental para os circuitos camponeses, sob a hipótese de que a coprodução com a comunidade

e a coprodução com a natura são elementos intrínsecos desses circuitos, e suas intensificações revelam maior ou menor grau de autonomia.

A seguir apresento, sob uma diversidade de perspectivas, definições sobre o que poderia ser o campesinato por excelência, seus principais componentes produtivos e a noção sobre circuitos camponeses.

Shanin (2012) considera as seguintes características do campesinato: a) economia caracterizada pelas formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar); b) controle dos próprios meios de produção; c) economia de subsistência e d) qualificação ocupacional multidimensional. O autor também destaca outros padrões observados em diferentes contextos geográficos, como as tendências de organização política, entre outros aspectos específicos. Ele considera que “o campesinato é, ao mesmo tempo, um classe social e um ‘mundo diferente’, que apresenta padrões de relações sociais distintos, ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida [...] O campesinato é uma classe social de baixa ‘classicidade’ que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise” (SHANIN, 1979: 228, citado por Marques, 2002: 59). Em uma autocrítica, o autor questiona os quatro pilares fundamentais do campesinato que ele mesmo fizera algures, na qual ele enumera:

1. A propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social;
2. a agricultura como a principal fonte de sobrevivência;
3. a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais;
4. a situação oprimida, ou seja, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças extensas.

Em primeiro lugar ele reflete sobre se os tópicos 1, 3 e 4 serviriam para qualquer outro grupo marginalizado, o que enfraqueceria esse esforço de conceituação do campesinato. Contudo, uma solução à qual ele chega é pensar que “a especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles” (SHANIN, 2012:6).

Ploeg (2008) sintetiza o que entende como modo vida camponês como a “forma camponesa de fazer as coisas”, e está mais interessado nas atividades, práticas, processos e no padrão de evolução de relações em que eles estão envolvidos do que em identidades presumidas. O autor definiu enquanto uma *condição camponesa* estritamente nos tempos atuais, aquela caracterizada pela a) luta por autonomia; b) em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação; c) que cria e desenvolve uma base de recursos auto-gerenciada; d) que permite formas de coprodução entre ser humano e natureza viva; e) que interage com mercados; f) que permite a sobrevivência e a projeção de futuro; g) reduzem a dependência com o fortalecimento da coprodução (ser humano e natureza); h) fortalecidos por outras atividades não-agrícolas; i) e expressam padrões de cooperação que regulam e fortalecem inter-relações.

Mendras (1978) aponta que as características do campesinato são: a) relativa autonomia; b) trabalho familiar; c) relações de interconhecimento; d) sistema econômico diversificado e autossuficiência relativa; e e) função decisiva de mediação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Na Figura 2, Wolf (1976) espacializa as principais regiões onde se concentram atividades camponesas no mundo.



Figura 2 – Principais regiões camponesas do mundo (em branco)
Fonte: Wolf, 1976.

Moura (1986) observou a situação em que o camponês se encontra a partir das relações sociais de trabalho e acesso à terra. O camponês parcelar, segundo ela, é o “cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família” (idem, *ibidem*: 12), com controle direto sobre a terra onde habita e produz.

Diferente deste, o possessor sob exploração do senhor de terras não pode se dedicar integralmente a sua lavoura e, portanto, vende seus excedentes eventualmente. O termo pequeno produtor aparece, segundo a autora, geralmente em substituição ao camponês por este último ser considerado muito vago para alguns pesquisadores. Para ela, pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção. O pequeno produtor seria o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez, caracteriza o capitalismo, por isso, a opção do termo não é simples. Para a autora, o conceito camponês e campesinato tem grande vitalidade, grande força histórica, tanto teórica como empiricamente, tal qual o conceito de burguesia. “Assim como não se pode declinar do conceito de burguesia para falar tão-somente em capitalistas, não é possível preterir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor” (idem, *ibidem*: 14).

Ploeg (2006), sobre esse assunto, parte de uma outra visão. Ele divide as diferentes formas de produção mercantil no modelo como é mostrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Diferentes formas de produção mercantil

Formas de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simplex (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	autoabastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Fonte: Ploeg, 2006. Legenda: PD - Produção Doméstica | PPM - Pequena Produção Mercantil | PSM - Produção Simplex de Mercadorias | PCM - Produção Capitalista de Mercadorias. O símbolo (+) representa *mercadoria* e o (-) *não-mercadoria*.

Ao desdobrar aspectos intrínsecos à produção, o autor consegue discriminar os níveis de dependência aos mercados através da mercantilização ou não de insumos inseridos. Com isso o autor lança mão da importante divisão do processo produtivo próprio entre o que foi produzido e seu destino, recursos utilizados na produção diretamente ou não, e a relação social de trabalho empregado. Observa-se que a diferença de um modo de produção para o outro não se resume a um modelo

dicotômico, mas é complexa e intermediada. Outra observação importante está no fato de a diferença dos demais modos para o capitalista não residir apenas na destinação da produção, como se vê entre a PD e PPM, mas também na procedência dos demais recursos. O estabelecimento camponês, a partir da coprodução com a natureza, agregação de valor, e outros aspectos que veremos mais a frente, é capaz de produzir autonomamente insumos que servirão para a produção diversificada. Diferente disso, há a PPM que apresenta uma relação mercantil com os insumos inseridos na produção — cenário mais generalizado em estabelecimentos especializados em um ou outro cultivo. Nesta forma de produção, o destino da produção e os insumos (como água, energia e seus derivados, ou até mesmo a terra) podem estar inseridos na lógica mercantil. Contudo, a força de trabalho se faz decisiva na diferenciação com o PCM. Assim, deve-se considerar a devida atenção ao trabalho familiar — tema ao qual será dedicado mais aprofundamento na pesquisa — por se diferenciar substancialmente da relação de trabalho assalariado. Mendras (1978:47) nos lembra que “o trabalho familiar não é remunerado enquanto tal, já que o grupo doméstico é uma verdadeira comunidade, para a qual cada um contribui com suas forças [...] sem que haja contabilização nem mesmo correspondência de uns com relação a outros”.

Ao explorar essa vertente econômica do campesinato, se observa o distanciamento dessa forma de organização frente ao capitalismo. Alguns pesquisadores dessa vertente levantaram profundos debates sobre considerar o campesinato como um modo de produção. Assumir ou não enquanto tal é valioso passo para entender os camponeses conceitualmente em sua posição na sociedade. Portanto, essa questão será explorada mais adiante.

As especificidades desse grupo social operam além das relações socioeconômicas. Para entender sua organização, é necessário explorar o “peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias”, pois seu conceito “sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político” (MOURA, 1986: 70)

Nesta direção, Woortmann (1990) realizou uma leitura sobre os camponeses em uma perspectiva de condutas e valores, em um ensaio que sugere a possibilidade de considerar uma sociedade camponesa — sem delimitação histórica ou espacial —

definida pela centralidade de sua ética. O autor constrói o conceito de *campesinidade*, que representa a importância de valores de seus indivíduos ou grupos específicos, apresentando maior ou menor grau de importância segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. A ética camponesa está fundamentada em três pilares indissociáveis: terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes, nas quais se tem como princípios centrais de organização: a honra, a hierarquia e a reciprocidade.

O autor adotou uma perspectiva do valor-família não como uma força de trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético, e tampouco camponês como um pequeno produtor, “objeto de uma análise objetiva de sua objetividade”, designando sua definição pela interpretação subjetiva de sua subjetividade. Neste sentido, ele mostra que é possível imaginar um contínuo, isto seria, uma escala de graus de *campesinidade*, a qual não segue

o contínuo imaginado por Velho [Otávio Velho, 1982], ao longo de um espaço/tempo que encontra na frente de expansão amazônica seu pólo máximo, e na plantation seu pólo mínimo, [que] se funda na integração ao mercado, às tendências dominantes na sociedade global e à proletarização (WOORTMANN, 1990: 13).

Ele observa, a partir desse conceito, o distanciamento do campesinato em relação à sociedade mercantil mesmo que as relações sociais de trabalho e de troca estejam fortemente vinculadas entre si. Dessa forma, poder-se-ia dizer que nas sociedades camponesas, as relações morais se sobrepõem às relações instrumentais onde “as relações de reciprocidade se manifestam em todas as esferas — as relações de vizinhança, nas celebrações rituais, no cotidiano da família e do grupo e no trabalho” (CUNHA, 2013).

Marques (2002:59) compreende o campesinato como uma classe social, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Considera importante o emprego do termo na atualidade, pois “densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade”. A autora busca defini-lo, contudo, ao descrevê-lo como:

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas pela linguagem de parentesco,

tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004:145).

Diante das considerações sobre o campesinato até aqui apresentadas e de uma reflexão a partir de observações empíricas focadas no objetivo desta pesquisa, desenvolvi uma síntese simples, na qual elenco os tópicos que proponho explorar minuciosamente, e que servirá como base para a conceituação do Circuito Camponês.

O circuito camponês é uma abordagem espacial da realização produtiva do campesinato, isto é, o que o campesinato produz, onde e como é produzido, onde circula essa produção, e a quem atende. O circuito abarca o sistema produtivo (conjunto de cadeias produtivas) de uma diversidade de produtos alimentícios, utensílios, serviços, inovações tecnológicas e conhecimento que circulam em diferentes escalas, desde o interior da família camponesa e seus membros, chegando à comunidade, aos mercados locais e a outras relações exteriores. Estas relações são uma via de mão dupla, pela qual se realizam trocas de reciprocidade (dávicas e dívidas), de serviços de tratos monetários ou não, estabelecendo uma conexão de dependência, principalmente por parte das famílias e comunidades com o mercado exterior ao circuito.

O Circuito pode ser dividido, em termos analíticos, em dois tipos de espaços, o de produção e o de circulação. Entenderemos o *espaço de produção* o conjunto das relações sociais de produção e o manejo pelo trabalho familiar, os componentes dos agroecossistemas e o fluxo de insumos energéticos, hídricos e recursos naturais. Para estes espaços, destaca-se o papel da coprodução da natureza, e a coprodução com a comunidade, o que está diretamente relacionado ao grau de autonomia das famílias.

O espaço de circulação é entendido como toda destinação da produção. É o espaço onde se realizam as possibilidades de provimento da família produtora, seja pelo autoconsumo, ou pelas trocas, monetárias ou não, e prestação de serviços. Trata-se de um espaço que ocupa múltiplas escalas — no interior do agroecossistema (autoconsumo), dentro da comunidade ou intercomunidades, mercados locais, e mercados exteriores ao circuito. A realização das trocas e sua autonomia dependem de fatores relacionados à transumância dos produtos horizontalmente (distância geográfica), e verticalmente (na escala setorial da cadeia produtiva).

Os aspectos desses espaços serão observados na análise de pontos fundamentais para compreensão do campesinato e seus desdobramentos. Com o

apoio de algumas obras do rico acervo sobre o tema, mesclando leituras mais universais e outras mais específicas, o campesinato é apresentado aqui em três seções: 1) trabalho familiar; 2) o agroecossistema, 3) e a busca por autonomia. As seções, subdivididas em tópicos, buscam abranger pontos fundamentais para o desenvolvimento do conceito de circuito camponês e seus espaços de produção e circulação. Estes últimos serão elucidados de forma mais objetiva no capítulo 3 sobre a realização da pesquisa empírica.

2.1. Trabalho familiar

O grupo doméstico é tema central na discussão sobre o campesinato. A organização desse grupo social se baseia, sobretudo, na estrutura da família. A economia centrada no trabalho familiar é, para Shanin (2012), uma das principais características singulares do campesinato.

Lamarche (1993:63) utilizou o trabalho familiar como um dos principais parâmetros para classificação dos diferentes tipos de agricultura familiar no mundo. Uma importante contribuição do autor foi demonstrar que não se deve cristalizar uma definição sobre o que é ou não familiar. Assume-se assim, graus diferenciados de participação da família na produção:

Todos nós conhecemos estabelecimentos em que a família desempenha um papel fundamental e outros estabelecimentos em que, ao contrário, esse papel é limitado, quando não totalmente inexistente. Entre esses dois extremos, existem obviamente múltiplas situações intermediárias.

A partir desse e outros parâmetros, o autor apresenta tipos de organização da agricultura familiar em grau de intensidade. Em um extremo, o que ele chamou de modelo de agricultura camponesa, se utiliza apenas a mão de obra disponível na família para produção do autoconsumo, e “define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior” (idem, ibidem:70). No outro lado, o chamado modelo empresa, se caracteriza “por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependentes” (idem, ibidem:67). Nesse sistema, a propriedade fundiária familiar e o apego à propriedade são menos importantes do que nos outros modelos. Assim, a exploração da terra diretamente pelo proprietário não é a única possível, ou seja, mesmo que a terra permaneça ainda

como propriedade familiar, o arrendamento pode ser uma opção mais usada. Pouca ligação à noção de patrimônio familiar: a terra é uma mercadoria assim com outro bem. A participação familiar no trabalho do estabelecimento é nitidamente menos importante que nos outros modelos, mesmo que ainda exista, às vezes exercido somente pelo proprietário, complementado regularmente com força de trabalho externa, assalariada.

Chayanov (1974) mostrou que a característica fundamental na economia do estabelecimento camponês é a economia familiar, com sua organização sendo determinada pelo tamanho e composição da família e pela coordenação entre suas necessidades de consumo e quantidade de mão de obra apta a trabalhar. E neste ponto reside a explicação da diferença de concepção de lucro entre a economia camponesa e a economia capitalista. O cálculo do lucro capitalista — no qual se subtrai as despesas de produção do total da renda é, assim, inaplicável à economia camponesa, na qual o trabalho despendido não pode ser expresso monetariamente, senão apenas pelo esforço de trabalho da família camponesa. A medição desse esforço seria demasiadamente subjetiva, pois varia de acordo com a sua necessidade para satisfazer as exigências de consumo familiar.

Os elementos no campesinato que se destacam por se diferenciarem dos demais modos de vida, como mostra Chayanov (1974), ajudam a entender a economia doméstica das famílias que vivem da terra. A análise da organização da unidade campesina através de uma lógica econômica própria, ou seja, dinâmica social não capitalista em escala micro, prescinde de teorias econômicas modernas gerais. O autor viu que a unidade de produção camponesa é indissociável da relação de produção e consumo, sendo esta equilibrada a partir da quantidade de mão-de-obra disponível na família. O conhecimento desta relação é imprescindível para entender a dinâmica de reprodução camponesa, uma vez que, ao mesmo tempo em que se aumenta a força de trabalho, aumenta-se o consumo familiar, e, já que se trata de uma economia autossustentada, a entrada de recursos depende da produção a partir do próprio trabalho. Portanto, por essas e outras várias razões, a agricultura camponesa se diferencia dos demais sistemas de produção.

Moura (1986) reforçou a importância da leitura chayanoviana ao mostrar que a inexistência da variável *salário* modifica a lógica de viabilidade do empreendimento. A lógica que motiva o camponês se refere ao *tyagostnost* do trabalho (o esforço, pena,

penosidade do trabalho). Assim, o produtor avalia a remuneração do trabalho para avaliar se o esforço vale a pena. Neste sentido, não é o montante de “capital” de um pequeno proprietário que determina a atividade econômica e a quantidade de trabalho a ser despendido, mas o número de membros que irão compor a unidade de trabalho e o equilíbrio entre satisfação das exigências e o *tyagostnost*. Pois, não é a busca do lucro que motiva a unidade familiar, mas sim a reprodução física e social de sua família (MOURA, 1986).

A ênfase à economia possibilitou a identificação de especificidades da forma de reprodução, o que sugeriu uma diferenciação de comportamentos em relação ao modo de produção dominante. Por não ter capital, trabalho assalariado nem renda da terra (WOORTMANN, 2001), a *autoexploração* dos membros da família — com a qual se busca um equilíbrio entre produção e consumo doméstico — o planejamento e o cálculo de desempenho da unidade de produção camponesa é muito diferente das empresas capitalistas.

Nesse ponto, Ploeg (2008) lembra uma importante característica intrínseca ao trabalho familiar da agricultura camponesa, para a qual há uma negligência de estudos. O autor destaca que a agricultura camponesa se desenvolve pela intensificação fundada no trabalho. Outra obra do autor (PLOEG, 2006:24) enfatiza a característica própria da produção camponesa, que “[...] tende a ser intensiva (ou seja, a produção por objeto de trabalho [terra, animais, etc.] será relativamente alta)”, de modo a ter o melhor proveito da oferta escassa de recursos. Ploeg (2006:27) diz que o campesinato, neste sentido, é orientado para *empregos produtivos*, e explica: “se nos modos de produção capitalista/empresarial, os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados através de uma redução no uso do trabalho, a condição camponesa leva a outro processo”, pois se fundamenta na intensificação do trabalho. Para o autor, isso implica que a estrutura do campesinato é uma forma promissora de lidar com o desemprego (idem, 2006). O autor compara a agricultura camponesa (P) com a empresarial (E) e capitalista (C), através do valor bruto da produção e a relação homem por área de terra, como mostra a Figura 3.

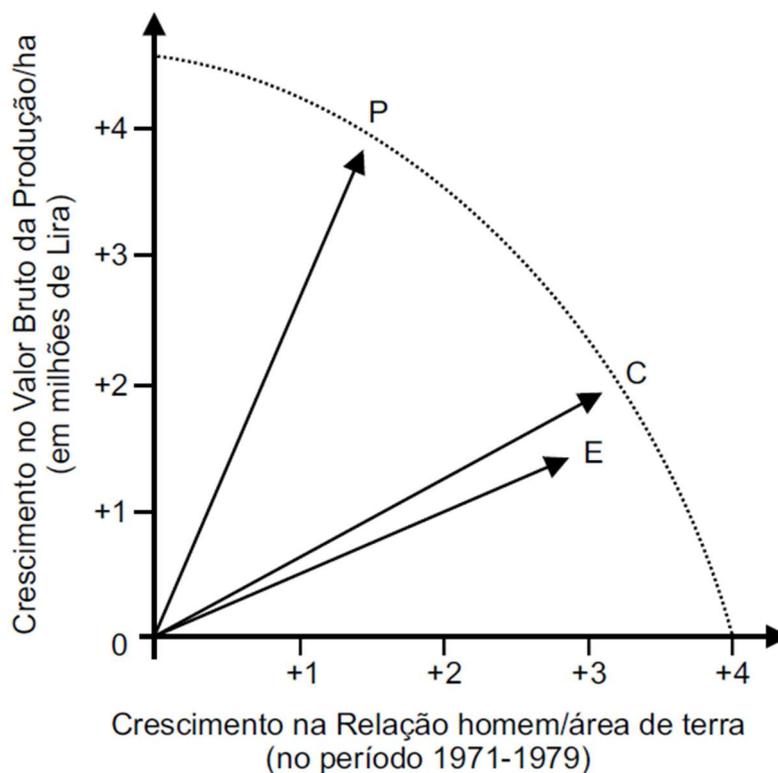


Figura 3 - Relação entre crescimento no valor bruto de produção por hectare e crescimento da relação homem/área de terra.

Fonte: Ploeg, 2009

A análise do autor mostra que o valor bruto da produção por hectare na agricultura camponesa cresce mais e com menor necessidade de aumento de mão de obra e, assim, conclui-se que a agricultura camponesa se desenvolve através de uma intensificação contínua do trabalho, enquanto nos outros dois tipos predomina o aumento de escala da produção.

O trabalho familiar vai além de um fator de produção dentro do campesinato, pois é, na realidade, um fator que permite um corolário, tendo, portanto, uma diversidade de perspectivas analíticas. Cunha (2013:50), por exemplo, mostra que esta organização do trabalho resulta na passagem de conhecimento entre as gerações, mantendo modos de fazer tradicionais:

São agricultores atuais os filhos de agricultores, que foram também filhos e netos de agricultores. O trabalho continua sendo pensado e realizado pela família, em que cada membro integrante é preparado desde a infância para o ofício que irá exercer quando se tornar adulto; e isso envolve uma cultura que se baseia em relações de reciprocidade [...] que não desvincula de um passado camponês e permanece reproduzindo formas não capitalistas de produção, por mais que esta produção atenda e se direcione ao mercado englobante.

Sobre a perspectiva cultural, Wolf (1976) recorda a necessidade de desdobrar o conceito entendendo as várias formas de compreensão sobre família, destacando primeiramente a necessidade de discriminar famílias nucleares — pai, mãe e prole — das famílias extensas — que agrupam em uma estrutura certo número de famílias nucleares. Estas últimas podem ser compostas pela centralidade de um genitor comum, ou pelo conjunto de diversas gerações em uma mesma unidade, como pais e filhos casados sob o mesmo teto, ou da mesma geração, como irmãos casados que mantêm a comunidade de recursos e trabalho. O autor busca, então, crescer consideravelmente a discussão ao se propor subdividir — ainda mais — a família nuclear, como também questionar se esta ocorre, de fato, naturalmente.

Acham-se variantes da família camponesa não só uma das relações da família nuclear é fraca ou ausente, como em muitos casos já familiares aos antropólogos, onde o núcleo acha-se incrustado em outras relações, até o ponto em que ele se torna obscuro ou irreconhecível (WOLF, 1976: 92).

Linton (1936, citado por WOLF, 1976: 92) chegou a afirmar que a família nuclear “joga um papel insignificante na vida de muitas sociedades”. A família nuclear, assim, pode manifestar composições das mais diversas, compreendendo inúmeras díades conjunturais construídas em cerimônias ou reconstruídas em perdas de membros, o que se faz importante a observação dessas estruturas por serem centrais na organização camponesa.

A diversidade de tipos de famílias identificadas no campesinato — nucleares ou extensas — refletem, sobretudo, aspectos socioeconômicos e culturais. Mesclam-se fatores ligados à disponibilidade de recursos com costumes e tradições locais. A estrutura dessas composições, que podem se organizar de uma ou outra maneira, permanente ou temporariamente, são expressões — principalmente — das estratégias produtivas, sendo causa e consequência da divisão do trabalho. As famílias extensas, segundo Wolf (1976) manifestam diferentes formas para reforçar a dependência dos seus entes através de constantes rituais e técnicas de socialização, onde há uma produção de excedentes para alimentar seus membros que dividem as tarefas em uma unidade produtiva mais extensa e complexa.

As famílias nucleares são encontradas em quatro casos, segundo Wolf (1976). O primeiro é um fenômeno temporário, onde há abundância de terras em relação à

população que oferece oportunidades para casais jovens que futuramente se tornarão famílias extensas. No segundo caso, a disposição de terras é muito escassa, impedindo o uso da terra para consolidação posterior, tendo de buscar outras fontes de renda para anular déficits. Isso pode ocorrer com a sucessão de heranças que dividem a terra em frações cada vez mais inviáveis para reprodução da família, onde a tensão cresce em detrimento da solidariedade das famílias extensas, fragmentando-as. O trabalho assalariado é uma terceira forma da família nuclear, onde as relações de trabalho empregado-empregador culminam no prevalecimento da fragmentação das famílias, incluindo aí a mobilidade espacial comumente exigida nos trabalhos temporários. Por fim, as famílias com um cultivo intensificado por técnicas modernas, que cria independência dos demais núcleos por criar excedente de trabalho.

Galizoni (2007) mostrou que a família é um conceito histórico e cultural, cujas concepções variam muito no tempo e no espaço. Em uma perspectiva antropológica, ela cita autores de estudos clássicos sobre diferentes estrutura de famílias, como Shanin (1983) em que o camponês russo definia a família por quem “come da mesma panela” ou Malinowski (1978), que mostra que para os trobriandeses o grupo doméstico de marido, esposa e filho são uma unidade reprodutora, mas o grupo de parentesco, de fato, era formado pela esposa, filhos e o irmão do marido.

Queiroz (1976:181), para se referir às relações de parentesco na análise do espaço rural brasileiro, utiliza a noção de parentela. Para a autora a parentela brasileira é entendida como

um núcleo bastante extenso de indivíduos unidos por parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares, regra geral, economicamente independentes, vivendo cada qual em sua morada; as famílias podem-se dispensar a grandes distâncias, o afastamento geográfico não quebrando a vitalidade dos laços ou das obrigações reunindo os indivíduos uns aos outros no interior do grupo.

A autora afirma também que parentela pode constituir de membros agregados por formas diversas, como ocorre com inclusão de deserdados ou apadrinhamentos.

Até aqui, observa-se que a organização familiar é central para as relações sociais de produção no campesinato e que a noção de família não pode ser restrita à estrutura nuclear.

2.1.1. A centralidade da mulher

Ao ser idealizado como chefe de família, provedor da casa, trabalhador da terra, enfim, agente social e econômico da ordem camponesa, a figura masculina protagoniza muitas representações do campesinato. Essa imagem pressupõe o papel da mulher como coadjuvante, ou secundária na função de reprodução socioeconômica do campesinato. Esta construção da sociedade patriarcal em voga, ou descrição desatualizada de um cenário ultrapassado, expressa representações imagéticas-discursivas que destoam de uma descrição crítica do campesinato.

O objetivo desse tópico é levantar algumas questões que levem à reflexão sobre a importância da mulher na organização social camponesa, seja em contextos nos quais a estrutura familiar é aparentemente centrada no homem, fomentada pela histórica exclusão da mulher no acesso à terra, principalmente pela discriminação no momento da herança (PAULILO, 2004), seja na formulação de famílias centradas unicamente na mulher, reforçadas por mudanças sociopolíticas e culturais mais recentes.

Federici (2019) nos lembra que a mulher é a principal reprodutora da mão de obra, seja pela reprodução biológica, ou pela jornadas de trabalho a ela imposta, isto é, além de trabalhar, em uma carga horária semelhante ao do homem, é a principal responsável pelas atividades que envolvem ser mãe e cuidados do lar. A autora defende que os serviços “extras” exercidos pela mulher — o trabalho doméstico — deve ser considerado enquanto *trabalho*. Por discutir sua tese voltada para análise da classe proletária, logo assalariada, Federici defende que essa categorização deve ser materializada com pagamento de salários às mulheres por esse serviço. Ela entende que:

Está claro desde Marx que o capital constrói seu domínio e se desenvolve por meio do salário, isto é, que a fundação da sociedade capitalista foi o trabalhador e a trabalhadora assalariada e sua exploração direta. O que não está claro nem tem sido visto como pressuposto entre as organizações dos movimentos da classe trabalhadora é precisamente o fato de que é por meio do salário que se organiza a exploração do trabalho não assalariado. Essa exploração tem sido especialmente eficaz porque a ausência de salário a escondeu... no que se refere às mulheres, seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital (FEDERICI, 2019:62, grifo da autora).

A autora faz uma crítica à ideia de o trabalho ser apenas aquele assalariado, ou aquele que possibilita o lucro do burguês. Ela critica diretamente a esquerda por partir e se prender a esse pressuposto. A luta pelo assalariamento do trabalho doméstico parte do pressuposto da recusa dessa ideologia, pois é a

recusa dessa ideologia capitalista que equaciona não assalariamento e baixo desenvolvimento tecnológico com atraso político, impotência e, em última instância, com a necessidade de sermos organizadas pelo capital como uma precondição para a nossa própria organização (idem, ibidem:65).

A defesa pelo assalariamento do trabalho doméstico é, na realidade, uma forma de revelá-lo enquanto um *trabalho*, e assim poder o desvincular como lida natural das mulheres. Neste sentido, ela afirma que “por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele [...]” (idem, ibidem:43).

No campesinato, a divisão do trabalho familiar difere da estrutura do dualismo do trabalho assalariado ou não assalariado por esta não condizer diretamente com sua organização. A contribuição de Federici (2019), neste sentido, reside no cerne de um dos seus principais pressupostos:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019:68).

Federici (2019) citando Costa (1972):

A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. Similarmente, a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe.

O significado do trabalho doméstico é evidenciado por Wolf (1976:29) ao dar exemplos presentes no cotidiano de uma sociedade urbana na qual os membros realizam tarefas como os cuidados de uma criança, serviços da cozinha, ou pequenos reparos na casa, que, quando realizados sem relação de pagamento pelo trabalho, possibilita “economizar anualmente de 6 a 8 mil dólares em pagamentos de serviços”.

O trabalho doméstico associado diretamente a uma jornada imposta às mulheres está evidenciado como o ponto primeiro da reprodução da força de trabalho. A concepção de um trabalho não produtivo, que leva à “desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais — daí a expressão ‘trabalho invisível’ — é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (PAULILO, 2004:235), o que silencia o ponto de vista feminino “mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo (WOORTMANN, 1991:2; CHAVES et al, 2019). Paulilo (2004) continua dizendo que

O capitalismo fez mais que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. [...] E assim, o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato (PAULILO, 2004:244, grifo meu).

Neste sentido, o discurso oficial sobre a divisão de gênero do trabalho não muda o fato de que naquela sociedade a sua infraestrutura produtiva parte primeiro da mulher. Soma-se a isso a — não rara — realidade onde às mulheres cabe também realizar atividades — ditas — masculinas.

Woortmann (1991:2), ao estudar comunidades camponesas de pescadores, chama atenção sobre a prática do pesquisador que “replica o discurso do grupo estudado, cuja identidade se constrói sobre uma atividade [no caso, a pesca] concebida como masculina, e deixa de lado o discurso privado”. E critica a visão acadêmico, “pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo”.

Isso ocorre também em comunidades típicas, nas quais o investimento do trabalho no roçado é masculino. Ao pesquisador cabe a tarefa de identificar além do discurso oficial, e entender, que, como nesse exemplo, a mulher também trabalha nas lavouras, “mas que esta atividade é gerenciada pelo membro masculino da família” (CUNHA, 2013:157). Diferentes estudos indicam uma divisão do trabalho que se baseia hierarquicamente na disponibilidade de força física de cada gênero, na qual o homem se dedica às tarefas pesadas e competem às mulheres tarefas “leves” da lavoura e outras atividades produtivas, dividindo-se assim, as atividades domésticas, em um arranjo que “garante o equilíbrio do núcleo familiar” (idem, ibidem:159). Essa organização do trabalho não exclui o fato de que:

As relações desiguais de gênero não estão na simples divisão de tarefas que naturalmente mais se adequam a cada membro familiar. Elas estão nas formas encontradas pelos grupos masculinos de manipularem essas contradições naturais estabelecendo hierarquias, o que é replicado culturalmente, inclusive nas camadas femininas (idem, ibidem).

Essas análises, contudo, não excluem a possibilidade de existência de configurações distintas de relação e divisão do trabalho familiar. Galizoni (2007:32) analisou comunidades camponesas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, onde “não se percebe, na região, a clássica divisão entre trabalho masculino e feminino no que diz respeito ao trabalho na lavoura e na lida com gado”. A valorização do trabalho feminino é atribuída, pela autora, ao fato da forte migração sazonal masculina, quando emigrantes — em sua maioria homens em idade adulta — se retiram durante o tempo de estiagem (março a outubro) se ocupando em empregos temporários relativos às atividades agrícolas no sudeste brasileiro, como a *panha* do café e o corte de cana.

As relações de gênero e trabalho são construções sociais mantidas por fatores históricos, culturais, econômicos, e disfarçadas por justificativas sustentadas pelo discurso das diferenciações biológicas. Como exemplo disso, podemos observar a dissociação entre o homem e algumas atividades domésticas, como a obrigação de ser pai, sobrecarregando o peso atribuído, de forma mais assídua, às mães. Para entender diferenciações existentes dentro da família nuclear, Wolf explora mais a fundo e desdobra as relações entre os membros e o significado da família:

Primeiramente, está a relação do coito entre o homem e a mulher: é a díade sexual. É socialmente duradoura quando é santificada ou 'licenciada' pela sociedade [...]. A relação mãe-filho é a díade maternal. Há relações diádicas entre membros do mesmo sib entre irmãos e irmãs. Finalmente, há a díade paternal entre filho e pai. As três primeiras díades estão baseadas em atividades biológicas. Entretanto, a díade paternal não está assim fundada: ela é um relacionamento binário de tipo diferente, não existe em virtude de uma correlação biológica, mas em virtude das outras díades. Uma sociedade pode ou não atribuir assim funções econômicas maiores e também outras a esta díade. Ela poderá delegar essas funções a outras díades ou outras estruturas da sociedade (WOLF, 1976: 89, grifo do autor).

Além de subdividir as relações familiares internas, o autor faz referência às sociedades famílias nucleares centralizadas na figura da mãe, uma vez que a díade paternal é fraca porque os pais têm aval para alegar impossibilidade por situação econômica. Por outro lado, há sociedades em que o fator econômico não é suficiente, nas quais o papel masculino tem prestígio na sociedade envolvente, e o homem recebe incentivo por fortes sanções em rituais, no campo jurídico, político e social fora de casa, levando ao reforço da díade paternal.

A organização do trabalho familiar é demasiadamente complexa para um estudo exaustivo, seria, ainda mais, ao abordá-lo sob a perspectiva de gênero, o que na realidade, como destacam Chaves et al (2019), é repleta de contradições a aproximação das leituras sobre campesinato e os textos feministas. O objetivo neste subtópico foi o de salientar o papel da mulher nos circuitos camponeses, sob a hipótese que sua estrutura se centra no sujeito feminino enquanto verdadeira chefe de família.

2.1.2 Divisão multiescalar do trabalho familiar: do autoconsumo aos mercados.

Os termos autoconsumo e aprovisionamento aparecem na literatura com certa semelhança semântica, diferenciados, contudo, pelas proposições de autores que as sugerem. Identificaremos o autoconsumo com o ato produção familiar autônoma — parcial ou integral — para o abastecimento dela. Aprovisionamento, de certo modo, abarca o primeiro termo, mas — como explica Sahlins (1970:118) — "(...) a produção doméstica não é descrita exatamente como produção para uso, isto é, para o consumo direto. As famílias também podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam". Assim como diz Martins (1975) sobre agricultura de excedente, Sahlins (1970) também chama atenção para o fato de que nem tudo que

a é produzido pela família servirá necessariamente à sua alimentação diretamente, mas também para o sistema de trocas (monetárias ou não) necessário para o abastecimento por outros alimentos não produzidos na unidade familiar. O termo agricultura de subsistência é frequentemente utilizado para expressar o mesmo fenômeno. Este, contudo, carrega uma concepção equivocada por comportar o binômio trabalho contínuo-sobrevivência (GODÓI, 1999, apud CUNHA, 2013), em sentido próximo a frugalidade, sendo, portanto, incondizente, uma vez que autoconsumo, por si, já pressupõe a produção de excedentes.

O trabalho familiar, como acabamos de ver, é fator decisivo na composição da operação econômica camponesa. Mendras (1978:44) resume “toda teoria da economia camponesa” na afirmação lapidar de que “o camponês trabalha a terra para se nutrir”, e para isso é importante entender primeiro a família camponesa e a divisão do trabalho familiar. A unidade familiar “conta ao mesmo tempo os braços que trabalho e as bocas que têm que ser alimentadas [...]. Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo do que a cada um de seus membros”. Logo, se crianças e idosos são “bocas a se alimentar”, jovens e adultos “produzem mais do que comem”. A produção de excedentes, como dito, serve em primeiro lugar para autoconsumo e provisionamento da família.

É preciso lembrar que a divisão do trabalho, segundo Ploeg (2008:61) possui regras “que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem as relações com os recursos implicados) derivam normalmente de repertórios culturais locais e de relação de gênero, enquanto os equilíbrios internos do tipo chayanoviano (como o equilíbrio entre o trabalho pesado e a satisfação) também têm um papel importante” (PLOEG, 2008:61). Logo, para se tratar esse assunto, devemos considerar que essa organização possui diversidades próprias das singularidades de cada local, ao mesmo tempo em que seguem especificidades gerais do campesinato.

É fundamental observar, também, a divisão do trabalho em multiescalas no contexto do campesinato. Wolf (1976: 60) lembra a importância de investigar “até que ponto o camponês beneficia seus produtos” dentro da produção doméstica familiar, e, assim, ficar atento “para as maneiras pelas quais o campesinato adquire bens e serviços necessário não-produzidos por ele e que são complementares à sua produção”. O “beneficiamento [pode ser] executado por especialistas”. E assim completa:

Esses padrões são obviamente uma função da divisão social do trabalho dentro de uma sociedade mais ampla, e os mecanismos específicos que asseguram a troca dos frutos do cultivo com outras habilidades estão conseqüentemente ligados à escala e objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente (Idem, ibidem)

Ainda segundo o autor, essa análise em múltiplas escalas inicia com a mais simples, na qual a família camponesa produz, ela mesma, a maior parte dos serviços agrícolas que são especializados, sendo mínimas as ligações com o exterior. Nesta situação, destaca-se a partilha comum de lavouras e criações, na qual a venda de alguns excedentes específicos servia para compra de poucos produtos não produzidos na comunidade. Em seguida, a divisão de trabalho intercomunitária é uma expressão de mudança de relacionamento. Nessa situação, na comunidade há, por um lado, terras produtivas e ocupadas por cultivadores, mas, por outro lado, há pessoas que vivem e trabalham em uma variedade de ofícios. O autor ilustra essa divisão com a análise de aldeias na Índia onde se encontram muitas dessas variedades de ocupações como sacerdotes, trabalhadores de couro, varredores, oleiros, carregadores de água, lavadores de roupa, carpinteiros, alfaiates, ferreiros ou negociantes. Esses prestadores de serviços — geralmente conectados à fabricação ou manutenção de benfeitorias para a atividade agrícola (cercas, arado, maquinário) praticada na aldeia — poderiam ser também cultivadores de terras, apesar de dedicarem menor tempo a esta segunda ocupação. Ainda que sejam específicas de um tempo e espaço, as análises do autor sobre a divisão multiescalar — e que ainda refletem um contexto histórico nas primeiras décadas de urbanização de países subdesenvolvidos — contribuem para um olhar mais êmico do ponto de vista do campesinato. Isto é, o fato de que o campesinato comporta em si uma divisão do trabalho.

Na leitura histórica dessa divisão do trabalho nas comunidades rurais, Mazoyer e Roudart (2008:333) mostram que a Revolução Agrícola na Idade Média, ao possibilitar maior produtividade para os agricultores, representou, também, um aumento da demanda por serviços complementares à agricultura, mas também ao cotidiano. Assim, uma “rede de artesãos rurais estendeu-se e se densificou proporcionalmente à expansão agrícola”, estruturando o que os autores chamaram de *Novo Artesanato Rural*, quando artesãos passaram a fornecer produtos e serviços diretamente às comunidades rurais.

Wolf (1976) ainda descreve outros dois níveis de divisão, aos quais dedico aqui apenas uma breve apresentação, uma vez que esta discussão será realizada mais a frente quando será abordado o acesso a mercados. Portanto, o terceiro nível seria outro sistema de troca camponesa, no qual se estabelece um mercado entre comunidades que se especializam por tipo de produto. Esses seriam os *mercados seccionais*, cujo nome é referência à seção que cada comunidade ocuparia nessa relação de trocas. É importante lembrar que fora deste mercado cada comunidade “tem vida própria, mantendo seu corpo de tradições e costumes” (idem, ibidem: 63). Nesses mercados, contudo, imperam relações de reciprocidade, existindo obrigações sociais similares para cada uma das seções, em que estas não podem mudar sua produção comercializada a fim de elevar sua possibilidade de lucro, pois há uma interdependência que as forçam a persistir em certas especialidades durante um longo tempo.

Por fim, o último nível citado pelo autor são os *mercados em rede*. Ele toma emprestado o conceito de John A. Barnes, no qual “rede” é entendido como

um conjunto de pontos, alguns dos quais ajuntados por linhas. Os pontos nessa imagem são as pessoas ou, algumas vezes, grupos, e as linhas indicam que as pessoas estão interagindo... uma rede desse tipo não possui limites externos nem divisões internas bem delimitadas, pois cada pessoa se vê como o centro de um conjunto de amigos (BARNES, 1954 citado por WOLF, 1976).

Assim, nesse mercado “não existem grupos sociais de parentes, de caráter duradouro, estabelecidos em torno de descendência de um antepassado comum” (WOLF, 1976: 65). Se as relações de parentesco, amizade, ou vizinhança são duradouras, nesse mercado, são laços econômicos que conectam os pontos (ou agentes econômicos), que são provavelmente temporários.

A partir desses níveis intercalados, Wolf (1976) mostra uma crescente divisão do trabalho nas relações entre as unidades familiares camponesas e a sociedade envolvente, mais ou menos interdependentes. Observa-se que, tomando o termo cunhado pelo autor, de uma divisão mais “simples”, com menor conexão com o exterior, até a mais — infere-se — *complexa*, há um aumento gradual de especialidade da produção das famílias e das comunidades em um determinado cultivo. Há também uma tendência de desmembrar ocupações terciárias da agrícola, primeiro entre as famílias, depois a comunidade. Como também se observa no último nível apresentado

uma aparente lógica mercantil se estabelece nas trocas em detrimento das relações de reciprocidade. Ainda assim, o autor deixa vago, mas sugestivo, que neste nível a circulação de produtos desse mercado se dá em escala local. O que nos permite questionar se em um próximo eventual nível da divisão do trabalho já seriam considerados produtos do mercado global, como os de procedência industrial ou do agronegócio.

Através dessas várias proposições trazidas pelo autor, destacamos três conclusões como contribuição para nossa análise: a) o campesinato comporta em si uma divisão do trabalho, o que significa que vai além das divisões de tarefa dentro da própria família, resultando numa organização produtiva que pode se desenvolver na distribuição setorial — isto é, setores primário, secundário, terciário — mais complexa entre unidades domésticas, comunidades, mercados; b) na divisão simples do trabalho, esses setores se concentram na unidade familiar, o que significa que “camponês não está ligado somente à agricultura. A agricultura poderá produzir as calorias de que um homem necessita, mas ele tem também de se vestir, construir casa, fazer recipientes e manufaturar os instrumentos necessários à agricultura” (WOLF, 1976: 59-60); c) a especialização advinda do aumento da divisão não resulta necessariamente, ou unicamente, na agriculturação.

Essas conclusões têm uma dupla tarefa na fundamentação do conceito do *Circuito Camponês*, e, portanto, servem de base para outros tópicos a serem desenvolvidos. Uma se refere à necessidade de dar atenção especial ao beneficiamento de alimentos presente no campesinato: à produção de alimentos transformados, à mistura de ingredientes produzidos geralmente na própria unidade produtiva, enfim, uma indústria doméstica alimentada por insumos locais. Deve-se também ressaltar a prestação de serviços presentes na organização socioeconômica do campesinato, que faz parte de seu cotidiano e da reprodução de suas atividades. A outra tarefa é a de sustentar o argumento sobre a necessidade de estender o entendimento do campesinato para unidades produtivas nas quais a agricultura tem peso menor — ou até nulo — em relação a outras atividades praticadas.

2.1.2.1. Agriculturação

Considera-se inicialmente que no Circuito Camponês estão agregados produtos agrícolas, produtos agrícolas beneficiados e transformados, produtos não-

alimentares, como utensílios, vestimentas, móveis, ferramentas, tecnologias. Além disso, nele são prestados serviços básicos do cotidiano dos mais variados tipos, como manutenção de máquinas, construção de imóveis, trabalhos como os de motoristas, tratoristas, acompanhamento de pessoas, serviços de saúde, como parteiras, benzedeadas etc., entre tantas outras atividades específicas oferecidas em comunidades. É preciso considerar também a multifuncionalidade — como destaca Ploeg (2008) — de uma mesma pessoa. Um agricultor pode ser também tratorista, pedreiro, benzedeador, professor etc. e exercer, portanto, mais de um serviço em atividade plena. E ainda, é preciso recordar que a associação do campesinato à atividade agrícola restrita não é uma regra, mas consequência da demasiada especialização que a atividade de produção hegemônica ocasionou.

Em síntese, podemos considerar a agriculturação como o processo que impulsionou essa restrição ao campesinato. Shanin (2012) diz que esse processo é resultado da produção industrial em massa, que assumiu as tarefas não-agrícolas do campesinato, restando a este apenas a produção dos insumos agrícolas de baixa rentabilidade. Nisso, deve-se levar em conta os mais variados produtos e serviços que a indústria massificou a produção e o consumo, incrementando novos produtos e substituindo outros autóctones e suas técnicas de produção. Wolf (1976) explica de forma mais detalhada esse processo dizendo que

A divisão do trabalho é, pois, pesadamente acentuada com o crescimento da indústria. A industrialização teve um efeito quase imediato num grande número de pessoas na agricultura. À medida que os empregos na indústria se ampliaram, os subempregados ou que o fazem sazonalmente na agricultura emigram para buscar trabalho nas fábricas. Essa migração reduz a população, deixando uma quantidade maior de terra e de capital per capita na área rural. O efeito é o de aumentar a produtividade do trabalho, mesmo onde não ocorrem inovações tecnológicas de grande monta. Onde o capital é usado para aperfeiçoar a tecnologia da agricultura, o efeito é naturalmente aumentado. Na medida que as máquinas assumem o papel do homem, ou o trabalho é de tal modo organizado que ocupa menos homens, a necessidade de trabalho na agricultura decresce. Os excedentes produzidos por um pequeno número que permanece canalizam-se para menos famílias: há, pois, um aumento da renda. Inversamente, o aumento da renda possibilita o camponês comprar mais bens industriais. Na verdade, eles terão que comprá-los, porque a imigração fez decrescer o número de especialistas que se dedicavam em tempo parcial a prover a família camponesa com bens específicos.

Deste ciclo vicioso se origina as feições de um campesinato restrito à agricultura. Se bem que a síntese supracitada não corresponda à realidade sócio-histórica de todos os territórios, mesmo assim, ela demonstra efeitos da industrialização na disponibilidade de mão de obra, bens industrializados e renda que podem ocorrer de forma genérica, com mais fatores de influência e outros resultados mais complexos.

O avanço da industrialização na organização da economia camponesa pode ir bem além de substituir os bens de consumo artesanais das comunidades camponesas.

Oliveira (2007:32) diz que

a agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preço vis.

Com o surgimento da agroindústria, esta lógica imperou, e dessa forma o capital “solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura da indústria, cidade e campo” (idem, ibidem). Nesse sentido, o campesinato serve como uma espécie de terceirização da produção, enquanto a circulação é captada pelo capital, pois a rentabilidade do capital no campo não é elevada e o monopólio industrial se implantou na circulação, subordinando a produção à circulação. Desta forma, o capital

está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.

As consequências disto foi a transformação da produção da agricultura camponesa, agora, mais do que nunca, produtora de mercadorias especializadas para atendimento da agroindústria. A submissão dos camponeses e dos elos mais frágeis dos capitalistas no campo à lógica da agroindústria, resultou, “dessa forma, de certo modo [na abertura de] espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo” (idem, ibidem). E para grande parte do campesinato

brasileiro, essa tem sido a condição de permanência do seu modo de vida, apesar de transformado em certos aspectos. O autor ainda diz que

É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas. Esse número tem variado de país para país, mas, de qualquer forma, ele tem teimosa e contraditoriamente persistido. Persistido, porque ele não é estranho ao capitalismo; persistido, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo (idem, ibidem:33).

A discussão sobre o desdobramento da agriculturação no campesinato leva à questão sobre a conceituação dele, pois, além de restringir suas funcionalidades à agricultura, o sistema produtivo capitalista lhe impõe a especialização de um ou outro tipo de cultivo e ainda lhe retira a autonomia da circulação, atingindo diretamente o seu modo de vida. Ploeg (2008) chega a definir esse formato produtivo oriundo do campesinato de agricultura empresarial, cujo modelo é essencialmente (não exclusivamente) baseado em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), cuja expansão atual é realizada, basicamente, através do aumento em escala, uma de suas principais características mais cruciais e necessárias. Sua produção é especializada e completamente orientada para o mercado, e os agricultores empresariais se tornam produtores de commodities e totalmente dependentes do mercado de insumos. Esse debate, que se faz muito pertinente, visto as grandes transformações socioespaciais e político-econômicas assistidas na atualidade, será mais bem desenvolvido a frente. De todo modo, é importante ter ciência das diversas condições em que se encontram o campesinato e sua autonomia em relação aos mercados e em qual nível isso impacta seu modo de vida, o que não significa — necessariamente — desconectar do modo camponês.

A agriculturação deve ser entendida, portanto, como responsável por um grande impacto na organização social do campesinato, alocando-o na base produtiva da divisão do trabalho. Contudo, deve-se dar atenção ao fato de que esse processo não é generalizado e nem tênue. Logo, deve-se observar que nem todo campesinato sofreu as consequências da agriculturação acima descritas, assim como uma produção camponesa especializada pode também apresentar multifuncionalidades.

2.1.3. Coprodução com a comunidade

Sabourin (2004) diz que em todas sociedades rurais do mundo há um nome próprio para a ajuda mútua: *coubiage*, em Poitou, *juntamão*, em Guiné Bissau, *ipaamuu*, para os jivaros, no Peru e Equador, *mitka*, *minka* e *ayni*, em comunidades quíchua nos Andes, e *mutirão* no Brasil. Ainda segundo o autor, mutirão é um termo comum em todo Brasil, com algumas variações, e pode designar dois tipos de ajuda mútua: a que se refere aos bens comuns, como a construção ou manutenção de um bem de consumo coletivo, ou resultante de convites de trabalho em benefício de uma família para trabalhos pesados. Ser uma ajuda mútua não significa ser igualitária, pois existe devolução, monetária ou não, mas não é necessariamente simétrica às prestações de serviço. Brandão (1981) analisa processos de transformação profunda no espaço rural ocasionados pela modernização da força produtiva, observando a percepção dos agricultores sobre o colapso de algumas formas de trocas sociais, antes caracterizadas relações mais horizontais e sem monetarização.

Woortmann (1990) sugeriu o conceito de *campesinidade* para referenciar à ordem moral das sociedades camponesas baseadas na honra, na tríade indissociável entre *família, terra e trabalho*, e as relações de reciprocidade presentes das trocas sociais, singularizando o campesinato e o diferenciando da sociedade moderna.

Há um longo acervo de estudos que mostram a importância das relações comunitárias na reprodução do modo de vida camponês. Essas relações estão na realização da produção, nas relações afetivas, na percepção de mundo etc. Ianni (1985:114) diz que a “comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês, a singularidade do seu movimento social. E é precisamente aí que está a sua força”.

Neste tópico será discutido o papel da comunidade no Circuito Camponês enquanto coprodutora neste processo. Contudo, em dissonância com os demais tópicos — anteriores e seguintes — que conjuntam a seção de apresentação da formulação conceitual do Circuito Camponês, na qual se prioriza a revisão bibliográfica dos temas e se realiza alguns apontamentos que direcionam a pesquisa. A proposta do que vem a se chamar *coprodução com a comunidade* se caracteriza como uma hipótese. Aqui apresento contribuições de autores pelos quais fundamento este conceito, que foi assim denominado em convergência com um tópico que será apresentado mais adiante — na seção sobre agroecossistemas —, sobre a

coprodução com a natureza. Esta, sim, por sua vez, é formulada por autores que discutem a importância da natureza e do manejo da base de recursos naturais que viabilizam a produção agrícola camponesa.

A hipótese é que a produção camponesa é viabilizada — e está agregada em sua definição — pela inserção de relações comunitárias de produção. O produto resultante da práxis agrícola seria, portanto, fruto de um trabalho de cunho coletivo — direta ou indiretamente. Na produção de um estabelecimento camponês estão agregados o esforço individual do produtor e o esforço de sua família, significando a intensificação do trabalho para alcançar determinado objetivo. Entretanto, apesar de indiscriminável a real participação na geração de valor do produto final, há a imprescindível contribuição da comunidade embutida nestas complexas relações de trabalho, que pode se manifestar de formas diversas, desde serviços de mutirão, troca do dia, pagamentos monetários ou tramas que envolvem trabalho comum.

Dessa forma, esta hipótese pode ser traduzida enquanto uma possibilidade de as relações familiares de produção serem estendidas às relações comunitárias, em conjunturas de ações do cotidiano, ou até mesmo em concertações mais estruturantes, como melhorias na infraestrutura doméstica e/ou produtiva, conquistadas pela associação de moradores da comunidade. O envolvimento da comunidade, neste caso — e como será visto mais adiante na apresentação da coprodução com a natureza — se afirma como uma estratégia em busca de autonomia do circuito camponês, e, logo, está no cerne da práxis camponesa.

A coprodução com a comunidade, apesar de ocupar um importante espaço no processo produtivo, não deve ser colocado como fator determinante, cuja eventual ausência inviabilizaria a reprodução de um estabelecimento camponês. Neste caso, entende-se que o menor grau de envolvimento da comunidade na produção deve ser compensado pelo emprego de capital, ou outras estratégias.

Essa hipótese está apoiada, principalmente, nas análises da organização da comunidade e nas trocas sociais estabelecidas pela reciprocidade, sendo um importante pilar do modo de vida camponês, tema explorado por Sabourin (2004), Woortmann (1990), Brandão (1981), Cunha (2013), entre outros autores.

Há um imperativo que ocorre em qualquer sociedade, mesmo em lugares onde há autossuficiência para conseguir seus bens e alimentos, na qual seus indivíduos se relacionam com seus companheiros, por exemplo através de casamentos fora da

família onde nasceram, e assim sendo obrigados a manter contatos sociais com aqueles que serão seus parentes. Será obrigado, também, a se unir aos seus companheiros para manter a ordem, “assegurando a aceitação rudimentar de certas regras de conduta para manter a vida possível e tolerável” (WOLF, 1976:20). Dessa forma, toda relação social, continua o autor, de qualquer espécie, nunca será exclusivamente instrumental ou utilitária, mas sempre estará “cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la e regulá-la” (idem, ibidem).

Paulilo (2004) mostra como a noção de comunidade foi construída em certo momento na sociologia a partir do dualismo com a sociedade, notadamente estruturado em uma visão evolutiva. Citando Murdoch e Pratt (1993), as comunidades seriam espaços que estão fora da influência da modernidade, e essa modernidade ameaçaria o futuro dos espaços de vida tradicional. Paulilo (2004:231) critica o “romantismo implícito no desejo de preservar os modos de vida tradicionais permeia essas análises, fazendo com que sejam vistos como contendo a ‘essência’ de uma determinada cultura ou nação”.

Galizoni (2007:63) apresenta associação forte entre a noção de comunidade com a relação de parentesco, isto é, a comunidade de parentesco: “um grupo familiar extenso, com várias famílias conjugais descendentes do mesmo fundador(a) do grupo e, ao mesmo tempo, o(a) primeiro(a) possedor(a) da terra”. As comunidades, segundo a autora, são unidades sociais, políticas, territoriais e culturais, pela qual há um forte sentimento de pertencimento e identidade, delimitando o lugar das famílias no mundo. Em síntese, “a comunidade rural é a expressão espacial de uma rede social de parentesco” (idem, ibidem). Neste sentido, pode-se considerar que a divisão do trabalho familiar se estende ao nível escalar da comunidade, compondo estratégias (conscientes ou atreladas às manifestações culturais) que podem isentar — em certa medida — a necessidade da intensificação da produção pelo emprego de capital.

2.1.3.1. Reciprocidade

As estruturas elementares de parentesco são, segundo Strauss (1967) citado por Sabourin (2004), ordenadas pelo princípio da reciprocidade, identificada por Mauss (1925), pela dinâmica de dádiva e dos vínculos de sociabilidade. Entende-se por dádiva “toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza

de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (CAILLÉ, 1998:76 apud SABOURIN, 2004:76)

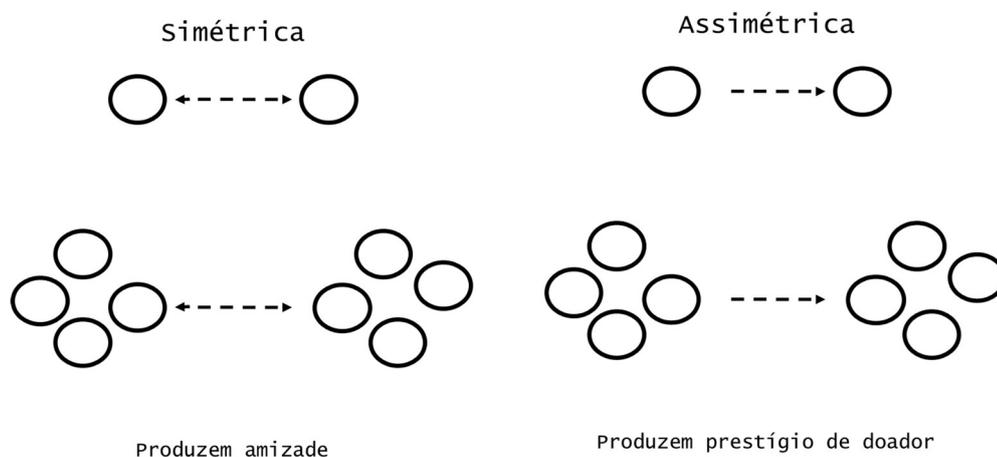
A comunidade pode ser entendida como uma unidade territorial caracterizada pela reprodução de trocas sociais de reciprocidade. Nas comunidades rurais, segundo Sabourin (2004), coexistem estruturas de reciprocidade e da lógica econômica de intercâmbio (direcionada à concorrência para a acumulação privada de valores materiais e à exploração), gerando por vezes complementaridades e, geralmente, tensões. Há, porém, segundo o autor, perspectivas que entendem que não há diferenças entre esses tipos de relações, considerando apenas a reciprocidade em suas diferentes estruturas “como uma forma de intercâmbio recíproco e simétrico” (SABOURIN, 2004:78).

Temple (1998) citado por Sabourin (2004) sistematiza estruturas elementares de reciprocidade, identificando valores humanos nelas produzidos e reproduzidos. *Reciprocidade bilateral* são aquelas estabelecidas em relações interpessoais de aliança, como matrimônio e compadrio, que ocorrem entre indivíduos, mas também entre famílias e grupos. Se esta estrutura for *simétrica*, produz amizade, se for *assimétrica*, produz prestígio de doador. As estruturas que implicam três partes ou mais são chamadas de *reciprocidade ternária*. Esta estrutura pode ser *unilateral*, como a dívida intergeracional entre pais e filhos, que produz responsabilidade, pode ser *bilateral*, como ocorre na partilha de recursos em comum, que produz justiça, equidade e confiança. Nesta estrutura, há o estabelecimento de sentido de responsabilidade a uma nova obrigação, na qual o objetivo do doador é gerar e reforçar o vínculo social com a intensificação das doações. Na estrutura *centralizada*, as prestações e decisões partem de um centro de redistribuição (chefe, líder religioso, patriarca, Estado). Neste caso, a confiança se torna obediência e obrigação, logo, a distribuição de bens comuns gera confiança. Assim, as manifestações das estruturas de reciprocidade revelam categorias dos “sentimentos e valores humanos: amor e amizade” (SABOURIN, 2004:80), sem idealizar seus princípios, uma vez que há aspectos negativos dessas estruturas, como vingança, guerra, etc., além de processos de alienação próprios das suas dinâmicas que precisavam ser analisados criticamente; ademais, as estruturas de reciprocidade podem ser consideradas estruturas econômicas, contudo, de natureza diferente da economia de câmbio livre. (TEMPLE, 1997 apud SABOURIN, 2004). Sabourin (2004) exemplifica as formas de

redistribuição do Estado (previdência social e aposentadoria), as quais são analisadas apenas enquanto compensações monetárias ou lucros coletivos, o que, na categoria da reciprocidade, são estruturas recíprocas centralizadas e generalizadas “assegurando uma das últimas formas de partilha ampla das sociedades ocidentais” (SABOURIN, 2004:81)

A Figura 4 apresenta uma tentativa de ilustrar esquematicamente essa estrutura.

Estruturas Bilaterais



Estruturas Ternárias

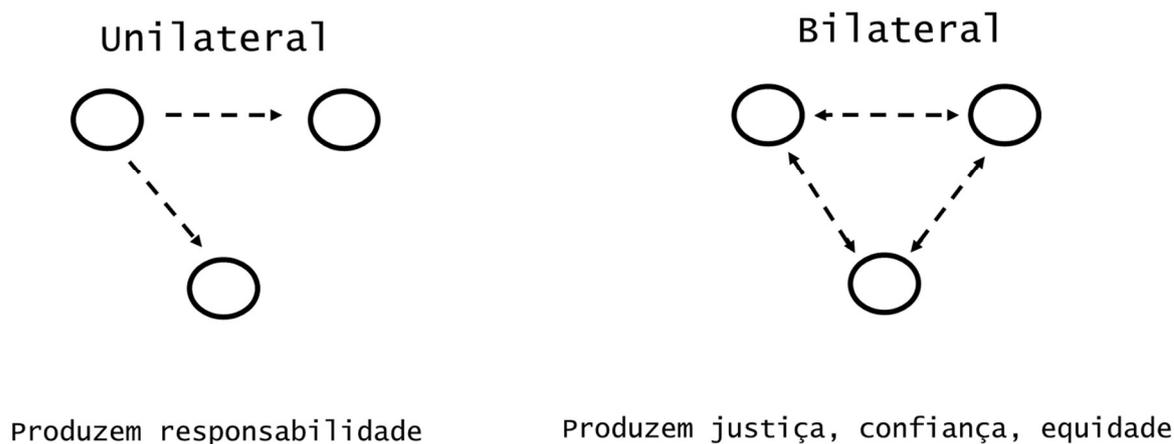


Figura 4 – Esquemas representativos das estruturas de reciprocidade
Elaboração: Costa, 2022

Sob a perspectiva da dádiva, a interpretação das diferenças entre sociedades capitalistas e as sociedades camponesas é demonstrado por Cunha (2013), no quadro 2:

Quadro 2 - Interpretação sobre a dádiva e a dívida nas sociedades capitalistas e camponesas

INTERPRETAÇÃO SOBRE A DÁDIVA E A DÍVIDA NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS E CAMPONESAS			
Sociedade Capitalista	=	$\frac{\text{Dívida}}{\text{Dádiva}}$	= <i>Relação Instrumental</i>
Sociedade camponesa	=	$\frac{\text{Dádiva}}{\text{Dívida}}$	= <i>Relação Moral</i>

Fonte: Cunha, 2013

Segundo a autora, esse quadro reflete a “lógica da dádiva que predomina nas sociedades camponesas tradicionais, onde as relações morais se sobrepõem às relações instrumentais” (CUNHA, 2013:44), sendo um importante motor da organização social e da vida (individual e coletiva), e a com a consolidação de laços. A estrutura de reciprocidade, neste sentido, não deve ser considerada exclusivamente na produção de valores de uso ou de bens de uso em comum, mas de sociabilidade, e em um contexto agrário, para socializar: “precisa dar; para dar, precisa produzir” (SABOURIN, 2004:84), motivando parte importante da produção, manejo dos recursos e fatores de produção. Wolf (1976:31) diz que

É [...] difícil para maior parte dos camponeses considerar suas posses em um contexto econômico divorciado do abastecimento de seu grupo doméstico. Um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos”

A produção é, assim, socialmente motivada para se gerar excedentes para se consumir e se redistribuir, o que se faz como tendência natural das sociedades camponesas, que, contudo, tem sido ameaçada pela situação de infraestrutura e crises relacionadas, principalmente à espoliação de recursos naturais (SABOURIN, 2004).

2.1.3.2. Coalizões

Sobre os desequilíbrios na oferta de recursos naturais em determinada comunidade, ocasionados por fatores de diversas procedências, há estratégias estabelecidas — também — nas estruturas de reciprocidade. Wolf (1976:110), diz que diante de pressões diversas que levam a redução da disponibilidade de recursos, como secas, inundações, pragas, ou outra conjuntura de fatores, “a força [dessa] pressão seletiva pode ser reduzida pelo desenvolvimento de mecanismos de partilha de recursos nos tempos de necessidade”, na qual grupos domésticos emprestam alimentos, pedaços de terra, fontes de energia com aqueles que estão em necessidade, em um esforço próprio, no qual “o campesinato pode tentar refrear o efeito diferenciador das pressões seletivas que sobre ele recaem nivelando seu impacto”, mesmo consciente que “em tal situação, o ganho de alguns é obtido com a perda de outros” (idem, ibidem). As respostas às crises são, portanto, opostas às soluções sob o domínio mercantil, na qual se deixa que as pressões seletivas recaem onde devem, “maximizando o sucesso dos aquinhoados e eliminando os que não conseguem subir” (idem, ibidem:112).

As práticas de cooperação ocorrem entre grupos domésticos, comunidades, mas também entidades superiores, externas ao campesinato. Wolf (1976) chama esses “pactos” de *coalizões camponesas*. Ele elenca três critérios para tipificar coalizões:

1. Interesses em comum. Se for entre pessoas que compartilham muitos interesses em comum, ou ligadas por um único interesse, são chamadas de multilinear ou unilinear respectivamente.
2. Número de pessoas envolvidas: diádica quando envolver duas pessoas ou dois grupos de pessoas, ou poliádica quando envolver muitas pessoas ou grupos.
3. O grau no qual são formadas as coalizões: como entre camponeses — chamadas horizontais — ou pessoas fora do grupo — chamadas verticais.

Nas coalizões unilineares, Wolf (1976) ilustra relações diádicas e horizontais através de troca de bens entre camponeses, na qual “envolve-se em vantagens mútuas econômicas de longo alcance. Ela vai até certo momento, pois a relação não adquire interesses secundários em adição ao que lhe deu origem, isto é, não redundando numa ligação” (WOLF, 1976: 115) mantendo-se apenas em uma relação de interesse único. O mesmo acontece em uma relação diádica vertical unilinear, como entre o camponês e o prestador de dinheiro, na qual não é possível ligações até que “transação de interesse único seja suplementada por considerações de ‘boa vontade’ ou ajustamentos feitos na taxa de juro ou na quantia da taxa de pagamento por serviços ou favores [...]” (WOLF, 1976: 115). Algo parecido é o que acontece em relações poliádicas verticais unilineares, quando, por exemplo, há relações hierárquicas ou relações entre supervisores e supervisados, como ocorre em camponeses que entram em algum trabalho patronal. Haveria aqui uma coalizão para o trabalho se desenvolver mais suavemente através de favores trocados informalmente. Ainda sobre as relações unilineares, o autor ilustra as relações poliádicas horizontais com coalizões duradouras através da formação de associações ou cooperativas.

O autor faz uma análise semelhante para as coalizões multilineares, isto é, guiadas por diferentes interesses em comum, que podem selar pactos sociais duradouros. As relações diádicas e horizontais exemplificam laços de amizade e de vizinhança, com ajuda mútua na produção ou até troca de favores, ilustrado por relações de compadrio — relações co-parental — entre pessoas do mesmo *status*, realizadas através de rituais de apadrinhamento mútuo de filhos, entre outros, que garante troca de bens e serviços entre eles. Já em uma coalizão poliádica horizontal há mecanismos diversos para nivelar diferenças entre membros, como regulamentos comunitários de restrição de associados somente àqueles que nasceram na comunidade, ou aos membros que se casem com outros da comunidade, ou, até mesmo, regulamentos sobre a terra que, nesses casos, ganha grande importância — mais que o indivíduo — a qual não pode ser vendida, hipotecada ou alienada a estrangeiros, mas pode ocorrer re loteamento de terra, e punições de usos indevidos de recursos por sanções formais ou informais. Por outro lado, aluguel de trabalho, espécie ou dinheiro é distribuído de forma igual entre os membros e organiza direitos

e deveres, e assim, “a comunidade adquire a forma de uma corporação” (WOLF, 1976: 119).

Deste modo, a coprodução com a comunidade, já referida de certo modo nos estudos apresentados, desqualifica — em primeiro lugar — qualquer premissa que considere o isolamento do campesinato. A família camponesa, mesmo que em um cenário de provisionamento centrado e restrito no autoconsumo, tem e necessita das relações sociais com a comunidade para a viabilidade da vida. Neste sentido, a conexão das unidades familiares com escalas mais amplas da sociedade tampouco significa deterioração das relações comunitárias. O autor observa também que a coprodução com a comunidade está fundada nas relações concretas de reciprocidade. Essas relações estão presentes em todas as relações sociais, ora mais explícitas, ora mais ofuscadas por relações mercantilizadas. Essas relações se manifestam em ações movidas pela constante atuação das obrigações do *dar, receber e retribuir*, e atingem múltiplas escalas sociais. Logo, a coprodução com a comunidade, neste sentido, abrange as relações do microcosmo familiar e se expandem para as relações de parentesco, vizinhança, comunidade e sociedade envolvente, e cooperação direta ou indiretamente à unidade familiar produtiva. Essa cooperação pode ser expressa pelas coalizões camponesas e outras manifestações. A questão que se faz presente neste momento seria: como essas coalizões e outras manifestações se materializam no processo produtivo e de circulação no circuito camponês? Qual o seu papel? Essa dúvida é central neste projeto de pesquisa.

2.2. Agroecossistemas: a unidade doméstica e produtiva

A sobreposição da unidade doméstica e produtiva pode ser definida, de forma mais simples, pela mescla dos espaços do trabalho e da morada da família. Essa mescla pode ser encontrada em múltiplas configurações, para diversos tipos de produção. Assim como o trabalho — seja qual for — dividido entre membros da mesma família não é uma particularidade do campesinato, o compartilhamento do lar com o trabalho em si tampouco é. Empresas familiares ou produção doméstica são identificadas em diferentes setores da economia, e isso não os classifica enquanto camponeses. Contudo, o estabelecimento camponês revela formas específicas de usos, organização e desenvolvimento. A junção do trabalho familiar na unidade doméstica/produtiva apresenta um leque de significados que singularizam esse

modelo de produção. Há um conjunto de fatores que corroboram com a afirmação de Karl Polanyi, de que a terra como mercadoria — que pode ser comprada ou vendida — é uma ficção legal, “uma vez que a terra é uma parte da natureza; sendo assim, ela somente é, não sendo produzida para venda” (WOLF, 1976: 80)

A organização do espaço produtivo está ligada diretamente ao provimento da família. As estratégias para esse objetivo são complexas, pois envolvem o sítio no qual o estabelecimento está assentado, isto é, suas condições naturais, a agregação de valor a partir do manejo realizado — ou, também, herdado pelos ancestrais —, as conexões com a natureza externa e a comunidade, as mudanças sazonais, ou conjunturais, que impactam diretamente a produção, entre muitos outros fatores

Neste tópico, com o objetivo de subsidiar a construção conceitual do Circuito Camponês, serão apresentados e discutidos estes fatores relativos ao estabelecimento onde estão localizados os espaços produtivos, o espaço doméstico, e suas relações com a família, natureza, comunidade e os mercados.

É necessário reforçar que “o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar*” (WOLF, 1976: 28, grifo do autor). Essa associação entre produção, família e o espaço produtivo transcende a objetividade do campesinato, sendo, na realidade, o principal fundamento da subjetividade do ser camponês. Como já citado anteriormente, Woortmann (1990) diz que o eixo central da ordem moral camponesa está na indissociabilidade entre *terra, família e trabalho*. Nesse sentido, para entender o significado da unidade produtiva no campesinato se deve considerar seu uso enquanto lar e trabalho da família sem uma divisão, necessariamente, objetiva. Desta forma, falar sobre o estabelecimento camponês nos obriga a constantemente voltar à discussão sobre trabalho familiar por sua forte conexão.

É nesse sentido que se faz preciso entender que unidade camponesa não é somente uma organização produtiva formada por alguma quantidade de mão-de-obra, mas também é uma unidade de consumo, na qual “tem tanto ‘bocas’ para alimentar quanto ‘mãos’ para trabalhar” (WOLF, 1976: 26). Isso implica em uma constante busca por equilíbrio entre a capacidade produtiva do estabelecimento, mão de obra disponível e sua intensificação e os membros consumidores da família. Chayanov (1974) explorou esse tema, em que observou a importância desse equilíbrio, o qual

depende de muitas variáveis, como tamanho da terra, fertilidade do solo, quantidade de mão de obra em idade ativa, quantidade de membros em idade inativa etc. Observou, também, nesta equação que o sucesso da produção para autoabastecimento da família seria compensado pelo *tyagostnost*, ou a intensificação do trabalho familiar. Isto é, se diante de um aumento gradativo de demanda, o tamanho da propriedade e sua aptidão edafoclimática não podem ser aumentados, seus membros deverão trabalhar mais para conseguir a provisão da família. Esta penosidade deverá ser maior se houver membros que não trabalham, como crianças e idosos.

A mescla da vida doméstica e do trabalho marca a espacialidade do cotidiano do campesinato, contudo há na unidade familiar produtiva subdivisões definidas para diferentes usos. Em primeira análise, pode-se considerar uma fragmentação da unidade, entre a produtiva e a doméstica, considerando esta segunda como local usado exclusivamente para atividades domésticas, separadas de algum tipo de produção. É importante, porém, entender a casa enquanto parte do sistema produtivo por várias razões. Primeiramente, deve-se recordar o que Federici (2019) afirma sobre o papel primordial do trabalho realizado pelas mulheres na manutenção das tarefas ligadas ao lar em qualquer sistema produtivo. Mas, também, deve-se destacar as particularidades do campesinato sobre a divisão do trabalho familiar, cujo trabalho doméstico não está necessariamente restrito àquelas atividades domésticas de uma sociedade urbano-industrial. Como já citado, Cunha (2013) mostrou que aos homens cabem as tarefas “pesadas” e às mulheres as “leves”. Isto impõe às mulheres atividades além das domésticas, como, por exemplo, manutenção da horta, criação de animais de pequeno porte, ou colheita de alguns cultivos.

A mesma autora, então, entende que há uma incorporação à casa de uma dupla função, a de consumo, mas também de produção. Assim, a casa é uma unidade voltada, em primeiro lugar, ao consumo. Mas não se restringe a isso, a casa também é produtora, “visto que é ali que se estocam e se beneficiam os produtos da roça que são transformados em mercadoria ou em alimento”. Por isso, ela distingue a *unidade de produção* “espaço onde se realizam os trabalhos de roçado e de criação de animais de grande porte” da *unidade de multifunção*, local “que define a esfera dos trabalhos domésticos e suas proximidades que envolvem a produção de mercadoria, cultivo de hortaliças e criação de animais de pequeno porte” (CUNHA, 2013:147). Mesmo que

não tenha sido seu objetivo, a autora nos ajuda com uma leitura espacial da divisão do trabalho dentro do estabelecimento. Outra importante contribuição é entender que a casa é uma unidade de múltiplas funções, incluindo as produtivas. Logo, a casa, além de ser um espaço de consumo, é também de produção. Essa característica será ainda mais forte se houver no estabelecimento a presença de uma Indústria Doméstica Rural (IDR) como será visto mais à frente.

A complexidade da organização do estabelecimento camponês é objeto de pesquisa em diferentes campos disciplinares. Uma forma de analisar os diferentes espaços dentro do estabelecimento camponês, suas funções, fluxos e relações é através da categoria do agroecossistema, definido como um “ecossistema cultivado socialmente gerido. [...] uma unidade conceitual que pode ser analisada a partir de suas dimensões ecológica, econômica e sociocultural [...] que interagem entre si formando um complexo indivisível” (PETERSEN, 2010:2). O uso dessa categoria possibilita uma série de perspectivas para análise do estabelecimento, desde as mais interessadas na quantificação dos fluxos de insumos energéticos, hídricos, financeiros e agrícolas, até em leituras mais qualitativas, relativas à percepção de mundo dos seus gestores, por exemplo. Independentemente da direção que se opta por seguir através dessa forma de análise, a leitura do agroecossistema se inicia com sua representação da estrutura estabelecimento em sistemas, suas conexões entre si e com os sistemas externos. Com essas relações evidenciadas, é possível, por exemplo, identificar a autonomia dos estabelecimentos.

O estudo de Dalmora e Batista (2018) se dedicou a identificar a perda de autonomia de agroecossistemas camponeses no estado do Sergipe. Para isso, as autoras modelaram a unidade produtiva evidenciando o que elas chamaram de mediadores de fertilidade, que são elementos estruturais que integram a infraestrutura ecológica, como equipamentos e benfeitorias que possuem as funções de captar, armazenar, transportar e processar água, nutrientes e energia. As autoras citam também os mediadores de: a) captação (reservatórios, esterqueiras, silos, bancos de sementes); b) transporte (animais de tração, trator, automóveis e sistemas de irrigação); e c) de processamento (ensilagem, composteira e biodigestor), entre outros. Através do uso desse método, em que se avalia fluxos de insumos e energia com o exterior do sistema e entre os subsistemas internos, elas observaram que a diversidade da produção leva a maior autonomia da produção. Por outro lado,

identificaram consequências da modernização agrícola (inserção de insumos químicos) como um fator negativo para manutenção da autonomia.

Além dessas possibilidades de investigação, a análise realizada através do agroecossistema permite identificar o papel da ecologia local na produção camponesa através do manejo de seus recursos direcionando a energia em prol de um objetivo produtivo. No tópico seguinte serão apresentadas algumas noções sobre a natureza e sua importância no circuito camponês.

2.2.1. Coprodução com a natureza

A agricultura camponesa, “essencialmente (embora não exclusivamente) baseada em um fluxo relativamente autônomo de recursos produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola” (PLOEG, 2008:46) depende diretamente da coprodução com a natureza. É um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, devido à relevância da “interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” (idem, ibidem:40), nos quais os recursos sociais e naturais são constantemente configurados e reconfigurados gerando novos níveis de coprodução.

A abrangência da coprodução está na forma como a natureza viva e manejada se desenvolve, nos mínimos detalhes relacionados aos fluxos de energia das reações bioquímicas, e também nas relações sociais associadas à lógica do crescimento da base de recursos dentro da unidade produtiva e as estratégias da família de reprodução.

Em uma definição abreviada e restrita aos fluxos de energia nos agroecossistemas, Odum (1983:9-10 apud MONTE, 2013:34) resume, afirmando que

[...] o fluxo de energia ocorre num só sentido; uma parte da energia solar que entra é transformada, e sua qualidade elevada (quer dizer, é convertida em matéria orgânica, uma forma de energia mais concentrada que a luz solar) pela comunidade. A energia pode ser armazenada e depois liberada sob controle, ou exportada, mas não pode ser reutilizada (ODUM, 1983:9-10 apud MONTE, 2013:34)

Estes fluxos estão relacionados em primeiro lugar à produção das primeiras necessidades de reprodução, pois “os seres humanos [...] constituem sua própria substância orgânica das matérias orgânicas inicialmente produzidas pelos vegetais” (MAZOYER e ROUDART, 2008:79). Essa matéria tem como origem “a combinação de água, retirada do solo pelas raízes, e de gás carbônico do ar absorvido pelas folhas.

Essa combinação se realiza nas partes verdes das plantas, graças à energia luminosa dos raios solares captados pela clorofila” (idem, ibidem:78). Os autores dizem que a fotossíntese, como é chamada essa reação, se resume à equação da soma de gás carbônico, água e energia luminosa (em presença de clorofila), que resulta em açúcar e oxigênio. Desses açúcares surgem outras substâncias orgânicas indispensáveis para nossa nutrição (lipídeos, proteínas, ácidos nucleicos), e de outros seres vivos.

Wolf (1976:36) demonstra como o fluxo de energia pode ser direcionado e transformado por combinações estratégicas realizadas pelo agricultor para se obter uma diversidade de produtos, encarregando a natureza como participante ativa no processo.

As plantas extraem diversos alimentos de várias substâncias químicas, através do processo de fotossíntese. Os homens podem obter os alimentos assim produzidos, ingerindo essas plantas direta ou indiretamente, isto é, deixando em primeiro lugar que um animal coma a planta para depois alimentar-se dele pela carne ou pelo leite. Sendo assim, o homem transfere energia — a capacidade de trabalho — de plantas e animais para si próprio. Com a união das técnicas do cultivo e domesticação animal, ele terá essa transferência mais garantida. Um campo de trigo e um estábulo são, sob esse ponto de vista, meios de acumulação e controle de fontes de energia prontamente disponíveis. Essas fontes constituem a base de qualquer tipo de atividade através da qual uma forma de vida camponesa se adapta ao meio ambiente.

Mazoyer e Roudart (2008:79) mostram também que o equilíbrio de um ecossistema depende de “quando a quantidade de matéria orgânica produzida a cada ano pela fotossíntese é igual à quantidade de matéria orgânica destruída pela respiração e pela decomposição do leite”. *Respiração*, eles explicam, é a reação que dispõe energia para os seres vivos, inclusive para as próprias plantas, na qual açúcar e oxigênio resultam em gás carbônico, água e energia, ou seja, uma combustão de açúcar. Dessa forma, com a morte e decomposição de algum corpo orgânico mais ou menos dispersa sobre o solo, disponibiliza nutrientes, além de gás carbônico e água.

Assim, as quantidades de gás carbônico, de água, de nitrogênio e de sais minerais diversos, que são absorvidos e fixados na matéria orgânica são em princípio iguais àquelas que são liberadas pela respiração e pela decomposição. Da mesma forma, as quantidades de oxigênio liberadas pela fotossíntese são compensadas por aquelas que são utilizadas pela respiração e pela decomposição. Um ecossistema estável não “cria” nem “perde” nada, mas recicla tudo (MAZOYER e ROUDART, 2008:79)

Esse ciclo é um importante fator para a manutenção da fertilidade global de um ecossistema, que vai depender da temperatura e energia solar para o funcionamento dos sistemas biológicos das plantas. O solo, formado pelo intemperismo das rochas e decomposição da matéria orgânica, tem papel fundamental no grau de fertilidade disponível. O mecanismo de pedogênese, engrenada pela solubilização dos minerais provindos das rochas-matrizes, o ciclo da biomassa, que renova a disposição de sais minerais, junto com a migração de elementos mais finos entre as camadas do solo, o desenvolvimento da serapilheira, rica em húmus, a fixação de nitrogênio da atmosfera por bactérias em simbiose com algumas plantas — como as do gênero *Rhizobium* —, que penetram em raízes das leguminosas são mecanismos naturais presentes no solo que mantêm a fertilidade de ecossistemas. Dessa forma, a produção agrícola em uma área de um ecossistema utiliza da disposição energética e nutricional fornecidas pelo solo, a não ser que se realize manejos para aumentar ou direcionar esses insumos para um objetivo específico, sendo isto, portanto, o grande desafio da agricultura. Como mostram Mazoyer e Roudart (2008:85):

a fertilidade húmica e mineral de um solo cultivado é facilitada, inicialmente, pelo clima, pela rocha-mãe e pelo povoamento original, essa fertilidade não será necessariamente assegurada em definitivo. Ela pode ser mantida em nível constante desde que este solo receba quantidades de matérias orgânicas e minerais suficientes para compensar ao mesmo tempo as perdas de húmus por mineralização e as perdas minerais por drenagem, lixiviação, por desnitrificação e pelas colheitas. Mas ela pode diminuir se os aportes são insuficientes ou aumentar no caso contrário. De fato, a partir do momento em que um solo é cultivado, sua fertilidade se torna uma variável histórica, amplamente influenciada pelos sistemas agrários que se sucedem.

Os autores citam alguns métodos utilizados na agricultura para renovar a fertilidade em um agroecossistema. O primeiro método consiste em deixar a vegetação natural se reconstruir, após a derrubada-queimada e colheita, restabelecendo o ciclo de nutrientes, conhecido também como pousio arbóreo de longa duração. O segundo método consiste em reservar as melhores terras para cultivos e as outras como pastos. As dejeções das reses transferem uma parte da biomassa para os terrenos menos férteis. O terceiro método é estabelecer um rodízio entre as áreas cultivadas e as áreas de pastagem, para que o estrume das criações ajude na renovação da fertilidade das parcelas, o que é parecido com o quarto método, no qual, porém, a renovação da fertilidade será realizada por um tipo de cultivo capaz

de produzir muita biomassa, que fixe matérias minerais e orgânicas no solo, como uma espécie de adubo verde. O quinto método consiste em manter árvores de grande porte distribuídas na área cultivada, de modo que suas raízes absorvam as camadas mais profundas do solo, onde há elementos minerais que serão disponibilizados para o cultivo através da queda e decomposição das folhas. Esses métodos não excluem as possibilidades de uso de adubos e corretivos, provindos de matérias minerais ou orgânicas, que são incorporados ao solo cultivado e ajudam na renovação da fertilidade. Os adubos disponibilizam esses minerais para as plantas produzidos ou coletados no entorno dos locais de produção, como dejeção animal, estrume, compostagem, adubos verdes, e os subprodutos vegetais e animais que são dessecados, macerados, transformados e condicionados de maneiras diversas, como sangue seco, farinha de osso e peixe, bagaços de frutas etc. Já os corretivos têm o objetivo de melhorar a constituição e propriedade física e química do solo, como cálcio, magnésio que corrigem a acidez, e o gesso, que corrige a salinidade (MAZOYER e ROUDART, 2008).

A coprodução da natureza é, portanto, uma espécie de divisão do trabalho, na qual a família produtora transfere aos processos bioquímicos e físicos parte considerável do esforço para produção de cultivos. São nessas combinações produtivas entre a organização do trabalho e a coprodução que motivam algumas das características mais aparentes do campesinato, como a “natureza artesanal do processo de produção, a centralidade da artesanidade e a predominância de unidades familiares [...] e coevolução do homem e da natureza viva” (PLOEG, 2008:41). Em síntese, pode-se dizer também que reside na valorização desta relação e seu pleno desenvolvimento — em detrimento da imposição de insumos químicos — a busca por combinações sinérgicas presente em arranjos biológicos nas unidades produtivas (ALTIERI, 2009).

A dinâmica e sazonalidade da natureza ditam a lógica produtiva, o cotidiano da vida laboral e doméstica, cabendo aos seus manejadores o direcionamento da energia transformada e o aumento gradual da base de recursos do estabelecimento. A base de recursos é, segundo Ploeg (2008), um dos principais resultados — não mercantilizados — da coprodução, através da qual esses recursos não são apenas convertidos em produtos, mas também reproduzidos como recursos para reprodução. O autor explica que

cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias, e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (idem, 2006:25).

Essa característica dá ao campesinato mais uma particularidade em dissonância com o modelo capitalista de produção. A agricultura camponesa, nesse sentido, poderia ser representada como mostra a figura 4:

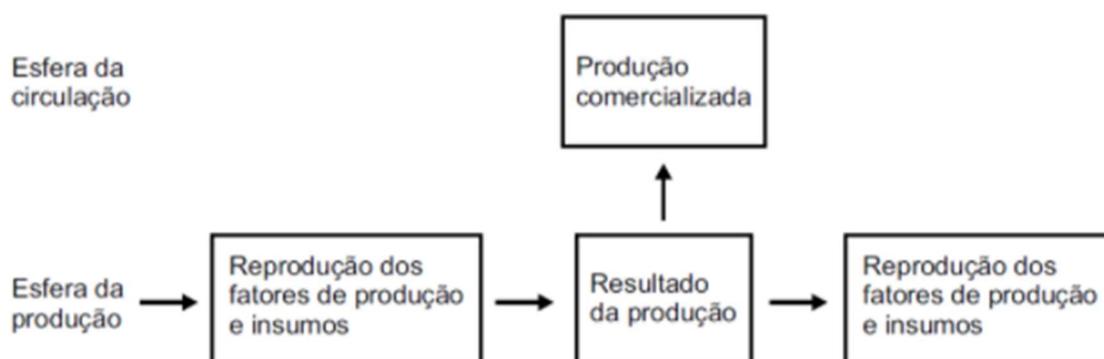


Figura 5 - Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida.

Fonte: Ploeg, 2006.

Observa-se, nela, que a esfera de produção, neste caso composta pela reprodução dos fatores de produção e insumos (a base de recursos), resulta na produção que será comercializada na esfera de circulação, mas também fornece recursos para reprodução de outros produtos.

Em uma unidade produtiva não-camponesa, esse processo poderia ser representado como na Figura 6:

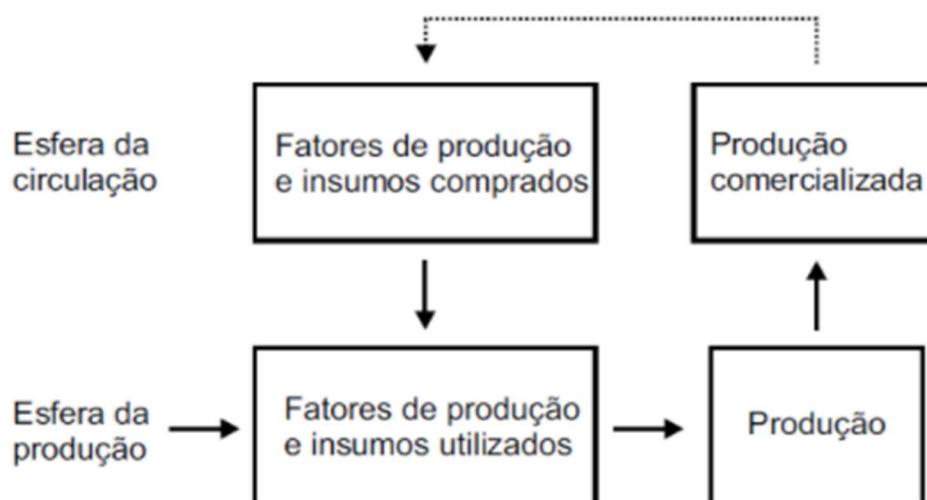


Figura 6 - Esquema de reprodução dependente do mercado.
Fonte: Ploeg, 2006.

Neste tipo de agricultura, a produção é totalmente destinada à comercialização, o que obriga a compra de insumos para abastecer a base de recursos para o próximo ciclo produtivo.

O fator acumulativo, impulsionado pelo manejo do produtor “permitem uma certa liberdade relativamente a trocas econômicas, pois ela se baseia, pelo menos em parte, *em trocas com a natureza*” (TOLEDO, 1990 e 1992 citado por PLOEG, 2008:42). O crescimento da base de recursos, ainda segundo o mesmo autor, está longe de ser uma repetição infinita, pois

o processo de trabalho é o locus onde homem e natureza viva se encontram e onde ciclos diferentes são integrados conjuntamente em um todo coerente, e por isso, muitas vezes, estético. [...] os atores envolvidos também constroem, reconstroem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada: constroem um estilo de agricultura e estabelece uma ligação específica entre esse estilo e o mundo exterior. Cria-se assim, ativamente, coisas, recursos, relações e símbolos (PLOEG, 2008:43).

O crescimento lento da base de recursos, atrelado ao aperfeiçoamento da eficiência técnica, em enfrentamento constante com o ambiente hostil, coincide com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Para Ploeg (2006), esse contínuo processo ocorre com a associação em dois níveis interconectados, o individual e o comunitário. Os atores individuais engajados no processo de produção realizam o manejo da unidade enriquecendo e usufruindo da base de recursos, ao mesmo tempo em que contribuem para agregação de valor da comunidade como um todo, portanto “as unidades individuais de produção estão empenhadas em progredir [...] *com e através de* suas próprias unidades de produção. Isso leva, no plano da comunidade (ou da economia regional), a um crescimento geral do valor agregado” (PLOEG, 2006: 27, grifo do autor). Isso revela que no plano da comunidade camponesa, dentro de uma determinada “economia moral”, a posse de uma base específica de recursos por uma família não é reconhecida como uma tomada ou apropriação de posses adjacentes. Isto seria, para uma comunidade, o equivalente a autodestruição. A Figura 7 mostra um esquema do que seria a coprodução com a natureza.

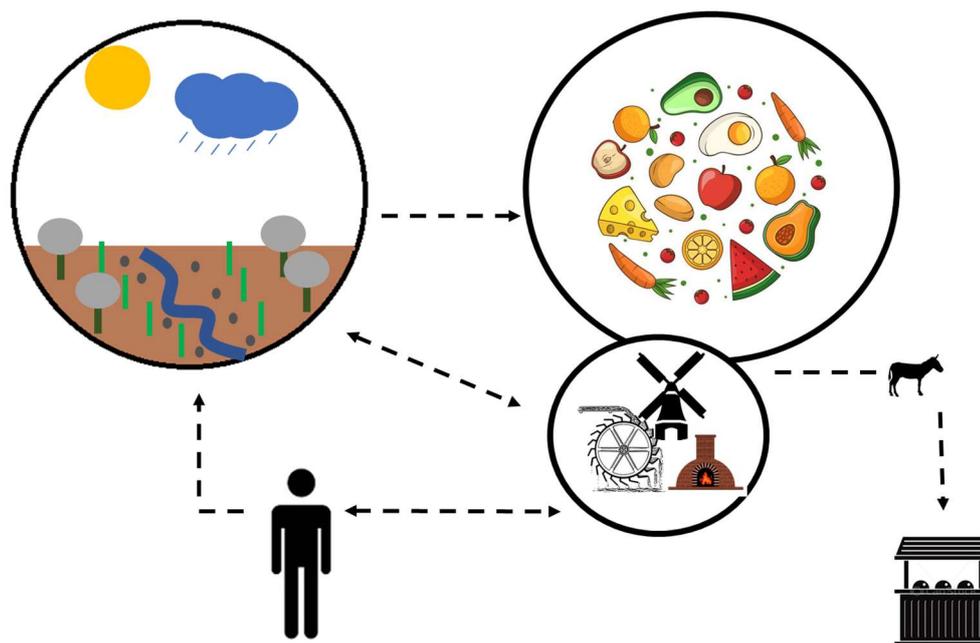


Figura 7 – Esquema sobre a coprodução com a natureza: a natureza possui suas próprias dinâmicas, que são manejadas pelo agricultor, de onde se extrai elementos alimentícios, energéticos e outros recursos úteis para seu provimento.

Diferente do que ocorre em sistema capitalista de produção agrícola — onde o lucro e a rentabilidade são centrais, e, assim, é comum que grandes fazendas se expandam através da eliminação de outros agricultores e tomada de terras — Sabourin (2006) mostra que muitas unidades camponesas de produção podem existir lado a lado, sendo que suas mútuas inter-relações são governadas através de complexos e variados balanços entre autonomia e cooperação. Nesses casos, a reciprocidade tem importante papel nesses balanços, sendo assim, uma força motriz para o desenvolvimento e o crescimento. Pois é na cooperação que a autonomia é construída através do trabalho. Sua potência é tamanha que Ploeg (2006:43) considera que o processo de trabalho para se alcançar a coprodução “é uma arena muito importante de luta social para o campesinato”. O autor afirma que a luta social não acontece apenas nas ruas, ocupações de terra, nas fábricas ou nos grandes supermercados (ou seja, fora do domínio da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados. A luta social deve ser vista, também, como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis nas unidades produtivas.

2.2.1.1. Recursos em Comum

A gestão comum de recursos está muito presente na organização produtiva do campesinato. As relações de trabalho, como vimos, na qual a divisão no interior da família, mas também no interior da comunidade podem se manifestar sem mediações mercadológicas, mas por lógicas da reciprocidade. Observa-se, também, a gestão comunitária dos recursos naturais, o que implica em particularidades da organização do espaço produzido pelo campesinato.

O *comum*, na realidade, se expressa em uma diversidade de elementos materiais e imateriais, como bens, serviços, direitos. Federici (2019) dá exemplos de movimentos sociais em luta para preservação de comuns, desde peixes, águas cristalinas e paisagem, até algoritmos e códigos de softwares abertos em combate a sua mercantilização. A autora se preocupa, por outro lado, em estabelecer uma unidade crítica à noção de comum, visto que é um conceito pouco concretizado se considerarmos as disputas discursivas. Em linhas gerais, o comum, em sua gama de significados, é uma classificação daquilo que não pertence a gestão estatal e tampouco à propriedade privada. Esta perspectiva segue, de certo modo, por um lado, uma lógica intrínseca à razão instrumental, por ser fruto de um debate econômico sobre a gestão mais adequada dos recursos, em defesa da privatização dos recursos comuns como forma de preservá-los da irracionalidade de seus gestores, e, por outro lado, a refutação dessa teoria com demonstração de que a governança dos comuns seguia uma racionalidade própria e eficaz na sua preservação, como polemizada por Hardin (1968) e diretamente confrontada por Ostrom (2000). Federici (2019) mostra como os estudos que atacam os comuns impactaram a formulação de políticas públicas de financiamento de grandes instituições. No começo dos anos 1990,

o Banco Mundial transformou florestas tropicais em reservas ecológicas e expulsou as populações que há séculos tiravam sustento delas, enquanto as tornava disponíveis para pessoas que não precisavam delas para sobreviver, mas podiam, por exemplo, pagar pelo ecoturismo. A seu lado, a ONU, novamente em nome de preservar a herança comum da humanidade, revisou a lei internacional que legisla sobre o acesso aos oceanos de modo a permitir aos governos a consolidação do uso das águas marinhas por menos mãos (FEDERICI, 2019:305).

Ostrom (2000) foi mais perspicaz em entender a racionalidade da governança comum para a qual observou condutas dos seus usuários com a finalidade de uso

racional dos recursos naturais, como pescadores de determinado local que em vez de explorarem gananciosamente os peixes em detrimento dos demais pescadores, regulam-se à dinâmica natural e à demanda comunitária. Somando ao exemplo de Federici (2019), Diegues (1996) ressalta o papel das comunidades tradicionais na manutenção da biodiversidade, por serem verdadeiros guardiões seculares do material genético e dos saberes tradicionais sobre seus usos. Costa (2005) mostra que a expulsão de veredeiros do ecossistema que lhes dão o nome, em decorrência da instalação do parque no Norte de Minas Gerais, gerou o resultado controverso de assoreamento das veredas, devido à ausência do manejo tradicional. Seja pela privatização ou pela estatização, os recursos em comum são alvo constante de despossessão, atingindo diretamente quem os usufrui, sob a justificativa de destinação à uma gestão mais racional, eficaz e sustentável.

Shiva (2000) demonstra como a sociedade moderna transformou a noção de natureza, rompendo os laços de dádiva, e a incorporando como fruto da produção humana. Nesse caso, a natureza passou a ser vista como recursos naturais para produção econômica da sociedade, cuja escassez — até então não experimentada com o advento da expansão da economia, por mais contraditório que pareça — seria suprida com avanços tecnológicos. A autora revela que o dualismo entre ser humano X natureza é fruto da ciência moderna, o que resulta em uma crise ambiental, ao mesmo tempo que condena as sociedades ditas primitivas, isto é, as que não modernizaram sua forma de produção e por isso esse dualismo não se aplica. Em uma análise histórica, a autora considera as leis de fechamento das terras comunitárias na Inglaterra como um marco no qual se observa o interesse do monetário em detrimento do direito costumeiro de camponeses que usufruíam de recursos em comum, como pastagens, bosques, pântanos.

Observa-se que os recursos em comum foram fonte da acumulação primitiva, sendo, assim, peça fundamental do desenvolvimento do capitalismo. Thompson (1998) também analisa esse período histórico, enfatizando a resistência de camponeses contra os efeitos da Lei de Cercamento. Além de rebeliões, rebeldia e lutas violentas, havia aparatos jurídicos baseados nos direitos costumeiros que ora serviam como alguma garantia para manter o acesso dos coletores a bosques já cercados. Esses aparatos foram paulatinamente perdendo sua lógica diante da concretização da privatização das terras comunitárias, ao passo que a base moral

também se transformava. A expulsão de camponeses pela privação do acesso aos recursos comuns foi um processo crucial para o desenvolvimento do capitalismo em sentidos complementares. Por um lado, deveria impor uma lógica mercadológica aos recursos antes geridos no seu valor de uso, por outro, tinha de liberar a mão de obra camponesa para a indústria incipiente em cidades britânicas.

O processo de acumulação capitalista no século XXI reforça o alvo em bens comuns, como também aos bens públicos. A expansão do processo de acumulação atingiu um novo patamar, visto que as fronteiras espaciais do mercado já alcançaram quase todos os territórios. Os investidores diante de barreiras impostas pelo próprio capital, miram os ativos públicos, como saneamento básico, previdência social, sistemas de saúde estatais, e os bens comuns, como mananciais hídricos, terras comunitárias (HARVEY, 2004) e até com os comuns do ar (FEDERICI, 2019). Capitalistas entendem esses ativos como oportunidades mercadológicas, os captando para o ciclo de inversões lucrativas, aliviando paliativamente, dessa forma, as consequências da sobreacumulação de capital. Harvey (2004) chama este processo de *acumulação via espoliação*, ou *desposseção*, uma vez que para mercantilizar esses bens, há uma série de estratégias políticas, jurídicas, legislativas, ou até bélicas para roubá-los, mesmo que velados os interesses envolvidos e a violência empreendida.

Essa forma de acumulação é uma ameaça direta ao campesinato, que, ao lado dos povos tradicionais, formam verdadeiros guardiões de recursos naturais em comum por se apoiarem nessas fontes para sua reprodução. O Brasil possui uma grande extensão de terras de uso comum, cujos “os recursos naturais sob controle comunitário não são algo residual” (VIANNA Jr, 2013:3). Leroy (2016) citando Isa (2015), mostra que no País 22,25% do território “esteja[m] oficialmente fora do mercado”, referindo-se aos espaços de gestão de comuns. Seriam 1.427.097 km² somados aos 801.000 km² da agricultura familiar (INCRA b), isso sem considerar os territórios não mensuráveis por simplesmente serem posses não reconhecidas. Nesse sentido, é preciso destacar a contribuição de Almeida (1989), quando analisou e evidenciou essas terras pelo grupo étnico que delas usufrui, como territórios indígenas, quilombolas, camponeses, e pelas prováveis origens desse tipo de gestão, citando, por exemplo, terras da Igreja católica, fazendas ocupadas por quilombolas, territórios historicamente indígenas e as terras dadas a famílias de indígenas, entre

outros. Para esses grupos esses “sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados” (ALMEIDA, 1986:113).

Esta é uma leitura necessária pela razão histórica dos bens comuns, elemento fundamental da identidade e da memória coletiva dos povos tradicionais (LITTLE, 2002). Bollier (2008:30) citado por Leroy (2016) diz que o comum “se refere aos sistemas sociais e jurídicos para a administração dos recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável” e podem se organizar em arranjos diferentes, como entre terras privadas e comuns, como nos territórios em que há uma formação de um contínuo espacial, onde as áreas privadas e as áreas comuns são contíguas; assim como há aquelas que não são. Leroy (2016:16-17) diz que

há casos em que os Comuns se sobrepõem a propriedades que não estão integradas ao Comum (Petersen, 2015); há casos em que propriedades são partes integrantes do Comum (Steinbock et al, 2013), mas sem que o manejo das propriedades esteja subordinado ao Comum; mas há casos em que a propriedade privada é relativizada por fazer parte da estratégia do manejo do Comum (Martins et al, 2014). Há ainda outros em que o Território de uso comum se sobrepõe a Unidades de Conservação Integral (Fávero; Zhouri, 2013); e outros em que o Comum se sobrepõe a propriedades particulares (Schmitz et al, 2006).

O autor entende o Comum como um território, as comunidades que o ocupam, suas estratégias de reprodução, os conhecimentos técnicos, os mecanismos para consolidar seus comuns, e sua cultura. O Comum é formado “de elementos materiais, marcados e transformados ao longo do tempo pelas ‘digitais’ da comunidade humana que ocupa esse território; e imateriais, pois se produz uma cultura nascida da simbiose natureza-comunidade” (LEROY, 2016:17). Lipietz (2009) citado por Leroy (2016) entende que os bens comuns “não são coisas, mas relações sociais” (LIPIETZ, 2009), que constituem uma base social e se institucionalizam enquanto gestoras do comum. Leroy (2016:29) diz que essa base social se manifesta nas relações de parentesco nas comunidades, por ser

elemento fundamental de coesão e de facilitação das regras de reciprocidade [...] junto com relações de compadrio [...]. A reciprocidade é horizontal, mas também vertical. Ao relacionar dentro da comunidade os mais abastados com os mais pobres, contribui para

manter os laços de solidariedade, independentemente da desigualdade existente entre os membros da comunidade.

E as formas de estabelecer o “comum social” se reinventam diante de realidades diferentes, como ocorre “em comunidades maiores, em áreas do campesinato, por exemplo, os laços de parentesco são complementados ou substituídos por relações de confiança, mantendo-se a ‘troca’ de favores” (idem, *ibidem*).

Os agroecossistemas revelam na interação de seus elementos aspectos próprios do comum, pela sua natureza ecológica, uma vez que as interações dos seres vivos com o meio não são limitadas pela lógica da propriedade privada, mas pela lógica social não delimitada, como Monteiro (2012:70) explica:

Os limites dos agroecossistemas podem ser um estabelecimento agrícola, um lote de assentamento ou uma propriedade de uma família agricultora. O estabelecimento dos limites pressupõe o entendimento da relação dos agroecossistemas com o “ambiente externo”, ou seja, os mercados e as instituições. Na análise dos agroecossistemas, é preciso dar centralidade ao trabalho da família, pois é ela que desenha e maneja os agroecossistemas, em cooperação com outras famílias ou até mesmo recorrendo a trabalhos externos. Muitas vezes os agroecossistemas das famílias extrapolam os limites físicos de uma propriedade familiar ou de um lote de assentamento, pois há outras áreas às quais as famílias têm acesso – locais de uso comunitário, rios, lagos, açudes, áreas de mata nativa onde é praticado o agroextrativismo, pastos de uso comum, entre outras.

As unidades domésticas de produção camponesa revelam o papel das interações entre as relações sociais de trabalho familiar e a dinâmica da natureza direcionada em prol da garantia de produção agrícola para provimento da família. Uma importante parcela do esforço necessário para produção agrícola é designado aos processos bioquímicos e físicos do ecossistema manejado, direcionando fluxos energéticos através de técnicas e ferramentas aplicadas pelos membros da família para se obter insumos destinadas ao autoconsumo, comercialização, e também para compor a base de recursos para demais e futuras produções. Este trabalho — fruto do acúmulo de conhecimentos tradicionais e inovações, que atribuem aos seus produtores o papel de gestores da natureza — se fundamenta na lógica do comum, onde seria inviável aplicar a lógica da propriedade privada nas relações produtivas, pela impossibilidade de tomar posse de uma parcela de um ecossistema, pela

impossibilidade de monetizar a totalidade das aplicações de trabalho realizado por cada membro, renda da terra, entrada e saída de insumos, fluxos energéticos, etc.

2.2.2. Subsistemas

A complexidade das unidades produtivas do campesinato pode ser observada enquanto conjunto de subsistemas que compõem o todo pela integração da dinâmica ecológica e pelo manejo dos agricultores. A divisão do estabelecimento, enquanto abstração, possibilita a análise do conjunto a partir de um determinado subsistema, realçando os fluxos energéticos e de insumos entre os demais, sua posição espacial, as relações sociais, econômicas etc.

A divisão optada para este tópico se baseia nos diferentes componentes dos quais extrai e/ou maneja produtos primários no estabelecimento voltados para o provimento, isto é, diferentes formas de interação entre manejo e coprodução com a natureza que resultam diretamente no autoconsumo e comercialização. Para uma leitura mais detalhada serão destacadas as seguintes divisões: a horta, o pomar, a lavoura, as criações e a recursagem. Além dessas, será dada atenção especial às formas de beneficiamento e agregação de valor, cuja diversidade de formas está agrupada no conjunto denominado de Indústria Doméstica Rural (IDR).

Com foco em nosso objetivo, essas análises específicas são importantes para permitir identificar as particularidades de cada componente quanto a sua gestão e produção vinculada.

2.2.2.1. Horta e Pomares (Olericultura)

Nos agroecossistemas, a horta e o pomar são compreendidos pelo espaço reservado para a produção de olericultura, referente ao grupo das *hortifrutis*, que são raízes, tubérculos, parte aérea, caules, folhas, brotos, sementes, ervas aromáticas e medicinais, frutos e flores comestíveis de plantas. Puiatti (2019) resume pela palavra derivada do latim — *olus* (herbáceo) e *colere* (cultivo) —, olericultura como o cultivo de plantas herbáceas. Dependendo do critério utilizado, essa delimitação pode ser mais extensa ou retraída, porém, “uma característica marcante da horticultura e que a difere das demais plantas no contexto agrônomo é o fato de se referir a produtos vegetais que são consumidos crus (ANDRIOLO, 2020:4).

Encontra-se uma grande variedade de tipos de produção de hortaliças, diferenciadas pela escala, tecnologia, objetivo, relação de trabalho etc. Puiatti (2019) descreve 10 tipos, que vão desde a exploração doméstica e comunitária até a industrial, em que na primeira, por exemplo, se observa grande variedade de cultivos e forte relação produtor-consumo, e na última um forte apelo comercial de especialização e emprego do capital. O autor apresenta outros tipos de exploração de hortaliças, classificando-as por suas características importantes, como exploração diversificada em pequenas propriedades geridas por mão de obra familiar na proximidade com os polos consumidores, ou a exploração de produtos diversificados visando o mercado gourmet, no qual é valorizada a produção e o consumo de *hortaliças não convencionais* (HNC).

Há uma forte conexão entre a horta e a unidade doméstica, expressa por suas proximidades, mantida pela recorrente coleta de insumos para preparação das refeições, mas também pela facilidade de cuidados frequentes, como controle de pragas e rega, entre outras características que fazem dos pequenos canteiros uma extensão da cozinha. De certo modo, a olericultura exige um cuidado mais assíduo no seu desenvolvimento. Esse conjunto formado majoritariamente por plantas de consistência tenra exige a disponibilidade de grande quantidade de nutrientes, além de terem sistema radicular pouco profundo e

associada às características anteriores, leva à necessidade do suprimento frequente de água ao longo do ciclo que, via de regra, não é atendida pelas chuvas que, diga-se de passagem, em grande volume e/ou por período prolongado de dias, pode levar à perda das culturas (PUIATTI, 2019:16).

Ainda segundo o autor, na olericultura não há “ano agrícola”, uma vez que durante todo o ano há plantio e colheita, em frequência até mesmo diária.

Mazoyer e Roudart (2008:142) contam que desde o neolítico já era observada a produção de hortas-pomares “vizinhas às habitações, cercadas e cultivadas e maneira contínua, ou seja, sem alternância com períodos de pousio”. Diferente da produção de grãos, as hortas disponibilizavam alimentos sem a necessidade dos manejos da agricultura itinerante, como a derrubada-queimada, permitindo a proximidade dos locais de consumo. A renovação de sua fertilidade se dava “pelos

dejetos domésticos, por árvores frutíferas e às vezes também por dejetos animais transportados e espalhados pela mão do homem” (idem, ibidem:143)

Apesar de ser pré-histórico, o consumo de alimentos vegetais crus teve sua importância reconhecida na Europa a partir dos séculos XV e XVI. Andriolo (2020) conta que na época das grandes navegações, os marinheiros se alimentavam apenas de carne seca e alimentos farináceos, resultado em avitaminoses severas, como o escorbuto, alertando sobre a necessidade de consumo de produtos vegetais. Com a colonização, algumas hortaliças foram levadas da América para Europa, como a batata, tomate e cucurbitáceas, ajudando a amenizar a escassez de alimentos.

Havia, contudo, um grande problema relacionado à perecibilidade destes produtos, o que não permitia seu transporte por longas distâncias ou armazenamento. Andriolo (2020) diz que o emprego de temperaturas baixas para conservação desses alimentos possibilitada pela popularização da geladeira em meados do século XX revigorou a importância das hortaliças na alimentação. No final do século, as consequências da industrialização e sedentarismo trouxe um novo significado para esses alimentos, como uma forma de amenizar a crescente obesidade da população e suas consequências. Andriolo (2020), por fim, diz que no começo do século XXI, os alimentos nutracêuticos são valorizados no grupo das hortaliças pela associação entre qualidade de vida e alimentação saudável.

Na literatura, se encontram diversas análises sobre a produção e circulação desses produtos e seus impactos, tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Como exemplo, Maluf e Zimmermann (2020) observaram que a comercialização de hortaliças e frutas por produtores familiares em feiras é um fator que fomenta o consumo destes produtos na própria família produtora. Essa pesquisa direcionada para uma microrregião do estado de Santa Catarina mostra aspectos socioespaciais em semelhanças e diferenças daquelas analisadas por Da Cruz (2020) sobre feiras livres no Alto Jequitinhonha em Minas Gerais. Dessa forma, os significados e interações desse subsistema devem ser analisados com devida atenção às suas diferentes expressões em um mesmo agroecossistema.

2.2.2.2 Lavoura e Criações

A criação doméstica de animais e o cultivo de cereais, leguminosas, gramíneas, tubérculos em uma escala relativamente grande são geralmente a principal atividade

dos agricultores. A mão de obra familiar se ocupa nas plantações de roças, ao redor das unidades de produção. Deposita-se grande parte do tempo e do esforço diário para o sucesso da reprodução familiar através da produção de grãos e outras culturas anuais. As lavouras ocupam também a maior proporção útil do terreno.

O uso da coivara, com a derrubada e queimada de uma parcela da mata, são formas de uso da fertilidade natural disponível no ecossistema local. Essa técnica envolve, segundo Mazoyer e Roudart (2008), aberturas de novas parcelas quando se observa o declínio da disponibilidade de nutrientes. A área é reservada para recuperação da mata nativa e do ciclo de fertilidade natural, o que pode demorar mais de uma década.

No Jequitinhonha, a lavoura branca — produção de milho, feijão e mandioca (SILVA, 2014) — é cultivada estrategicamente conforme a sazonalidade das chuvas e das variações de temperatura, poupando-se, assim, o uso de sistemas de irrigação. A escolha dos locais de plantio e o que será cultivado leva em conta, segundo Galizoni (2007), disponibilidade de terra, cobertura vegetal, declividade, exposição ao sol, pois são elementos distribuídos de forma diversa entre os ecossistemas. Além da observação da disposição natural, a autora fala sobre a importância do equilíbrio da disponibilidade de mão de obra familiar e dimensão da lavoura, uma vez que este subsistema demanda um ciclo de etapas na sua produção.

Como visto, o primeiro passo é a coivara, com a derrubada e queimada da mata, o que exige habilidades para controlar e direcionar a combustão para redução das árvores de maior porte. O próximo passo, segundo a autora, é a destoca, “tarefa que consiste em revirar a terra com a enxada e retirar os tocos mais finos” (GALIZONI, 2007:27). Entre a preparação da terra e a semeadura, é esperada a época das chuvas. O plantio é realizado com a consorciação de diferentes espécies, o que “ajuda a criar habitats para os inimigos naturais das pragas, bem como hospedeiros alternativos para as mesmas” (ALTIERI, 2004:32). Com o desenvolvimento dos cultivos, faz-se necessário a realização de capinas para controle de plantas não-desejadas. Por fim, a colheita é realizada conforme o tipo de cultivo e seu ciclo, como também depende da demanda da unidade familiar. Não há “nada mais equivocado”, segundo Galizoni (2007:28), do que dizer que a lavoura é uma operação simples e rotineira.

A criação de animais se destaca na promoção de segurança alimentar, força de tração, transporte, e fornecimento de adubo e fibra (Lima, 2006 apud SILVA, 2018)

imprescindíveis para a manutenção da fertilidade para a produção de hortaliças e outras culturas mais exigentes. Além disso, é fonte de carne, ovos, leite e derivados, com função nutritiva de destaque, por ser fonte de lipídios, proteínas e carboidratos (TORRES et al., 2000 apud SILVA, 2018).

A domesticação de animais próximos às moradias não tem datação certa. Mazoyer e Roudart (2008) sugerem que o seu início está próximo ao começo da domesticação de plantas, com a transição do consumo de carne de caça para criação de rebanhos de animais menos selvagens.

As galinhas ocupam importante papel para a reciclagem de insumos dos agroecossistemas. São criadas em pequenas granjas, soltas, ou misto, sendo as duas últimas formas menos exigentes em termos de ocupação diária da força de trabalho. Quando soltas, as galinhas contribuem para limpeza do terreno e controle de insetos, artrópodes e plantas espontâneas.

O fornecimento de leite, carne e couro são benefícios da criação de bovinos. Seus cuidados exigem manutenção de pastagens e abastecimento de ração. Às reses há uma atribuição além de suas vantagens nutritivas, pois constituem-se em

segura e rendosa forma de poupança e investimento. Porque os riscos de perda com o gado são reduzidos, por ser ele facilmente manipulável [...] e porque seu preço tende a compensar a desvalorização da moeda [...] se constitui na prática, na única oportunidade de poupança e investimento com estas características aberta à generalidade dos minifúndios (TEIXEIRA, 1976)

O rendimento e liquidez que o gado apresenta podem ter um significado estratégico para as famílias camponesas. Pantoja et al (2010:121) dizem que o uso para alimentação dessas famílias “cumpriria mais uma função de investimento em patrimônios duráveis, materiais ou não, considerados vitais para a reprodução do grupo no tempo (saúde, educação, moradia, dote)”, e assim “seu abate para fins de alimentação ou custeio de gastos cotidianos não é o padrão”.

As criações devem ser analisadas, neste sentido, nos seus múltiplos significados para a família produtora, e nas suas conexões mais complexas com outros subsistemas, como produção de ração, ou a produção de derivados na indústria doméstica.

2.2.2.3 Recursagem

Recursagem é o conjunto de técnicas e conhecimentos locais sobre o potencial da natureza, embasada na sistematização, classificação e discriminação, cujo saber é passado intergeracionalmente (COSTA e CARVALHO, 2012). A natureza recursada é aquela onde grupos realizam coletas seletivas de frutas, ervas, madeira, raízes, caça, e demais matérias-primas de variadas funções. Ribeiro et al. (2003:8) diz que recursagem é um conceito designado por lavradores sobre atividade de extração de recursos naturais, e isso envolve complexidades, pois

representa uma extração ordenada, pressupõe um recurso ofertado pela natureza, mas adquirido pela intervenção humana. É um potencial da natureza recursado pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família. Recursar é um sistema de extração de recursos da natureza que está concatenado com a classificação e discriminação do meio e, tal qual a lavoura, é procedimento técnico ensinado aos membros da família desde a mais tenra idade.

A atividade de recursar a natureza é geralmente denominada de agroextrativismo de base familiar, que consiste na “coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar” (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005:129). Esse termo visa especificar as formas de usufruto da biodiversidade, ao mesmo tempo em que difere das atividades predatórias comumente chamadas de extrativismo, relativas à extração intensiva de recursos naturais.

A coleta e manejo de recursos naturais da natureza geralmente é realizada em áreas de uso em comum e, nesse regime de acesso, Schmitz et al. (2009) dizem que permite maior domínio dos coletores das diferentes etapas do processo de agroextrativismo, como a coleta dos insumos, mas também o cuidado com os manejos sustentáveis da mata. Logo, “quanto mais etapas estão sob o controle das catadoras, mais possibilidades existem de auferir rendimentos e de contribuir para a conservação do recurso por entender que ele é importante para a sobrevivência” (idem, ibidem:284). Os autores identificam, a partir da atividade agroextrativista da mangaba em alguns estados do Nordeste brasileiro, outros regimes de acesso aos recursos. Eles analisaram a coleta em áreas privadas com acesso restrito, com acesso pela

“meia”, como acordos entre proprietários, e entre aqueles que têm vínculos de amizade, compadrio e camaradagem. No arrendamento das áreas, o cunho mercantil é mais presente e são estabelecidas regras mais rígidas e restritivas para os coletores. Os autores ainda dizem que

Tanto na meia quanto no arrendamento, há a desvinculação entre a catadora e o recurso com a decorrente perda de saberes, pelo fato de existir apenas um contato rápido com as plantas e de não haver preocupação com a observação e reprodução das mangabeiras que, provavelmente, a catadora não voltará a explorar (SCHMITZ et al,2009:284)

A prática de recursagem é um desafio para o pesquisador, uma vez que seu uso envolve uma gama variada de conhecimentos e vivências, além da diversidade ecológica onde está inserido. Além disso, esse subsistema envolve formas diferentes de manejo, tendo em vista que essa atividade pode ocorrer dentro do limite da unidade familiar — como em um sistema agroflorestal —, ou em áreas de uso comum — como matas, campos, rios, lagos etc.

2.2.2.4. Indústria Doméstica

A indústria — entendida como atividade que direciona energia e trabalho para produção — é tão antiga quanto o surgimento do *homo sapiens*. No neolítico, o ser humano desenvolveu e aprimorou ferramentas, afirmando-se como *homo faber*, criando a cerâmica e fundição dos metais (SCARLATO, 2005). No mesolítico, período relativamente curto e antecessor ao neolítico — quando o ser humano já ocupava quase a extensão territorial atual —, os recursos eram suficientemente abundantes para permitir que grupos se instalassem por mais tempo, ou até mesmo sedentarizarem, o que ocorreu, segundo Mazoyer e Roudart, (2008:67) “graças ao progresso dos procedimentos de conservação (secagem, defumação, frio, silos...)”.

A manufatura e outros trabalhos artesanais se desenvolveram, primeiramente, em decorrência do desenvolvimento e da demanda das atividades agrícolas, reorganizando a divisão do trabalho e tornando a economia local mais complexa. Wolf (1976:62-3) lembra que na Europa medieval, “a comunidade continha não somente camponesas, mas também especialistas de tempo integral ou parcial, como moleiro, ferreiro, tropeiro [...]”. Mazoyer e Roudart (2008) explicam que o desenvolvimento de

técnicas e ferramentas para o cultivo demandou formação de uma “nova geração de artesãos”, onde cada vilarejo precisava de um artesão carroceiro, para fazer e consertar carroças, de um ferreiro para fabricar relhas, facões e outros utensílios, de um correeiros, para fazer coalheiras e arreios, de pedreiros e carpinteiros para construir currais, granjas e celeiros. Ainda segundo os autores, “essa rede de artesãos rurais estendeu-se e densificou-se proporcionalmente à expansão agrícola” (MAZOYER E ROUDART, 2008:333). Eles exemplificam o desenvolvimento da organização industrial com as demandas da agricultura, mostrando que a siderurgia foi uma das primeiras instalações industriais desenvolvidas para atender às demandas da agricultura. Sua expansão foi marcante no século XII, quando reservas de madeira na Europa se esgotaram no entorno dos fornos movidos a carvão, e o aprimoramento das técnicas que ganharam destaque no século XIV. Na figura 6, os autores mostram fluxos da produção agrícola manejados por técnicas agrícolas específicas e sua relação com o beneficiamento no estabelecimento.

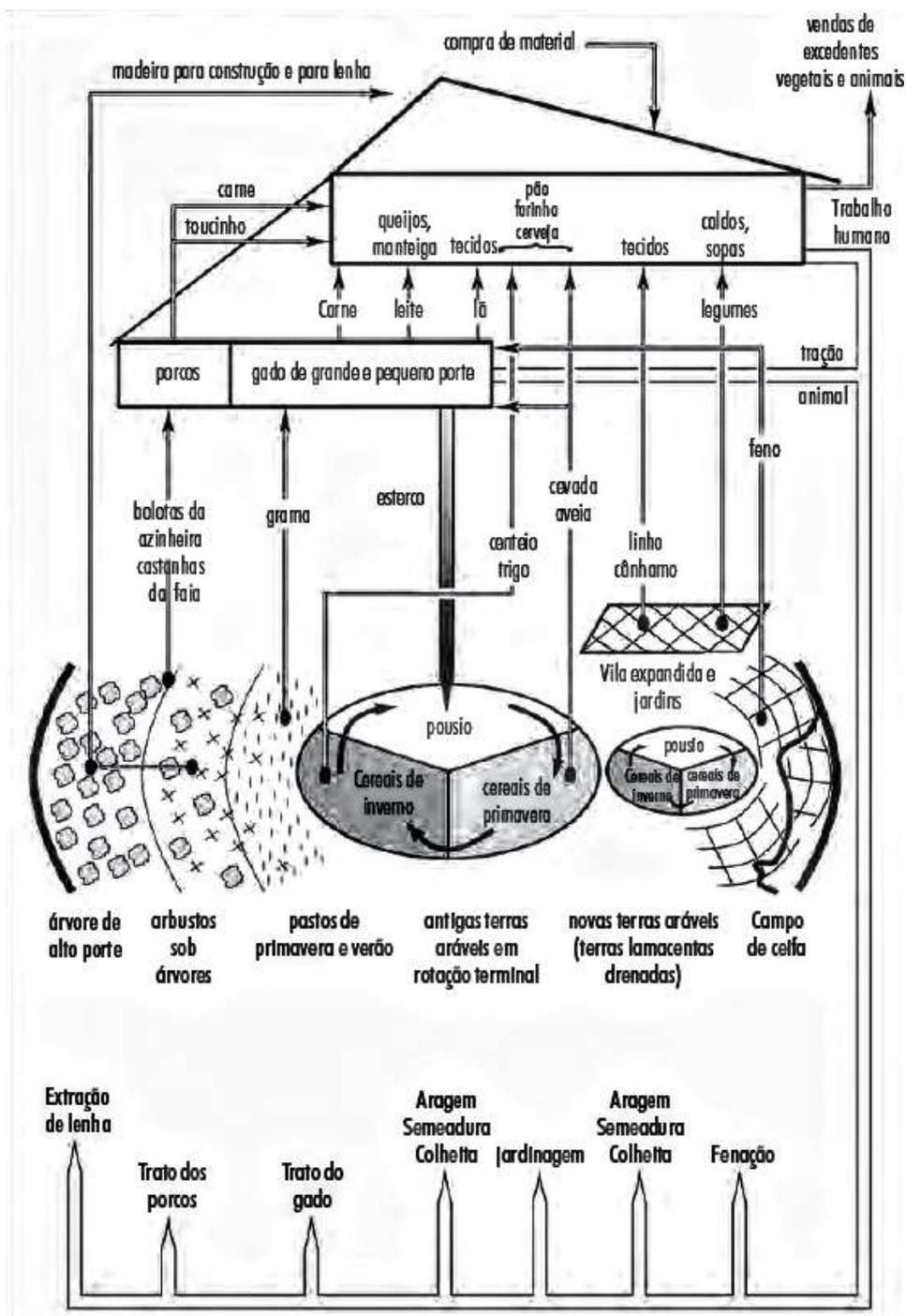


Figura 8 - Esquema de organização e de funcionamento do ecossistema e o beneficiamento da produção agrícola
 Fonte: Mazoyer e Roudart, 2008

A forma como essas atividades produtivas se desenvolveu ao longo da história revela descobertas relativas à distinção de diferentes propriedades dos materiais que constituem a natureza, onde o uso da técnica e as ferramentas “eram ao mesmo tempo instrumentos usados para a fabricação de objetos e “objetos de arte”

(SCARLATO, 2005:329). Desde o neolítico, segundo o autor, que o *homo sapiens* relaciona representações simbólicas com o mundo de produção material para seu provimento. Pode-se perceber essa associação no vocabulário. O *artefato*, por exemplo, objetivo, dispositivo, artigo industrializado, como diz na primeira definição no dicionário Houaiss (2015), tem em sua etimologia, na origem em latim, o significado “feito com arte”, e “que sofreu alteração provocada pelo homem, em oposição àquele que é resultado de fenômeno natural” (Michaelis, 2020), resultado da produção em um engenho, e este por sua vez definido pela “capacidade de criar com arte e técnica” (HOUAISS, 2015). Já Ribeiro (2019:25) define *engenho* como “equipamento movido por energia que vem de força humana, animal, hidráulica, ou de qualquer outra origem”, entretanto, o define também por “criatividade, capacidade de inventar, esperteza”.

A divisão do trabalho ramificou, de certa forma, a separação entre o que Ruggiu (1998) chamou de artes mecânicas e artes liberais, correspondentes àquelas voltadas para meios de produção e as ligadas aos bens artísticos, respectivamente. O autor explica que a separação do artesão com artista é fomentada pela mediação ou não dos mercadores. Se o artista manteve sua relação direta com os clientes, em contato constante com as personificações de cada família e seus gostos peculiares — ou da própria dinâmica de modas efêmeras, por exemplo —, o artesão era intermediado pelo mercador, que lhe repassava encomendas em padrões quase standardizados. Ainda diz que no século XVIII, o regime das Corporações — espécie de associações que regulamentavam as profissões e o processo produtivo artesanal — é definitivamente suprimido, significando também “o fim da sobrevivência das oficinas artesanais operantes também como comunidades formativas que transmitiam um completo pacote de conhecimentos e de habilidades operativas, junto às justas interiorizações da ideologia de ação herdada por cada ofício” (RUGIU, 1998:127).

Neste século, mais precisamente na década de 1780, ocorre a explosão da revolução industrial, quando

pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2015:20)

Ao longo da história, o desenvolvimento da indústria tem um caminho longo e impactante. A indústria saiu dos cercos dos agroecossistemas, se alocou nos centros urbanos, ou ao próximo aos recursos energéticos, modificou-se e modificou o meio, alavancou novas formas de acumulação de capital, impulsionou revoluções socioeconômicas e protagonizou um modo de produção. A indústria, como foi visto, desvinculou-se da agricultura, dos agricultores e artesãos, inverteu posições, subordinando a atividade agrícola, impondo-lhe uma dinâmica ao seu interesse, e ditando escalas da circulação de seus insumos. Com a formação dos complexos agroindustriais, foi modificada a ordem produtiva, uma vez que indústria não só transforma os produtos agrícola à jusante da cadeia, ocupando também à montante, com fornecimento de insumos químicos, genéticos e mecânicos. De forma contraditória, a agroindústria “solda novamente o que ele [o capitalismo] mesmo separou: agricultura da indústria, cidade e campo” (OLIVEIRA, 2007:32).

Apesar de compartilharem o mesmo nome, não é essa indústria que será discutida neste tópico. Até aqui, foi visto que a cerne da manufatura está na divisão do trabalho nas comunidades rurais, e que o desenvolvimento inicial das técnicas industriais é decorrente de demandas da agricultura. Destaca-se, aqui, o papel do artesão, como uma profissão multiespecializada, relevando sua importância na cadeia produtiva agrícola. Neste tópico será discutida a produção manufatureira presente nos agroecossistemas, conectada diretamente com a produção agrícola local e inserida no circuito camponês de produção. Apesar do leque de designações — como as listadas por Ribeiro (2019): agroindústria rural, pequena indústria familiar, indústria doméstica rural, agroindústria rural artesanal, agroindústria artesanal e indústria rural artesanal — será utilizado o termo *indústria doméstica*. Caberia, desde já, esclarecer que não se trata de uma contraproposta aos demais termos existentes, senão apenas uma adaptação reduzida, e, portanto, — espera-se — mais abrangente e maleável que as demais.

Paula e Fernandes (2019:224) dizem que a

transformação da produção agrícola é necessária para agregar valor aos produtos. Isso eleva a receita da produção, gera oportunidades de trabalho e aumenta a renda. Ao mesmo tempo, acrescenta qualidades a produtos perecíveis, aumentando sua vida útil e estendendo o período de comercialização.

Destacam ainda a importância de atividades não-agrícola da agricultura familiar, que gera novas opções de renda e ocupação, valorizando costumes, conhecimento e autoconfiança, por outro lado, contribuem para o abastecimento de do mercado interno. Os produtos mais comuns da indústria doméstica são, segundo as autoras, o queijo e o requeijão, farinha de mandioca, fubá, rapadura e conservas. Afirmam também que essas atividades de transformação artesanal nas unidades de produção tem o desenvolvimento influenciado por três fatores: sazonalidade da produção agrícola, inovação tecnológica — referentes àquelas que reduzem o tempo de trabalho na agricultura e a associação às culturas e identidades territoriais (PAULA e FERNANDES, 2019)

A atividade artesanal de produtos na unidade doméstica expressa importante ligação com o processo de passagem de conhecimento intergeracional. Em sua obra, Rugiu (1998) explica que há um fio invisível que liga a educação progressista, propostas por grandes inovadores pedagógicos — críticos das formas conservadoras — mas que louvam, com nostalgia, o grande mestre artesão, e a pedagogia do aprender-fazendo. Mesmo que vejam o passado com olhares críticos, a imagem do trabalho artesanal, cuja sabedoria é repassada por gerações, remetem a este personagem do passado com bons olhares. Não eram apenas os educadores que viam assim com nostalgia para os artesãos. Economistas como Locke — que está nas origens da nostalgia — e A. Smith projetavam a imagem de um empresário com atribuições próximas àquelas que realçavam do artesão. Smith tinha a preocupação, por exemplo, que “a crescente divisão do trabalho, imposta pelas manufaturas, ligasse o artesão a operações cada vez mais parciais e repetitivas, de modo a tolher-lhe todo o estímulo a instituir-se e aperfeiçoar-se” (RUGIU, 1998:16). A educação voltada diretamente para produção é vista em Robert Owen, citado por Marx. Esse, além de reduzir as horas de trabalho de seus operários, “também queria reunir o momento do trabalho com aquele da instrução-educação dos trabalhadores mais jovens” (idem, ibidem:17). Marx achou justo que esta forma fosse chamada pelo próprio Owen ‘educação do amanhã’, uma educação que unirá a instrução com a ginástica ao trabalho produtivo.

A qualificação dos operários poderia ser vista como um progresso técnico na direção da evolução das forças produtivas. O que, em certa parte, tinha sua crítica positiva. Mas Marx tinha uma sensação de

perigo na grande indústria, ainda mais que na manufatura, que “reduzisse a capacidade de trabalho humano cada vez mais a mero complemento de máquinas, limitando-a a poucos gestos ou até mesmo a um só [...] de modo que o operário instruído, engenhoso e curioso por novidades, àquele ponto se tornasse para a produção mais um obstáculo que um auxílio” (RUGIU, 1998:17).

Se o chão de fábrica alienava os trabalhadores, continua o autor, ao contrário disto, das fileiras dos mestres artesãos do século XVIII vieram a nata dos tecnólogos-cientistas. Se antigamente a modéstia artesã ensinava a qualquer artesão a não se vangloriar e abster-se na tarefa que sabe fazer, esta mesma modéstia “tornou-se tremenda loucura no momento em que o relojoeiro Watt inventou a máquina de vapor, o barbeiro Arkwright, o tear mecânico, e o operário ovires Fulton, o navio a vapor” (MARX, II Capítulo, Livro I, v.1, p. 464, 1974 apud RUGIU, 1998:18).

J. Dewey entende que a educação formal retira traços cruciais da forma artesanal de learning by doing. A indústria destruiu o que há de pedagogicamente válido do artesanato — “raciocinar e fixar os objetivos da atividade, verificá-la e retificá-la constantemente através da validação final do produto, dominar todo o ciclo, cuidar de todas as saídas e, em geral, estar com um olho na oficina e outro olho na rua” (RUGIU, 1998:19). Portanto, para Dewey, continua o autor, a educação deveria se organizar pela comunidade, “reestruturando radicalmente a velha e perempta tradição da educação formal (idem, ibidem:19).

Na análise deste subsistema — chamado nesta pesquisa de indústria doméstica, em referência aos conjuntos de processos de beneficiamento e transformação de produtos feitos na unidade produtiva familiar — deve-se observar um conjunto de práticas que envolvem sua produção. A indústria doméstica pressupõe uma série de questões relativas à organização social e espacial de sua produção, manutenção de sua estrutura e do conhecimento relacionado *como fazer*, as estratégias de durabilidade dos produtos in natura no seu beneficiamento, rentabilidade na agregação de valor, riscos envolvidos na recepção dos consumidores etc.

Uma mesma reflexão deve ser feita sobre suposta autonomia absoluta dos processos produtivos realizados dentro de uma unidade familiar camponesa. A agropecuária ou agroextrativismo estão na cerne do campesinato, pelos quais a família tem acesso direito à natureza e seus recursos, através do manejo dos

ecossistemas, dominando as etapas primárias de uma cadeia produtiva. Na análise minuciosa de subsistemas que compõem uma unidade produtiva, como a horta e a lavoura, onde não é rara a revelação de uma série de entradas (*input*) de insumos provenientes de circuitos industriais, incluindo as primeiras etapas de todos os processos de produção, como compra de sementes e adubos. Isso será ainda mais verdade na análise de subsistemas setorialmente mais complexos, como as criações, ou a indústria doméstica. Estes últimos demandam recursos, como ração para a criação, recursos energéticos (lenha, força hidráulica etc.) e a matéria-prima principal, como mandioca, milho, leite ou cana de açúcar para as quais nem sempre a unidade que os comporta será a origem destes insumos na qualidade e/ou quantidade exigida, resultando na busca desse suprimento em outros circuitos.

2.3. Autonomia

A organização socioespacial do capitalismo fragmentou os processos produtivos em uma composição na qual produção, circulação, e consumo de mercadorias estão controladas pela lógica industrial. Nessa lógica, os extremos da cadeia de produção se distanciam cada vez mais, na medida em que a divisão do trabalho e a especialização se intensificam com o avanço da globalização neoliberal. A desigualdade social crescente e absurda, a devastação ambiental e as constantes crises econômicas são exemplos dos resultados dessa política econômica que avança sobre territórios.

Desde a década de 1970, a América Latina tem sido lugar de experimentação de práticas neoliberais, entre elas, a redução de proteções sociais, desregularização financeira e privatizações (GAGO, 2014), o que corrobora para manutenção da atuação colonizante do capital e repressão às formas de resistência. Na realidade, desde a segunda metade do século XX, o mundo assiste a uma reorganização geopolítica, cujo desdobramento no século XXI evidencia novas formas de acumulação do capital. Harvey (2004) identificou que o modo de acumulação capitalista tem se reinventado diante de um grande problema ocasionado pela sobreacumulação do capital, uma vez que os limites que o próprio capital se impôs, saturando as oportunidades de expansão de mercados sobre novos territórios, investimento em mercados internos ou inversões no capital produtivo por parte de grandes investidores. O autor mostra que para superar esse impasse, uma das

estratégias seria a que ele chama de acumulação via espoliação. Sinteticamente falando, o capitalismo tem usado, como estratégia para desviar do próprio limite, a espoliação de ativos públicos e uma forte onda de despossessão de propriedades devolutas e comuns, e mercantilização continuada de fontes de recursos naturais. Desta forma, observa-se o avanço da privatização de serviços públicos básicos, abastecimento de água e de terras comunais (SHIVA, 2000), que são alvos de inversões do capital.

Coraggio (2018) diz que vivenciamos atualmente que

sufrimos ahora el regreso pleno del programa neoliberal, con sus planes de apertura destructiva del mercado interno y de ajuste del gasto público, particularmente del social, profundizando el desempleo y la pobreza, reiterando la focalización de las políticas sociales, aunque sufran una continua degradación real, cuantitativa y cualitativa.

No contexto brasileiro, a histórica agrária é marcada por sucessivos ordenamentos fundiários em prol do domínio e da concentração de terras. Tomando-se base em acontecimentos mais recentes, a internacionalização do pacote tecnológico ocorrida em meados da década de 1960, popularmente conhecida Revolução Verde, ocasionou profundas transformações no espaço rural (MARTINE, 1987). O Estado brasileiro promoveu conjunto de investimentos, subsídios e financiamentos voltados para modernização da agricultura, ao passo em que o país intensificava o processo de industrialização. Oliveira (1996) diz que alguns autores consideram que a materialização dessa modernização foi a massificação do uso de insumos agrícolas, tratores e máquinas, chamando-a de *modernização conservadora*. Para Martine (1987), essa política tinha o objetivo de impor a lógica capitalista de produção no campo, priorizando grandes produtores de monoculturas comerciais, excluindo pequenos policultores que atendiam a demanda local. Oliveira (1996) destaca que é importante entender o conjunto desses processos como resultado da expansão do capitalismo monopolista no País. Segundo o autor, a industrialização da agricultura engrenou o capitalismo na produção agrícola ditando a circulação desses produtos.

A industrialização da agricultura, segundo Oliveira (1996), visa a exportação desses produtos, conectando mercados internacionais e, desta forma, integrando o

País enquanto fornecedor de produtos agrícolas. A queda dos preços desses insumos primários obrigou a intensificação da produção e da venda, resultando assim em uma expansão do agronegócio no território brasileiro. O mercado global impulsionado por quantias exorbitantes de capital das *holdings* fomenta o avanço da agricultura capitalista sobre outros espaços, pressionando territórios indígenas, quilombolas, camponeses e de outros povos tradicionais. Além de ameaçar a autonomia ou até a existência desses territórios, o modelo de produção e circulação de alimentos é responsável pela geração de impactos socioambientais e constante de crises de abastecimento.

Para Ploeg (2009), a industrialização da agricultura implica uma desconexão da agricultura com a natureza e com o local onde está inserida, e em vez de valorizar o capital ecológico, prioriza a inserção de insumos artificiais. Logo, a agricultura capitalista — e empresarial — se tornaram dependentes do capital financeiro. O autor levanta a tese que o mercado global e os oligopólios de produção e circulação de alimentos geram crises agrárias e alimentares permanentes. Além da industrialização da agricultura, a neoliberalização dos mercados, ocorrida na década de 1990, alinhou preços e tendências conforme o mercado global, ocasionando uma *deslocalização* de grandes sistemas agrícolas (PLOEG, 2009:24). Outro fator demonstrado pelo autor é a ampliação dos hiatos entre produção primária e o preço pago pelos consumidores, absorvendo grande parte do valor entre a produção e a venda, o que agrava as situações de falta de acesso aos alimentos. Polanyi (1957:131) citado por Ploeg (2009:24) pode resumir a situação quando diz que “deixar o destino da terra e das pessoas nas mãos do mercado é equivalente à sua aniquilação.

O campesinato atravessou, ao longo da história, seguidas ameaças ao seu modo de vida. No mundo ocidental, essas ameaças estiveram relacionadas a ordenamentos promovidos pelo capital, próprias do fortalecimento do domínio mercantil da terra e dos recursos naturais. A posição do campesinato no mundo, como foi visto, é contraditória. A condição camponesa envolve suas marcas de subalternidade, portanto, dependência ao domínio inserido, ao mesmo tempo em que se destacam sua postura emancipatória.

Ploeg (2009:26) diz que “se de um lado os campesinatos do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro eles constituem a maior resposta”. O campesinato é um conceito

histórico e político. Carrega em si sentidos de repressão e resistência, atravessando revoluções históricas e profundas adaptações. Ele deve ser realçado nos seus sentidos políticos, que designa “o seu lugar social, não apenas geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade” (MARTINS, 1981:32). Marques (2002) mostra que o surgimento desta classe social está à margem do latifúndio escravagista e ao longo da história tem sido mantido às margens da sociedade. Martins (1981) diz que a formação do campesinato no Brasil foi por aqueles que não tinham acesso à herança no período colonial, como os índios reduzidos a escravos e brancos pobres sem “pureza” no sangue. Há também o grande grupo social que foi excluído e empobrecido pelo morgadio — regime em que o primogênito era único herdeiro legal dos bens de um fazendeiro (o que foi extinto apenas em 1835, durante o Império). O camponês podia ser entendido, neste processo de formação, como um grupo que não tinha a condição de proprietário formal de terras, tampouco da condição de escravo, e era caracterizado basicamente pelo acesso precário à terra e produção de gêneros alimentícios de consumo interno. O autor critica que a exclusão política dos camponeses não se dá apenas pelo âmbito agrário, mas também por parte de integrantes da universidade e os demais que têm intelectualidade esclarecida que reproduzem a história do Brasil segundo a ponto de vista das suas classes dominantes, uma história urbana, daqueles que participam do pacto político, e não a história de trabalhadores rurais e rebeldes, assim: “poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército” (MARTINS, 1981:27).

Ao longo do tempo, o significado atribuído ao termo foi atomizado, reduzindo-o cada vez mais à função de produção de alimentos. Logo, o termo *pequeno produtor* aparece a partir da década de 1970, representando a realidade de um campo submetido pelo Estado a um conjunto de políticas modernizantes e desarticulador de movimentos sociais.

Na década de 1980, aparecem novas categorias vinculadas ao modo de vida camponesa, na variedade de suas lutas – como atingidos por barragens, seringueiros, sem-terra, etc. Em 1990, o conceito de agricultura familiar é proposto por autores como substituto para o de camponês, o que foi aceito sem maiores reflexões pelo Estado, academia, os próprios agricultores e movimentos sociais (MARQUES, 2012).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), houve a intenção de introduzir esse conceito como forma de esvaziar as reivindicações políticas e sociais do campesinato (CUNHA, 2013) “procurando convencer os trabalhadores que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é ‘natural’, e na integração ao capital e aos mercados (FERNANDES, 2003:14 apud CUNHA, 2013)

Neste mesmo período, segundo Marques (2012), há o ressurgimento do conceito camponês como identidade política. Este ressurgimento vem à crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e a seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental, além do caráter de espoliação.

Harvey (2004) analisa, também, os movimentos que fazem resistência à despossessão, que lutam contra a mercantilização de recursos naturais e imposição da lógica do capital de suas atividades, e os categoriza como movimentos contra a acumulação por espoliação. Esses movimentos, chamados assim por Harvey, são plurais, dispersos, descentralizados, de múltiplas identidades. Esteveva (2000) os chama de *novas comunidades*, ou os *seres humanos marginalizados*, que são sociedades (maior parte das pessoas do planeta) que não se incorporaram à lógica mercantilista das trocas. Em vez de lutarem contra a invasão da economia urbana-industrial em suas vidas com a intenção de destruí-la, “imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social” (ESTEVA, 2000:79). Para ele, “homens e sociedades não são econômicos, mesmo depois de terem criado instituições e formas de interação de natureza econômica, mesmo depois de haverem instituído a economia” (idem, ibidem:79) e por isso, “criaram assim [...] novos espaços coletivos que lhes permitem viver segundo seus próprios termos” (idem, ibidem:77). O autor se refere a uma imensidão de categorias identitárias relativas aos povos e comunidades tradicionais, e às organizações sociais cujos princípios não se baseiam naqueles estabelecidos pelos fundamentos da economia clássica e neoclássica.

Nascimento et al (2008) lista movimentos que fazem resistência ao modelo de acumulação capitalista enquanto, também, mercantilização da natureza, como o ecologismo dos pobres de Joan Alier, movimentos de reapropriação social da natureza através da democracia participativa direta, por Henrique Leff, movimentos

insurgentes contra a acumulação por espoliação, de David Harvey, movimentos socioambientais de Maristella Svampa, e as lutas pelo comum, pela Silvia Federici.

As formas alternativas de vida se organizam, na sobrevivência, resiliência, e resistência ao modelo socialmente excludente. Estas formas de vida surgem de movimentos sociais mais recentes, e/ou são expressões de identidades tradicionais. Constituem territórios contínuos ou fragmentados, urbanos ou rurais. São manifestações contra-hegemônicas que têm diversificado a luta, conquistando espaços e a política, seja pela razão histórica ou instrumental. As lutas desses grupos se expressam de distintas formas, porém nem sempre em conflitos diretos e evidentes. A resistência passa também por conquistas sutis, parciais e paulatinas, como o estabelecimento de controle da produção, circulação, comércio e consumo, e assim construindo relações econômicas mais autônomas (PLOEG, 2009). Logo, as “subversões” ao sistema hegemônico não são necessariamente explícitas, categorizadas, definidas ou autodeclaradas assim. Essa característica é um ponto importante para essa pesquisa, a qual pretende a identificação de formas sutis de reprodução, que, contudo, podem representar alternativas mais autônomas ao modelo dominante, sejam essas alternativas concretizadas ou como virtualidades (possibilidades de concretização).

Esta pesquisa tem como categoria central o campesinato, enquanto uma unidade socioproductiva, na qual trabalho familiar e doméstico se dirige à produção de alimentos e outros produtos, fundado na coprodução com a natureza e com a comunidade construindo e mantendo uma base de recursos, em busca da sobrevivência, na busca por autonomia (PLOEG, 2008). O campesinato é um conceito que abrange uma multiplicidade de expressões identitárias, afinal, “los campesinos no nacen campesinos, se hacen campesinos: se inventan a si mismos como actores colectivos en el curso de su hacer, en el movimiento que los convoca, en la acción que ratifica una campesinidad siempre en obra negra” (BARTRA, 2008:11). Refazem-se em uma longa ressignificação histórica e cultural, e um forte sentido político, por sua persistência atual representar seguidas ondas de resistência ao modo de produção hegemônico vigente.

Esta categoria atravessa as características supracitadas. O campesinato reúne conceitual e empiricamente elementos que compõem o tema dessa pesquisa: estabelecimento territorial de economias contra-hegemônicas, mesmo que

subalterno. O movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Envolve também, mesmo que essa seja a reivindicação principal, a cultura, religião, língua ou dialeto, etnia, raça... É uma “luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho” (IANNI, 1985:113).

As manifestações da persistência do modo de vida são múltiplas e diversas. Envolve distintas estratégias para manutenção da — busca pela — autonomia. A partir da premissa que de essa busca envolve o fortalecimento da coprodução como forma de resistência, ao considerar um cenário de profunda expropriação do campesinato, sem acesso à terra e aos recursos naturais, a projeção para seu futuro é o colapso da sua forma de vida, que passa por um processo de proletarização, resultando na mercantilização da força de trabalho — descaracterizando-a enquanto familiar — desvinculando a unidade doméstica do local de trabalho, e tornando a família integralmente dependente do circuito hegemônico. Será visto, no tópico e subtópicos seguintes, a formulação de uma questão sobre o balanço entre as coproduções, intensificação do trabalho familiar, emprego do capital. A hipótese é que esses elementos formam a equação que resulta no provimento da unidade familiar, logo, a ausência, redução ou desestabilidade de um deles exige a compensação pelo outro.

A autonomia do campesinato é, antes de tudo, uma busca. É uma busca constante, sutil, criativa, mas que não se concretiza por completo. É constante, pois mesmo a acumulação de recursos que a possibilita exige manutenção, desde relações físicas, como a limpeza de mananciais artificiais de água, até relações políticas, como a defesa contra privatização deles, por exemplo. É sutil, pois reside em arranjos estratégicos complexos ou na reprodução de costumes tradicionais que podem não aparentar objetivos claros. Porém, são também criativos, ao portar inovações resultantes de experimentação de novos desafios e situações conflitantes sem precedentes, a partir de recursos limitados. E por fim, não se concretiza integralmente, uma vez que paira na definição do campesinato sua característica de subalternidade, e assim, a impossibilidade de sociedade propriamente autônoma.

Souza (2009) diz que autonomia é a capacidade de um grupo de “dar a si próprio a lei”. Em outras palavras, poderia dizer em autogerir-se e autogovernar-se. A busca pela autonomia está na base produtiva do campesinato, na reprodução do seu modo de vida, nas trocas costumeiras sociais e com a natureza. Autonomia que se

busca no acesso à água, aos insumos energéticos, à terra, à tecnologia, aos mercados, à política... Essa característica se destaca no campesinato lhe atribuindo peso de força política, e até mesmo revolucionária. Isso ocorre porque essa ação inerente ao campesinato implica em resistência direta contra o poder hegemônico, como mostra Ploeg (2008) ao explicar o que entende sobre o *princípio camponês*. Para ele, este princípio é definido como “uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato [...], se refere igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato” (idem, ibidem: 286).

O autor entende que há, cada vez mais, resistência do campesinato contra a hegemonia dos Impérios Alimentares, que se observa a partir do começo do século XXI, que se expressa não apenas com lutas abertas, como manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estradas etc., tampouco se limita a atos cotidianos de desafio, como as “armas dos fracos”, como denomina Scott (1985). Ploeg (2008) entende que a resistência do campesinato “reside, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento” (idem, ibidem:289, grifo do autor), como exemplo, a negação do uso de herbicidas e sua substituição por uma ferramenta mais eficaz e acessível que retira as raízes de ervas daninhas — processo chamado, por Stuver (2006) citado por Ploeg (2008), de *retro-inovação*. Há um leque possível de respostas diversificadas contra

as desigualdades dos acordos comerciais internacionais, os níveis inaceitáveis de exploração laboral, as controvérsias relacionadas com o papel da ciência, as culturas geneticamente modificadas e os métodos de controle da poluição ambiental, bem como a implementação de sistemas burocratizados de avaliação e regulação da qualidade dos produtos e da segurança dos alimentos (LONG, 2007: 64).

Onde, os novos campesinatos — atacados pela destruição feita pelo Império — lidam com isso “através de espectro rico de técnicas de *reestruturação* (PLOEG, 2008: 293, grifo do autor), os camponeses procuram e constroem ativamente novas ligações através de vendas diretas, de mercados de agricultores, da criação de novas cadeias agroalimentares alternativas e de esquemas públicos de abastecimento. O autor, citando Negri (2006: 54), mostra que a resistência

já não é uma forma de reação, mas sim uma forma de produção e ação [...]. A resistência já não é uma característica dos trabalhadores das fábricas. Ela é uma resistência completamente nova baseada na inovação [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. Ela é a capacidade de desenvolver potencialidades novas e constitutivas que vão além das formas de domínio reinantes.

As pequenas ações de resistência sutil são, por si só aparentemente inocentes e inofensivas. Contudo, a multiplicidade destas expressões combinadas se torna poderosa, mudando o panorama. Desta forma, “quando reunidas num fluxo, elas reconstituem os campesinatos (mais uma vez) como ‘entidades não capturadas’ que têm um papel importante nas inter-relações complexas que definem o poder” (PLOEG, 2008: 297). Logo, a contradição se evidencia: aquilo que se apontava como causa do desaparecimento do campesinato é causa maior para seu renascimento.

Mendras (1978: 43), ao encontro dessa visão, afirma que populações inteiras “entram em relação com a economia mundial e seus circuitos locais, e com isso se transformam em ‘camponesas’. Assistimos à ‘campesinização’ de um continente como a África, a uma ‘recampesinização’ da Ásia e a um reforço dos campesinatos latino-americanos”, o que, para ele, surpreenderia muitos economistas liberais e marxistas do século passado que previam a substituição da agricultura camponesa pela agricultura industrial.

A ideia de autonomia, contudo, pode levar a uma interpretação exagerada em seu sentido de ser autônomo. Souza (2009:68) discute se é realista falar de ‘territórios autônomos’ e de ‘territorialidade autônoma’ — ainda — em uma Era de Globalização”.

nada está mais distante da idéia de autonomia que qualquer tipo de “fechamento”. Trocas e interações são e continuarão sendo um fator de enriquecimento material e cultural. Mais que isso, e mais que simples resultado de quadros indesejáveis e inevitáveis de dependência, articulações entre grupos e espaços, sob a forma de trocas, acordos, negociações e cooperação entre territórios de mesmo nível escalar e de níveis escalares distintos, deverão ser, eticamente, uma decorrência dos princípios da solidariedade e da ajuda mútua (SOUZA, 2009:70).

Mais distante seria considerar o campesinato independente de um modo de produção superior. Para outros autores, a existência do campesinato pressupõe sua subalternidade. Para Wolf (1976:22), por exemplo, “o campesinato sempre existe dentro de um sistema maior”. Analisando a possível origem dos camponeses, o autor

entende que organização centrada na agricultura, dita primitiva, se distingue da organização camponesa pelo fator de subalternidade a uma ordem superior, na qual o componente mais importante é o Estado “que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização” sendo esse “o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses” (WOLF, 1976: 26). Portanto, é somente “quando um cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores de poder, exteriores a seu estrato social que podemos falar apropriadamente de um campesinato” (idem, *ibidem*). É através desse critério que o autor calcula o possível surgimento do campesinato por volta de 3000 a.C no Oriente Próximo, e por volta de 1000 a.C. na América Central. Para o autor, “é importante recordar que os esforços na vida de um camponês não são regulados exclusivamente por exigências relacionadas ao seu modo de vida” (WOLF, 1976:22).

Neste tópico será discutida a relação do campesinato com a sociedade envolvente no que concerne sua força emancipatória embutida na sua base produtiva, e a sujeição ao modo de produção hegemônico, cujo resultado é essa controversa autonomia subalterna, que pode ser traduzida em algumas colocações sobre o campesinato enquanto um modo de produção.

2.3.1. Condição camponesa

A organização singular do campesinato, como se tem observado, expressa divergências estruturais frente ao modo de produção capitalista sendo, ao mesmo tempo, subalterno a este. O campesinato ocupa, assim, uma complexa relação com o mundo exterior. Ploeg (2009:18) chama essa posição no mundo de *condição camponesa*, que para ele “consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”. Essa característica aloca, para alguns autores, o campesinato enquanto um modo de produção. O modo de produção, para Shanin (2012:10), “representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) em que são providas as necessidades materiais da sociedade, em dado estágio de seu desenvolvimento”, e é crucial para entender a natureza geral da existência da sociedade e da caracterização de sua especificidade. Para tal, o autor destaca a relação essencial de apropriação (relação de dominação), em que o sistema de

economia política (centrada na criação, apropriação e controle de excedentes entre grupos sociais) fornece o elemento central e distintivo de um modo de produção, tendo uma dimensão sincrônica (sistema estrutural), mas também diacrônica (uma época histórica).

Moura (1986:62) diz que a subordinação do campesinato exclui a possibilidade de considerá-lo como modo de produção dizendo:

As dificuldades começam no fato de que o processo de trabalho camponês é uma realidade subordinada a outra mais poderosa, capaz de ditar as regras do jogo. Em uma palavra, modo de produção é um conceito que só se aplica ao cálculo econômico dominante e não ao subordinado. Neste sentido, à economia camponesa faltará um ingrediente crucial para sua conceituação como modo de produção, justamente o de dominar e, por isso, subordinar

Shanin (2012:5) corrobora e destaca a subalternidade do campesinato, considerando sua “situação oprimida [...] a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças extensas”. Contudo, o autor busca não responder diretamente à questão, senão ao considerar ambas as possibilidades. Ele sugere que o campesinato não se forma enquanto modo de produção por lhes faltar estrutura político-econômica relativamente autossuficiente, pois os sistemas de apropriação do excedente são, de modo geral, externo a eles. Mesmo que haja uma exploração intercamponesa muito forte — estrutura complexa de relações de troca entre vizinhos — ela é secundária em relação à extracamponesa (quanti e qualitativamente).

Shanin (2012) apresenta duas alternativas ao impasse apresentado. Uma delas se refere à caracterização do campesinato enquanto modo de produção secundário. Essa alternativa está fundamentada na discussão marxista sobre “produtores imediatos”, e assim

Uma sociedade (uma formação socioeconômica?) fornece, portanto, a estrutura dentro da qual uma economia política exploradora age como um elo determinante entre o modo de produção dominante (explorador) e o secundário (explorado). O modo de produção secundário representaria uma estrutura encadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e as determinações societárias dominantes. As ‘regras do jogo’ do modo de produção dominante dominariam a formação como um todo (SHANIN, 2012: 12).

Desta forma, a economia camponesa é abordada como uma subcategoria de um gênero mais amplo de “modos de produção de pequenos produtores de mercadorias”.

A segunda alternativa, mais radical, segundo o autor, seria considerar o campesinato em seu sentido mais direto e descritivo, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social.

Ploeg (2006), por sua vez, considera o campesinato enquanto modo de produção e apresenta suas características enquanto princípios ordenadores. A primeira refere-se à eficiência técnica necessária deste modo de produção para se obter melhores resultados diante da relativa escassez de recursos disponíveis. Logo, “os produtores precisam obter o maior resultado possível sem que haja uma deterioração da qualidade destes recursos” (PLOEG, 2006:23). A segunda diz respeito à intensificação do trabalho para melhor proveito da oferta escassa de recursos. “A produção camponesa tende a ser intensiva (ou seja, a produção por objeto de trabalho [terra, animais, etc.] será relativamente alta)” (idem, ibidem:24). A terceira característica se refere à não separação de elementos opostos e contraditórios, como trabalho e capital, trabalhos manual e intelectual. “Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho” (idem, ibidem). A quarta característica é a centralidade do trabalho: níveis de intensidade, investimentos em mão-de-obra (terraços, sistemas de irrigação, construções etc.), natureza da tecnologia aplicada (baseada na capacidade técnica e não na tecnologia completamente mecânica, e a produção de novidades (WISKERKE E PLOEG, 2004) e as inovações camponesas (OSTI, 1991), ambos trabalhos citados por Ploeg (2006). A quinta característica refere-se à produção autônoma e historicamente garantida:

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias, e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção” (PLOEG, 2006:25).

Por fim, a sexta característica é decisiva, pois o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos. Se no modo de produção capitalista/empresarial, os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados através de uma redução no uso do trabalho, a condição camponesa leva a outro processo. Esse contínuo processo de aumento de valor agregado na unidade produtiva é associado, nesse modo de produção, ao

crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e dos atores individuais engajados no processo de produção. No plano da comunidade camponesa, dentro de uma determinada “economia moral”, a posse de uma base específica de recursos por uma família não é reconhecida como uma tomada ou apropriação de posses adjacentes. Isto seria, para uma comunidade, o equivalente a autodestruição. “Portanto, as unidades individuais de produção estão empenhadas em progredir [...] *com e através de* suas próprias unidades de produção. Isso leva, no plano da comunidade (ou da economia regional), a um crescimento geral do valor agregado” (PLOEG, 2006:27). Na agricultura capitalista é comum que grandes fazendas se expandem através da eliminação de outros agricultores e tomada de terras. Neste modo de produção, o lucro e rentabilidade é central. Essa característica do modo camponês de produção explica o porquê ao longo da história, o setor agrícola apresentou contínuo aumento no total de força de trabalho em números absolutos, e no porquê o crescimento demográfico resultou em crescimento agrícola. Somente a partir de 1950 esse cenário é interrompido. As complexas e altamente diferenciadas relações regidas por parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade substituem — menos em raras exceções — o trabalho assalariado.

Nesses termos, o autor busca estruturar o campesinato enquanto um modo de produção, no qual se destaca os aspectos que subsidiam esse modo de vida em sua autonomia. Isto, contudo, não deve ser confundido por uma busca pelo isolamento, permitido pela autossuficiência.

As relações de trocas e interdependência estão imbricadas em sua definição. Wolf (1976) mostra que a subalternidade está substancialmente atrelada à formação histórica, sendo um aspecto decisivo do campesinato, o distinguindo de uma produção simples de alimentos. O autor aponta três tipos de domínio que afetam o campesinato. O domínio patrimonial — ou feudal — é exercido pelos senhores que receberam por herança o direito de domínio. Recebem, assim, o direito de receber tributos dos habitantes em troca da ocupação, onde o camponês é sempre a base desse tipo de organização, que a sustenta com excedentes de trabalho, cultivos ou dinheiro. Parecido a esse tipo de domínio, o prebendal, se diferencia por não estar vinculado a uma linhagem de hereditários, mas a concessões de um governo a funcionários, que foi a organização política típica dos Impérios Pérsia, Otomano, Mogol, entre outros.

Atualmente, o autor observa forte relação do domínio mercantil. Neste, a terra é vista como propriedade privada, considerada uma entidade a ser comercializada, logo ela é uma mercadoria. Para Polanyi (1957 apud Wolf, 1976:80, grifo do autor), “isso é uma ficção legal, uma vez que a terra é uma parte da natureza; sendo assim, ela somente é, não sendo *produzida* para venda”. Esse tipo de domínio difere dos demais “no fato de considerar a terra e a renda potencial que poderá dela advir como uma soma imaginária de dinheiro” (WOLF, 1976: 80).

Apesar de mais recente, o domínio mercantil não substitui — necessariamente — as demais formas de domínio da terra. Na realidade, o autor afirma que na maior parte dos casos elas aparecem juntas. Há, por fim, um quarto tipo de domínio que surgiu na União Soviética e na China Popular, como também em países onde ocorreu alguma revolução agrária de maiores proporções, citando Egito e México moderno, que ele chama de domínio administrativo, porque “combina certos aspectos com o domínio prebendal na medida em que é o Estado quem reivindica a soberania última sobre a terra, e a produção da terra é taxada pelo Estado por uma hierarquia de funcionários” (WOLF, 1976: 85).

A subalternidade, traduzida também como “dependência”, é elencada por Larmache (1993) como parâmetro de classificação de unidades da agricultura familiar, setorizando entre a dependência tecnológica (e por vezes, do insumos energéticos, técnicos, químicos, e humanos relacionados), financeira (contraponto o autofinanciamento às necessidades e acesso ao crédito), e mercado, onde o autoconsumo é antagônico à venda aos mercados.

A relação com os mercados é central no debate sobre o posicionamento do campesinato no sistema capitalista, apontado como principal fator de colapso do modo de vida camponês, impondo a esta economia a atribuição de valor de troca nas suas relações de produção.

2.3.1.1. Mercados Camponeses

Uma das maiores expressões de dependência do campesinato a um sistema superior se revela nas relações mercantis. Em muitos estudos, a aproximação do campesinato com o mercado implica na perda de sua autonomia, o que, à medida em que essa relação se aprofunda, o modo de vida se transforma. O agravamento da

dependência, para alguns analistas, pode levar a perda dos traços do campesinato, inserindo o sistema produtivo em outra categoria.

Ploeg (2008) segmenta a agricultura mundial em três grupos díspares — porém inter-relacionados — em que o mercado ocupa importante fator de classificação. O tipo mais atrelado à lógica mercantil é *agricultura capitalista*, ou *corporativista de grande escala*. É o tipo de agricultura que está emergindo por toda a parte sob a égide do modelo agroexportador. O setor da agricultura capitalista engloba uma rede extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza mão de obra essencialmente baseada em trabalhadores assalariados e sua produção é voltada para a maximização do lucro.

Do outro lado está a *agricultura camponesa*, que além de ser baseada no capital ecológico e no trabalho familiar, divide a orientação da produção para o autoconsumo e para o mercado. A definição dessa organização social não é afetada pelo contato com o mercado, uma vez que este se localiza, quase exclusivamente, nas etapas finais da produção, que é o caso da comercialização. A relação com o mercado mais restrito a este momento é um aspecto importante, pois diz respeito à maior autonomia nas demais etapas da produção. É neste ponto que reside uma importante diferença de um grupo intermediário, que Ploeg (2008) chama de *agricultura empresarial*. Este tipo está baseado no capital financeiro e industrial, na forma de créditos e insumos industriais, cuja expansão atual é realizada, basicamente, através do aumento em escala. Produção é especializada e completamente orientada para o mercado, e assim, os agricultores empresariais se tornam totalmente dependentes, pois o mercado não é apenas o destino de sua produção, mas procedência de insumos para a realização da próxima produção (insumos agrícolas). Neste ponto se encontra uma diferença substancial da agricultura camponesa, que tenta se afastar desse tipo de dependência por meio da multiplicidade de mecanismo muito inteligentes. Ploeg (2009) diz que na agricultura camponesa a interação com o mercado envolve a parte que é vendida, mas também a outra que é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa, reciclando a base de recursos modelada na relação entre ser humano e natureza viva. Desta forma,

A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital

ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial. Sendo assim, a agricultura camponesa é de fato autossuficiente (ou autoabastecida) (Ploeg (2009:20).

A palavra *mercado* envolve uma ambiguidade que deve ser observada. Moura (1986:11) diz que o *local de mercado*, local onde este ocorre

é parte vital da existência camponesa. Aqui o camponês adquire mercadorias de outro cultivador, recebe informações sobre a vida pública e privada de comunidade a que pertence e de outras mais longínquas. Podem ocorrer trocas mercantis simples, realizadas entre camponeses, que mutuamente lhes possibilitam novas aquisições. Mas nesse mesmo lugar ocorrem complexas trocas mercantis, que transcendem o universo imediato da sobrevivência camponesa, geram lucros comerciais para intermediários e terminam colocando o produto, a preços elevados, nas mãos de consumidores distantes.

Os locais onde se concentram e se realizam as trocas é um espaço de circulação de produtos, de abastecimento, de sociabilidade, de cultura, de lazer, como também de transformação de suas mercadorias em dinheiro. Esse tipo de mercado, não deve ser confundido com o mercado no sentido moderno da palavra, uma vez que

não coloca, face a face, dominantes e dominados, produtores e consumidores. Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas (MOURA, 1986: 11-12).

A relação do campesinato com o mercado não possui, dessa forma, um sentido único. Ao contrário disso, as relações de trocas são bastante complexas e revelam significados múltiplos e extremos, como desde um mercado que se impõe à produção, moldando-a e extorquindo os produtores, ou mesmo um mercado estratégico para os camponeses, onde podem realizar as trocas para provimento da sua família.

Na seção sobre trabalho familiar, onde se discutiu a respeito da divisão multiescalar do trabalho familiar, foi apresentada uma perspectiva centrada no produção camponesa e seus desdobramentos horizontais e verticais. A divisão horizontal envolve uma maior especialização da produção agrícola de uma unidade

familiar, que realiza trocas com outras unidades mais especializadas para obter seu provimento. Os níveis de especialização da unidade podem ter significados bem distintos. Uma quantidade reduzida de variedades de uma mesma espécie de grão pode restringir a disponibilidade de determinado alimento em alguns meses do ano. Assim, a busca desse grão no mercado ocorrerá de maneira sazonal. Em um caso mais extremo, a unidade produtiva conta com baixa variedade global de cultivos, sendo sempre necessário recorrer a itens do mercado para manutenção da dieta do cotidiano. A vertical se entende pelo desenvolvimento setorial do produto, como o processo de beneficiamento, o que pode ser feito em uma mesma unidade produtiva, ou quando as etapas desse processo são realizadas em outra unidade. A massificação dos produtos industrializados, deve-se lembrar, impactou diretamente essa divisão, monopolizando esse mercado para as formas hegemônicas de produção. A dimensão dos efeitos desse processo resultou na *agriculturação*, o que Shanin (2012) explica ser a restrição funcional do campesinato na cadeia produtiva de valor.

Na mesma seção sobre trabalho familiar, foram vistas as diferentes escalas da divisão do trabalho familiar. Wolf (1976) diz que a primeira divisão é realizada dentro da própria família, onde cada membro possui uma função, seja indireta ou diretamente na produção, ora apenas como consumidor, o que é estabelecido com base em fatores relacionadas a faixa etária, sexo, condições físicas etc. Para abastecer a família, jovens e adultos intensificam a penosidade do trabalho compensando os membros que consomem sem produzir, como idosos e crianças (CHAYANOV, 1974). Neste ponto, deve-se abrir um rápido parêntese para uma leitura espacial e temporalmente contextualizada, que pode incluir papel importante da aposentadoria rural no abastecimento da família. Um estudo apresentado por Anjos e Ribeiro (2006) revela o papel da aposentadoria rural como importante fonte de renda de famílias para compra de produtos diversos (supermercado, farmácia, insumos para lavoura, combustível, transporte, materiais de construção, entre outros).

Em um segundo tipo de escala da divisão, o universo de produtos é alcançado a partir de trocas entre outras unidades familiares, o que pode ser da mesma comunidade, ou de comunidades vizinhas (Wolf, 1976). Nesse tipo, as trocas ocorrem de forma direta e restrita às relações sociais pontuais, e ao cosmo dos vínculos de

maior proximidade. Esta relação de trocas é direta, e as relações sociais se sobressaem às escolhas de troca, diferindo-se de um mercado.

Em um terceiro tipo de divisão, comunidades se encontram periodicamente para realização de trocas em uma centralidade. Essas comunidades, organizadas produtivamente em uma especialidade econômica, “estão espalhadas em torno dele [do mercado] de maneira periférica, como os planetas do sistema solar em torno do sol”, que apesar de serem independentes fora desse mercado, “na rede de trocas cada comunidade é uma seção e o ato da troca remete cada seção a todas as outras; são chamados por isso de *mercados seccionais*” (WOLF, 1976:63).

Esses mercados diferem das trocas intercomunidades por haver maior liberdade de escolha com quem se fará as trocas. Há, contudo, “obrigações” sociais para cada seção participante desse mercado, ocasionada pela dependência das demais seções com aquela especializada. Essa obrigação envolve também um impedimento de alguma comunidade mudar sua especialidade para elevar ao máximo a possibilidade de lucro. A organização desses mercados segue a lógica de criar uma oferta de produtos para que as demais comunidades possam se abastecer a partir da especialidade da outra.

Em uma outra forma de mercado camponês, a dependência da ação recíproca de monopólios de um sistema regional dá espaço para outros tipos de relação, que são segundo Wolf (1976) os mercados em rede. O nome se deve à imagem de pontos espalhados conectados por linhas. Os pontos são agentes econômicos (comerciante, intermediário, consumidor) e as linhas entre os pontos são os laços da troca econômica. Se nos três primeiros tipos apresentados as relações de parentesco e amizade que são fatores decisivos nas relações comerciais, no mercado aberto em rede isso se torna nulo.

numa rede de parentesco, os laços são entre duas pessoas específicas e são relativamente exclusivos. O seu tio é o seu tio, o seu amigo é o seu amigo. Mas os laços de mercado em rede são inerentemente sujeitos ao ingresso de terceiros: outros produtores, intermediários ou consumidores; o homem que vende num mercado em rede é amigo de todos (ou inimigo). Afetivamente, a relação é bastante neutra (WOLF, 1976:63, grifo do autor).

Nos mercados abertos em rede a especialidade da comunidade é fator decisivo para definir a oferta de seus produtores nas trocas. Wolf (1976:67) explica diferença entre esses tipos diferente de mercado, dizendo que no seccional

o que os vários produtores trazem é determinado pelos monopólios tradicionais das comunidades a que pertencem. Um homem nascido numa aldeia de oleiros deverá ter um sentido aguçado de qual é o valor de seu produto; mas ele fabrica potes porque nasceu entre oleiros e compra pimenta das mãos de um homem que nasceu entre plantadores de pimenta. No mercado aberto em rede, entretanto, não há uma predição a priori de quem venderá potes e quem venderá pimenta (WOLF, 1976: 67)

A oferta desses produtos não é mais uma questão de monopólio tradicional, e está sujeita à decisão individual. O camponês se introduz nesses mercados onde não há decisões adiantadas, mas sujeitas a flutuações. Wolf (1976) mostra, assim, tipos de organização comercial dentro da divisão social do trabalho camponês. A produção camponesa, contudo, não atende apenas a outros camponês. Ao contrário disto, “a agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial” (PLOEG, 2009:17) e por ser indispensável sua contribuição para alimentação mundial. Isto é, os excedentes resultantes da produção camponesa atendem parcelas significativas de populações não camponesas, pressupondo, assim, estabelecimento de trocas com esses grupos “exteriores”.

Há diversas formas pelas quais camponeses e sociedade envolvente organizam esses mercados com a finalidade de se aproximar consumidores e produtores. Os espaços de circulação do circuito camponês advêm da resistente perpetuação de circuitos estabelecidos historicamente, como feiras livres ou da luta por acesso mais autônomo aos mercados através de formas inovadoras, como conquistas de programas públicos que restringem seus fornecedores de alimentos àqueles que se enquadram na categoria de agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Há também um apelo de parcelas da sociedade civil, organizada por ativistas e simpatizantes de movimentos sociais, pequenos empreendedores, ou até um coletivo de ações individuais, que questionam o domínio oligopolista dos circuitos de alimentos e — por motivações diversas (sustentabilidade, saúde, estética, etc.) — organizam maneiras de acessar os produtos do circuito camponês.

Esse movimento mútuo de conexão do circuito camponês à sociedade urbana recebe diferentes designações, expressando um somatório de ações em prol de sua sustentação. O fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e a defesa pelo crescimento dos modelos da economia solidária são alguns exemplos de formas indiretas de sustentação dessas conexões.

Os circuitos curtos de comercialização têm duplo sentido: *curto*, pois envolvem uma pequena distância espacial do local de produção ao de comercialização e consumo, mas também no seu sentido setorial, em que uma mesma unidade tem maior controle das etapas da cadeia produtiva. Ou, como diz Darolt (2013: 162) “os circuitos curtos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo”. O autor cita vantagens do desenvolvimento desses circuitos por permitir maior remuneração ao produtor e preços mais justos para o consumidor, dinamizando a economia local, além de ter um menor impacto ambiental pela redução de embalagens e de energia com transporte; e ainda:

é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo. A combinação de circuitos curtos com as características da produção ecológica (pequenas áreas, mão de obra familiar, produção diversificada em menor escala, autonomia dos agricultores, ligação forte com o consumidor, preservação da biodiversidade, valorização da paisagem, qualidade alimentar e saúde) estão bem sintonizadas com o conceito de sustentabilidade (idem, ibidem:166).

Darolt (2013) lista uma diversidade de arranjos que se configuram como circuitos curtos de comercialização, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3 - Tipos de circuitos curtos de comercialização

Tipo de comercialização	Características
Venda na propriedade	<p>Venda direta no local de produção (produto bruto ou transformado na propriedade pelo produtor em espaço próprio)</p> <p>Venda no sistema “colha-e-pague”, onde os produtos são colhidos diretamente pelo consumidor.</p> <p>Venda de serviços em circuito de turismo rural.</p>
Venda em Cestas	Venda em diferentes tamanhos e preços em cestas ou sacolas. Entrega em domicílio ou em locais previamente acertados com os consumidores.

Feiras do produtor	<p>Feira onde vende exclusivamente produtos do produtor ou de sua rede de comercialização diretamente ao consumidor. A presença do produtor ou um representante da família é uma exigência. Normalmente não é permitida presença de atravessadores.</p> <p>São normalmente administradas por uma parceria entre poder público local e associações de produtores/consumidores.</p>
Ponto de Venda Coletiva (PVC)	<p>Pequenas lojas administradas por produtores de uma região, que se encarregam da venda de produtos de um grupo de produtores membros.</p> <p>Os PVCs possuem uma produção diversificada e vendem preferencialmente de um território onde se encontram os produtores (raio de 80km).</p>
Beira de estrada	<p>Barraca para venda direta ao longo de rodovias</p> <p>Venda de produtos regionais.</p>
Feiras, Salões e Eventos	<p>Eventos organizados por instituições públicas e privadas para divulgação de um determinado produto ou processo.</p> <p>Frequência esporádica onde se permite boa divulgação.</p>
Alimentação escolar e pessoas em situação de risco alimentar	<p>Produtos locais entregues para alimentação escolar e entidades de assistência social.</p>
Lojas especializadas em orgânicos	<p>Empreendimento particulares para venda de produtos orgânicos (certificado).</p> <p>Predominam em cidades maiores e dependem de um número grande de fornecedor.</p>

Fonte: adaptado de Darolt, 2013.

É preciso, contudo, analisar criticamente as relações de trocas nesses circuitos, buscando identificar sua estrutura, e principalmente atores envolvidos. A presença das feiras por si só— por exemplo — não significa necessariamente expressão do circuito camponês caso as relações de trabalho sejam mais próximas de uma revenda de alimentos, questão identificada Maluf e Zimmermann (2020:53) em um estudo de caso:

As feiras constituem um dos elos urbano-rurais pelos quais transitam as tradições culturais nos hábitos alimentares. Características antes apontadas explicam a presença predominante de agricultores nas feiras da cidade – há feiras exclusivas de agricultores familiares – em contraste com as feiras organizadas com base em comerciantes permissionários.

Mercado, como se observa, não é algo estranho corrosivo ao campesinato. Ao contrário disso, as trocas de bens são tão intrínsecas quanto a produção de alimentos. É verdade que aqui se refere aos lugares de mercado, e não às inversões de capital financeiro próprios das movimentações globais de investimentos, às quais também são denominadas de mercado. Estes sim refletem profundamente na organização do campesinato, ocasionando transformações capazes de romper todas as ligações entre o sujeito e seu modo de vida. Ploeg (2009:20) resume o contato com o mercado e a manutenção da forma camponesa de produção.

Os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas).

Na mesma linha de raciocínio, o autor mostra, ao mesmo tempo, a linha tênue entre uma conexão simples dos mercados com o campesinato e da imposição da lógica mercantil na agricultura, dizendo que a produção agrícola deixa de ser camponesa e passa a ser empresarial e/ou capitalista se este circuito começa a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, como a inclusão crônica de insumos comprados no processo produtivo, o que está diretamente ligado ao processo de industrialização da agricultura.

Este processo está diretamente correlacionado a um crescente monopólio por parte do que ele denomina de Impérios Alimentares, geridos por oligopólios do ramo da alimentação, que impõem o modelo hegemônico de produção agrícola capitalista e empresarial e circulação de alimentos em nível global (PLOEG, 2008). Se aos camponeses esse movimento é uma das maiores ameaças à continuidade do seu modo de vida, a este modelo hegemônico os camponeses representam a maior resistência (idem, 2009). E durante este embate — ora deflagrante ora expresso no cotidiano — o campesinato elabora e executa estratégias para manter o acesso a esses mercados como forma de reprodução e reforçando sua identidade. Contudo, a sua relação com o sistema capitalista de produção é um tema que ainda causa controvérsia, vista as perspectivas científicas divergentes sobre as transformações socioeconômicas ocorridas no campesinato.

Antes de avançar sobre a autonomia e seus desdobramentos no circuito camponês, será aberto um breve parêntese para algumas colocações sobre um longo debate sobre as projeções da extinção do campesinato pelo advento da hegemonia capitalista contrapostas à observação empírica de sua permanência. Essa afirmativa é assegurada por pesquisadores que, além de constar uma ressignificação de sua reprodução socioeconômica e cultura, observam o processo de recampesinização, exigindo a substituição das expectativas científicas sobre seu colapso para uma questão complexa sobre o *não desaparecimento* do campesinato.

2.3.1.1.1 A persistência do campesinato

Até neste ponto, buscou-se mostrar que a relação com os mercados está longe de ser um fator de colapso do sistema camponês de produção, um esforço que se faz pertinente quando se imagina o campesinato apenas como um grupo preocupado com a produção para autoconsumo em total isolamento do restante da sociedade. O fato de *mercado* ser um termo polissemântico, a análise da economia camponesa exige discriminar seus diversos significados, uma vez que o mesmo termo pode se referir ao avanço da globalização neoliberal no campo, causando violentas transformações nas relações de trocas em nível local, afinal “para los protagonistas de la globalización no hay peor espina que un área económica cerrada” (SACHS, 2001:10).

Neste sentido, distingue-se muito a pluralidade das formas de troca camponesa dos mercados internacionais movidos pelo capital financeiro. Sachs (2001:13) mostra que

para la empresa inversionista, el propósito generalmente fue el de ganar control sobre la extracción de recursos naturales, establecer un eslabón dentro de una cadena productiva transnacional, o conquistar nuevos mercados de exportación.

E isto atinge diretamente a organização social camponesa que, dependente dos recursos naturais, assegura em uma cadeia produtiva local, a busca pela autonomia. O desenvolvimento do mercado global de circuitos de alimentos, fomentado pelo processo de modernização do espaço rural é, na realidade, um debate crucial a respeito da própria existência ou não do campesinato. Tal debate condiz com leituras divergentes na academia, pautadas por diferentes escopos disciplinares e metodológicos, na tentativa de traduzir os impactos das rápidas e profundas

transformações do sistema econômico. Com o advento da globalização, a concepção sobre territorialidades autônomas foi revista, levando a alguns pesquisadores anunciarem o próprio fim do campesinato com a hegemonia capitalista sobre o espaço.

Isso gera um outro ponto de destaque sobre o campesinato que é o problema da permanência destas relações de produção em um contexto socioespacial globalizado. Algumas correntes projetaram que, com o advento da modernização capitalista, seria uma questão de tempo para que fosse completada a conversão do campesinato e outras relações familiares de produção em proletariado. Esta questão é amplamente discutida e pouco conclusiva. O fato é que este processo não se concretizou por completo como previsto pelas ciências sociais, mas possivelmente houve uma ressignificação do campesinato e sua relação com o modo de produção capitalista. Outro fato, por outro lado, que, apesar de em um contexto espacialmente diferente, e sobre perspectivas muito diferentes, ele teria ocorrido para grande parte da população urbana de países subdesenvolvidos quando se projetou sua completa proletarização em decorrência da industrialização.

Por esses motivos, seja ainda em grande parte da academia, seja no senso comum, o *camponês* é geralmente colocado como algo extinto, relegado ao passado, ou como resquício de uma organização fadada ao fim, ou como, com algum grau otimista, é projetado sobre imagens bucólicas de uma composição social utopicamente com a natureza. Quando se admite, ao menos, sua existência, a atribuição do seu signo ao isolamento, ao atraso, ao anti-moderno e outros discursos que influenciaram “o plano idealista de ‘mentalidades resistentes à mudança’”, ao qual “o campesinato não assimilaria técnicas modernas e uma concepção lucrativa da condução de seus pequenos empreendimentos devido ao seu tradicionalismo” (MOURA, 1986:68). Essa percepção é, muitas vezes, compartilhada por acadêmicos. Vieira (2008:12) se depara com essa questão em sua pesquisa sobre as narrativas de lideranças da Via Campesina — movimento sociais que articula camponeses em todo o mundo. Ela diz que o movimento “valoriza os saberes tradicionais e culturais dos camponeses, mas não defende o retorno a algum ideal bucólico tantas vezes referido ao mundo camponês. Pelo contrário, afirma-se seu caráter de projeto que une visões políticas e contemporâneas, e incorpora o debate sobre a tecnologia e as bases materiais da modernidade” (VIEIRA, 2008:12).

Moura (1986) explica que no último século, tanto a ciência quanto a sociedade tiveram forte influência da apreensão evolucionista da vida social, levando a crer uma hierarquia de desenvolvimento a ser alcançado por grupos sociais em direção à civilidade. Atrelado à ideia de um ambiente rural arcaico, os discursos sobre as estruturas do campesinato estão embutidos — inclusive — na sua etimologia. Vinda do latim *paganus*, transmutado em *payan*, no francês e *peasant*, no inglês — que significam exatamente *camponês*. Shanin (2012) lembra que na Alemanha, no século XIII, a *Declinatio Rústica* tinha seis declinações diferentes da palavra *camponês*: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador. No plural, tinha significados de miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis. Do latim para o português, *paganus* tomou sentidos como *paisano* (aquele que não é militar), ou *pagão*, que quer dizer não-cristão, que logo precisa ser convertido.

Com a licença da metáfora, uma *conversão* foi esperada por muitos pesquisadores, que previram a transformação do *camponês* em trabalhador assalariado, no campo ou na cidade, seja por consequências da industrialização ou como condição necessária para formação de uma base revolucionária de proletários. Lênin (1962: 235-236), citado por Wolf (1976) escreveu em 1905: “Apoiamos o movimento *camponês* até onde é democrático e revolucionário. Estamos prontos (fazendo isso agora e de uma só vez) para lutar contra ele no momento em que se tornar reacionário e antiproletário”.

Este desafio que diz o autor sobre compreensão desta organização social, e especificamente à questão do *não-desaparecimento*, pode ser sintetizada através da análise crítica de Oliveira (2007). Ele concentrou diferentes autores que discutem sobre o assunto em correntes de pensamento da tradição marxista. A primeira tese diz sobre que:

1. A modernização dos latifúndios leva à destruição do campesinato

Nesta vertente, projetavam-se o fim do campesinato por sua falência através da inserção no mercado. A alto custo dos juros para modernização não seriam pagos pelos preços baixos dos produtos agrícolas produzidos. O caminho seria ou se tornar agricultor capitalista ou trabalhadores assalariados. Ou, ainda dentro deste pensamento, há também a corrente que entende o latifúndio e o campesinato como *fora* do capitalismo. Com o avanço do capitalismo, o latifúndio se transformaria em

empresa rural capitalista e os posseiros em trabalhadores rurais. Ou seja, o que se denomina de *modernização conservadora*, na qual se modifica a tecnologias de produção sem modificar a estrutura agrária. O campesinato, em vias de extinção, seria um assalariado indireto da indústria, uma vez que serviria como fornecedor de insumos para esta.

2. Permanência das relações feudais

Esta corrente afirma que se persiste no campo relações feudais de produção, que são evidenciadas no campesinato e no latifúndio. Desta forma, há uma penetração das relações capitalistas no campo, o que sugere o dualismo setor urbano-industrial capitalista nas cidades e o setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo. A mudança desta realidade seria, segundo autores desta corrente, pelo “rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação” (OLIVEIRA, 2007:10). Assim, haveria, paulatinamente, estas etapas de a) destruição da “economia natural”, o camponês se torna produtor individual, ao se separar dos vínculos e hierarquia comunitários tradicionais; b) abandono da pequena indústria doméstica, tornando-se exclusivamente agricultura; e c) o mercado, o endividamento e os preços baixos de seus produtos tornam sua realidade insustentável, vendo-se obrigado a se tornar trabalhador assalariado.

3. Criação e recriação do campesinato e do latifúndio

Outra corrente entende que o modo de produção guarda uma contradição ao permitir, ou necessitar, de relações não-capitalistas *dentro* do capitalismo, criando e recriando relações não-capitalistas de produção. Desta forma, o campesinato deve ser entendido como uma classe, deve ser entendido como “um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra” (OLIVEIRA, 2007: 11). Enquanto alguém expulso da terra, ele retorna, mesmo que distante do local de origem, e assim, “a história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações” (idem, ibidem). As relações se complexificam, como mostra o autor:

não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi

formulado. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (idem, ibidem: 12).

Nesta síntese, Oliveira (2007) deixa claro que a compreensão desta organização pela epistemologia marxista não foi resolvida. Wolf (1976: 127) esclarece que “o marxismo moderno tem tratado o campesinato como um aliado potencial, mas um aliado que tem de ser organizado do nada”, coordenado, portanto, por organizadores da revolução.

Contudo, observa-se mais recentemente outras interpretações que desviam desses discursos para uma leitura que se entende ser mais condizente com a noção de campesinato, como a negação de sua estagnação e do atraso intrínseco (PLOEG, 2008). De certa forma, a assimilação da figura camponesa como o arcaico “teve efeito negativo à compreensão de sua existência” (MOURA, 1986:68).

Dessa forma, se faz necessário o debate sobre a atualidade do termo, o que leva a inevitável revisão de seu significado no atual cenário socioeconômico. Esse esforço exige, entre outras coisas, a análise do campesinato sob sua estrutura societária geral, como o contexto histórico. Shanin (2012), mostra isso afirmando que:

Camponês é uma mistificação. Para começar, ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico [...] Em qualquer continente, estado, ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (SHANIN, 2012:1).

A utilização do termo, então, “terá que ser esclarecida e definida”. Neste sentido, aquilo que pode conectar o conceito a algumas características globais são mais restritas, como os padrões de relacionamento, a organização econômica — baseada na unidade familiar — política, comercial, cultural, entre outras poucas específicas. Entre elas — mais uma vez — a sua diversidade de expressão.

Mais complexo que a discussão sobre a pertinência da sua atualidade, o campesinato representa um desafio maior para a academia: “E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno ‘da questão do seu *não-desaparecimento*’” (idem, p. 9, grifo meu).

Shanin (2012), no entanto, segue a mesma direção apresentada na última corrente, ao perceber a necessidade de um maior cuidado com formas abruptas do tratamento do termo:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir [...] (idem, p. 9).

Que é também corroborado por Moura (1986), ao sugerir que:

“os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção. É mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista” (idem, ibidem: 17).

Já Ploeg (2008) critica as visões modernistas e marxistas cuja noção reduz o camponês dando ênfase ao estudo do tipo social (conversão do campesinato em empresários ou proletariado), em vez de dirigir esforços para análise das práticas, processos e inter-relações. A ciência — segundo o autor — confundiu, em grande parte, o fenômeno camponês. Assim, “um dos ‘buracos negros’ criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia. O autor entende que, na realidade, há um processo inverso ao desaparecimento, ou seja, uma retorno à condição de campesinato, a recampesinização.

A existência própria de antagonismo na literatura é um indicador seguro de que não há consenso sobre o significado do campesinato no contexto atual, senão uma indicação de sua ressignificação diante de novos cenários interpretativos e materiais. Logo, se sobre esta questão não há um acordo, há certamente uma questão a ser investigada.

Tchayanov (1924) citado por Mendras (1978:43) explicou que:

Os economistas adquiriram o hábito de só refletir sobre os fenômenos de sua competência nos termos da economia capitalista. Todos os

elementos de base da nossa teoria — renda fundiária, capital, preço e outras categorias econômicas — são definidos em função de um sistema baseado no trabalho assalariado e que tende ao produto líquido máximo (produto bruto menos despesas com materiais de produção e salários). Todos os outros modos — não-capitalistas — de vida econômica são julgados sem importância ou destinados a desaparecer em pouco tempo.

Paulilo (2004:231) diz que

a imagem que as elites produziram dele [campesinato] ao longo da história tem a ver com a valorização que faziam da razão e da emoção. Daí decorriam visões opostas do que seja o camponês, ora representado como um ser puro, quando a emoção falava mais alto, ora como um ser bruto, quando se valorizava a razão.

A autora se refere principalmente à influência da oposição *comunidade X sociedade*, que inspirou estudos rurais por muito tempo. Para desconstruir a influência, é necessário entender, as pressuposições de que, segunda a autora: a) as comunidades são espaços que estão fora da influência da modernidade; e b) as forças dessa modernidade estão próximas e ameaçam o futuro dos espaços de vida tradicional. Nestas análises está implícito o romantismo do desejo de se preservar os modos de vida tradicionais. Na realidade, a associação entre campesinato e tradição tem uma versão recente. Vardi (2001) citado por Paulilo (2004), diz que no século XVIII os europeus viam os camponeses como uma “rematada antítese da cultura”. Essa visão sobre o mito camponês é, na verdade, mutável ao longo da história. Referindo-se a dois séculos antes, a mesma autora, ao analisar pinturas e poesias sobre colheitas, observa que o camponês libertado das terras senhoriais não é visto como servil, em uma conotação positiva a eles, por exemplo. No século XVII, o camponês já aparece como uma figura ameaçadora, mostrando, por fim, que “ele aparece tanto como a personificação do bem, quanto a personificação do mal” (PAULILO, 2004:231). A autora conclui que na modernidade, por ser “feio demais para merecer sua representação no que se considera arte, ele é ‘embelezado’ para que isso e suas imagens pouco têm a ver com a realidade; ele deixa de ser de carne e osso e aparece sempre como metáfora” (idem, ibidem).

A insistente questão sobre a permanência das relações camponesas no mundo globalizado trouxe grandes avanços em sua interpretação, ao mesmo tempo em que,

por outro lado, revelou fragilidades próprias da ciência para se ajustar às categorias de análise aos fenômenos sociais.

A partir da ideia de que as sociedades podem ser tradicionais – uniformes, fechadas e coesas – ou modernas – baseadas na divisão do trabalho e na necessária interação das unidades –, chegou-se a uma tipologia desprovida de tensão inerentes aos processos sociais que o camponês vivencia. A ambiguidade estava na conceituação do campesinato como posição intermediária nesse esquema dualista (MOURA, 1986:69).

No prefácio do livro de Godoi et al (2009: 20), assinado pela Via Campesina, há uma síntese sobre a questão que diz:

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esse apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-los da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia.

Observa-se, assim, que as ciências sociais interpretaram frequentemente o contato com o mercado urbano, global, industrializado, como um agravante fator de colapso da organização camponesa. Essa noção compartilha visões do campesinato apenas em seu estado clássico, isolado, subsistente, arcaico. Na perspectiva dos circuitos camponeses, a conexão com mercado não é apenas assumida, como alocada na análise central, uma vez que direciona os resultados da produção camponesa. Dessa forma, se o contato com os mercados já foi visto restritivamente como ameaça à estrutura camponesa, não seria exagero considerar o acesso à diversidade de formas de comercialização um fator central das condições de sua persistência.

2.3.2. Autonomia pela coprodução

A busca pela autonomia pode se concentrar no fomento de dois movimentos complementares, a coprodução com a natureza e a coprodução com a comunidade. O primeiro depende da gestão da base de recursos que o estabelecimento acumula e reproduz durante os ciclos agrícolas, e o segundo depende das relações sociais do produtor com as múltiplas escalas sócio-relacionais (cosmo familiar, comunitário, intercomunitário, mercados, etc....) nos processos de produção e circulação do

circuito camponês. Ambos são essenciais para viabilização da reprodução camponesa, sendo incorporado no cerne do campesinato.

Ploeg (2009:18) a denomina de *condição camponesa*, que “consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”. Essa luta tem como objetivo se materializar na criação e desenvolvimento de uma base de recursos autogerida (de recursos sociais e naturais, como conhecimento, redes, fora de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, etc.). Para o autor, o pilar central dessa base de recursos é o acesso à terra, tanto no ponto de vista material, como simbólico, o que explica a centralidade da terra nas lutas camponesas na história e atualmente.

A partir da coprodução com a natureza, os camponeses conseguem extrair fonte de energia com o acesso direto com os recursos naturais. A busca, por exemplo, por madeira, para conversão em diferentes usos energéticos, desde seu uso na construção de uma roda d'água para abastecer um pequeno sistema de irrigação, ou triturar cereais, é uma forma de utilizar “fontes orgânicas de energia”, dentro da práxis camponesa, cuja “adaptação ecológica [...] consiste, portanto, numa série de transferências de alimentos e numa série de projetos que têm por finalidade a canalização de forças inorgânicas de energia para os processos produtivos” (WOLF, 1976:36). Assim, duas séries juntas — uma que utiliza fontes orgânicas de energia, e a outra que é a canalização de forças inorgânicas — estabelecem o sistema de transferência de energia de um dos ecótipos.

A busca por autonomia seria, assim, uma busca por fortalecimento da coprodução. Esse fato é observado nos itens levantados por Ploeg (2009:20), quando ele diz que a produção camponesa visa, “a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução”. Os dois primeiros itens se referem de forma mais direta à participação da natureza manejada na produção camponesa. A viabilidade, porém, da unidade produtiva, depende também das relações sociais com a comunidade e com a sociedade envolvente.

Analisando as demais formas de produção agrícola em contraponto a essas características do campesinato, uma questão deve ser levantada. O emprego do

trabalho intensivo e a coprodução com a natureza e com a comunidade, além de estarem presentes no cerne de sua organização produtiva, são inversamente proporcionais à necessidade de emprego de capital na produção? É possível, através de um nível elevado de coprodução, desenvolver ciclos agrícolas sem emprego de capital no processo produtivo?

Essas questões estão longe de ser inéditas no campo analítico da agricultura. Os debates e ações promovidas dentro do tema da agroecologia abordam esses pontos de maneiras muito diversas. A agroecologia relaciona os saberes locais tradicionais, que guiam as formas de se produzir, e se alia à ciência, que inova essas práticas, além de somar forças de diferentes grupos, atores e instituições que formam um movimento social.

A agroecologia é um conceito que engloba discursos e práticas voltadas ao questionamento da estrutura produtiva agroindustrial, ao mesmo tempo em que reforça e constrói formas alternativas de produção. Surge como um resgate e aprimoramento de técnicas, tecnologias, organização social e reconexão com a natureza, visando contribuir com a maior autonomia das pessoas envolvidas, e consequentemente de suas comunidades visando promover a soberania alimentar e a vida em harmonia com o meio ambiente.

Almeida (2016) afirma que a agroecologia é capaz de conectar as questões ambientais com as questões sociais, e ainda contribuir para a autonomia de quem a pratica por meio da apropriação dos recursos no território, podendo assim afirmar que sua adoção reduzirá a dependência, conferindo mais poder às comunidades frente ao modelo de exploração socioeconômico vigente.

Mas, a agroecologia “não é somente uma caixa de ferramentas ecológicas para ser aplicada pelos agricultores”, ela representa uma ruptura com o pensamento colonial e a colonialidade herdada do processo histórico de colonização, pois segundo Leff (2002: 39), da maneira como autores clássicos demonstram:

[...] as condições culturais e comunitárias em que estão imersos os agricultores, sua identidade local e suas práticas sociais são elementos centrais para a concretização e apropriação social de suas práticas e métodos. A Agroecologia, como instrumento do desenvolvimento sustentável, se funda nas experiências produtivas da agricultura ecológica, para elaborar propostas de ação social coletiva que enfrentam a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, para substituí-lo por outro, que orienta

para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. (LEFF, 2002, p. 39).

A agroecologia tem ganhado mais reconhecimento entre seus praticantes, como também de consumidores destes alimentos. Ela sintetiza em grande parte a ação de resistência ao modelo hegemônico ao mesmo tempo em que vem concretizando um projeto de sociedade justa, economicamente viável, e ecologicamente sustentável. As contribuições dos estudos nesta área têm apoiado o desenvolvimento e divulgação de gestão de recursos, alternativas ao pacote tecnológico da Revolução Verde, concertações de mercados locais, entre outras coisas, seja para manutenção do manejo tradicional de lavradores, seja para o apoio à transição a este tipo de produção, seja até mesmo para o fortalecimento da agricultura urbana. Neste ponto, é importante destacar o quanto o conhecimento tradicional, mantido e repassado por gerações pela prática da agricultura camponesa se estendeu a outras esferas da sociedade, cuja tecnologia, à qual se projeta a possibilidade de um mundo mais possível, é um sistema dinâmico e complexo de tecnologias de livre acesso, sem patentes.

A agroecologia é assim entendida como um movimento amplo de ruptura com a lógica hegemônica de organização social imposta pelo sistema capitalista, neoliberal vigente. São várias as frentes em que o movimento agroecológico atua em resistência ao modelo imposto, o que inclui o esforço de reorganizar a cadeia produtiva na qual o produtor teria maior domínio desde a produção, comercialização e consumo, o que implica um forte desafio diante do cenário do avanço da hegemonia capitalista.

Através de ferramentas da agroecologia e outras formas de conquistar autonomia, o campesinato se reafirma em um contexto econômico-político no qual se projetava o seu fim. Ploeg (2008:23), sabendo que a condição camponesa “não é, definitivamente, uma condição estática”, observa um movimento de recampesinização, isto é, aumento quantitativo e qualitativo do campesinato no mundo, no qual há um influxo de agricultores empresariais em camponeses, como também um maior afastamento de grupos de camponeses dos mercados financeiros. Assim, o autor evoca a atenção a este processo possível de *reconversão* à condição camponesa, em um enfrentamento — de certo modo — direto ao domínio capitalista da agricultura. O autor afirma que esse processo ocorreu em diferentes regiões em

momentos distintos (como na Europa, no final século XIX, e na América Latina, no século XX) “e, se não estou equivocado, está acontecendo de novo no início do século XXI — literalmente perante nossos olhos” (idem, *ibidem*:51). Processo observado por Oliveira (1996) como aumento de unidades camponesas no espaço rural brasileiro.

2.3.2.1 Trabalho, Coprodução, Capital e suas Intensificações

A coprodução é indispensável na produção camponesa e na sua circulação. A sua ausência, logo, significa a inviabilidade do processo. A coprodução com a natureza pressupõe o acesso à terra e a reprodução da base de recursos. A coprodução com a comunidade depende de criação e manutenção de vínculos sociais, inseridas em uma territorialidade de grupos que partilham signos comuns de identidade, memória coletiva, dádivas e dívidas. Há contextos em que essa base de recursos ou vínculos sociais são profundamente afetados, provocando rearranjos para garantir a viabilidade da reprodução camponesa com estratégias de resiliência.

Uma anomalia climática, por exemplo, que atinge diretamente o fluxo de insumos naturais em um agroecossistema e, desta forma, compromete o ciclo agrícola da unidade familiar e sua segurança alimentar, pode ter suas consequências amenizadas com cooperação comunitária. Ou, se caso as coalizões estabelecidas naquela comunidade não forem fortes neste sentido, outras estratégias de curto prazo terão de ser traçadas, entre elas a intensificação do trabalho da família ou a necessidade de recorrer às poupanças da família — monetárias ou monetizáveis (como a venda de criações, por exemplo).

Em uma outra situação, imaginemos uma deterioração de relações comunitárias, como esvaziamento demográfico da comunidade movida por migrações perenes ou sazonais, desapropriações impostas por hidrelétricas (ou tantos outros exemplos que levam à desterritorialização de grupos sociais). Essas situações podem afetar a comunidade com impactos nas interdependências sociais, como redução da mão de obra local, redução da demanda por produtos locais, esvaziamento de associações, e outras organizações civis etc.

A manutenção da produção camponesa nessas situações pode obrigar uma intensificação do trabalho e da catalisação da base de recursos, como mecanização, aumento das terras cultivadas, implantação de sistemas irrigados, entre outras ações que busquem compensar o efeito do esvaziamento demográfico.

Em suma, a relação entre recursos naturais e vínculos comunitários são muito estreitos e fortes, expressos nas formulações morais de cada local sobre a partilha de recursos, tomadas de decisões diante alguma penúria, ou coerções sociais contra apropriadores de recursos. Sobre isso, Galizoni (2005) mostra como um ente de uma grupo camponês pode sofrer sanções da própria comunidade ao infringir condutas locais de partilha de recursos hídricos. Ao desviar um curso de água, uma família sofre a punição imposta pela comunidade através da interrupção das relações, resultando o isolamento social

o que é um castigo terrível num sistema de vida e produção baseados nas relações de trocas e na interdependência –, e é submetida a uma forte pressão moral, designando de forma pejorativa: “miserável”, quem não compartilha água (GALIZONI, 2005:133).

O modo de vida camponês manifesta um leque de ações e reações relacionados às relações de troca com a natureza e com a comunidade, que podem ser interpretados como um fato social. São aspectos culturais que são construídos e reproduzidos, conscientemente ou não, mas levam a um objetivo claro: a *sobrevivência*. Esse termo deve ser entendido aqui se referindo à metáfora da *unidade simbiótica* entre a unidade de produção e a implícita unidade de consumo no campesinato (TEPICHT, 1973 apud PLOEG, 2008).

Desse modo,

É importante evitar a identificação ou a limitação do conceito de sobrevivência (e também do conceito de campesinato em geral) relativamente ao conceito de “subsistência” (ou auto-abastecimento alimentar). O auto-abastecimento pode ser uma expressão da sobrevivência, mas não necessariamente a única (SALAZAR, 1996:27 apud PLOEG, 2008:47).

Logo, o objetivo é o provimento da família, e as estratégias para a sobrevivência são plurais, mas dependem diretamente da coprodução. Tendo isso em vista, observa-se um extremo: o colapso das relações camponesas com a natureza. Ou seja, a despossessão completa da terra e dos outros meios, que caracteriza um fato histórico contínuo, alavancado por políticas desenvolvimentistas que visavam a modernização do espaço rural, que levou milhões de brasileiros do campo para as cidades.

2.4. Circuito Camponês: algumas considerações

Após tratar alguns tópicos sobre o campesinato, a construção conceitual sobre o circuito camponês pode ser mais bem viabilizada. O objetivo do Capítulo 2 foi apresentar os principais aspectos do campesinato que subsidiam a compreensão da realização da sua produção — e sua circulação — enquanto um circuito. Os circuitos camponeses são, dessa forma, a espacialização da realização da produção gerada por mecanismos do campesinato por excelência. Os circuitos espaciais de produção são, para Santos (1988:17-18), “as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Para Castillo e Frederico (2010:463),

A noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo).

Para estes autores, a noção de circuito espacial de produção apoia-se na teoria marxista, ao abordar a unidade contraditória entre produção, distribuição, troca e consumo, uma vez que a produção não se limita ao ato de produzir, mas envolve a circulação, desde a produção até o consumo final, sendo o circuito uma unidade, com elementos distintos em seu interior.

Santos (1988) diz que para conhecer um circuito produtivo, deve-se observar todos os elementos da produção. A noção de circuito, segundo Castillo e Frederico (2010), atribui um destaque igualmente importante à categoria *espaço*, e citando Moraes (1985), ajuda compreender a divisão social do trabalho em uma perspectiva multiescalar, enfatizando que discutir circuitos espaciais de produção equivale a discutir a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante.

O Circuito Camponês é uma proposta de leitura do campesinato enquanto um *ramo* mobilizador de circuitos espaciais de produção. Isto implica uma análise espacial que destaca as unidades produtivas familiares, as redes envolvidas, e os espaços de troca, etc., das demais relações sociais de produção que compartilham o território. Implica, também, uma configuração do circuito espacial de produção nos moldes do

campesinato, sintetizados neste estudo pelo trabalho familiar nos agroecossistemas em busca da autonomia. Para tanto, parte desta pesquisa é um esforço para experimentação desta abordagem do campesinato, como forma de elucidar seu papel no circuito de alimentos, na ocupação de trabalhadores, e na manutenção e reconstrução de formas sustentáveis de produção.

Longe de ser um conceito cristalizado ou conclusivo, os circuitos camponeses podem ser compreendidos no estreito diálogo com outros conceitos e termos mais bem consolidados. Com intuito de ensaiar aproximações que possam enriquecer a perspectiva dos circuitos camponeses, os debates sobre *soberania alimentar* tendem a defender a centralidade da organização camponesa como modelo de produção alimentar.

Segundo Desmarais (2015), soberania alimentar “is the right of peoples and nations to control their own food and agricultural systems, including their own markets, production modes, food cultures and environments” (DESMARAIS, 2015:156). O conceito tem origem nos movimentos urbanos e organizações não governamentais de diferentes partes do mundo em meados da década de 1990, referindo à soberania alimentar como uma demanda pela possibilidade de escolhas sobre a quais sistemas alimentares se realizar o consumo, desde o nível local ao global, sendo denominado de Global Food Sovereignty Movement. Contudo, o termo foi apropriado pelos debates acadêmicos, quando estudos sobre agricultura e alimentação reconheceram a potência da soberania alimentar como uma alternativa para o desenvolvimento rural. O desenvolvimento do conceito e o forte respaldo como guia de políticas públicas, o elevou a outros patamares. Como desdobramento, alguns governos do Equador, Bolívia, Venezuela e Nepal incluíram o conceito nas respectivas constituições nacionais, demonstrando sua potência e importância (DESMARAIS, 2015).

A autora demonstra haver uma grande harmonização conceitual, trazida por estudos empíricos, sobre os conceitos de soberania alimentar, agroecologia e construção de mercados alternativos. Por esses meios, a Via Campesina define de forma abrangente, ao mesmo tempo objetivamente, a soberania alimentar como uma pré-condição para a segurança alimentar genuína, que envolve o exercício do direito humano básico de ter acesso à comida, e para isto deve haver a implantação de uma reforma agrária efetiva, proteção aos recursos naturais, reorganização do mercado

alimentar e sua democratização, erradicação da fome mundial, segurança à paz social (Via Campesina 1996 citada por DESMARAIS, 2015).

Neste cenário de possibilidades formuladas e construídas pela organização camponesa — a protagonista da luta pela soberania alimentar — a perspectiva dos circuitos camponeses visa destacar os sistemas integrados — ou não —, conscientizados — ou não —, e assim reconhecidos — ou não — de espaços de produção e circulação animados pelo campesinato e pela sociedade que o envolve.

Neste sentido, há uma interface nos campos conceitual e prático entre esses termos, na qual os circuitos camponeses são expressões atômicas da virtualização da soberania alimentar.

Capítulo 3 — Caracterização de Circuitos Camponeses: experiências na RMBH e no Vale do Jequitinhonha

Apresento neste capítulo a caracterização de circuitos camponeses que inspiraram e contribuíram para fundamentar o desenvolvimento desta pesquisa. Por meio de trabalhos em campo, coleta de informações, análise de situações, esse capítulo explora circuitos camponeses em sua diversidade, abrangendo diferentes formas de manifestação, organização, dimensão, intensidade etc.

Entende-se como *caracterização de circuitos*, o resultado final da identificação, análise, aprofundamento e classificação de aspectos de sistemas camponeses de produção, abrangendo os espaços tanto de produção quanto de circulação. Ao final, pretende-se evidenciar feições da organização camponesa diante das tensões do sistema hegemônico, e suas formas de reinvenção.

3.1. Metodologia da pesquisa empírica e seus impasses.

As características próprias da estrutura do campesinato foram até aqui exploradas em termos teóricos, orientando uma abordagem sob a luz de circuitos camponeses. Neste capítulo 3 serão explorados alguns exemplos de circuitos pesquisados por meio de método qualitativo, em que se procurou selecionar contextos socioespaciais diversificados.

Segundo Demo (1998), a pesquisa qualitativa tem por finalidade perseguir fases menos formalizáveis dos fenômenos, que seriam as suas qualidades. Segundo o autor, na etimologia latina, qualidade vem de *qualitas*, que significa essência, ou o que “aponta para a marca central das coisas e dos seres, aquilo que não se consome no tempo, que fica para sempre, que decide o que algo é definitivamente” (idem, *ibidem*:93).

A ideia, portanto, foi realizar uma pesquisa qualitativa com os atores sociais, buscando elementos que contribuíram para ampliar a reflexão sobre a temática da tese. Demo (1998) destaca algumas características básicas da pesquisa qualitativa: a) não se esgotam no superficial, mas são marcados pela profundidade; b) reagem ao cotidiano e, por isso, buscam se renovar sempre; c) primam pela dinâmica do compromisso; d) indicam a plenitude da realização humana; e) valorizam a

participação humana, mais que física ou quantitativamente (como o envolvimento comunitário); e f) apontam para dimensões valorativas do ser humano (dedicação, ética, abnegação, envolvimento, prestatividade, solidariedade).

A busca de diversidade de casos, nesse sentido, foi prioridade em relação a escala quantitativa. Valorizou-se, também, a caracterização de circuitos mais complexos para enriquecer as possibilidades de análise.

Contudo, a elaboração de uma metodologia coesa e direcionada para a busca de evidências empíricas à luz do objetivo do estudo ocupou longo período da produção desta tese. A metodologia foi sendo construída em paralelo às atividades de desenvolvimento da tese tanto em seus aspectos teóricos, quanto das possibilidades de busca de evidências empíricas, sempre alteradas, devido, principalmente, às restrições impostas pela pandemia do COVID 19. A metodologia foi então direcionada mais para a busca de aprofundamento do fenômeno do que para a abrangência de sua escala. Enfim, as ferramentas para a pesquisa empírica anteriormente planejadas foram alteradas. As adaptações para cada caso analisado buscaram suprir lacunas por meio de constantes adaptações.

Os primeiros casos apresentados, dos feirantes da RMBH, foram selecionados por demonstrarem mais complexidade dos circuitos entre outros feirantes identificados. A complexidade, aqui, se refere inicialmente à maior variedade de dados coletados referentes ao espaço de produção e circulação, possibilitando o mapeamento dos subsistemas, da divisão do trabalho, dos fluxos da produção, etc. A análise de outros circuitos não pôde ser aprofundada o suficiente para atender a metodologia qualitativa por motivos relacionados principalmente à pandemia. Essa situação ocorreu também com o Acampamento Maria da Conceição do MST, afetando a aplicação de ferramentas de pesquisa, e inviabilizando também um estudo mais efetivo e exclusivo para essa tese sobre comunidades no Jequitinhonha.

Outros desafios de ordens teórica e prática também impuseram a necessidade de constantes adaptações, reformulações e redirecionamentos. Observações iniciais em campo haviam revelado universos camponeses demasiados complexos, dinâmicos e diversos para um conjunto pré-estabelecido de ferramentas metodológicas, como um questionário ou um roteiro de entrevista uniformes. Entretanto tais observações trouxeram avanços importantes, especialmente por terem sido realizadas em momento inicial da pesquisa, revelando lacunas e possíveis

direções teóricas, além dos percalços metodológicos em si. Diante disso, em momento oportuno, optou-se pela aplicação de ferramentas metodológicas conforme os arranjos produtivos encontrados. Para exemplificar, se foi possível desenhar circuitos de produtores-feirantes inseridos em uma política pública de abastecimento de Belo Horizonte através da combinação de questionário e entrevista semiestruturada, a experiência de agricultores recém acampados em uma ocupação organizada e mantida pelo MST, por sua vez, ficou mais compreensível com metodologias participativas. O método e as ferramentas metodológicas são devidamente apresentados e discutidos ao longo da primeira parte deste capítulo, evidenciando as mesclas, mas também o esforço de analisar os resultados obtidos a partir de meios de coleta distintos.

O objeto de estudo — os circuitos camponeses — é diverso e dinâmico. O conceito-matriz sob o qual ele se baseia — o campesinato — é, por sua vez, denso, histórico, polêmico. A revisão do amplo acervo que a rica literatura dispõe sobre o conceito, permite identificar referências que remontam séculos e atravessam epistemologias, algumas delas cristalizando-o na história, outras resgatando-o para a atualidade. Se a revisão bibliográfica já exigiu a difícil definição objetiva de uma ou mais correntes teóricas, ir a campo em busca de campesinatos e circuitos por elas animadas foi ainda mais desafiador. Afinal, qual campesinato seria buscado? Sob qual critério, aspecto ou parâmetro? Uma escolha conservadora de critério, aspecto ou parâmetro daria uma fundamentação mais concreta para avançar no assunto, ou iria reduzi-lo a casos excepcionais e residuais? Uma escolha progressista possibilitaria a identificação de novos campesinatos, ou isso poderia levar a uma distorção profunda de seu conceito?

Esses questionamentos seguiram ao longo da construção da tese e não foram, de fato, respondidos ao final. Em vez disso, e diante desses impasses observados inicialmente em campo, o esforço da pesquisa foi identificar — teórica e empiricamente — aquilo o que fosse mais “palpável”, investigando formas de encontrar a realização material do campesinato, esmiuçando seus mecanismos produtivos, e costurando esses fragmentos na unidade do conceito. Focar nesse objeto de estudo — os circuitos camponeses — foi, portanto, uma escolha feliz trazida de tentativas árduas de caracterizar campesinatos.

Quanto aos desafios metodológicos específicos para produção deste capítulo, que estão diretamente relacionados aos anteriores, a abordagem através dos circuitos camponeses permitiu avanços. Observaram-se adaptações de formas tradicionais do campesinato, traços fortes do campesinato em estruturas aparentemente de uma agricultura empresarial foram identificados, abrindo possibilidades de interpretações não conservadoras.

3.2 Definindo uma matriz orientadora

No início do capítulo 2, foi apresentada a sugestão de Ploeg (2006) sobre categorias das formas de produção de mercadoria na perspectiva do campesinato. O autor sugere a divisão da produção entre doméstica, pequena, simples e capitalista, nas quais elenca dois fatores de produção: força de trabalho e outros recursos (em destaque insumos à montante da cadeia produtiva, como sementes, água, adubo...) e um fator de circulação: resultados da produção. As formas de produção de mercadoria se distinguem, assim, pela soma e ordem dos fatores de produção/circulação que são, ou não, mercadoria. No Quadro 4 é possível observar essa divisão proposta por Ploeg (2006):

Quadro 4 — Formas de produção de mercadorias

Formas de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simple (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Fonte: Ploeg, 2006. Legenda: PD - Produção Doméstica | PPM - Pequena Produção Mercantil | PSM - Produção Simple de Mercadorias | PCM - Produção Capitalista de Mercadorias. O símbolo (+) representa mercadoria e o (-) não-mercadoria.

Em análise geral, a mercantilização desses fatores de produção/circulação é uma característica da produção capitalista, cujo objetivo é obter mais-valia. A produção camponesa se organiza por formas não capitalistas de produção, apesar de

estarem subalternas ao sistema hegemônico. A produção doméstica de mercadorias não apresenta em sua cadeia produtiva nenhum fator mercantilizado, incluindo os produtos gerados, que são destinados para o autoconsumo da família. Na pequena produção de mercadoria, os produtos gerados já são mercantilizados, uma vez que entram na dinâmica do provimento familiar: alguns produtos gerados podem ser diretamente consumidos pela família, mas a outra parte é comercializada em troca de dinheiro, para assim ter acesso a produtos que não são produzidos pela família. Por fim, a produção simples de mercadoria se distingue da capitalista por não mercantilizar a força de trabalho, a mão de obra familiar, o que diferencia seu objetivo — renda — da mais-valia. Por outro lado, esse tipo de produção se diferencia da pequena produção de mercadorias, pois adquire insumos para alimentar seu sistema produtivo. Nesse sentido, a venda dos resultados deve gerar renda para a família, como também levantar recursos para compra de recursos variados.

Nesta linha, Ploeg (2006) infere que as formas de produção camponesas não são definidas pela mercantilização ou não de um ou outro fator de produção/circulação. Na realidade, sua condição estaria preservada na manutenção do trabalho familiar, e, portanto, no seu leque de objetivos: do autoconsumo à geração de renda. A este último, a classificação empregada pelo autor se assemelha ao que se convencionou chamar de agricultura familiar, ou, no conceito do autor: agricultura empresarial.

Considero que, diante do exposto, a análise de Ploeg (2006) vai ao encontro dos objetivos da pesquisa, constituindo um ponto de partida pertinente como orientação metodológica. Ou seja, a matriz, contendo uma tipologia pautada na organização produtiva e na relação com o mercado, serviu como orientação para definir a metodologia de caracterização dos circuitos investigados. Contudo, a definição dos fatores de produção/circulação enquanto mercadoria ou não, foi somente um ponto de partida, por meio do qual foram desdobrados outros elementos objetos da pesquisa. Desta forma, a seção a seguir será dedicada ao desenvolvimento de uma matriz adaptada ao conjunto de casos de produção camponesa identificados em investigações de campo. Desde já, é importante realçar que, diante das possibilidades existentes do universo do campesinato, a abordagem pautada na perspectiva proposta é uma escolha induzida pela objetividade desta pesquisa. Logo,

não visa reduzir, atomizar, direcionar, privilegiar outras formas de interpretação do campesinato.

3.2.1. Dos resultados da produção à circulação da produção

Dos fatores apresentados por Ploeg (2006), seguimos em ordem pelo primeiro: resultados da produção.

Entende-se por resultados da produção aquilo que é produzido em uma unidade camponesa, em sua mais diversa variedade: alimentares, ou não; agrícolas, ou não; in natura, ou processados; produtos ou subprodutos; consumido ou vendido; direto para o consumidor, ou para uma indústria; feito integralmente, ou parcialmente na unidade produtiva; etc. O amplo leque se diversifica, portanto, em sua natureza, qualidade, destino, e por sua agrobiodiversidade. Dessa forma, alguns produtos podem ser processados e direcionados para consumo interno, como queijo, rapadura, cachaça, enquanto outros produtos *in natura* da mesma unidade camponesa podem ser vendidos para uma indústria, como cana-de-açúcar ou até mesmo não alimentares, como madeira, ou seu subproduto, a serragem. Enfim: há uma gama de possibilidades de arranjos, que podem estar sujeitos, também, a sazonalidades. Neste momento, mais importante do que analisar a diversidade de tipos considerados como resultados da produção, devemos focar como esses produtos circulam, considerando os diferentes tipos de mercado aos quais eles podem ser direcionados.

Wolf (1976) mostrou que a relação do campesinato com mercados pode ocorrer em múltiplas escalas, como foi apresentado no capítulo 2. Os espaços de circulação, em uma perspectiva que parte da unidade camponesa de produção, tomam ordens de grandeza que vão desde a família e o autoconsumo, até os mercados em rede, passando pelas trocas na comunidade, intercomunidades, e os mercados seccionais.

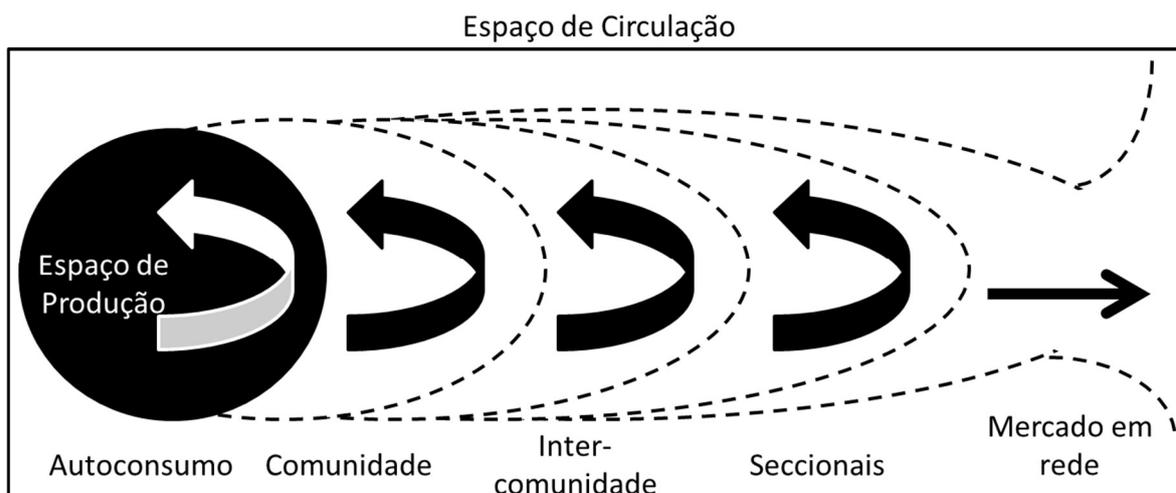


Figura 9 - Esquema sobre espaços de circulação múltiplos escalares e relações de reciprocidade. Elaborado por Costa, 2022. Fonte: Wolf (1976)

Na Figura 9 observamos o esquema que representa os espaços de circulação múltiplos escalares. Na escala do autoconsumo, os resultados da produção circulam majoritariamente dentro da unidade familiar camponesa, na qual as trocas se estabelecem quase restritivamente nas relações estruturais de reciprocidade, como as de reciprocidade ternária, assimétrica e unilateral, a exemplo da dádiva intergeracional entre pais e filhos, que produz responsabilidade (TEMPLE, 1998 apud SABOURIN, 2004). Nas escalas de comunidade e intercomunidade, o espaço de circulação abrange outras unidades familiares que pertencem à mesma comunidade e outras comunidades circunvizinhas, com as quais há algum tipo de vínculo. Nessa escala, é usual que as relações de compra, venda e troca sejam entre camponeses.

Os mercados seccionais, por sua vez, são os espaços onde as famílias produtoras oferecem parte dos resultados de sua produção. Nessa escala, as relações ocorrem para além de comunidades camponesas, eventualmente alcançando — e sendo também direcionada — à sociedade envolvente. Assim como ocorre em feiras-livres, os mercados seccionais são divididos por seções (verduras, frutos, variedades de produtos da indústria doméstica, ervas medicinais, produtos pecuários, e outros), nas quais famílias feirantes oferecem parte específica dos resultados de sua produção. O tipo e variedade de produtos que uma família produtora leva aos mercados seccionais depende de diferentes fatores, como ter capacidade de oferecê-lo de forma relativamente constante, indicação geográfica bem recebida pela freguesia, ou até acordos informais entre os demais produtores-feirantes para

equilíbrio da oferta na mesma feira. Dessa forma, esses mercados são compostos por produtores de diferentes comunidades, cujo mosaico forma um conjunto de variedade de produtos. Observa-se, ainda na Figura 9 através da representação do contorno feito pelas linhas pontilhadas e pelas setas em retorno, que os mercados seccionais preservam trocas concernentes às estruturas de reciprocidade. Isso significa, em linhas gerais, que as trocas comerciais não são guiadas exclusivamente pela lógica mercadológica. As relações interpessoais, o estabelecimento de vínculo, a cooperação, a dádiva, o prestígio, a dívida social estão presentes nas trocas comerciais — tanto nos mercados seccionais quanto nas comunidades e entre comunidades. Essas relações desaparecem — ou se tornam demasiadamente obsoletas — no último nível aqui exposto, chamado por Wolf (1976) de mercados em rede.

Os mercados em rede diferem dos demais, pois o camponês se introduz nesses não tendo decisões adiantadas, motivadas pelos vínculos ou tradições, mas sujeitas constantemente a flutuações. Tampouco são mercados que visam atendimento a outros camponeses. Wolf (1976) sugeriu esse nome como uma associação às formas de uma rede, configurada por pontos interligados por linhas, representando os produtores que se conectam variavelmente aos consumidores. Considerando a tipologia feita pelo autor, e associando a objetivo de (re)construir uma matriz para caracterizar e guiar a análise de experiências concretas, os mercados em rede podem ser entendidos como grupo de relações de troca propriamente mercadológicas, ou todos os demais níveis que extrapolam as relações camponesas de troca. Neste momento, deve-se recordar uma lição tirada do debate no capítulo 2, na qual concluiu-se que os mercados não são estranhos ao campesinato. Heredia (1979), analisando comunidades camponesas e as relações com as feiras, identificou o que chamou de alternatividade, se referindo justamente à flexibilidade da inserção no mercado de acordo com a conjuntura. Dessa forma entendemos que, essa relação existe e se transforma ao longo da história de formas e intensidades diferentes, organizando-a ou, como ocorre na maior parte dos casos, sendo organizada por esses mercados. Chega-se aqui a uma questão central dessa discussão. Partindo do pressuposto que o contato do campesinato com os mercados é um fato, cabe buscar entender qual é o tipo desse mercado e como esse contato exerce influência na organização do espaço da produção.

Assumindo a impossibilidade de compreender a grande complexidade que envolve essa questão, a análise foi direcionada para os efeitos observados na organização do espaço da produção e na destinação de sua produção. As unidades camponesas, como já visto no capítulo 2, são compostas por subsistemas — como as hortas e pomares, lavouras ou indústrias domésticas — animados, basicamente, pelo trabalho familiar. A variedade de subsistemas existentes em uma unidade e a destinação dos resultados da produção de cada subsistema fazem parte de uma estratégia, estreitamente associada ao objetivo da família e às condições camponesas. A condição camponesa, que é a expressão controversa do campesinato, na “luta por autonomia [...] em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009:18), se manifesta em intensidades desiguais, abrindo ou restringindo as possibilidades das famílias produtoras, como a diversidade de subsistemas e a dependência com os mercados.

A especialização, segundo Shanin (2012), é um dos processos mais marcantes da sujeição do campesinato, causada inicialmente pela necessidade pelo dinheiro e aumentado posteriormente pelas relações de mercado e desenvolvimento de novas necessidades. Assim,

Nesta busca por atender às novas necessidades, o agricultor rompe o equilíbrio existente entre produção de subsistência e produção de excedente passando a se especializar numa cultura para o mercado a partir da qual irá obter dinheiro, sendo que alimentos e demais utensílios serão comprados no mercado (SANTOS, SOARES e FONTOURA, 2005:13094)

Mesmo sendo a especialização uma realidade associada especialmente ao desenvolvimento do capitalismo nas trocas inter-regionais (MAZOYER e ROUDART, 2008), nas quais as especialidades espaciais se complementam em um processo dinâmico, a fragmentação da divisão do trabalho pela lógica industrial impôs a reorganização do espaço produtivo camponês de modo sem precedentes. Na sujeição real do trabalho ao capital, como diz Martins (1981), o papel do agricultor é fragmentado e disperso no território sob a forma de agriculturas especializadas e interdependentes, o que implica na deterioração do saber-fazer camponês perdendo o domínio sobre sua propriedade e formas variadas de atividade. Além da especialização, a industrialização, deve-se recordar, levou ao fenômeno da agriculturação que, segundo Shanin (2012), é resultado da produção industrial em

massa, que assumiu as tarefas não-agrícolas do campesinato, restando a este apenas a produção dos insumos agrícolas de baixa rentabilidade. Nesse processo, incluem-se os mais variados produtos e serviços, cuja produção e consumo a indústria massificou, criando novos produtos e substituindo outros autóctones e suas técnicas de produção. Os agricultores ligados a canais de comercialização associados a grandes redes alimentares, como supermercados e lojas especializadas, possuem menor agrobiodiversidade em seus estabelecimentos. Pugas (2018) mostra que a quantidade de espécies e suas variedades são menores em estabelecimentos inseridos em grandes cadeias de alimentos, como mostra o Quadro 1.

Quadro 5 — Média das espécies e variedades cultivadas nos estabelecimentos e os canais de comercialização (%)

Canais de comercialização	Espécies	Variedades
Comerciantes intermediários	36,5	53,1
Feiras de agricultores	31,2	53,2
Compras Institucionais	26,5	58,6
Direto ao consumidor	23,6	44,9
Lojas Especializadas	16,6	37,1
Supermercados	10	32,2

Fonte: Pugas, 2018

Observando a pluralidade possível de subsistemas em uma unidade produtiva camponesa, os fenômenos de agriculturação e especialização, e a sujeição ou não aos mercados (e os tipos de mercado), a noção sobre a mercantilização dos resultados da produção, como colocada na matriz do Quadro 4, inspirada em Ploeg (2006), foi reconduzida para outra perspectiva, mostrada na matriz que será gradativamente construída a partir do Quadro 6 a seguir. Esse desdobramento da matriz, busca orientar a investigação das formas de circulação do que é produzido, e quais lógicas organizam essas trocas.

Quadro 6 — Esboço 1 da matriz.

Circuitos	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4

Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
-------------------------------	-----------------------	----------------------------	-------------------	------------

Elaboração: Costa, 2022.

Inicialmente, os nomes anteriores das tipologias, referentes às formas de produção de mercadorias (doméstica, pequena, simples e capitalista) foram substituídos temporariamente por números, a fim de evitar cruzamento de conceitos e dar lugar a uma nova categorização, sendo, por ora, *tipos* de circuitos.

Começando com a circulação, é proposto um *continuum* que vai do autoconsumo ao mercado. Assim, os resultados da produção da maior parte dos subsistemas do tipo 1 se direcionam para o autoconsumo da família. O tipo 2 possui um relativo equilíbrio dos subsistemas com fluxo para autoconsumo e comercialização de excedentes. No tipo 3, é evidente a destinação dos resultados da produção da maior parte dos subsistemas para o mercado. Por fim, o tipo 4 destina todos os subsistemas para a comercialização.

Em um caso ilustrativo, uma lavoura de cana mantida por uma família agricultora pode revelar cenários diversos. A produção pode ser direcionada para outro subsistema local, como uma indústria doméstica (para produção de cachaça, por exemplo), e/ou compor a ração do gado. Nos dois cenários, a circulação é de autoconsumo, uma vez que o resultado da produção — a cana — tem a circulação dentro da unidade de produção. Se for direcionado para produção de cachaça, a cana então se torna recurso primário de um processamento da indústria doméstica, logo se tornando parte de um outro subsistema. A partir disso, considerando que a cachaça tem a maior parte da produção direcionada para o mercado externo, cabe analisar em qual tipo de mercado o subsistema da indústria doméstica está inserido (venda na feira-livre local, venda na propriedade, fornecimento para distribuidoras etc.), e desta forma definir as relações de troca (se estão mais inseridas nas trocas recíprocas ou mercantis). Uma produção direcionada exclusivamente para a comunidade pode ser considerada, como já debatido no capítulo 2 sobre a divisão do trabalho familiar, uma relação mais associada ao autoconsumo do que à comercialização em mercados. Essa conclusão pode ser feita por meio de uma investigação qualitativa. Se a produção de cana for para a composição da ração do gado, deve-se observar qual a finalidade da criação para além da destinação do leite ou da carne. No caso das

criações de grande porte, e como já debatido também no capítulo 2, o gado pode assumir o papel de “segura e rendosa forma de poupança e investimento” (TEIXEIRA, 1976), assumindo uma função autônoma de estratégia e segurança financeira. Comercializar reses vivas, independentemente do tipo de mercado atendido, assemelha, nesse caso, a um circuito de autoconsumo.

Ainda explorando as possibilidades dentro do mesmo caso ilustrativo, consideremos que a unidade camponesa forneça cana para uma usina de açúcar, inserida, portanto, em uma cadeia industrial. Isso significa uma série de exigências, especificidades, prazos rígidos, preços competitivos, fornecimento em grandes quantidades etc., o que implica, entre outras coisas, no direcionamento dos resultados da produção desse subsistema totalmente para o mercado externo. Os demais subsistemas da unidade camponesa devem ser analisados do mesmo modo, a fim de caracterizar a orientação dos resultados da produção. Caso não haja outro subsistema, a circulação da produção desta unidade é destinada totalmente para os mercados. O mesmo ocorrerá caso todos os demais subsistemas forem direcionados exclusivamente para o mercado em rede.

3.2.2. Dos outros recursos a coprodução com a natureza

A compreensão de agroecossistemas camponeses passa pela análise de fluxos bióticos e abióticos, energia, água e insumos. A dinâmica e interação desses elementos são em parte realizadas por meio do manejo humano (manual ou mecanizado), e outra parte pela reações bioquímicas e físicas próprias dos ecossistemas. As atribuições entre essas partes no processo produtivo dependem, entre outros aspectos, do capital ecológico acumulado e reproduzido no estabelecimento.

O fator destacado por Ploeg (2006) — os outros recursos — se refere aos elementos que alimentam os complexos sistemas de produção das unidades agrícolas. A agricultura camponesa é essencialmente “baseada num fluxo relativamente autônomo de recursos produzidos e reproduzidos na unidade agrícola” (PLOEG, 2008:46). Assim, se alguns desses elementos são gerados e reproduzidos no estabelecimento, outros externos são incorporados, como pode ser observado na Figura 10.

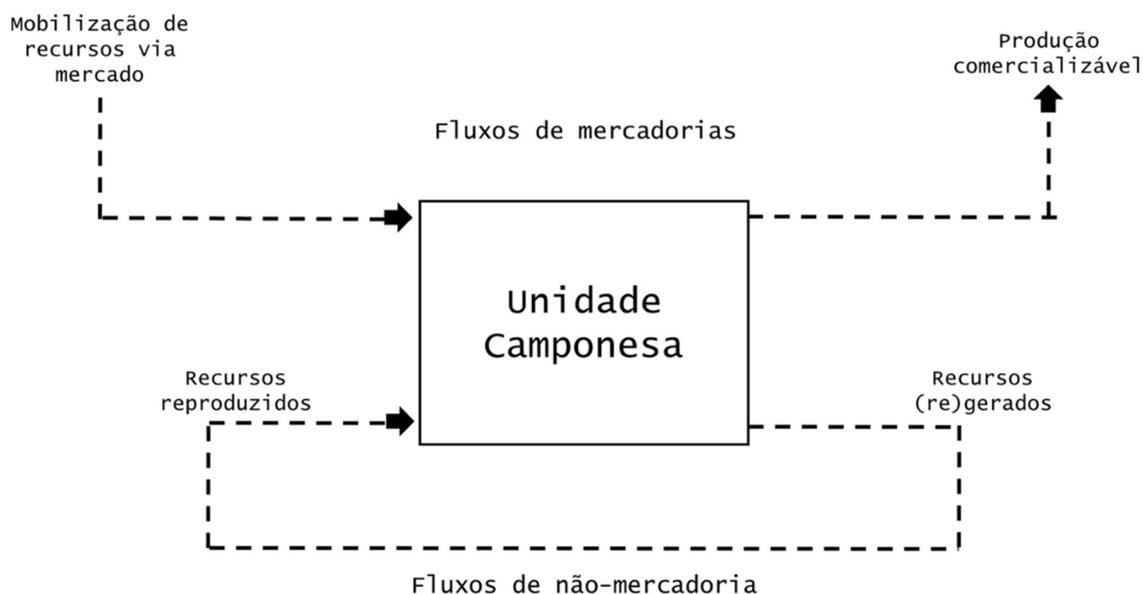


Figura 10 – Fluxos básicos dos agroecossistemas.
Elaboração: Costa, 2022
Fonte: Ploeg (2008).

Nesse esquema estão representadas as duas “fontes” de elementos de uma unidade camponesa: os (re)produzidos no agroecossistema, e os incorporados. Os elementos necessários para produção, mas que não são produzidos, tampouco reproduzidos no agroecossistema, provêm de fontes externas, comumente procedentes de mercados. A capacidade de reproduzir recursos é uma característica ímpar dos agroecossistemas, e fundamental para compreender a condição camponesa. Dessa forma, a balança entre recursos (re)produzidos e recursos externos é um indicador do grau de autonomia ou dependência da unidade produtiva, principalmente, neste último caso, se os recursos externos forem mercadorias e de fluxo contínuo, como fertilizantes, combustíveis ou mão de obra.

Os agroecossistemas estão expostos, portanto, a duas tendências opostas: aumentar o capital ecológico, reproduzindo recursos necessários para os ciclos agrícolas, ou aumentar a dependência de insumos externos. O aumento do capital ecológico, como visto no capítulo 2, é reflexo da intensificação da coprodução com a natureza (PLOEG, 2008), que enriquece, dinamiza e diversifica o ecossistema, significando maior influência e participação no processo produtivo. O fortalecimento das trocas com a natureza, como denomina Brandão (1981), expressa o conjunto de saberes, práticas, manejos, arranjos, acordos etc., criados, sustentados e

reproduzidos por agricultores camponeses que valorizam a interação da natureza com os objetivos da produção agrícola. Essas trocas, ainda segundo Brandão (1981), foram em grande parte deterioradas pela transferência tecnológica promovida pela revolução verde, quando houve massivos incentivos para modernização do modo de fazer agricultura, abreviada pela inserção de monoculturas, insumos químicos e automatização.

Apesar de ser uma prática imemorial, a agroecologia enquanto movimento emergiu como resistência ao avanço da contínua imposição de artificialização, financeirização, e industrialização dos modos de fazer agricultura, além de outros enfrentamentos. Apoiada, atualmente, pelo conhecimento científico e com forte respaldo da sociedade urbana, a transição agroecológica tem sido uma realidade significativa em agroecossistemas do mundo inteiro. A transição — que se materializa nos estabelecimentos com mudanças pontuais no manejo agrícola — compõem, em seu conjunto, um aumento paulatino do capital ecológico e, portanto, a intensificação da coprodução com a natureza. A substituição de fertilizantes por adubos orgânicos, agrotóxicos por defensivos naturais, monoculturas por policultivos e sistemas agroflorestais, bem como a reprodução de sementes crioulas, os manejos de preservação do solo e da umidade, a conservação dos mananciais hídricos, e outras inúmeras práticas agroecológicas direcionam o estabelecimento agrícola em transição para uma dinâmica mais integrada ao ecossistema local e — principalmente — mais autônoma. Nessa perspectiva, o processo de transição agroecológica é, em outras palavras, um movimento para além de uma produção ecológica, mas um processo de desvencilhamento de dependência e fortalecimento de práticas autônomas. Por isso que suas práticas são reconhecidas pelo caráter holístico, pois formam um mosaico complexo e dinâmico de produção agrícola, ecossistemas locais e interação da comunidade.

Escapa ao objetivo desta tese avaliar e definir o grau agroecológico de agroecossistemas camponeses. No entanto, foram esboçados os fluxos dos subsistemas, para identificar relações de dependência e autonomia diante dos mercados.

Quadro 7 - Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: visão parcial – coprodução com a natureza

Circuitos	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada

Elaboração: Costa, 2022.

Avançando, portanto, na construção da matriz, inclui-se a coprodução com a natureza, o que significa a participação do ecossistema no processo produtivo.

No tipo 1, a base de recursos é autossustentável, o que significa que maior parte dos subsistemas possuem acúmulo de capital ecológico, com maior integração do ecossistema com os objetivos da produção. Sistemas agroflorestais, policultivos permaculturais e agroextrativismo sustentável são alguns exemplos de manejo que compõem esse tipo, na qual a natureza é coprodutora, pelo motivo de apresentar trocas recíprocas entre produtores e o ecossistema. Nesse tipo, a eventual inserção de insumos é admitida, mas são raros aqueles que necessitam de forma constante, ou a cada ciclo agrícola.

O tipo 2 é caracterizado por subsistemas que apresentam alguma sustentação da base de recursos, que é reproduzida. Contudo, a participação da natureza é catalisada com a inserção de insumos específicos direcionados para atingir o objetivo produtivo. Configura-se a essa tipologia, as unidades camponesas que apresentarem maior parte de subsistemas agrobiodiversos, com retroalimentação da base de recursos, mas que recebem insumos externos para catalisar a produção. Nesse caso, a compra de ração para galinhas caipiras, irrigação por bomba de lavouras policulturais, hortas com sementes compradas ou equipamentos movidos a combustíveis fósseis ou elétricos na indústria doméstica são exemplos de catálise dos subsistemas.

As tipologias denominadas por explorada, que se referem aos tipos 3 e 4, correspondem às unidades camponesas cujos subsistemas mais alteram do que integram o ecossistema local, logo a retroalimentação é escassa ou nula, e que

dependem de inserção de insumos externos para atingir o objetivo produtivo. A natureza, nesses tipos, é considerada como explorada, pois se baseia em trocas recíprocas, não há acúmulo de capital ecológico, logo apresenta tendência de exaustão da base de recursos. Caracterizam-se nesse tipo pecuária extensiva em pastos plantados, monocultivos, produções quaisquer cujo manejo envolve a inserção contínua de macro e micronutrientes artificializados, herbicidas, pesticidas, inseticidas, fungicidas etc.

Se nos tipos 1 e 2 é admitida a inserção de um ou outro insumo externo comprado de uso eventual, os tipos 3 e 4 dependem exclusivamente disso em todo ciclo agrícola e em todas ou quase todas as etapas do processo produtivo. Isso significa que a coprodução com a natureza é substituída, ou suprida, pelo emprego de capital. Uma vez que há necessidade de fluxo de investimento para cada ciclo agrícola, o capital passa a fazer parte da produção, afetando sua organização. Isso será mais presente no tipo 4, no qual a financeirização da produção se torna mandatária, ou até mesmo parte do objetivo, quando a participação do mercado de crédito, bancos, fundos de investimentos, passam, de certa forma, a influenciar diretamente na unidade produtiva.

Dessa forma, o tipo 4, denominado de explorado e artificializado, revela as mesmas características do tipo 3, contudo é composto em sua maior parte por elementos artificiais e insumos externos. Os subsistemas deste tipo implicam na alteração quase completa do ecossistema, suprimindo a fauna e flora, dizimando a agrobiodiversidade. Além disso, encaixam nessa categoria o uso de sementes transgênicas, técnicas de hidroponia, plantios em estufas, pecuária intensiva etc.

3.2.3. Da força de trabalho a coprodução com a comunidade.

O trabalho familiar é o pilar do campesinato. Dos fatores apresentados na matriz original, a mercantilização do trabalho familiar é o único processo que o descaracteriza enquanto tal, conforme demonstrou Ploeg (2006). Essa consideração é uma abreviação do papel, importância e desdobramentos do trabalho familiar enquanto mecanismo fundamental da organização social produtiva do campesinato, como explanado no capítulo 2.

Entende-se por trabalho familiar a divisão do trabalho organizado no interior no núcleo familiar, que pode se estender às esferas da comunidade e à parentela,

estabelecidos por conjunturas complexas e dinâmicas, sobre as quais atuam estruturas de trocas recíprocas, simétricas ou não, monetárias ou não, formalizadas ou não. Além de serem demasiadamente complexos os arranjos de força de trabalho camponês, suas conexões não são estanques, podendo revelar mudanças dinâmicas, que desafiam sua compreensão. Em pesquisa de campo, durante uma entrevista, a pergunta aparentemente simples sobre “quem faz o quê?” em determinada linha de produção agrícola é geralmente anulada pela impossibilidade de a pessoa entrevistada dar uma resposta objetiva.

Por outro lado, estruturas da divisão do trabalho, como as tradições patriarcais, ou sobre a centralidade da mulher, a divisão dos papéis entre os trabalhos pesados e leves ou domésticos e públicos, sobre pluriatividade, sucessão intergeracional, equilíbrio camponês, *tyagostnost*, migração etc., foram em grande medida reveladas, debatidas e teorizadas por muitos intelectuais que estudam campesinato. Mesmo que enquadrem a condições que variam no tempo e no espaço, essas contribuições permitem uma leitura aprofundada, mais precisa e crítica sobre o assunto.

Continuando com a construção da matriz, utilizaremos a perspectiva das estruturas de parentesco ordenadas pela estrutura de reciprocidade (STRAUSS, 1967, SABOURIN, 2004; TEMPLE, 1997), e as trocas dinamizadas pela dádiva, que é “toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (CAILLÉ, 1998:76 apud SABOURIN, 2004:76).

No Quadro 8, observamos as tipologias propostas para a linha sobre coprodução com a comunidade.

Quadro 8 — Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: visão parcial – coprodução com a comunidade

Circuitos	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada

Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal
------------------------------------	-------------------	------------------------------	-------------------	----------

Elaboração: Costa, 2022

Nas trocas recíprocas, como é denominado o tipo 1, a maior parte dos subsistemas são manejados pelos membros da família a partir da estrutura recíproca ternária, própria da relação entre pais e filhos. Nesse tipo, se enquadram também subsistemas manejados sob regime coletivo ou comunitário, através dos ritos de mutirão. Deve-se recordar que a comunidade pode ser entendida como uma unidade territorial caracterizada pela reprodução de trocas sociais de reciprocidade. Nas comunidades rurais, segundo Sabourin (2004), coexistem estruturas de reciprocidade e da lógica econômica de intercâmbio (direcionada à concorrência para a acumulação privada de valores materiais e à exploração), gerando por vezes complementaridades e, geralmente, tensões. Há, porém, segundo o autor, perspectivas que entendem que não há diferenças entre esses tipos de relações, considerando apenas a reciprocidade em suas diferentes estruturas “como uma forma de intercâmbio recíproco e simétrico” (SABOURIN, 2004:78).

Ainda como parte do tipo 1, devemos considerar as trocas de dias. Esse acordo envolve duas pessoas ou mais que revezam o trabalho conjunto, fazendo rodízio nos próprios estabelecimentos, configurando-se em uma estrutura bilateral simétrica.

No tipo 2, são encontradas essas relações de reciprocidade no manejo dos agroecossistemas, admitindo, porém, algum tipo de remuneração monetária para alguns serviços. Em núcleos familiares, filhos mais velhos, ou entes da parentela, normalmente trocam o dia sem, contudo, receber a permuta com o trabalho do outro em seu estabelecimento, preferindo o pagamento em dinheiro.

O tipo 3 e 4 se assemelham por estabelecerem relações monetárias para pagamento de força de trabalho, formalizadas ou não. Se no tipo 4, a contratação de mão de obra se restringe quase puramente a uma relação de trabalho, na qual dívida e dívida surgem e desaparecem através do pagamento em dinheiro, o tipo 3 preserva relações associadas às estruturas de reciprocidade.

3.2.4. Das múltiplas tipologias

A matriz orientadora da caracterização de unidades camponesas apresenta, até este ponto, as quatro variações possíveis dos três fatores: circulação da produção, coprodução com a natureza e coprodução com a comunidade.

O tipo 1 se caracteriza por uma circulação da produção mais para o autoconsumo, na qual a natureza é coprodutora do processo e as trocas com a comunidade são recíprocas. Nesses moldes, e com todas as ressalvas, um circuito assim caracterizado pode ser considerado autônomo. Como já debatido, a condição camponesa condiciona o campesinato à situação de subalternidade, na qual a autonomia não é um objetivo conscientemente inalcançável — tampouco almejado —, senão enquanto uma utopia, um direcionamento de ambições, um caminho estratégico de sobrevivência e resistência à proletarianização. Contudo, tratando-se da caracterização de circuitos camponeses, e não sobre situações, condições ou contexto de campesinatos, o termo autônomo aparece adequado para esse tipo.

O tipo 2 é um circuito direcionado para o autoconsumo e para o mercado, no qual os subsistemas recebem alguns insumos externos para catalisar a produção e a força de trabalho mescla mão de obra familiar com agregados próximos, que podem ser pagos pelos serviços, sendo caracterizado por estar integrado a outros circuitos. Essa classificação merece uma ressalva, pois essa característica que lhe dá o nome não exclui os demais dessa qualidade.

Na sequência, o tipo 3 é considerado como um circuito dependente, uma vez que os produtores dependem do mercado para o provimento, dependem capital de giro para compra de insumos externos para produzir, e dependem do mesmo para obter mão de obra.

Por fim, o tipo 4 é classificado como homogeneizado como referência a sua adequação e similaridade com as cadeias globais de produção agrícola. Uma produção estritamente direcionada aos mercados, que depende de insumos externos tornando o ecossistema no qual se insere artificializado, e a intensificação dessa produção só é viabilizada através do emprego do capital, isto é, tal qual uma produção propriamente capitalista, revela poucas diferenças substanciais com o agronegócio.

No Quadro 9, a matriz pode ser conferida com as tipologias dos circuitos devidamente classificadas.

Quadro 9 - Matriz de possibilidades de produção e circulação de mercadorias: final

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022

A matriz, neste estágio avançado de sua reelaboração, possui a discriminação dos tipos de circuitos considerados propriamente *camponeses* e aquele considerado *capitalista*. Essa distinção, contudo, faz parte do objeto de análise deste capítulo, não sendo, dessa forma, uma conclusão. A matriz, dessa forma, tem somente a função de guiar a caracterização de circuitos camponeses, orientando classificações desses circuitos nas diversas formas que podem ser organizados. No entanto, não tem o objetivo de categorizar, rotular e cristalizar em definições rígidas. Ao contrário disso, essa matriz servirá de base para entender as múltiplas tipologias que um mesmo circuito pode se encaixar. Isso significa que um dado circuito pode apresentar fatores em diferentes classificações de circuitos. Um estabelecimento cuja maior parte dos subsistemas são manejados por mão de obra assalariada, com produção altamente agroecológica voltada para o mercado, mas também para a família anima um circuito com múltiplas classificações.

Inicialmente, serão apresentados os três circuitos, ou conjunto de circuitos, analisados: os produtores-feirantes da RMBH, o Acampamento Maria da Conceição, e a comunidades quilombola de Moça Santa, no Alto Jequitinhonha.

3.3. Feirantes da RMBH

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e especificamente a capital mineira, apresenta grandes avanços institucionais relativos a políticas públicas de circuitos alimentares que conectam produtor e consumidor. A Subsecretaria de Segurança Alimentar (SUSAN) juntamente com outros agentes institucionais, movimentos sociais, iniciativas populares e projetos acadêmicos, promovem continuamente ações de incentivo à agricultura, agricultura urbana, agroecologia, e meios de abastecimento de alimentos saudáveis e acessíveis à RMBH (ALMEIDA, 2016). Esse conjunto de ações cria núcleos de politização, luta, e desenvolvimento de práticas relacionadas à agroecologia e a circuitos alimentares não-hegemônicos.

As políticas voltadas para manutenção desses tipos de circuitos de abastecimento possibilitam benefícios mutuamente às extremidades da cadeia produtiva: os produtores agrícolas têm a oportunidade de acessar mercados altamente competitivos dos centros metropolitanos, e os consumidores, geralmente afastados dos núcleos de produção policultural, acessam produtos alternativos frente à oferta majoritária de industrializados ou ultraprocessados. Entre o crescente número de experiências inovadoras, ações pontuais e descentralizadas, elenco três políticas de abastecimento consolidadas em Belo Horizonte: programa Direto da Roça, Feira Orgânica e as Feiras Livres.

O programa Direto da Roça é uma política de abastecimento da prefeitura de Belo Horizonte com o objetivo de promover a “comercialização direta de produtores da agricultura familiar da região metropolitana aos consumidores, evitando atravessadores e garantindo preços justos para ambos” (BELO HORIZONTE, 2022). A prefeitura, com o decreto N° 9.538 de 17 de março de 1998, e através da SUSAN, credencia produtores e organiza, apoia e divulga mais de 20 pontos de comercialização distribuídos pelas regionais da cidade, com produtos hortifrutigranjeiros e processados da indústria doméstica pelos próprios produtores ou familiares. Esse programa conecta produtores da região metropolitana de Belo

Horizonte reconhecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a consumidores da capital.

As Feiras Orgânicas são canais de comercialização de alimentos com certificação orgânica. Segundo o decreto municipal que dispõe da criação dessas feiras — Decreto nº 11.044 de 20 de maio de 2002 — essa certificação pode ser realizada por órgão competente, ou por Norma Reguladora editada pela Secretaria Municipal de Política de Abastecimento.

As Feiras Livres, por sua vez, têm o objetivo mais direcionado ao consumidor, pois busca aumentar a oferta de produtos *in natura* nas regionais e, assim, fomentar uma alimentação mais saudável. Diferentemente das duas primeiras apresentadas, nessas feiras não há requisitos sobre procedência do produto, e desta forma, os feirantes podem ser revendedores sem produção própria. Outra diferença é observada na disposição das tendas das feiras. Se as Feiras do Direto da Roça e Orgânicas são em grande maioria compostas por uma tenda apenas, as feiras livres geralmente são organizadas com três ou mais, com cada uma especializada em um tipo de alimento. Assim, há tendas especializadas em verduras, frutas, legumes, quitandas, carnes e grãos e temperos.

O motivo para analisar circuitos inseridos nessas três políticas de abastecimento de Belo Horizonte se justifica por suas particularidades, que contribuem como exemplos de circuitos em análise nesta tese. O Direto da Roça tem, por excelência, um circuito que conecta produtor e consumidor, sendo isso, inclusive, o critério para seleção dos feirantes. Além das questões genéricas de caracterização dos circuitos camponeses, para esse tipo de feira, surgiu a oportunidade de entender como as famílias organizam a força de trabalho entre tarefas do espaço produtivo e do espaço de circulação.

As Feiras Orgânicas já apresentam como diferencial a agregação de valor aos produtos, vantagem conquistada pela certificação, com grande respaldo dos nichos de consumidores dispostos a comprar produtos com qualidade comprovadamente orgânica. Além dos custos da certificação, que justificam, em parte, os preços mais elevados de produtos orgânicos, a produção comercial de alimentos orgânicos exige uma série de manejos específicos. A caracterização desses circuitos também levou em conta questões relacionadas ao impacto da sobrevalorização dos produtos orgânicos nos espaços produtivos.

As Feiras Livres, como já citado, não possuem critérios relacionados à procedência do produto (produção própria ou orgânica), possibilitando feirantes revendedores, como atravessadores. Contudo, foram encontrados circuitos cujos produtos eram de procedência própria do feirante, o que contribuiu para ampliar o leque de casos de evidências dos circuitos em análise.

3.3.1. Metodologia para pesquisa com os feirantes da RMBH.

Em trabalhos de campo realizados entre janeiro de 2020 a abril de 2021, foram pesquisados mais de 20 feirantes participantes das três políticas de abastecimento, em todas as regiões de Belo Horizonte. A pesquisa envolveu a aplicação de um questionário específico para espaços de circulação de produtos, como feiras e similares. Nesse questionário, que se encontra no apêndice 1, há espaço para caracterização de cinco variedades de produtos que, apesar de ser número aparentemente baixo diante a grande variedade de produtos geralmente expostos, permitiu identificara, para análise, três produtos declarados pelo(a) comerciante como *de mais importância* e dois produtos escolhidos pelo pesquisador. Para os primeiros, a intenção foi a de permitir que o(a) pesquisado(a) relate, no entendimento próprio, o que é mais importante. A subjetividade foi o aparato de critério, uma vez que o que é considerado mais importante pode ser reflexo de valores sociais — o que mais vende, o que mais gosta, o que produz etc. A escolha do pesquisador, objetivou captar outros produtos que pudessem trazer questões pertinentes à análise, valorizando a diversidade de produtos expostos em sua natureza (subsistema de origem, produtos beneficiados, singulares, artesanais, ou até mesmo produtos que sejam produzidos pelo feirante que não foram citados por ele).

Os produtos foram caracterizados pela procedência (produção própria/familiar/comunitária ou de revenda); pelo município/localidade de origem; pela existência de beneficiamento — antes da venda — (se é in natura, se houve algum tipo de agrupamento de itens em unidade, se foi limpo, fragmentado ou passou por alguma triagem, se houve adição de outros elementos, ou se teve transformação do produto); pelo estado do produto à venda (natura, misturado, processado ou industrializado); pelos circuitos de venda (se é também para autoconsumo, se é vendido somente em feiras ou também por ambulantes, na unidade produtiva, por atravessadores); pelo acesso a recursos primários, especialmente água e energia (se

são extraídos da propriedade, em áreas comuns, obtidos por meio de resíduos de outras atividades, ou se são comprados); pelos meios de produção (se não utiliza, se tem ferramentas manuais, equipamentos elétricos, se usa combustível fóssil ou biomassa); pela divisão do trabalho (individual, familiar, comunitário e/ou assalariado); e por fim, pelo local de produção (domicílio, anexo domiciliar, espaço e equipamento comunitário, ou no próprio espaço de venda).

No final do questionário, pergunta-se a porcentagem da renda da família provinda da atividade de comercialização, *como* são os gastos de produção e *como* são os gastos com a venda, e se tem o costume de comprar algo desses circuitos de comercialização citado no item 5 do apêndice 1 (feiras, ambulantes, na propriedade produtiva, ou por atravessadores).

Os resultados obtidos a partir do preenchimento deste questionário foram organizados em formato de diagramas, como forma de facilitar seu entendimento e análise. Esses diagramas, como serão apresentados mais à frente, buscam esquematizar as relações de produção e circulação das unidades produtivas e suas relações com os mercados a jusante e montante da cadeia produtiva. Alguns casos específicos foram selecionados para maior aprofundamento, para os quais foi realizada uma entrevista guiada por roteiro semiestruturado, aplicado no local de produção. Neste roteiro há um tópico para identificação dos moradores da unidade e a divisão do trabalho (diretamente na produção, ou pluriatividade, por exemplo), se é elegível de algum programa de transferência de renda, e outros aspectos. Outro tópico busca entender se na unidade há diaristas e assalariados na composição da divisão do trabalho. Identifica-se também a principal renda e os gastos da unidade. Há, em seguida, um levantamento de toda a produção da unidade, a destinação para autoconsumo, venda e local da venda, ou troca e doação. Após esse levantamento, propõe-se um conjunto de questões agrupadas em 10 temas: 1) tecnologia, 2) trabalho, 3) espaço, 4) recursos naturais, 5) recursos energéticos, 6) recursos hídricos, 7) recursos financeiros, 8) subjetividade, 9) organização comunitária, e 10) território. Para cada tema, há um conjunto de, em média, quatro perguntas abertas. Para esse tópico, foi utilizado gravador para coleta das informações.

3.3.2. Caracterização dos circuitos das Feiras Livres

Neste e nos próximos subtópicos serão dedicados à apresentação do conjunto de circuitos identificados nas feiras de três políticas de abastecimento da RMBH e selecionados para uma análise mais aprofundada. Essa seleção priorizou a diversidade e especificidade da organização de cada um, visando com isto, um leque mais amplo de aspectos da realidade para desdobramentos na análise.

O primeiro circuito analisado é da feirante M., licenciada das Feiras Livres. Em Belo Horizonte, como já foi dito anteriormente, essas feiras ocorrem semanalmente nas regionais da cidade, uma vez em cada local, com a disposição de tendas com diferentes tipos de produtos. A tenda de M. é especializada em verduras, cuja venda, às quartas, quintas e sextas, em regiões diferentes da cidade, é a sua principal fonte de renda.

Apesar de não ser uma exigência do licenciamento para feirantes no programa das Feiras Livres, M., juntamente com sua cunhada, são produtoras de grande parte dos produtos vendidos, como couve, rúcula, cebolinha, alface americana e espinafre, cultivados no bairro Jardim Comerciários, em Venda Nova, Belo Horizonte. Outros produtos de destaque são revendidos, como ovo e brócolis ninja. A procedência dos produtos de revenda é de familiares produtores de hortaliças em outras unidades produtivas na RMBH. A relação de compra e revenda desses produtos, além de escapar de uma relação puramente mercantil de barganha, revelam relações de reciprocidade. Esses aspectos e outros podem ser visualizados na Figura 11:

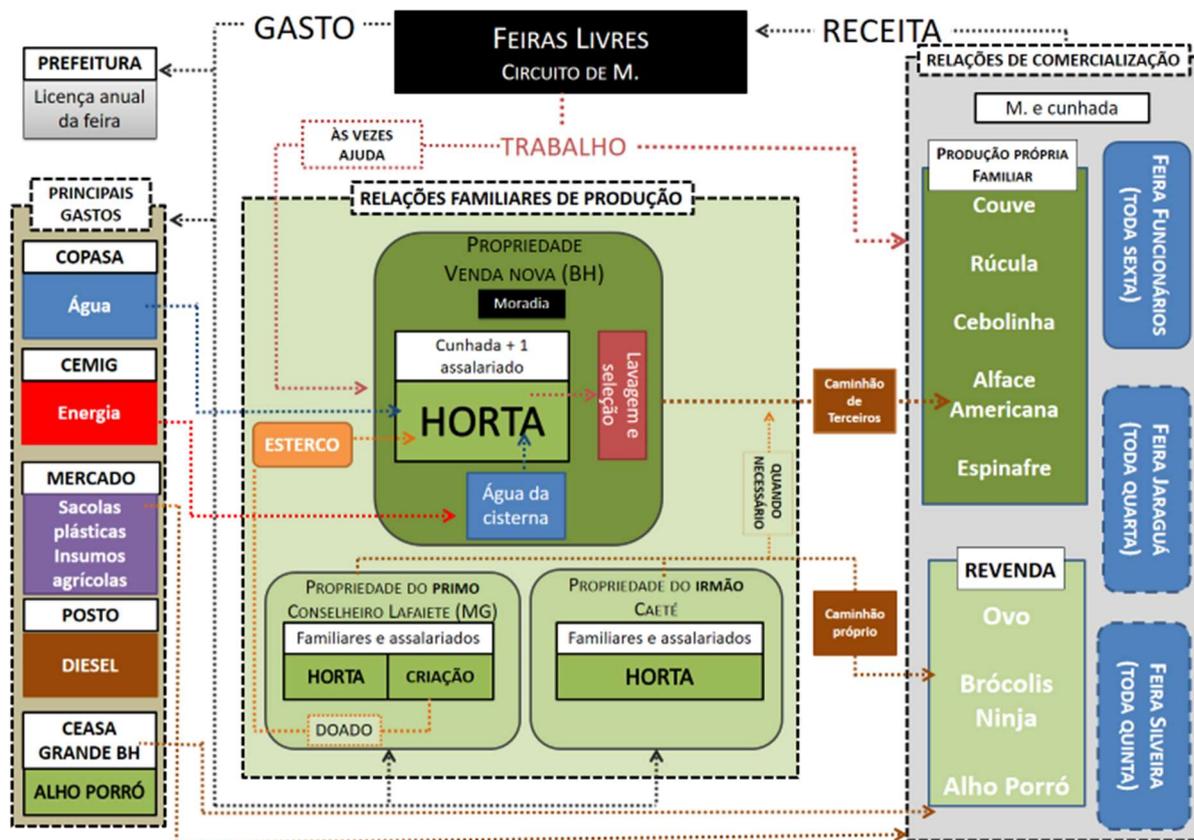


Figura 11 - Diagrama de caracterização do circuito de M.
Elaboração: Costa, 2019.

O diagrama, enquanto organização dos dados coletados, é uma ferramenta que ilustra os circuitos, com suas relações sociais de produção, circulação e principais gastos. É uma forma de representar o ponto de venda das feiras, contextualizando a complexidade dos circuitos. No entanto, o uso do diagrama é limitado diante do objetivo deste levantamento, não sendo assim possível expressar todos os fluxos e insumos identificados. Permitiu, contudo, destacar aquilo que há na realização da circulação, seja como produto exposto, seja como rendas e gastos necessários para circulação. Esse e os demais diagramas elaborados foram apresentados para os pesquisados para validação.

Na análise do circuito da M. podemos observar que os produtos comercializados — com exceção do alho porró — provém de uma relação familiar de produção, uma vez que há direta conexão com unidades produtivas de parentes (irmão e primo). Na unidade de produção, onde está também a moradia, a horta é o único subsistema diretamente relacionado com a dinâmica do circuito, sendo a mão de obra dividida com a cunhada e com um trabalhador assalariado (diarista sob

demanda semanal). O esterco doado da unidade produtiva do primo e a água de uma cisterna, constituem os principais insumos para o cultivo da horta. O único beneficiamento observado na unidade produtiva é a seleção e a lavagem das hortaliças. As outras tarefas necessárias agrupamento em unidade e picotagem de verduras — são realizadas no espaço de circulação, isto é, na tenda da feira.

Os fluxos monetário, de trabalho e de recursos naturais são apenas indicativos no diagrama, não mostrando os valores absolutos que envolvem. Os gastos para custear produção e circulação de seus produtos — licença de feirante da prefeitura, gastos gerais com o circuito superior (como energia elétrica para bombear a cisterna, sacolas plásticas para embalar produtos, ou produtos revendidos que estão fora das relações familiares ou comunitárias de produção) e gastos para comprar produtos das unidades produtivas de parentes — estão representados à esquerda no diagrama. O fluxo de trabalho é observado abaixo da identificação do feirante. Neste caso, as setas mais espessas indicam maior dedicação relativa para os espaços de circulação, quando comparada com aquela voltada aos espaços de produção. Quanto aos insumos, a discriminação de seus fluxos se dá pelas cores das setas. Vermelha indica energia elétrica, azul indica água, marrom e laranja indicam outras formas de energia, como combustíveis fósseis e biomassa (no caso esterco). Verde se refere ao alho-poró que é revendido sem nenhuma modificação e, por fim, roxo indica itens variados associados à venda (como sacolas plásticas).

A unidade produtiva está localizada em uma área urbana e é um fragmento de um grande lote que pertencia ao pai da feirante. Outras partes do lote foram distribuídas entre os irmãos e/ou vendidas para vizinhos. O terreno se estendia desde o local onde a produção agrícola se encontra atualmente até as margens do córrego Joaquim Pereira, onde, desde antes da fragmentação, há a captação de água para irrigação da produção (Figura 12).

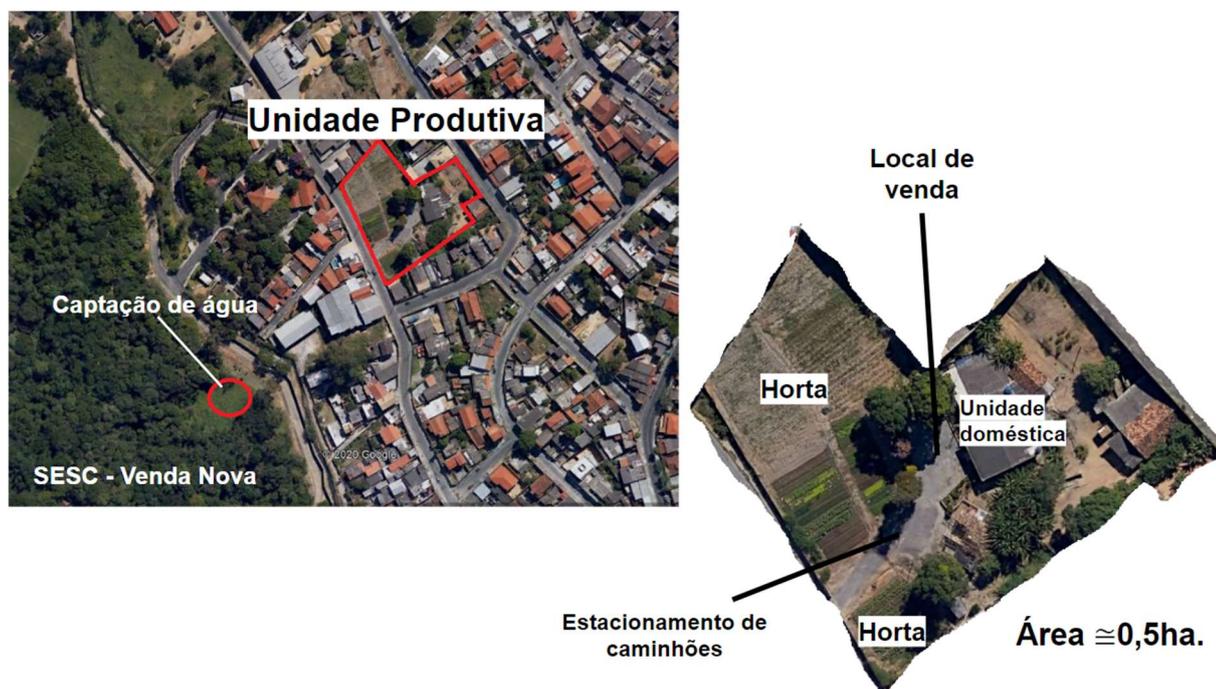


Figura 12 - Croqui do espaço de produção de M.
Elaboração: Costa, 2019.

Apesar da descontinuidade da propriedade, um acordo informal realizado entre o proprietário e o SESC - Venda Nova (clube esportivo e de lazer) no momento da venda dessa parte, o direito de captação de água de um poço tubular foi mantido. A tubulação que leva água bombeada para a unidade produtiva atravessa o subterrâneo de casas e a rua, cujo uso já foi objeto de conflito. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), ao perceber o uso de água direto do poço, instalou um “relógio” (como é denominado popularmente o hidrômetro) na propriedade, sem estabelecer qualquer diálogo com os proprietários. Diante de um cenário em que a água para irrigação da produção agrícola seria monetizado, portanto inviabilizando financeiramente a manutenção dessa atividade, e de uma imposição sem contrapartida por parte da Copasa, o “relógio”, em ato de contraposição, foi quebrado e desinstalado pelos próprios moradores, resultando na revogação da cobrança pela água. Nas palavras da própria agricultora: “Copasa chegou a colocar relógio aqui. Dia seguinte nós quebramos tudo... Nunca mais voltaram”.

A unidade familiar possui dois subsistemas, compostos por aproximadamente 0,5 ha de canteiros de horta e lavoura de quiabo que são manejados pela M., mas principalmente por sua cunhada. Os demais moradores da casa não trabalham em

atividades agrícolas. O espaço de produção é em parte usado como estacionamento dos caminhões dos irmãos, e como passagem para moradores das casas lindeiras. É também local de venda dos produtos para os vizinhos. O grande portão da propriedade, que durante o dia sempre fica aberto, dá passagem para a freguesia à procura por produtos. Quando há muito trabalho na horta e há muitas demandas por produtos por parte da vizinhança, a sobrinha de M. ajuda na venda *in loco*, ora ensacando os produtos e recebendo o dinheiro, ora orientando o próprio cliente a colher o que busca. A Figura 13 mostra a produção agrícola, as moradias dos vizinhos e parentes, e ao fundo a mata preservada pelo SESC - Venda Nova.



Figura 13 - Produção de couve e quiabo (primeiro plano), moradias (segundo plano) e a mata conservada (terceiro plano).

Foto: Costa, 2019.

Por não dispor de nenhum animal de criação, a fertilização dos cultivos provém do esterco doado pelos primos agricultores da cidade de Caeté, na RMBH, dos quais M. revende parte dos produtos. A doação viabiliza a produção intensificada, contudo, devido aos custos do transporte, a adubação é completada com fertilizantes químicos.

A produção de quiabo (Figura 14) — cultura de destaque na geração de renda da família — é feita com aplicação de inseticida no tempo de floração. Para a agricultora, as práticas agroecológicas são conceitualmente aplicáveis apenas a pequenas produções, não sendo do seu interesse, e uma eventual tentativa de transição poderia comprometer o bom desenvolvimento do quiabo. A maior parte dos alimentos da unidade produtiva é direcionada para a comercialização. Uma pequena parte é consumida pela família.

A demanda de trabalho na unidade produtiva é suprida pela divisão entre M, a cunhada e um vizinho aposentado que é pago por dia de trabalho.

O conhecimento passado pelo pai, a disponibilidade do espaço, e a oportunidade de geração de renda por meio de trabalho autônomo são os principais atributos que garantem a manutenção desse circuito de produção e venda. Entretanto, a valorização imobiliária do terreno tem resultado em pressão de alguns parentes herdeiros do local, o que tem sido o principal obstáculo para a continuidade da atividade produtiva.

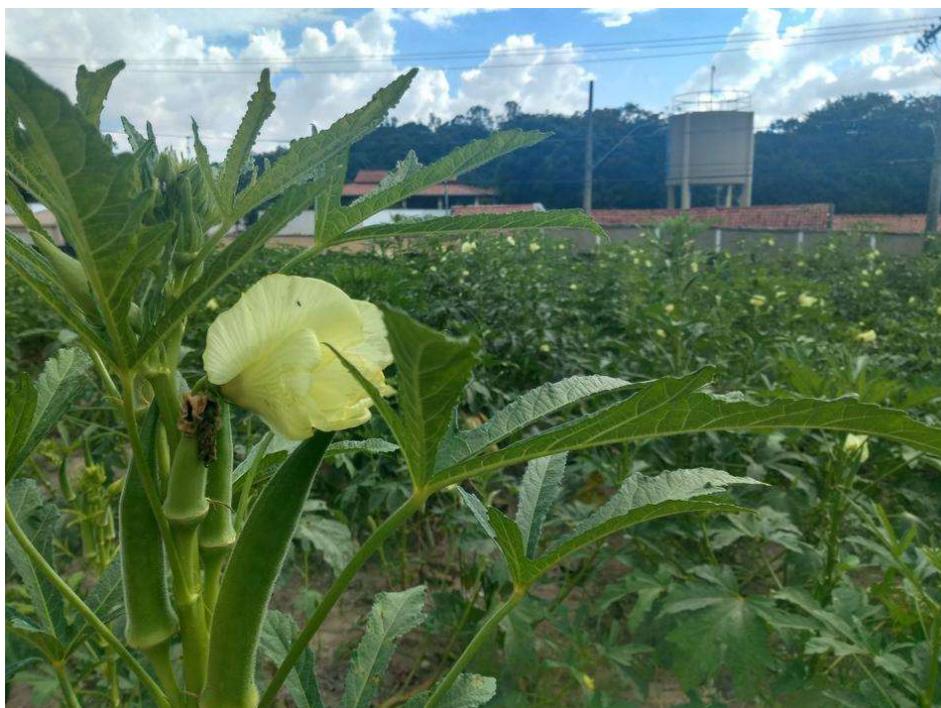


Figura 14 - Floração do quiabo na produção da M.
Foto: Costa, jan. 2019.

O circuito estabelecido pela M., produtora-feirante do programa de Feiras Livres de Belo Horizonte, pode ser considerado como *integrado* com circulação da produção e coprodução com a natureza mais *dependente*. A circulação da produção, mesmo que voltada também ao autoconsumo da família, tem produção direcionada mais aos mercados. Esse entendimento se fundamenta em elementos objetivos, como a relativa especialização de sua produção, limitada aos produtos que são vendidos na feira, e em aspectos subjetivos, com declarações de que o autoconsumo pode ser facilmente substituído pela compra dos mesmos produtos nos supermercados. Por outro lado, as feiras livres nas quais M. comercializa se configuram com mercados seccionais, uma vez que os feirantes expõem produtos de naturezas diferentes, onde as relações de reciprocidade se manifestam em todo momento, em destaque na ética entre os pares de não ofertar nenhum produto sobre o qual outro feirante seja especializado. Apesar de não ser objeto direto de pesquisa, a relação com os consumidores expressa conexões típicas de mercados seccionais, nos quais a indissociabilidade entre produtor e produto não é rompida pelas leis do mercado. Em outras palavras, a freguesia reconhece a singularidade de cada feirante, buscando se abastecer de mantimentos, ao mesmo tempo que reforça suas relações sociais.

Ainda sobre os espaços de circulação, a comercialização *in loco* pode ser considerada um autoconsumo na escala da comunidade. A rede de vizinhos e parentes que compõe a freguesia do bairro onde é feita a produção usufrui da proximidade e da relação estabelecida para acessar os produtos *in natura*. A revenda de produtos procedentes dos espaços de circulação de parentes também expressa as relações comunitárias. A preferência pela revenda de produtos produzidos em propriedades de familiares não possui maiores motivações senão as conexões de parentesco. Esse fato, além de expressamente relatado por M., é reforçado por outros motivos. A grande distância¹ entre os espaços de produção e circulação gera custos de frete que poderiam ser evitados com fornecedores mais próximos. A mesma consideração pode ser aplicada para a doação de esterco feita pelos mesmos familiares.

Ao analisar estritamente a circulação da produção desse circuito, revela-se um paradoxo: o espaço da produção, que consiste no manejo e organização dos

¹ Caeté está a aproximadamente 60km de Belo Horizonte. Isso não impede, contudo, que o município da RMBH seja considerado grande fornecedor de produtos hortifrutigranjeiros para a capital.

subsistemas no espaço familiar de produção, evidencia seu direcionamento aos mercados (devido principalmente à especialização da produção). O espaço de circulação — as feiras livres e a comercialização *in loco* — expressa — ou poderia dizer: necessita — das relações de reciprocidade com a freguesia e com demais feirantes.

A coprodução da natureza também dá ao circuito a característica de integrada mais dependente. Uma análise estrita ao manejo do solo e da biodiversidade do agroecossistema de M. lhe dá um forte aspecto de natureza explorada. A fertilidade do solo para produção de hortaliças é renovada através de fertilizantes químicos ou esterco. Este último, apesar de orgânico e doado, não tem fluxo o suficiente para suprir o rápido ciclo das hortaliças. O equilíbrio de animais indesejados é feito através de agrotóxicos. O capital ecológico é quase todo renovado a cada ciclo, incluindo as sementes, que não são reproduzidas na unidade produtiva. Destacou-se no agroecossistema de M. a sua relação com a fonte de recursos hídricos, uma vez que, mesmo em um contexto urbano, a manutenção da cisterna através de acordo entre o pai e o SESC e a resistência contra a COPASA sobre a regularização e cobrança sobre o uso do manancial são formas de lutar pelo acesso livre ao recurso, logo sustentando a coprodução com a natureza.

Por fim, a coprodução com a comunidade está presente em tópicos já analisados, em destaque as relações comunitárias nos espaços de circulação (freguesias e fornecedores familiares de revenda), e os meios com os quais se manteve o acesso livre à água. São consideradas trocas recíprocas, contudo monetárias, devido principalmente à ausência, ou baixa significância de divisão do trabalho familiar no espaço de produção. Isto é, essa divisão do trabalho é feita entre M. e a cunhada, na qual M. se ocupa mais nos espaços de comercialização, e o diarista, cujo contrato informal de trabalho é mais motivado pela simbologia e apoio do que necessidade de mão de obra.

A caracterização do circuito estabelecido por M., diante de todas as ressalvas próprias da realidade complexa e dinâmica, é exposta no Quadro 10.

Quadro 10 – Caracterização do circuito de M.

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado 	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada 	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022.

No quadro, as setas vermelhas indicam tendências entre as características identificadas, captadas por meio de questões objetivas e subjetivas. Apesar de haver autoconsumo da produção, a família tem dependido cada vez menos dos alimentos produzidos, na qual a dieta da família não é alterada pela sazonalidade das colheitas ou entre safras. O consumo dos alimentos não depende do padrão dos ciclos agrícolas, sendo esses dois fatores cada vez mais independentes.

Foi observada uma tendência de a natureza, nesse circuito, ser cada vez mais explorada do que catalisada, fato impulsionado pelo emprego de fertilizantes químicos e agrotóxicos em detrimento do uso de esterco e defensivos agrícolas. A pouca disponibilidade do esterco doado e o receio de perder a safra do quiabo pelo ataque de pragas no momento da floração são os principais motivos para essa tendência.

3.3.3. Caracterização do circuito do Direto da Roça (Associação Direto da Roça)

O segundo caso analisado é o de G., feirante do Direto da Roça e membro da Associação de produtores com o mesmo nome da política de abastecimento. Essa política, como já explicitado, concede a licença de feirante com algumas exigências específicas, incluindo a de os produtos expostos serem de produção própria, seja familiar, ou associativa, para evitar intermediários e atravessadores, conforme o decreto N° 9.538 de 17 de março de 1998.

Diferentemente do programa das Feiras Livres, o espaço de circulação do Direto da Roça é composto por apenas uma tenda do feirante licenciado, que expõe

a diversidade de produtos disponíveis sazonalmente. Ao visitar diferentes tendas do programa, foi observado que a variedade de produtos de cada tenda altera em relação à organização dos espaços produtivos e seus produtores. Assim, os agricultores não associados geralmente possuem menor diversidade de produtos, como em um caso específico no qual havia apenas três variedades de verduras. Tal fato revela o papel da produção comunitária (organizada em associação, conforme exigência do licenciamento) para aumentar e garantir a disponibilidade de produtos variados.

G. é filho dos proprietários das terras onde é produzida grande parte dos produtos que comercializa. Essa terra é compartilhada entre outros familiares e meeiros associados no município de Mário Campos (cerca de 40km de BH), que também fornecem os produtos para exposição e venda nas feiras. Dessa forma, há variedade de verduras, frutas, temperos, grãos, doces e cachaça. Esta última, como exceção, é produzida por um familiar em Santa Maria do Suaçuí. Na Figura 15 é possível observar a tenda com alguns produtos expostos.

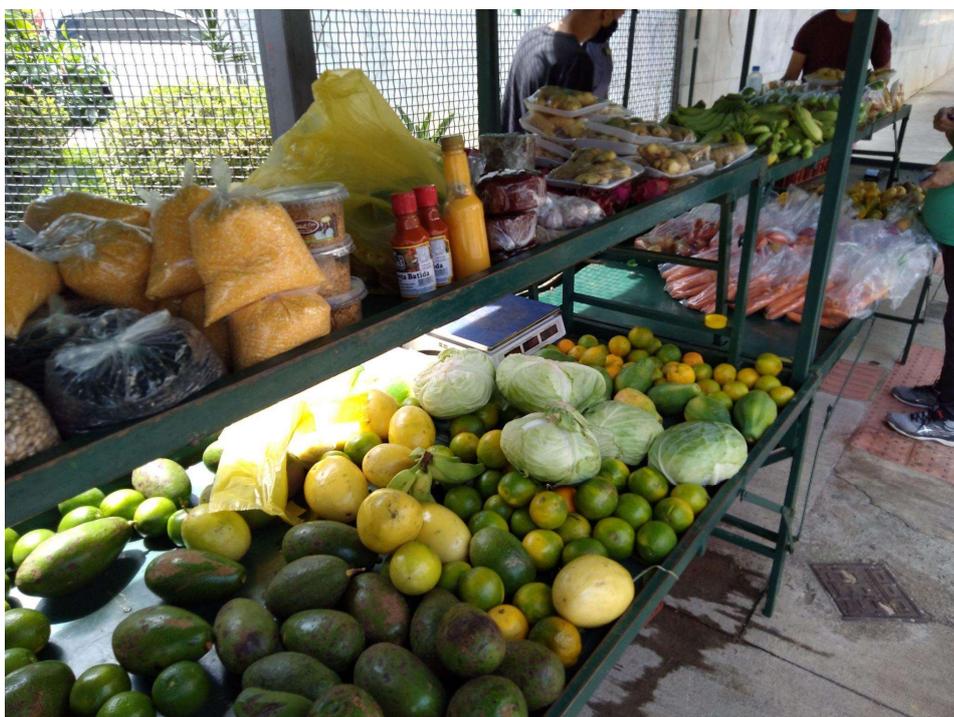


Figura 15 – Produtos expostos da tenda de G.
Foto: Costa, 2021

A Figura 16 mostra o diagrama que representa as relações de produção e circulação do circuito analisado:

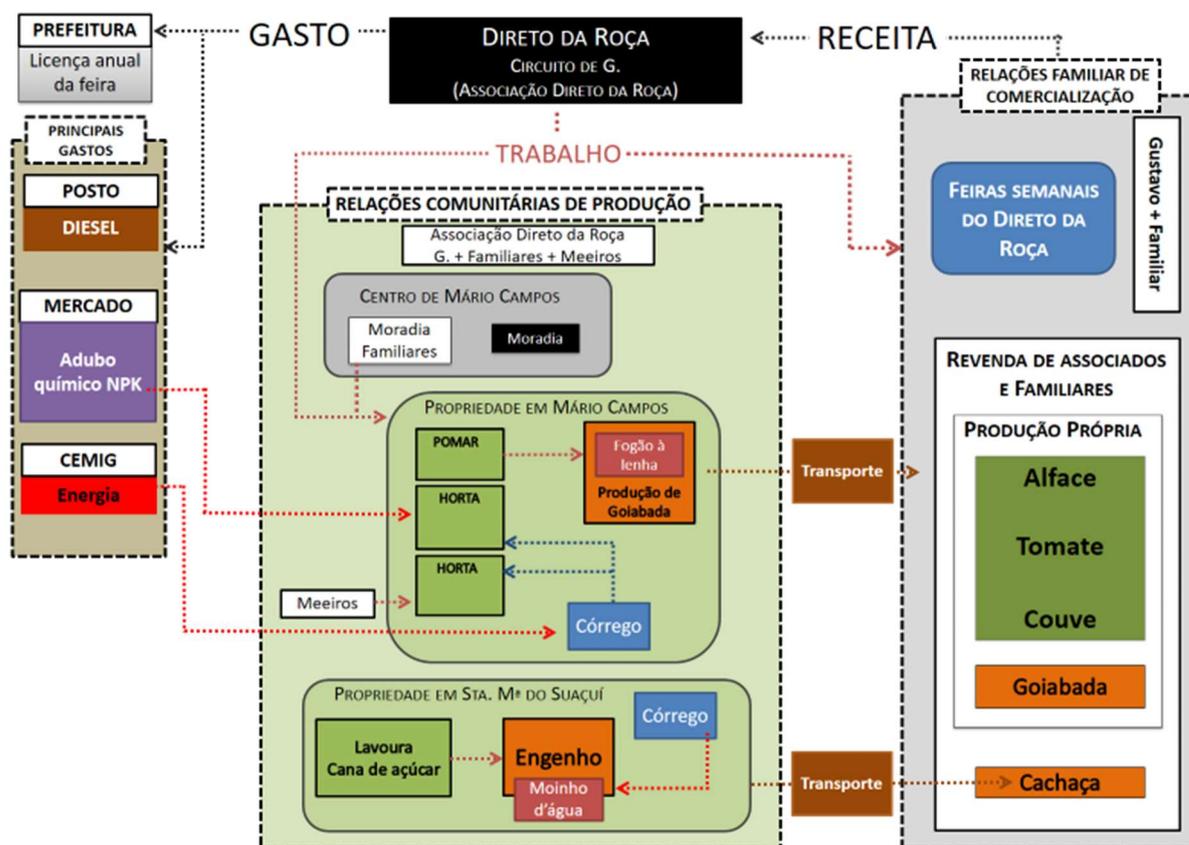


Figura 16 – Diagrama do circuito de G.
Elaboração: Costa, 2022

Inicialmente, um destaque na análise do diagrama é o fato de a unidade produtiva em Mário Campos ser descolada da unidade doméstica. A força de trabalho que maneja as atividades agrícolas, composta por G., família e meeiros, se desloca da sede urbana do município até o local diariamente. O descolamento do uso doméstico e produtivo da terra ocorreu desde que o avô deixou de se instalar na choupana que existia no local. A ausência de conexão com a rede pública de transmissão de energia elétrica é um dos principais impeditivos para o uso doméstico do local.

Outro fato de importante análise é a existência do regime de trabalho de meeiro na terra que, segundo Rodrigues e Tubaldini (2016), está presente em mais da metade dos estabelecimentos agrícolas do Bom Jardim, bairro de Mário Campos. Meeiro é o nome dado ao contrato (formal ou não) entre proprietário e arrendatário cujo pagamento pelo uso da terra é feito por permuta composta por metade da produção. Esse contrato estabelece uma relação semelhante à de um trabalhador e um rentista, que ao invés de preço pré-estabelecido em dinheiro, paga-se a razão relativa ao que foi produzido. Mesmo que seja uma parceria assimétrica, com evidente relação de

exploração por parte do proprietário, a ausência de trocas pecuniárias indica formas de acesso do posseiro à terra e ao trabalho sem necessidade do emprego de capital. Ademais, tratando-se de um contrato informal próprio da tradição oral, a relação de reciprocidade estabelece um importante papel estruturante, na qual a subjetividade pode definir os pormenores das trocas materiais. Neste sentido, recorda-se que as relações de reciprocidade — fundantes da coprodução com a comunidade — não significam ser simétricas ou “justas” entre as partes — fato enfatizado em artigo de Woortmann (1990), cujo nome “Cum parente não se neguceia” expressa as relações de barganha involuntárias próprias de todas as trocas materiais.

O córrego que aparece no diagrama é fonte para irrigação da horta própria e dos meeiros por meio de bomba compartilhada. O bairro Bom Jardim, em Mário Campos, onde se localiza o espaço de produção dos produtores da Associação do Direto da Roça, é conhecido por uma fonte de água com o mesmo nome cuja vazão espontânea de água é considerada uma das maiores do Brasil. A disponibilidade hídrica no local é um evidente motivo que possibilita a grande produção hortifrutigranjeira do município de Mário Campos e vizinhos. A pesquisa de campo encontrou poucos produtores-feirantes que não tivessem a unidade produtiva localizada nos municípios de Mário Campos, Sarzedo, Ibirité, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Brumadinho, destacados na Figura 17:

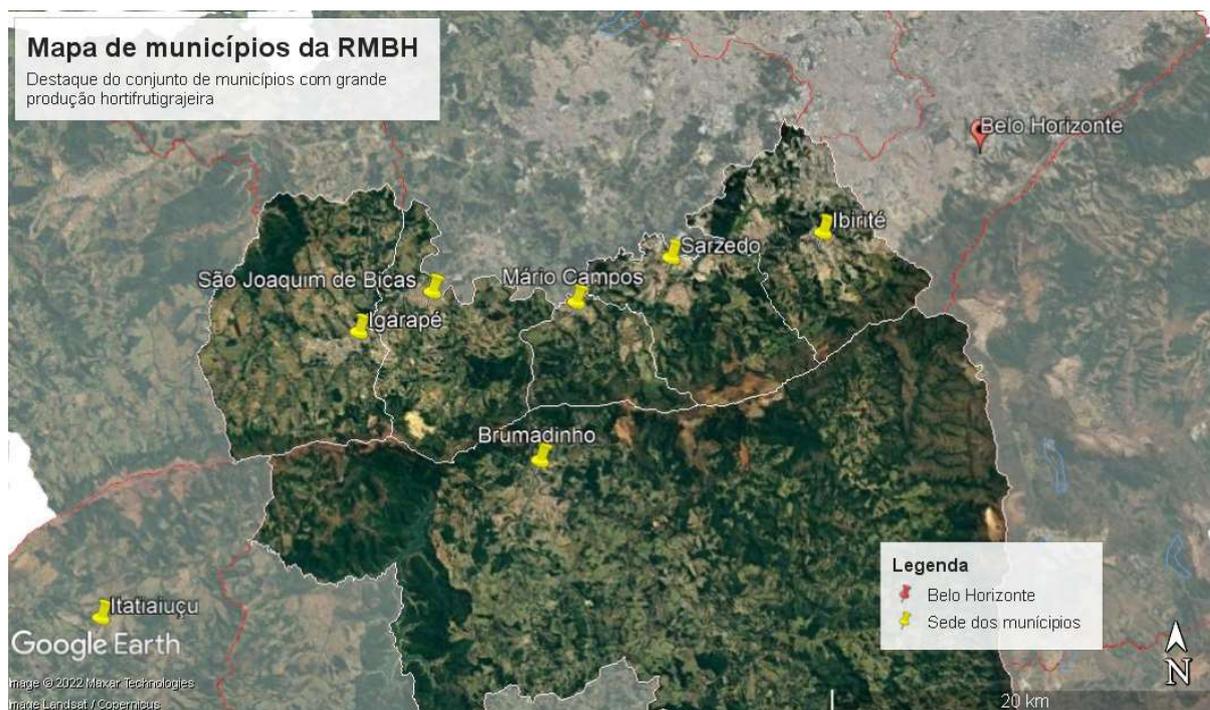


Figura 17 - Mapa dos municípios da RMBH identificados pela pesquisa de campo como principais origens dos alimentos do programa Direto da Roça.

Esses municípios compartilham entre si um importante manancial hídrico associado ao maciço da Serra Azul, que margeia perpendicularmente parte do Quadrilátero Ferrífero em sua borda oeste. Possuem, por outro lado, pontos de conflitos ambientais relativos à intensa atividade minerária, como mapeado pelo Observatório dos Conflitos Ambientais da UFMG (GESTA, 2022), afetando profundamente a capacidade de produção de água pelas sub-bacias locais. Deve-se recordar, também, que Brumadinho foi cenário da maior catástrofe socioambiental ocasionada pela Vale S/A, que resultou na morte de centenas de pessoas, contaminação do Rio Paraopeba, devastação da sub-bacia do córrego do Feijão, devida ao rompimento da barragem de rejeitos da mineração com mesmo nome, além de outras inestimáveis consequências ainda não mensuradas e tampouco solucionadas. A título de referência geográfica, o acampamento Maria da Conceição — cujo circuito foi analisado por essa pesquisa e será apresentado mais a frente — se localiza em Itatiaiçu, vizinho ao conjunto de municípios supracitados, que também está em conflito direto com a mineração local.

Distante daí, em Santa Maria do Suaçuí, a 350 km de BH, observa-se a importância da água como fonte de energia para o engenho de produção de cachaça, em propriedade manejada pelo avô de G. A goiabada, produto muito almejado na

feira, é produzida na propriedade em Mário Campos de onde também são extraídas as goiabas e a madeira para o fogão a lenha. Considerando que a principal matéria-prima, os recursos energéticos e a mão de obra (familiar) são recursos do próprio agroecossistema, a goiabada é resultado de uma cadeia produtiva quase autônoma — com exceção do açúcar, que é comprado. Dessa forma, os produtos procedentes da indústria doméstica identificados no circuito de G., além de articularem mais de um subsistema para sua produção (como geralmente ocorre nas indústrias domésticas) são quase plenamente autônomos quando observadas as respectivas cadeias produtivas e o domínio de suas etapas.

O subsistema das hortas recebe adubação por fertilizantes químicos. A ausência de criações de quaisquer tipos inviabiliza meios orgânicos, como o esterco, que é comprado e usado em pequenas proporções. Por outro lado, não há o uso de nenhum tipo de agrotóxico na horta, tampouco nas lavouras de feijão. Para ambas, há o uso de defensivos agrícolas, feitos a partir de componentes não-tóxicos e considerados orgânicos. Além disso, as sementes de todos os cultivos são obtidas por reprodução no agroecossistema, mantendo a linhagem de variedades crioulas.

G. e demais agricultores familiares estavam, no início de 2020, organizando um grande investimento (de capital e mão de obra) para implantação de estufas em alguns canteiros da horta. O objetivo dessa instalação era criar meios técnicos para produção de hortaliças em período chuvoso, momento em que os preços de verduras tendem a aumentar devido à falta de oferta. Essa ação demonstra uma clara estratégia de inserção no mercado com agregação de valor no produto final. Se a principal motivação para esse investimento revela dependência ao mercado, os meios para acessar a tecnologia necessária (divisão dos gastos materiais, mutirão para instalação, e tomada de decisão coletiva) revelam conexões comunitárias.

Os ganhos monetários advindos da venda nas feiras — e por *WhatsApp* — são divididos entre os produtores associados. Não foi possível identificar se as famílias produtoras envolvidas direcionam parte da produção para o autoconsumo, mas, considerando o relato obtido em campo, essa não é a principal destinação, senão somente o que não é comercializado.

Dessa forma, o circuito da Associação Direto da Roça, relatado por G., pode ser caracterizado como produção direcionada mais para o mercado, com a natureza produtora e catalisada, com trocas recíprocas. Seguindo a distribuição de suas

características, como é mostrado no Quadro 11, podemos denominar como um circuito *autônomo* e *integrado*, com *dependência* com o mercado.

Quadro 11 – Caracterização do circuito de G.

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado 	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022

A seta vermelha indica uma tendência sobre a circulação de produção para atendimento unicamente aos mercados, tal como são as produções tipicamente capitalistas. Observa-se que esse movimento se manifesta apenas como tendência, não caracterizando o circuito enquanto homogeneizado pelos mercados. Essa representação busca apenas destacar os efeitos da implantação de estufas em parte do subsistema das hortas, cujo objetivo é expressamente uma estratégia mercantil, mobilizando capital e mão de obra para reforçar o atendimento de consumo externo. Apesar de não ter sido possível avaliar o seu grau de significância e impacto, esse fato é um exemplo evidente de inversão parcial de uma característica do campesinato e sua relação com o mercado. Taussig (1980:10), citado por Marques (2002:56) afirma que “se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza”. De fato, a implantação de estufas não significa uma organização definitiva do espaço de produção do circuito analisado, mas, por outro lado, o mercado é o principal motivo de mobilização desse investimento. Para a análise do seu impacto, ainda a nível de presunção, algumas considerações devem ser feitas.

A implantação de estufas no agroecossistema expressa duas tendências — de certo modo — antagônicas. Em certa medida, a implantação de estufas visa agregação de valor ao *produto final*. Por outro, é uma forma de agregação de valor na *unidade produtiva*. Ploeg (2008) mostra que, ao contrário da produção capitalista, o campesinato cria meios diversos de agregar valor ao agroecossistema, através do

acúmulo de capital ecológico e benfeitorias que asseguram futuros ciclos agrícolas. Dessa forma, mesmo que voltado para o mercado, a produção de hortaliças em estufas poderia significar uma maior coprodução com a natureza.

No momento do registro dos relatos, ainda não havia a informação sobre a natureza estrutural das estufas, impossibilitando maior aprofundamento da análise. Entretanto, aspectos relacionados aos materiais utilizados, a integração da benfeitoria no agroecossistema, e usufruto da comunidade sobre a estufa são fatores que podem significar tendências até mesmo antagônicas no ponto de vista da matriz analítica. Uma experiência de implantação de estufas em canteiros de hortas na qual participei em comunidades camponesas no semiárido do Alto Jequitinhonha entre os anos de 2011 e 2013 e que será apresentada no item 3.6 adiante, contribuirá para ilustrar essa última observação.

3.3.4. Caracterização do circuito de Feira de Orgânicos

O terceiro circuito de feirantes da RMBH analisado faz parte da política de abastecimento de Feiras Orgânicas da Prefeitura de Belo Horizonte. Segundo o Decreto nº 11.044 de 20 de maio de 2002, que regula essas feiras, o feirante deve ser produtor ou membro de associação de produtores de alimentos, além de comercializar produtos comprovadamente orgânicos. Semelhante às feiras do Direto da Roça, as Feiras de Orgânicos são compostas por única tenda em dias e horários semanais pré-definidos. Assim, a diversidade dos produtos está associada à capacidade de produção do produtor-feirante e exposição de alguns produtos de revenda.

O circuito analisado para essa feira é da M.F., feirante nascida em Belo Horizonte que, junto com o marido, decidiu se mudar para Sarzedo na década de 1990, para um sítio da família. Por muito tempo, e com ajuda pontual dos filhos, os dois constituíram um agroecossistema utilizando mão de obra familiar com o objetivo de produzir o próprio alimento, como alternativa à hegemonia dos produtos industrializados e contaminados por agrotóxicos, e gerar renda para sobrevivência. O conhecimento sobre manejo da terra herdado de antecedentes de ambas as famílias, aliado à formação acadêmica em engenharia agrônômica, o casal conseguiu tornar toda produção orgânica ainda no início dos anos 2000. Atualmente, consolidados nas Feiras de Orgânicos e em canais de venda virtuais, o casal adotou mão de obra assalariada para as tarefas de produção. A Figura 18 traz detalhes do circuito.

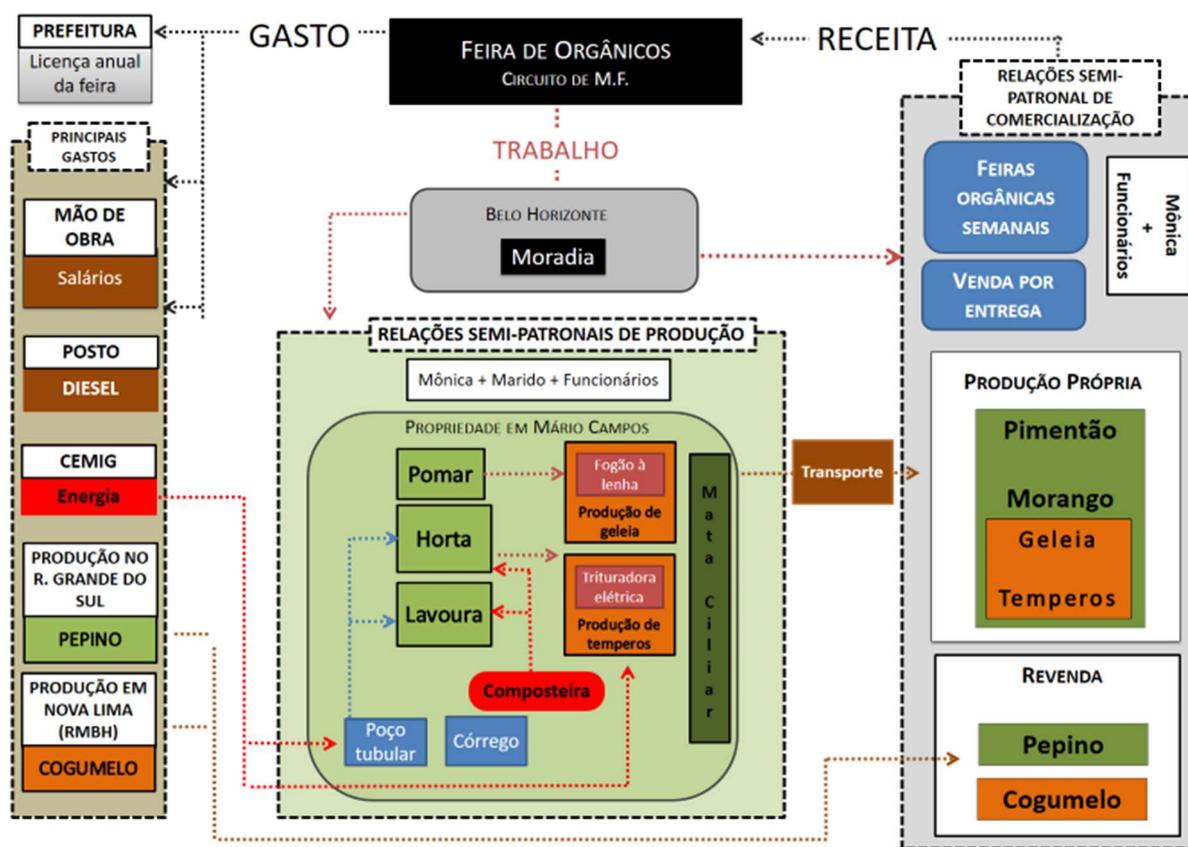


Figura 18 – Diagrama do circuito de M.F.
Elaboração: Costa, 2022

A renda da família é majoritariamente obtida através da venda nas feiras orgânicas e vendas por entrega, feitas por meio de aplicativos de celular. Há grande esforço e investimento na ampliação dos canais de venda, mas principalmente pela divulgação dos produtos orgânicos e os benefícios do seu consumo em relação aos contaminados por agrotóxicos. O nicho de consumidores dispostos a pagar valores mais altos por alimentos certificados é relativamente pequeno, o que limita o pleno escoamento da produção. Em relato coletado em campo, a feirante explicou sobre a importância da formação de freguesia nos locais das feiras, algo que se consolidou em alguns pontos, e em outros não. Ainda que não tenha sido foco da pesquisa, a distribuição espacial das Feiras Orgânicas não se assemelha à das demais políticas de abastecimento analisadas, estando concentradas em bairros mais nobres da região centro-sul de Belo Horizonte.

O diagrama, fundamentado nas informações obtidas com a aplicação de questionário com os produtores-feirantes, é metodologicamente limitado à situação do circuito no momento da pesquisa. Neste sentido, atrelado ao seu objetivo, o

desenvolvimento temporal do circuito não é representado senão pelos elementos acumulados e que persistiram ao longo do tempo. Isso significa que, se em algum momento a mão de obra no espaço de produção era familiar, atualmente — como pode observar na Figura 18 — há uma mescla entre o emprego do trabalho familiar com funcionários assalariados, no qual o segundo é o que mais se destaca.

Em uma análise chayanoviana, sobre o desenvolvimento do ciclo familiar camponês, tratar-se-ia de um circuito de uma família entre a fase de plenitude para a fase de envelhecimento, quando há perda da capacidade produtiva de trabalho do grupo doméstico pelo envelhecimento do casal original (CHAYANOV, 1974). Por isso, a manutenção desse circuito tem sido feita pelo emprego do trabalho assalariado

Essa relação foi chamada, aqui, de *semi-patronal*, uma vez que o papel dos proprietários se faz presente no manejo do agroecossistema, ainda que os funcionários sejam os principais produtores. A divisão do trabalho no espaço de produção desse circuito é marcante, e provavelmente o suficiente para descaracterizá-lo enquanto camponês. Essa questão será debatida mais a frente, no conjunto da análise da caracterização de demais fatores de produção e circulação.

Os subsistemas identificados no agroecossistema desse circuito revelam dinâmica e complexidade entre si. A horta e a lavoura são os que apresentam maior demanda de irrigação, abastecidas pelo poço tubular drenado com bomba elétrica. A propriedade tem acesso ao córrego, de onde já houve captação de água por gravidade. Contudo, devido à precisão e rigorosidade da avaliação dos agentes de certificação, o uso de agrotóxico em propriedades à montante podem contaminar a produção orgânica. Esses dois subsistemas recebem adubo produzido na composteira e são manejados por técnicas de conservação da fertilidade do solo, como o plantio direto e a aração invertida, que incorporam matéria orgânica em camadas mais profundas do solo.

O controle biológico para preservação da saúde da produção nos subsistemas é feito com defensivos e caldas feitos com ingredientes produzidos na propriedade. Entretanto, a principal defesa dos subsistemas contra infestações é, segundo os relatos, a preservação das matas ciliares, proporcionando equilíbrio ecológico. Na Figura 19 se observa a lavoura de quiabo irrigada e a mata ao fundo.



Figura 19 – Lavoura de quiabo no espaço de produção de M.F.
Fonte: M.F., s.d.

Parte da produção do pomar é transformada em geleias, que são produzidas pela M.F. na propriedade, de onde também é extraída a lenha do fogão, no qual o processo de cozimento é feito. Alguns cultivos da horta são destinados para produção local de temperos, feitos por funcionários através de triturador elétrico. Esses dois subsistemas da indústria doméstica agregam valor em produtos que são levados à feira. A exemplo disso, alguns pés de açafrão, como se vê na Figura 20, são o suficiente para compor as misturas de tempero, das quais se extrai renda relativamente maior se comparado com a mesma área de produtos não processados.



Figura 20 – Cultivo de açafraão da terra (cúrcuma).
Fonte: M.F., s.d.

Outros produtos de destaque comercializados — o pepino, como relatado pelo comerciante, e o cogumelo², como apontado pelo pesquisador — são itens de revenda no circuito analisado. O primeiro tem procedência do Rio Grande do Sul e o segundo de Nova Lima, na RMBH, e possuem certificação orgânica. Diferente dos demais casos analisados anteriormente, o conjunto de produtos revendidos não revela nenhuma ligação com os produtores para além da mercantil, sem outros vínculos além dos comerciais. Essa característica diferencia este circuito dos demais analisados anteriormente, que se estabelecem nas complexas estruturas de reciprocidade.

Com esses elementos identificados, podemos caracterizar esse circuito como em conversão capitalista, com a circulação da produção dependente, natureza catalisada com tendência de ser autônoma, e mão de obra estabelecida com trocas monetárias com tendência de se homogeneizar no regime patronal, deteriorando a

² O cogumelo, como mostra no diagrama, está indicado com a cor que remete ao subsistema da indústria doméstica. Isso se deve ao seu processo envolver processamento do produto em diferentes etapas de produção, desde a autoclave do substrato onde se desenvolve, até a desidratação controlada.

coprodução com a comunidade. No Quadro 12 é possível analisar suas características e as tendências citadas.

Quadro 12 – Caracterização do circuito de M.F.

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022.

A circulação da produção tem o evidente objetivo de produzir renda, sendo prioritariamente dirigida aos mercados. Essa característica se reforça com a relações de revenda que, como dito, se mostram dentro da estratégia mercantil de barganha. Esses aspectos seriam suficientemente configurados como uma circulação tipicamente capitalista, homogeneizados pelas leis de mercado. Embora esses elementos sejam muito presentes nesse circuito, uma reflexão importante se faz necessária sob seu principal viés: a relação com os mercados não organiza todos os fatores de produção, tampouco homogeneiza o agroecossistema. Essa ressalva se deve, principalmente, à característica de destaque do circuito, relativa à rigurosidade de uma produção orgânica e agroecológica. Isto é, a estratégia desse circuito para produzir produtos orgânicos, engloba uma produção autônoma e sinérgica, na qual o agroecossistema se retroalimenta com recursos próprios. O destaque a essa característica é para reforçar um aspecto (não tão) sutil sobre diferentes formas de produção orgânica.

Para ilustrar brevemente esse antagonismo presente no campo do *fazer* e no *discurso* da agricultura orgânica, consideramos o caso experimental da BeGreen em Belo Horizonte em sua morfologia caricata. BeGreen é um estabelecimento inserido em um shopping próximo à região central de BH, com apresentação ao público como a primeira e maior fazenda urbana da América Latina, com produção sustentável e sem agrotóxicos, encurtando o caminho que as verduras orgânicas devem fazer para

chegar à mesa do consumidor. Em um estudo fundamentado na análise do discurso crítica foucaultiana, Ribeiro e Costa (2018) mostram o uso indiscriminado de conceitos relacionados à sustentabilidade, produção orgânica, saúde, e até a autodeclaração de pioneirismo na produção agrícola urbana, revelando apelo midiático e supervalorização dos aspectos estéticos.

A produção agrícola da *startup* é climatizada, com o cultivo protegido por uma estufa hermética, dentro da qual é criada uma atmosfera controlada em temperatura, umidade e pH. Com a ventilação realizada com exaustores, o local é isolado de outros seres vivos, como animais, plantas ou fungos que possam contaminar a produção e, dessa forma, livre de agrotóxicos. A Figura 21 mostra parte da estrutura do BeGreen.



Figura 21 – Estufas da fazenda BeGreen, em Belo Horizonte
Foto: Costa, 2021.

As poucas variedades de verduras e temperos são cultivadas em sistema hidropônico, no qual o plantio é feito diretamente em uma solução feita de água e fertilizantes químicos, fato que deteriora qualquer possibilidade de ser uma produção considerada orgânica. Por outro lado, em seu projeto inicial, havia a previsão do uso do sistema de aquaponia (FRANÇA, 2017), no qual, em vez da solução nutritiva artificializada, há integração entre produção de peixes associada ao plantio. Neste sistema, o excremento dos peixes é absorvido pelas plantas como fonte de nutrientes,

filtrando a água em uma relação dinâmica sinérgica entre os subsistemas. Nessa situação, através dessa técnica — que segundo a Embrapa (2015) é considerada como produção ecológica — os produtos da BeGreen possivelmente poderiam se tornar orgânicos. Não obstante, haveria ainda uma grande diferença conceitual agroecológica.

Se o circuito da BeGreen fosse objeto de estudo dessa tese, sua caracterização seria capitalista homogeneizada, direcionada e organizada pelos mercados, com a natureza explorada e artificializada e mão de obra patronal. Este exemplo brevemente analisado é, sem dúvidas, relativamente antagônico ao objeto de análise da tese. Contudo, num suposto *continuum* polarizado entre o circuito da Feira de Orgânicos e o circuito do BeGreen, há inúmeros tipos de circuitos que devem ser observados com atenção às rotulações.

Nesse sentido, o circuito da Feira de Orgânicos relatado por M.F. acende uma profunda e necessária discussão sobre o papel da coprodução com a natureza na organização camponesa, mesmo quando as relações de trabalho indicam forte tendência patronal. Ploeg (2009) já revelou a importância do trabalho no campesinato quando dentro da esfera familiar, sendo o fator decisivo para diferenciação de formas camponesas/empresariais e capitalistas. O limbo, no qual o circuito de M.F. se encontra, expressa uma situação recorrente em outros circuitos pesquisados em campo, no qual a deterioração do trabalho familiar tem sido substituída pela assalariada, ao mesmo tempo que preserva outras características fundamentais do campesinato, mantendo-se afastada de uma organização propriamente capitalista.

3.5. MST — Acampamento Maria da Conceição

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra (MST) é uma das maiores organizações de camponeses do mundo em luta em defesa da reforma agrária. A data de sua constituição é imprecisa, uma vez que foi formada a partir de diversos encontros de discussão, organização de coletivos e ações combativas. Ademais, para além de uma análise restrita e, portanto, focada na longa marcha do campesinato brasileiro, o MST pode ser considerado uma frente de perpetuação da luta pela terra no País que se arrasta desde as primeiras despossessões no tempo da colonização e atravessando períodos históricos de grande relevância. Neste período, em destaque a partir de 1900, os episódios de Canudos, Contestado, Luta de

Posseiros de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, Revolta de Porecatu, no Paraná, Revolta de Dona Nhoca, no Maranhão, Trombas, Formoso, em Goiás e a Luta dos Arrendatários de Santa Fé do Sul em São Paulo revelam a dimensão e escala dos conflitos violentos contra a concentração e falta de acesso à terra (GRADE, 1999).

Partindo dos casos mais pontuais, as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), deram uma escala nacional à organização camponesa, tendo sido intensamente perseguidos por governos conservadores. Na década de 1970, durante o regime da Ditadura Militar, as organizações que fundaram o MST surgiram através de lutas pela terra em fazendas do Rio Grande do Sul, juntamente com agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, em Santa Catarina. No mesmo período, famílias agricultoras ocuparam fazendas improdutivas no estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

Desde o final da década de 1970, o MST atravessou períodos com diferentes desafios e objetivos. Segundo o próprio Movimento, o período entre 1979 e 1984 é conhecido como “Terra para quem nela trabalha”, quando ocorreu o 1º Encontro Nacional de Fundação (em janeiro de 1984), e mobilizações contra a ditadura militar, por meio de atos e ocupações. Entre 1985 e 1988, o lema passou a ser “Sem Reforma Agrária não há democracia” e “Ocupação é a única solução”, quando começaram ocupações articuladas e massivas de terras, órgãos públicos e greves de fome. Entre 1988 e 1999, o movimento passou por três períodos com diferentes obstáculos políticos e sociais, levando o mesmo lema de “Ocupar, Resistir e Produzir”, quando houve a organização de importantes eventos e conquistas. Entre 2000 e 2004, o 4º Congresso Nacional do MST ecoou o grito de guerra “Por um Brasil sem Latifúndio”. De 2005 a 2014, ocorreu o 5º Congresso Nacional, cuja grande quantidade de adeptos o tornou o maior congresso camponês até então, com mais de 17.000 pessoas. Nele, constata-se que as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro levaram à hegemonização do agronegócio, reduzindo as possibilidades de uma reforma agrária massiva. Atualmente, as discussões desenvolvidas pelo Movimento através de seus Encontros e Congressos, entendem que a Reforma Agrária é um objetivo ainda mais necessário, e que sua demanda não é apenas daqueles que querem ser os beneficiários diretos, mas sim toda a sociedade. Dessa forma, há a incorporação do adjetivo Popular para reforçar a demanda coletiva da democratização do acesso à terra. Além disso:

[...] os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrário à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (MST, 2021: Nossa história).

A organização institucional do MST é representada pelo Figura 22.

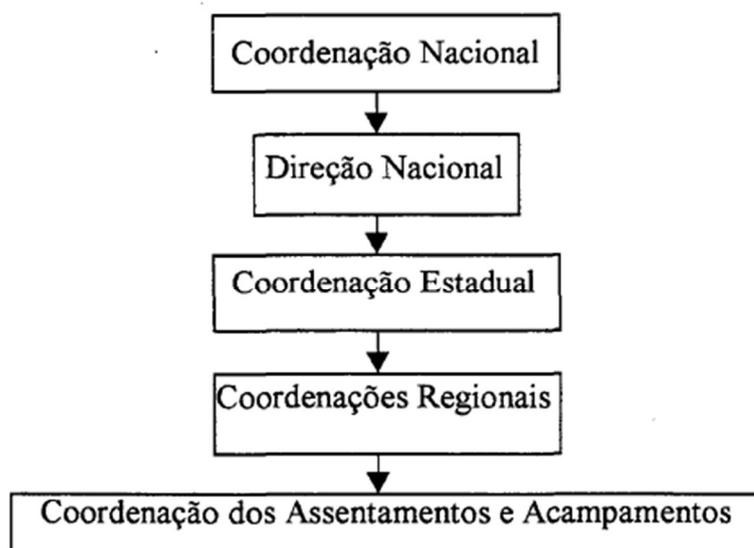


Figura 22 – Organograma institucional do MST
Fonte: Grade, 1999

Segundo Grade (1999:53), os acampamentos são uma forma de mobilização para se acessar a terra, entendida como recurso básico, e

tem se mostrado como um poderoso instrumento de aquisição de terras. Constitui-se como forma de pressão política, visando à desapropriação de áreas para a formação dos assentamentos. O tempo de acampamento possibilita aos trabalhadores rurais sem terras construir o Movimento, compreender a sociedade em que vivem e a si próprios, desalinhando-se, percebendo-se como sujeitos da luta e da sua própria história.

Além de uma conquista dos seus militantes, os organizadores buscam influenciar estabelecimentos agropecuários e municípios vizinhos, com práticas agroecológicas e de coletividade, reforçando a resistência para ocupações futuras.

Nos assentamentos ainda predomina uma dinâmica conservadora da reprodução social do trabalho, na qual aos homens cabe a esfera produtiva e pública, ou seja, com a lida da lavoura, e à mulher a esfera da casa, o cuidado e também a indústria doméstica. Gonçalves (2009, p.203) ao se referir a essa relação entre homens e mulheres, afirma que ela também não se encontra linear e sim hierarquizada, em que o trabalho do homem é maior que o da mulher. Essa tradição, segundo a autora, é representada ainda no contrato ou concessão da gleba onde: o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”.

Sobre isso, o Setor de Gênero no MST foi criado nos anos 2000, na cidade de Goiânia-GO e foi fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres sem-terra. O setor promove atividades e debates relacionados à produção agrícola e ao combate ao machismo. O reconhecimento desse setor de gênero foi e ainda é um processo complexo e de contínuo andamento. As relações sociais do trabalho ainda são muito presentes na maioria dos acampamentos do MST, e para muito dos participantes e das participantes a questão de gênero ou “questão da mulher”, estava ausente ou era tratada como assunto interno que, então, não precisava ser publicitada (SILVA, 2004 apud GONÇALVES, 2009, p. 200).

Quando em 1984, foi realizado o primeiro congresso do MST, 30% dos delegados eram mulheres, e já naquele momento se inicia uma articulação muito importante para garantir a participação da mulher na vida orgânica do movimento. É a partir dessa primeira assembleia que as mulheres tomam a decisão de construir grupos de mulheres em cada área, em cada assentamento e em cada acampamento.

Sabemos que a luta da opressão de gênero no MST não está concluída somente com a chegada das mulheres nas lideranças ou na criação do setor de gênero. Ainda há uma violência opressora de gênero no MST assim como em toda a sociedade, mas acreditamos que ambientes como este em que há a luta pela emancipação feminina, e há espaços para o diálogo são de suma importância para a busca de uma equidade real entre os gêneros. Um espaço onde não há hierarquização de papéis de gênero e sim a construção mútua de um movimento mais democrático.

O acampamento Maria da Conceição é o exemplo desse espaço de construção mútua, onde o protagonismo da liderança é feminino, e desta forma as políticas pensadas dentro do acampamento são mais democráticas e favorecem ambos os sexos.

Desde o início da ocupação, ocorrida em data simbólica, justamente no dia das Mulheres, e nomeada em homenagem e memória de uma liderança que colaborou para sua concretização, o Acampamento Maria da Conceição iniciou sua história fundada no objetivo de igualdade de gênero. A perpetuação da luta pela promoção e manutenção do protagonismo feminino está presente em diferentes manifestações e na estrutura organizacional.

3.5.1. Caracterização dos circuitos camponeses do Acampamento Maria da Conceição

O Acampamento Maria da Conceição é uma ocupação do MST formado por aproximadamente 150 famílias agricultoras em Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Iniciado no começo de 2017, o Acampamento foi organizado por mulheres e se encontra atualmente em plena fase de organização e concretização de espaços coletivos, regimentos internos e circuitos de escoamento de sua produção.

Seus moradores lutam pelo direito à terra em uma área que mede aproximadamente 470 hectares, onde projetam a constituição do loteamento — através da reforma agrária — no modelo de agrovila. Contudo, este processo enfrenta tentativas de reintegração de posse por parte da proprietária Mineração e Metálicos S.A. (MMX), que está em recuperação judicial desde a prisão do antigo dono Eike Batista. Em janeiro de 2020, o Acampamento obteve uma vitória com a suspensão temporária de reintegração, dando novas possibilidades para conquista de uma terra que não cumpria sua função social há, pelo menos, 12 anos. Além da resistência intrínseca do ato de ocupação, observam-se outros desafios para os moradores e dirigentes do Acampamento, relativos à produção de alimentos orgânicos, à constituição do senso de coletividade e ao acesso aos mercados locais.

Fundamentados no objetivo de constituir uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, os agricultores têm investido tempo e trabalho na qualificação de técnicas e manejos agroecológicos, visando uma produção limpa e mais autônoma,

livre de insumos químicos e externos. A organização comunitária, enraizada nos princípios do Acampamento, foi desenvolvida com a criação de espaços coletivos, como — em destaque — a horta coletiva, a escola, o centro de saúde, a plenária e o armazém. Ademais, cultivo e escoamento de alimentos do conjunto de agricultores são apoiados e orientados por moradores técnicos que fazem parte do setor de produção.

Tendo completado quatro anos de ocupação e resistência em 2021, o Acampamento tem atribuído uso para uma grande parcela de terra em seu cumprimento da função social. Apesar de ser relativamente recém implantado, o Acampamento conta com um consolidado desenvolvimento institucional interno, que permite a seguridade e promoção de dignidade e qualidade de vida para seus moradores. Esta organização reflete a pluralidade de setores pelos quais o MST pode ser classificado.

Franco (2004), analisando o aspecto multisetorial do MST, identifica as vertentes de: Frente de Massas (planeja as ocupações e dirige os acampamentos); Produção (atua na organização da produção nos assentamentos); Educação (organiza escolas nos acampamentos e assentamentos); Comunicação (divulga boletins na imprensa e incentiva as rádios comunitárias nos assentamentos); Cultura (promove a cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas no meio rural); Saúde (acompanha as carências básicas no âmbito da saúde nos acampamentos e assentamentos); Formação (encarrega-se do aprofundamento político e ideológico das bases acampadas e assentadas); Gênero (responsável por organizar os Coletivos de Gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e assentamentos).

No Acampamento Maria da Conceição, as frentes mais desenvolvidas são o Setor de Produção, Saúde e Coletivo de Mulheres. A escola, principal elemento do vetor da educação, está temporariamente suspensa devido às restrições sanitárias impostas para contenção da transmissão do vírus COVID-19. O Setor de Produção tem sido responsável pela assistência técnica para transição agroecológica dos agricultores acampados, pela organização de tarefas relacionadas ao abastecimento e pela abertura e manutenção de canais de acesso a mercados consumidores. Para além de um agente consultivo, o Setor de Produção fornece insumos agrícolas para

os agricultores, financia produções, e custeia gastos com os fluxos da produção para venda.

A Frente da Saúde, responsável pelo funcionamento do Centro Médico, oferece aos moradores tratamentos diversos de urgência administrados por profissionais moradores do local, entre os quais se destacam aqueles baseados em tratamentos fitoterápicos realizados a partir de chás, xaropes e compressas produzidos no local com insumos extraídos do território do acampamento, como a aroeira e o umbigo de banana.

O setor de comunicação, composto por militantes, é encarregado pelos trâmites que envolvem a sociabilidade entre o acampamento Maria da Conceição e sociedade envolvente, o desenvolvimento institucional, como parcerias com a prefeitura e secretarias, mídia, e universidades, como ocorreu para realização da presente pesquisa. É, também, atributo deste setor, conceder voz aos moradores do acampamento e organizar o memorial composto por diversos documentos, relatos, e material multimídia.

Em espaços cuja administração atravessa responsabilidade de diferentes setores, se destacam a casa de apoio, onde funciona a cozinha coletiva, que utiliza alimentos locais para preparação de refeições para moradores do Acampamento; o armazém, no qual são comercializados produtos de uso diário através de rodízio de voluntários, e; local onde acontecem as plenárias, nas quais são discutidas demandas e questões de forma participativa.

A Horta Coletiva é um espaço destinado à produção conjunta dos moradores, com regime de mutirão, cujos produtos são comercializados e os ganhos distribuídos àqueles que contribuíram para a produção.

Destaca-se o Coletivo de Mulheres que reúne mulheres de diferentes idades para execução de trabalhos coletivamente, como o manejo da própria horta e outros serviços em comum. Atualmente, esse coletivo se dedicou ao plantio de feijão, em uma área de 0,6 hectares.

As famílias acampadas usufruem de uma área onde se localizam a unidade doméstica e o quintal, e uma área familiar, que consiste em um terreno agrícola de 1500 m² para produção própria. Os agricultores devem respeitar o princípio fundamental das práticas agrícolas agroecológicas, isto é, não é permitido qualquer uso de agrotóxicos, sementes transformadas, e fertilizantes químicos. Dessa forma,

os desafios intrínsecos à produção agroecológica são encarados como questões coletivas, às quais o Setor de Produção presta apoio e orientações.

Em um relativo pequeno período de ciclos agrícolas, os agricultores têm investido tempo e trabalho na transformação de um espaço — antes ocioso — em agroecossistemas biodiversos. Com técnicas agroecológicas, que combinam técnicas inovadoras com tradicionais, o ambiente antes tomado por pastagens abandonadas, homogêneas, e degradadas, é recuperado com o manejo produtivo. Esse processo, lento e gradual, é traduzido pelo enriquecimento do capital ecológico do local. O aumento do capital ecológico é visto por Ploeg (2009), como um dos principais aspectos da agricultura camponesa, que o conquista a partir do enfrentamento do ambiente hostil e agregando valor à unidade produtiva. A diversificação de espécies, a seleção de indivíduos vegetais, a instalação de benfeitorias, a rotatividade da fertilidade natural ou procedente de outros subsistemas agrícolas locais são exemplos práticos do aumento do capital ecológico. Na Figura 23, é possível observar uma pequena parcela de um agroecossistema composto por diferentes tipos de cultivos em conjunto com mata preservada.

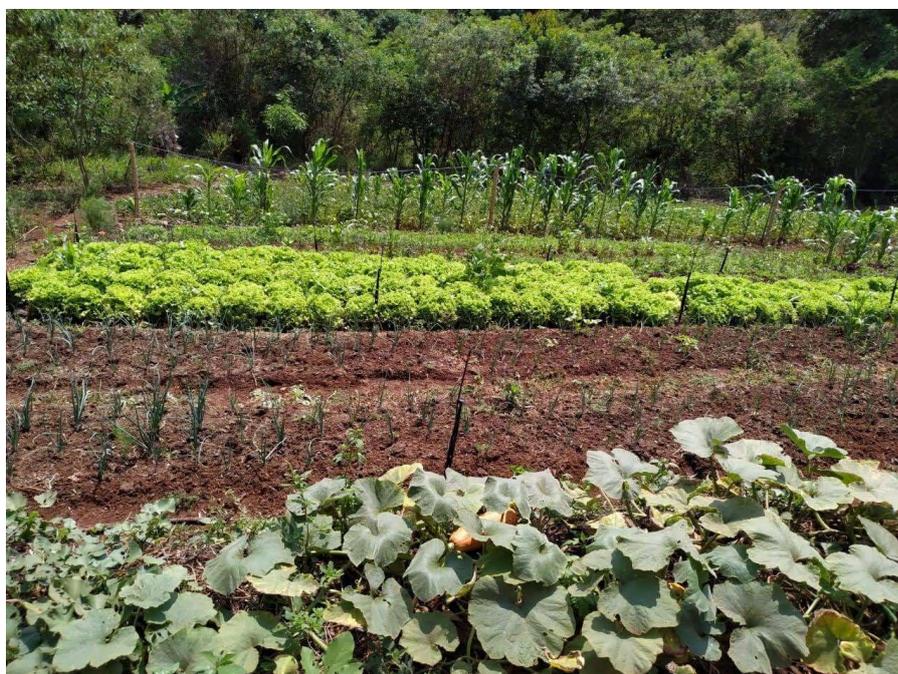


Figura 23 - Canteiros agroecológicos próximos à mata preservada no Acampamento Maria da Conceição.
Fonte: Oliveira, 2020.

O estabelecimento de fluxos do ecossistema para um conjunto de funções específicas do interesse da família agricultura pode ser traduzida em um processo de coprodução com a natureza, que é um dos pilares da agricultura camponesa. Esse processo é uma espécie de divisão do trabalho, na qual a família produtora transfere aos processos bioquímicos e físicos parte considerável do esforço para produção de cultivos. São nessas combinações produtivas entre a organização do trabalho e a coprodução que motivam algumas das características mais aparentes do campesinato, como a “natureza artesanal do processo de produção, a centralidade da artesanidade e a predominância de unidades familiares [...] e coevolução do homem e da natureza viva” (PLOEG, 2008:41). Em síntese, pode-se dizer também que reside na valorização desta relação e seu pleno desenvolvimento — em detrimento da imposição de insumos químicos — a busca por combinações sinérgicas presente em arranjos biológicos nas unidades produtivas (ALTIERI, 2009).

A dinâmica e sazonalidade da natureza ditam a lógica produtiva, o cotidiano da vida laboral e doméstica, cabendo aos seus manejadores o direcionamento da energia transformada e o aumento gradual da base de recursos do estabelecimento. A base de recursos é, segundo Ploeg (2009), um dos principais resultados — não mercantilizados — da coprodução, através da qual esses recursos não são apenas convertidos em produtos, mas também reproduzidos como recursos para reprodução.

Por mais complexo e diverso que seja o processo de coprodução com a natureza, sua primeira instância reside no contato e manejo da terra, a partir do qual se desdobra todas as possibilidades de uso e reprodução do espaço pela família agricultora. O Acampamento Maria da Conceição, neste sentido, expressa o significado primordial de permitir a mais de uma centena de famílias o acesso à terra (mesmo que ainda não assentadas). Outrossim, as práticas agroecológicas desenvolvidas no Acampamento estabelecem relação positivamente mútua entre agricultores e o ecossistema, na qual a produção é dada a partir de trocas com a natureza, isto é, uma verdadeira coprodução. Entre outros fatores, a intensificação da produção agrícola camponesa, como já colocado por Ploeg (2009), ocorre pela agregação de valor da unidade produtiva pelo aumento do capital ecológico, e é neste sentido que a agricultura camponesa é capaz de enriquecer os ecossistemas ao mesmo tempo em que extrai seus recursos.

A experiência do Acampamento tem demonstrado que o estabelecimento de agroecossistemas mais equilibrados e produtivos podem ser instaurados rapidamente — considerando os poucos ciclos agrícolas completados — através de orientações técnicas e trabalho coletivo, criando leque de possibilidades para maior agregação de valor das unidades produtivas. O Setor de Produção tem conquistado recursos junto ao Programa de Segurança Alimentar (PSA), do governo federal, para avançar a diversificação dos subsistemas agrícolas, com a experimentação de tanques de produção de tilápias, criação de suínos, aves e abelhas.

O Setor de Produção tem outras responsabilidades para além da assistência técnica, entre as quais a função de criar e manter canais de acesso aos mercados locais, o que é apontado como grande desafio. Anteriormente à pandemia, o Acampamento abastecia o Armazém do Campo de Belo Horizonte — uma casa de comércio gerida pelo MST no centro da metrópole mineira. Periodicamente, quatro ou cinco famílias agricultoras eram as responsáveis pelo fornecimento de hortaliças, leguminosas, tuberosas e frutas para o Setor de Produção, que, por sua vez, era o responsável pela logística de transporte até o ponto de comércio. Os ganhos da venda eram distribuídos às famílias que forneciam os alimentos. A definição das famílias fornecedoras funcionava por rodízio para que todas pudessem participar. Apesar de suspenso, devido aos impactos da quarentena, esse canal de escoamento está sendo reorganizado pelo Setor de Produção para brevemente ser retomado.

A partir de meados de 2020, o Acampamento passou a vender quinzenalmente cestas agroecológicas para consumidores de Itaúna — cidade a aproximadamente 35km de distância —, cuja produção é procedente dos alimentos da Horta Coletiva. Durante a pandemia, o Setor de Produção organizou uma doação de 6 toneladas de alimentos produzidos no Acampamento para moradores do município de Itatiaiuçu, como ato solidário e emergente devido à crise sócio sanitária. Este episódio é relatado pelos dirigentes como uma grande vitória, indiscriminado sobre a natureza dos objetivos de trocas comerciais ou de dádiva.

Ainda sobre os circuitos curtos de alimentos, o Setor de Produção tem articulado junto à prefeitura do município a possibilidade de conquistar uma tenda na feira-livre de Itatiaiuçu a ser implantada na sede da cidade. Se para os militantes acampados significa mais um canal de escoamento dos resultados agrícolas, para os moradores citadinos significa maior oferta de alimentos agroecológicos e acessíveis.

A caracterização do circuito do Acampamento Maria da Conceição foi realizada partindo da noção de ação coletiva para sobrevivência e acesso aos mercados. Isto é, diferentemente das primeiras análises, as quais foram centradas em um estabelecimento específico, o Acampamento será caracterizado como unidade composta pelos agroecossistemas dos seus moradores.

Diante do exposto, o circuito do Acampamento é autônomo com a circulação da produção também integrada. No Quadro 13 é possível conferir a caracterização do circuito, que ainda mostra uma dupla tendência em relação à circulação da produção.

Quadro 13 – Caracterização do circuito do Acampamento Maria da Conceição

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022

Diferentemente dos primeiros circuitos de feirantes, os quais são primordialmente fruto de políticas públicas de abastecimento, o Acampamento, através do Setor de Produção, teve que criar esses canais por mobilização interna. A Figura 24 é resultado de uma tentativa de esquematizar os principais canais de acesso aos mercados.

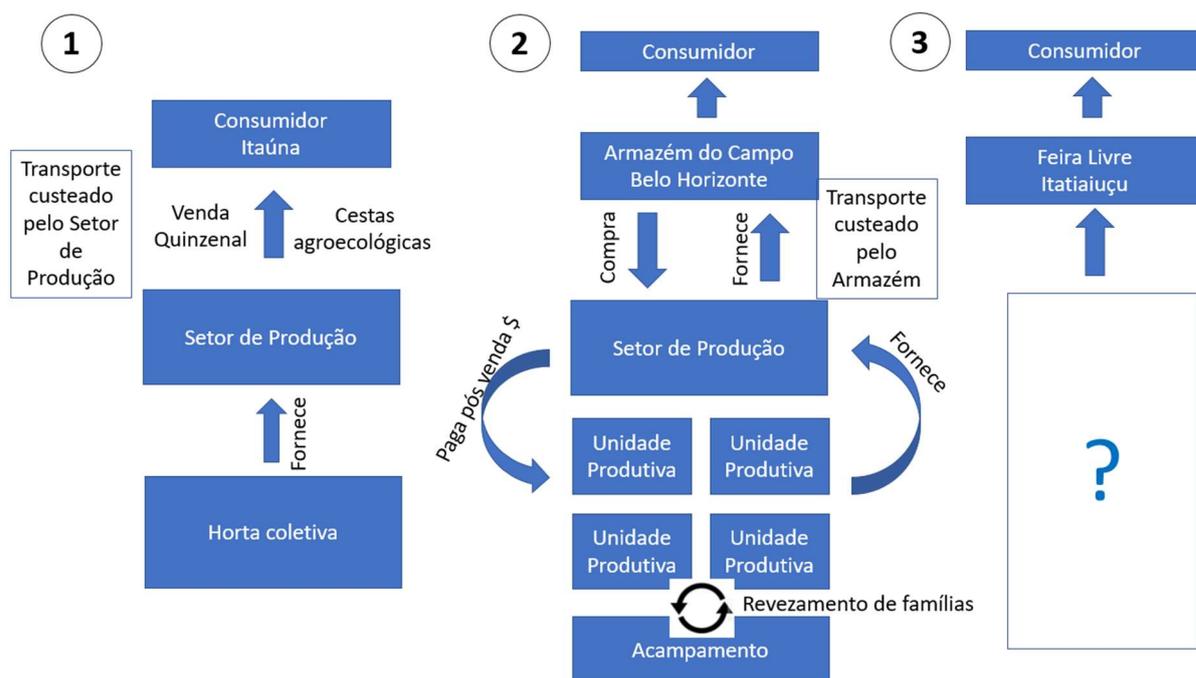


Figura 24 – Espaços de circulação do Acampamento Maria da Conceição.
Elaboração: Costa, 2022

O canal número 1 foi inspirado em outros modelos de sucesso experimentados por outras organizações e movimentos sociais. Os consumidores — moradores de Itaúna, a cerca de 35 km do Acampamento — pagam mensalmente uma taxa e recebem cestas agroecológicas a cada 15 dias em casa ou pontos pré-definidos. As cestas são compostas por uma quantidade estabelecida de verduras, legumes, frutas, temperos e grãos. A Figura 25 mostra elementos da cesta em um carrinho de mão e na mesa da plenária antes de serem gentilmente doados aos pesquisadores.



Figura 25 – Cesta agroecológica
Foto: Oliveira, 2020

Esses produtos são cultivados na horta coletiva e os ganhos são distribuídos entre as famílias produtoras e para o fundo do Setor de Produção, que custeia o transporte. Essa forma de acesso aos mercados é semelhante ao modelo mantido pelo movimento CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura - que, para além de um canal de abastecimento, é uma forma mais autônoma de os agricultores obterem crédito para produção, no qual os consumidores assumem o papel dos bancos, contudo, sem juros ou taxas abusivas.

O canal 2 é direcionado para o Armazém do Campo de Belo Horizonte, um estabelecimento criado e mantido pelo MST, que comercializa produtos de vários assentamentos e acampamentos do Brasil. Nesse caso, o Setor de produção do Acampamento Maria da Conceição é encarregado de organizar o montante da produção semanal e transportar ao Armazém, que paga de imediato pelos produtos. Cada leva da produção é feita com o fornecimento de quatro famílias produtoras acampadas, que fazem rodízio entre as demais.

Por fim, o canal 3 está em processo de construção, uma vez que a feira de Itatiaiuçu ainda não foi estabelecida pelo poder público municipal, que garantirá uma

tenda para comercialização de produtos do Acampamento através do Setor de Produção. Tampouco foram decididas as formas de organizar a produção para fornecimento desse possível novo canal de comercialização local.

Afastado da ideia de acesso a mercados, mas relacionado a circulação da produção, o Acampamento Maria da Conceição organizou em meados de 2021, no auge da crise sanitária criada pelo vírus COVID-19 e da crise humanitária gerada pela ausência de assistência social pública para famílias em situação de fome, organizou e executou uma campanha de doação de alimentos. Foram doadas mais de 6 toneladas de produtos orgânicos de produção própria no centro de Itatiaiuçu, tendo sido uma ação celebrada calorosamente pelos organizadores. Ainda que tenha sido uma ação isolada e motivada principalmente pela necessidade de ação diante da penúria aguda epidêmica que se espalhou pelo País, a doação de alimentos é uma prática presente na *modus operandi* do MST de conexão com a sociedade envolvente. Datas de forte simbologia para o movimento e para sociedade camponesa — como a de homenagem à memória das vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás³, no dia 17 de abril, conhecido atualmente como dia nacional da luta pela reforma agrária — são usualmente marcos temporais para essas ações e são acompanhadas de marchas e manifestações políticas. Neste sentido, ressalta-se, através desse exemplo, o caráter expansivo de organizações camponesas pela construção de um mundo melhor, como frisa Vieira (2008) sobre as ambições do movimento social internacional *Vía Campesina*, ao qual o MST está vinculado.

Segundo um membro do Setor de Produção, o acesso aos mercados é a única forma de trazer recursos para as famílias acampadas para custear os gastos do cotidiano, principalmente da vida doméstica. Ainda que não tenha um levantamento preciso, a maior parte dos moradores depende exclusivamente da renda gerada pela comercialização, enquanto outros mantêm a pluriatividade com trabalhos no setor terciário nas cidades vizinhas. Para ambos os grupos, mas principalmente aqueles que dividem o tempo entre empregos patronais e trabalho autônomo na agricultura,

³ No dia 17 de abril de 1996, 19 camponeses foram assassinados pela Polícia Militar do Pará. Eles faziam parte do grupo de 1500 trabalhadores sem terra que marchavam até a capital Belém para cobrar agilidade no processo de assentamento na terra que ocupavam. O grupo esperava por comida e transporte para seguir os 600 km que faltavam quando foram massacrados arbitrariamente por policiais sob influência dos latifundiários da região. Os mesmos foram responsáveis por destruir o memorial arquitetado por Oscar Niemeyer em homenagem aos mortos 15 dias após sua construção.

ter o acesso à terra para produzir o próprio alimento é a razão primeira de estar no Acampamento. Esse fato sugere que o acesso aos mercados é secundário diante da principal razão da produção de maior parte das famílias, que direcionam a produção para o autoconsumo. Outrossim, a caracterização da circulação da produção do circuito do Acampamento Maria da Conceição ser também autônomo se deve a existência de significativas trocas de alimentos internas na comunidade. A circulação intra-comunidade — entre famílias da mesma comunidade — é vista por Wolf (1976) como uma extensão do autoconsumo.

O Acampamento está situado em um antigo pasto da propriedade até então sem uso. A imagem de satélite apresentada na Figura 26 permite visualizar o local antes da ocupação.



Figura 26 - Imagem de satélite de março de 2015 do local ocupado no mesmo mês de 2017. O polígono em vermelho representa a extensão da área ocupada atualmente.
Fonte: Google Earth, 2022.

A partir das imagens de satélite disponíveis e dos relatos coletados em campo, constatou-se que a área era coberta essencialmente por braquiárias e árvores isoladas, com o ecossistema deteriorado. Com a ocupação de camponeses sem terra, o mesmo local se transformou em poucos meses. A imagem de satélite do mesmo local da Figura 27 mostra a ocupação do solo em junho de 2019.

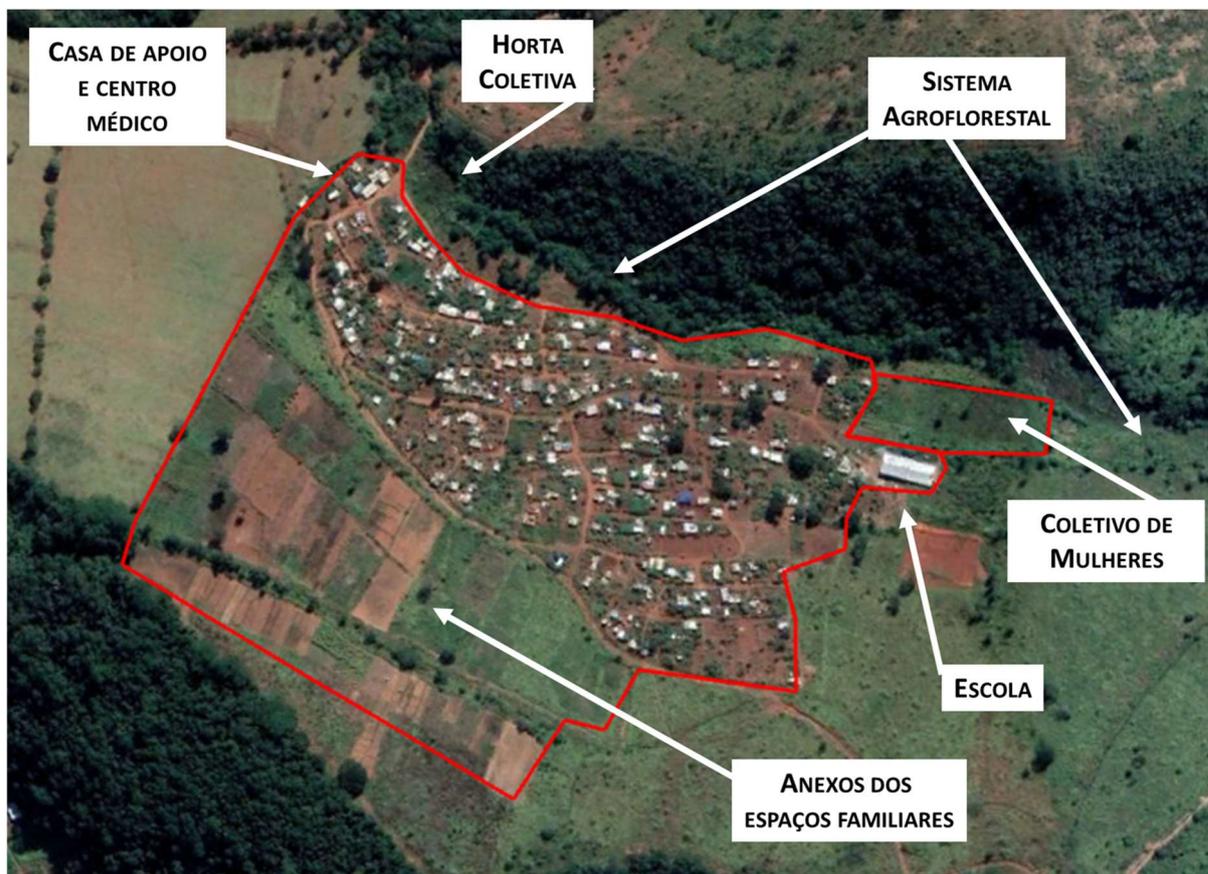


Figura 27 - Imagem de satélite de junho de 2019 do local ocupado no mesmo mês de 2017, com indicação de lugares de destaque. O polígono em vermelho representa a extensão da área ocupada atualmente. Fonte: Google Earth, 2022.

A transformação do espaço ocupado foi feita por meio de mutirões, com abertura de ruas, construção de espaços comuns (escola, casa de apoio, centro médico, cozinha coletiva), construção de alojamentos familiares, canal de adução para abastecimento hídrico e — claro — agroecossistemas agrobiodiversos. Na Figura 27 é possível identificar a localização de áreas de destaque, como os anexos dos espaços familiares (de 1.500m² para cada família), a lavoura do Coletivo de Mulheres, os SAFs em implantação, e a horta coletiva, além dos quintais de cada alojamento familiar. Em análise fragmentada, esses agroecossistemas apresentam por si mesmos uma grande variedade de espécies produtivas. Já em uma análise mais

ampla, o conjunto desses agroecossistemas compõe um grande e complexo sistema produtivo, em pleno desenvolvimento de integração com as áreas conservadas do entorno e acúmulo de capital ecológico. A experiência do visitante no Acampamento, observando a composição paisagística, impressiona ao imaginar a rápida transformação de um local antes coberto por gramíneas, se deparando com uma grande oficina de floresta produtiva. Em uma visão ecossistêmica e na perspectiva dos valores coletivos incentivados e mantidos pelas famílias produtoras, o Acampamento Maria da Conceição pode ser compreendido como um grande agroecossistema de 450 ha com a consorciação de cultivos hortifrutigranjeiros, lavouras, matas preservadas, nascentes, canais de irrigação e casas cada vez mais integradas na paisagem, à sombra de bananeiras e envolvidas por plantas ornamentais.

A Figura 28 é o conjunto de imagens do local feitas em novembro de 2021.



Rua no Acampamento



Área destinada para implantação de SAF



Identificação dos núcleos familiares



Aspecto ornamental dos alojamentos



Aspecto de diversidade na horta coletiva



Sistema de irrigação na horta coletiva



Conjunto de subsistemas no quintal familiar



Material da guardiã de sementes do acampamento



Nascente em recuperação



Mudas de frutíferas não convencionais em desenvolvimento para distribuição

Figura 28 - Sequência de imagens do Acampamento Maria da Conceição
Fotos: Costa, 2022.

Somado ao fato da recuperação agroecossistêmica do local, a orientação rigorosa do manejo agroecológico reflete forte cuidado em uma produção sustentável de alimentos orgânicos. A proibição de usos de agrotóxicos, a produção e uso de sementes crioulas, a prática de permacultura, a criação de SAFs, o enriquecimento da agrobiodiversidade, a preservação das matas etc. são tipos de manejos praticados no Acampamento. Diante do exposto, considerou-se a natureza como coprodutora.

A coprodução com a comunidade está na base do Acampamento. Não haveria ocupação sem ação coletiva, sem a herança de conquistas políticas e sociais que formaram o MST e sem os aparatos democráticos nos quais o movimento se fundamenta. Grade (1999:61) mostra que a participação da comunidade é fundamental e recorrente para famílias acampadas.

O estreitamento das relações solidárias aparece como um componente para a própria sobrevivência. Para subsistir, os

acampados dependem de ajuda alimentar de parentes, ou de instituições religiosas e governamentais e do conjunto da sociedade.

Para além da viabilidade de existência e da luta pela terra, a vida cotidiana das famílias acampadas e parte da produção por elas geradas são orientadas pelo trabalho comum. A Figura 29 mostra uma representação da organização dos espaços que compõem a estrutura do Acampamento.

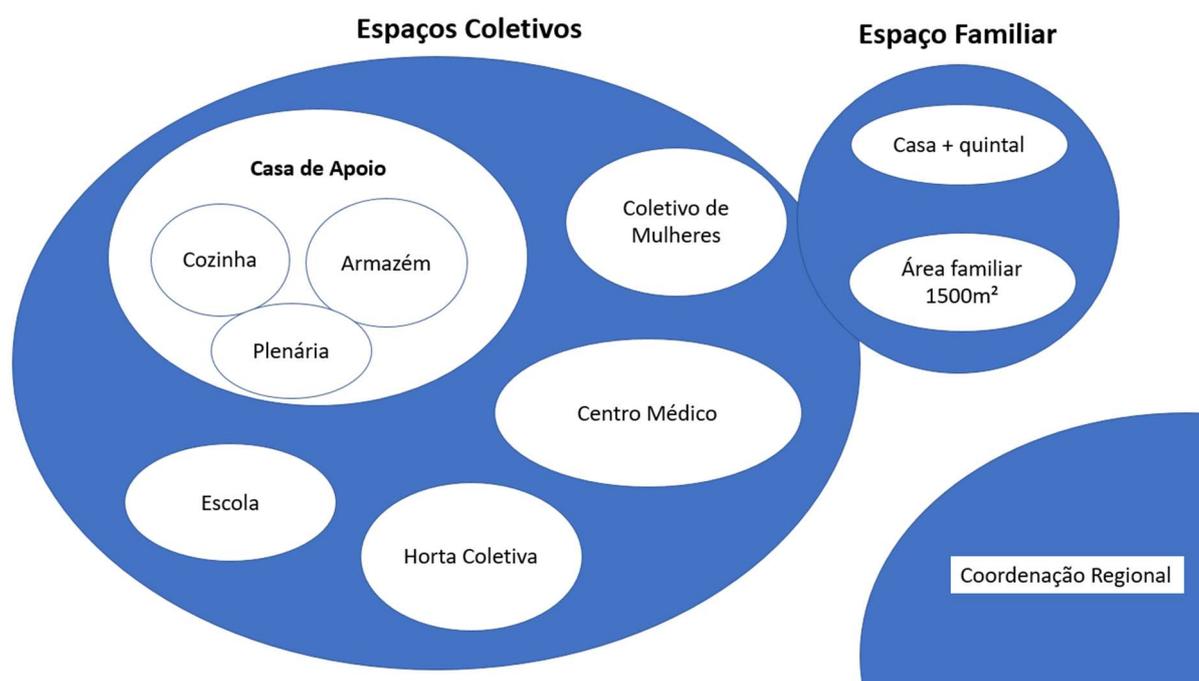


Figura 29 – Representação da organização dos espaços (coletivos e individuais) do Acampamento Maria da Conceição.
Elaboração: Costa, 2022.

Como pode se observar, os espaços coletivos cumprem papéis fundamentais da reprodução do Acampamento, seja por prestação de serviços vitais, como os atendimentos de urgência do Centro Médico, ou pelas facilidades que o Armazém oferece, tanto pela viabilidade de produzir em grande escala através de regime de mutirão, como pelo que ocorre na Horta Coletiva e no Coletivo de Mulheres. Nesse sentido, o espaço familiar — dentro de uma esfera aparentemente mais individual — não ocupa o centro da organização do Acampamento. É preciso destacar, também, o essencial apoio das esferas mais amplas do movimento, como a coordenação regional e demais à montante. Um exemplo dessa atuação ocorreu na oportunidade da realização do segundo trabalho de campo, quando fomos acompanhados pela agente de saúde do MST, que acompanhara um morador ao centro médio para ajudá-lo na

realização de um exame de rotina, e depois realizou visita em algumas casas para atualizar o controle interno de vacinação contra a COVID-19.

Na mesma oportunidade de visita ao local, ocorria um mutirão para construção do novo espaço do centro médico. Homens e mulheres faziam serviços de alvenaria enquanto outros moradores preparavam o almoço coletivo para atender os colaboradores e demais visitantes, como a agente de saúde e os pesquisadores. A cozinha coletiva teve um importante papel nos primeiros meses de ocupação, quando muitas famílias ainda não haviam concretizado suas instalações. Após esse primeiro momento, a cozinha se tornou ponto de encontro e alimentação em dias de plenária, e outros eventos de destaque, como o dia em que o ex-presidente Lula visitou o local.

Os trabalhos coletivos são feitos restritivamente dentro da estrutura das trocas de reciprocidade. A construção da escola e do centro médico, o rodízio no armazém e na portaria, coordenação do espaço, reforma de alojamentos familiares, etapas do plantio e colheita, organização das vendas etc. são exemplos de tarefas realizadas por grupos de moradores acampados, para as quais não há nenhuma troca monetária. A verba para obras e outras ações que demandam compra de materiais é feita com recursos de financiamento coletivo, recursos do Movimento ou projetos específicos (públicos ou privados).

Na condição de Acampamento, as famílias possuem um espaço relativamente pequeno para produção individualizada. Famílias produtoras, dessa forma, fazem parcerias entre si para viabilizar a produção de certos produtos. Dentro de um alojamento familiar, visitamos, durante o trabalho de campo, uma indústria doméstica de farinha de mandioca e polvilho. A produtora fez parceria com agricultor de outra família para que houvesse mandioca o suficiente para produção do engenho.



Figura 30 - Imagens da indústria doméstica de produção de polvilho e farinha de mandioca.
Foto: Costa, 2022.

Esse tipo de parceria entre as famílias, feito — segundo a produtora — unicamente pelo prazer mútuo e nostálgico de se produzir farinha, no qual “um ajuda o outro e vice-versa”, revela a força das trocas sociais dentro do Acampamento, que mesclam busca pela sobrevivência, mas também reprodução hedonistas de se poder ser camponês. Afinal, a lida do trabalho nas comunidades camponesas está intimamente associada à reprodução ampliada da vida que, para Tiriba (2018: 82),

Grosso modo, são lugares em que, historicamente, homens e mulheres trabalhadoras resistiram e ainda resistem afirmando outros modos de vida que, de alguma maneira, vão na contramão do modo de produção capitalista.

A interpretação sobre o complexo de tramas subjetivas que motivam a reprodução de atividades do cotidiano dessas famílias produtoras deve levar em conta a noção que se contrapõe à perspectiva de valorização do capital em detrimento da valorização da vida. Assim que Coraggio (1991) nos faz pensar sobre a estrutura das

economias populares — que produzem trabalho e vida associativamente — diferente do sistema econômico hegemônico, restritivamente direcionado ao acúmulo de capital.

As trocas recíprocas se apresentam, dessa forma, como mecanismos motores de produção no Acampamento Maria da Conceição, expressando fundamental papel da coprodução da comunidade ativa e concretizada.

3.6. Comunidade Quilombola de Moça Santa, Alto Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha é uma mesorregião demarcada pelos limites interfluviais da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, drenando porções do nordeste do Estado de Minas Gerais e sul do Estado da Bahia no Brasil. O território Alto do Jequitinhonha é composto por 25 municípios mineiros, e corresponde à maior parte da bacia hidrográfica do Rio Araçuaí e pequena parcela do alto curso da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha. Na figura 13 são apresentados os municípios da mesorregião mineira do Jequitinhonha, dividida pelos territórios do Alto Jequitinhonha e o Médio/Baixo Jequitinhonha e a listagem dos respectivos municípios.

O território do Alto Jequitinhonha apresenta especificidades no âmbito socioambiental, socioeconômico, cultural e paisagístico. Seu relevo é composto por vastas chapadas (planaltos extensos aplainados) rodeados por grotas (depressões moldadas por vales declivosos e encaixados) cuja cobertura vegetal se diversifica conforme subdivisões microclimáticas; apresenta variações entre as duas estações climáticas bem definidas, a das águas e a da estiagem, características do semiárido (LIMA et al, 2006; GALIZONI, 2007; CALIXTO e RIBEIRO, 2007). Grande parcela de população reside na zona rural e está ocupada em atividades de agricultura familiar (RIBEIRO et al, 2007; TEIXEIRA, 2011).

Comunidades camponesas no alto curso do rio Jequitinhonha apresentam grande importância para a produção e comercialização de alimentos, abastecendo feiras livres de diversos municípios locais. Produzem em um modelo de agricultura compatível com os recursos naturais disponíveis e, nesta área de transição para o clima semiárido, “conseguem às vezes regular o uso dos recursos com mais eficácia que o setor público, que a iniciativa privada ou que os sistemas de gestão compartilhada” (RIBEIRO et al, 2005: 2). A partir dos critérios classificatórios apontados pela população local, Galizoni (2007:21) identificou que “lavradores

construíram formas de identificar o grau de fertilidade, utilizando principalmente a observação da vegetação, das comunidades de plantas e conjunto de árvores predominantes”.

Denota-se, assim, importantes referências culturais e agroambientais do Vale do Jequitinhonha compostas pelos modos e dinâmicas de vida, valores complexos e diversificados presentes nos sistemas produtivos camponeses. A sociedade rural do Alto Jequitinhonha seria então baseada, segundo Ribeiro et al (2007): a) no trabalho familiar, onde se combina forças plenas dos homens e mulheres às forças de idosos e jovens; b) no vasto conhecimento dos recursos naturais, que orienta decisões do regime agrícola; c) na gestão comunitária, “que governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares”, logística que apresenta eficácia suficiente para permitir que nesta região “o uso intenso do solo conviva com a maior cobertura percentual de vegetação nativa manejada de Minas Gerais” (RIBEIRO et al, 2007: 1087).

A presença de comunidades camponesas no Alto Jequitinhonha é expressa nas esferas histórica, cultural, econômica, política e social da região. Uma das manifestações mais marcantes se vê semanalmente em diversos municípios, onde são realizadas as feiras-livres, nas quais circulam produção dos mais variados tipos de produtos. Ribeiro *et al* (2005) disserta sobre o importante papel exercido por esses espaços de circulação de alimentos nos municípios da região, que oferecem oportunidades benéficas para produtores e consumidores. Com as feiras, os produtores ganham

porque garantem a comercialização da produção, que de outra forma seria difícil nessas economias de pouca liquidez. Eles geralmente vendem à vista e, em pouco mais de três horas, conseguem vender tudo, ou quase tudo, o que levam à feira (RIBEIRO et al, 2005:6).

E para os consumidores, as feiras são canais de acesso a produtos “que fazem parte de seus costumes alimentares” (idem, ibidem), e assim nenhum outro estabelecimento ou sacolão substitui a feira. Os autores continuam dizendo que

o consumidor encontra frutas da estação coletadas nas chapadas; rapaduras na cor e tamanho que preferem; farinhas no ponto, finura e clareamento que gostam; peixe fresco; a verdura de época.

Citam ainda vantagens para os comerciantes locais, que têm aumento nas vendas nos dias de feira devido à grande circulação de pessoas, mas principalmente dos feirantes que aproveitam o dinheiro captado na feira e a visita à cidade para fazer compras da semana.

Outro importante canal de acesso a mercados presente no Alto Jequitinhonha se dá através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), principalmente com o vigor da lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que determinou a destinação de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para abastecimento das escolas públicas. Através disso, houve a criação e fortalecimento de circuitos descentralizados, favorecendo mutuamente camponeses associados e estudantes. Santos (2017), analisando o PNAE no município de Turmalina/MG, concluiu que o programa é percebido como canal de acesso ao mercado adicional às feiras-livres, permitindo aumento do fluxo de vendas e acréscimo da renda. Em comparação com outro município da região, a autora constatou que em Turmalina a execução do PNAE se fez com uma interlocução entre instituições e agricultores familiares, configurando-se em um modelo de gestão social e compartilhada. Assim, há uma maior participação das partes nos processos decisivos, destacando o calendário nutricional dos estudantes, enriquecido com pautas alimentares locais associadas com a diversidade produtiva local, o que não ocorre quando o programa é executado com gestão centralizada.

3.6.1. Metodologia para pesquisa das comunidades do Alto Jequitinhonha

A pesquisa em campo em comunidades do Alto Jequitinhonha ocorreu em grande parte em período pré-pandemia. Em decorrência dos riscos sanitários e protocolos estabelecidos por lideranças locais, as visitas técnicas às comunidades locais foram comprometidas, impedindo desta forma a realização da pesquisa para todo o público pretendido. Não foi possível, dessa forma, a reprodução da metodologia adotada junto com os feirantes da RMBH, uma vez que nenhum circuito pôde ser delineado pelo espaço de circulação — questionário — em conjunto com o espaço de produção — roteiro de entrevista.

Neste sentido, a análise de circuitos camponeses do Alto Jequitinhonha contou com dados coletados com os trabalhos de campo realizados no início da pesquisa

desta tese, com dados de outros estudos por mim realizados desde 2011 — projetos de pesquisa e extensão durante a graduação em geografia, Trabalho de Conclusão de Curso (COSTA, 2015) e dissertação de mestrado (COSTA, 2018) — e levantamento bibliográfico da extensa literatura sobre a região e o tema.

Dados sobre unidades produtivas e circuitos de comercialização das comunidades quilombolas de Moça Santa, Gamelas e Paiol em Chapada do Norte, e visita à feira livre desse município sustentaram as análises contidas na seção a seguir. Para além das localidades citadas, pesquisas de coleta direta realizadas em outras comunidades vizinhas registradas em relatórios e em diários de campo também contribuíram para os resultados dessa análise.

3.6.2. Caracterização de circuitos do Alto Jequitinhonha

Moça Santa, Gamelas e Paiol são comunidades quilombolas vizinhas localizadas no distrito de São Sebastião da Boa Vista, no município de Chapada do Norte. A proximidade espacial e relacional entre as comunidades faz delas um complexo de núcleos de famílias, geralmente referenciados apenas como Moça Santa. Essa proximidade social se deve, historicamente, às relações de parentesco, gravadas pela similaridade de sobrenomes identificados, mas a perpetuação das conexões se deve atualmente à Associação de moradores sediado no núcleo de Moça Santa. Na Figura 31, há um esboço de demarcação das três comunidades a partir das sub-bacias hidrográficas pelas quais são orientadas. Como dito, se trata de um esboço, pois as relações de identidade e referência de uma comunidade ou outra são abstratas e disformes, e não permitem o traçado de fronteiras tênues. Outrossim, existem mais denominações de outras localidades de referência entre uma comunidade e outra que não puderam ser mapeadas.

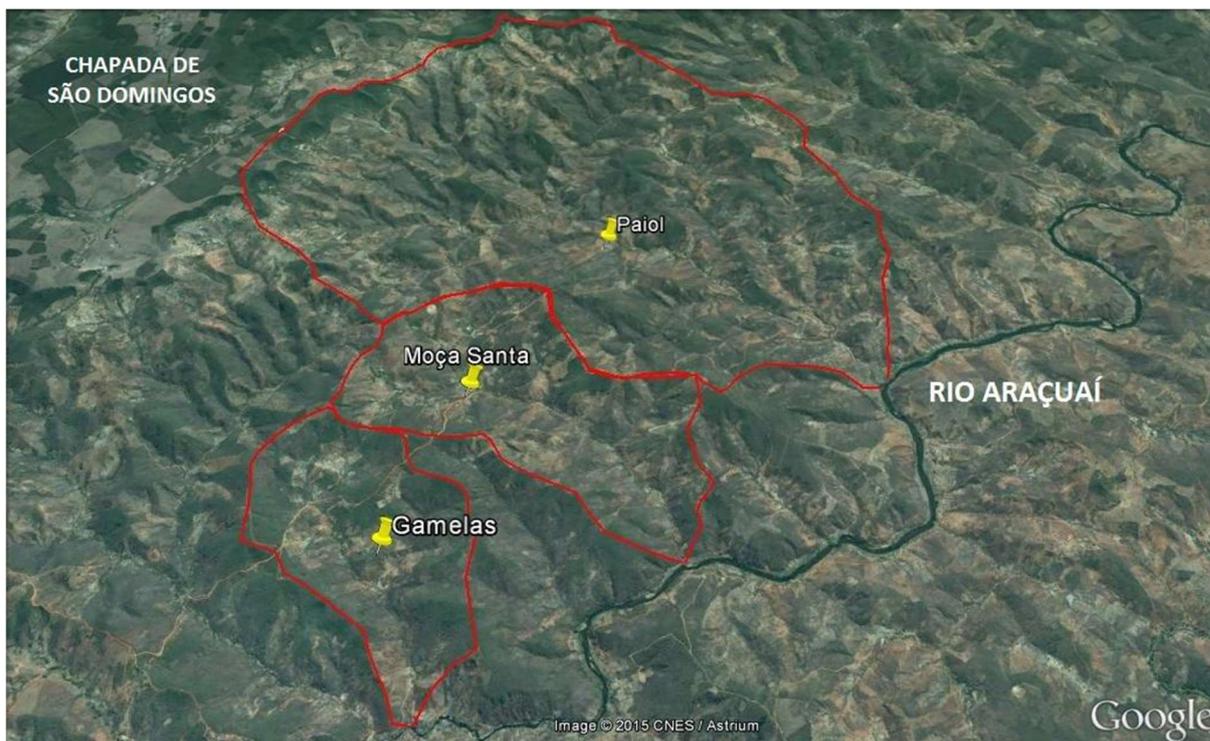


Figura 31 – Croqui dos territórios das comunidades que compõem o complexo de Moça Santa.
Fonte: Costa, 201.

As comunidades estão localizadas entre a chapada de São Domingos e o Rio Araçuaí, e seguem padrões semelhantes de ocupação, com propriedades de 0,5ha a 60 ha, alongadas pela vertente que vai desde o topo do morro até uma margem do córrego principal. As unidades domésticas são localizadas em terreiros aplainados nas vertentes íngremes, sempre distantes uma das outras e interligadas por veredas estreitas rentes ao talvegue dos vales. Os córregos — “eixos centrais de referência das comunidades” (COSTA, 2015:33) — não possuem mais a qualidade de fluxos perenes, como eram antes da década de 1970. Desde o avanço da silvicultura nos topos de chapada, esses córregos tiveram a vazão substancialmente reduzida até se tornarem meras calhas de drenagem de chuva.



Figura 32 – Córregos intermitentes em Moça Santa revelando o colapso hídrico.
Fonte: Costa, 2015.

As transformações socioambientais do colapso dos mananciais fluviais das sub-bacias das comunidades criaram profundas marcas na vida de seus habitantes, que tiveram que lutar pela conquista de novas estratégias de sobrevivência. A escassez hídrica se tornou um problema recorrente para a viabilidade da reprodução familiar, intensificando a migração sazonal para o corte da cana e “panha” do café. Houve também intensificação de instalação e acúmulo de estruturas de captação, armazenamento e distribuição de água nos agroecossistemas. As conquistas dessas estruturas se deram de forma individual, quando as decisões e investimento partem da família, e/ou através das associações, quando as decisões partem dos membros associados sobre formas de investir verba de projetos para as comunidades (COSTA, 2015). Na mesma pesquisa, identifiquei as conquistas individuais: o sistema de caixa

d'água simples, tecnologias variadas de irrigação de baixo impacto hídrico, e barraginhas⁴, como são mostradas na Figura 33.



Sistema de caixas d'água simples



Barraginha envolvida de plantios



Gotejamento com garrafa PET



Gotejamento com micro furos

⁴ Em 2011, período dessa pesquisa, as barraginhas eram escavadas com trator alugado da prefeitura, cujo gasto partia das famílias individualmente. No mesmo período, os benefícios desse tipo de drenagem já estavam sendo reconhecidos e se tornando uma prática de consumo coletivo. Isto é, custeado pela prefeitura ou associação.



Canteiro impermeabilizado

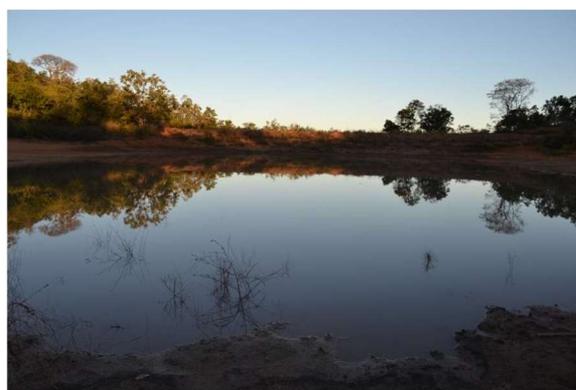
Figura 33 – Sequência de imagens de conquistas individuais de captação, armazenamento e distribuição de água em Moça Santa.

Fonte: Costa, 2015.

As conquistas através da Associação são custeadas por projetos direcionados ao coletivo de moradores organizados. Identifiquei no complexo de comunidades de Moça Santa os poços artesianos, a captação de água fluvial no rio Araçuaí, represa, cisternas de telhado (16.000 litros), cisternas de calçada (52.000 litros) e estufas de baixo custo, como são mostrados na Figura 34.



Poço artesiano



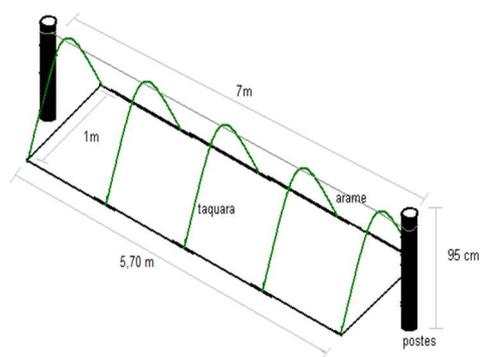
Represa



Cisterna de telhado (16.000 litros)



Cisterna de calçada (52.000 litros)

Desenho da estrutura da estufa de baixo
custo

Estufa de baixo custo

Figura 34 – Sequência de imagens de conquistas coletivas de formas de captação, armazenamento e distribuição de água em Moça Santa.
Fonte: Costa, 2015

Os poços artesianos são perfurações profundas (200 metros aprox.) para captação de água em aquíferos rochosos. A sua instalação necessita de equipamento específico, rede de distribuição para casas atendidas e manutenção da bomba elétrica. Essa conquista deixou de ser pela Associação quando a Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR) assumiu a gestão do poço e iniciou a instalação da captação de águas fluviais do Rio Araçuaf. Com a modernização da estrutura e da automatização do acionamento da bomba elétrica — antes feito manualmente por membros da Associação através de rodízio voluntário — foi imposta aos usuários a taxa de uso da água. No período desta pesquisa, no ano de 2015, não havia consenso entre os moradores associados sobre os benefícios da centralização da gestão dessa fonte hídrica, e tampouco a

COPANOR havia se consolidado no território. Havia dúvidas sobre a viabilidade econômica da concessão municipal.

As cisternas — de telhado e calçada — são tecnologias sociais amplamente difundidas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), tendo um importante papel material e prático para viabilidade da convivência com o semiárido (MALVEZZI, 2007). Financiados pelo governo federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) — extinto em 2017 — executou o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra Duas Águas. O primeiro tinha o objetivo de promover segurança hídrica para atividades domésticas nas estações de estiagem, enquanto o segundo tinha o objetivo de se somar ao primeiro e promover segurança hídrica e alimentar (através de produção própria de alimentos). A conquista dessas estruturas nessas e outras comunidades se deu através de projetos de extensão⁵ da UFMG, que financiaram também as estufas de baixo custo.

Essas estufas são estruturas de proteção de canteiros de hortaliças, para as quais são usados materiais de baixo custo e facilmente encontrados nos locais onde são implantadas, como já explanado no item 3.3.3., no qual foram descritas as diferentes formas de apropriação da tecnologia. Esses tipos de apropriação refletem os inúmeros manejos de *saberes locais* aplicados a situações convencionais ou adversas. Isto é, as formas camponesas de agricultura possuem uma expressão de resiliência que herda os saberes tradicionais e combina com a maleabilidade de novas tecnologias, preservando o fator autônomo próprio do campesinato (WOORTMANN, 2004). Diante do agravamento da escassez hídrica, na pesquisa (COSTA, 2015) também foram identificados os manejos tradicionais como forma estratégica.

O manejo de SAFs que faz a consorciação de frutíferas e cultivos da lavoura branca, como é chamada localmente (RIBEIRO et al, 2006) os cultivos de feijão-de-arranque, feijão-andu, feijão-catador, arroz, milho debulhado etc. são formas permaculturais tradicionais de sombreamento dos extratos vegetais mais baixos auxiliando na manutenção da umidade do solo. Há também a prática de cultivo em áreas artificialmente úmidas, como as barragens de represas, no entorno de

⁵ PROGRAMA PROEXT MEC/2013: Ações de capacitação para promoção e armazenamento de água e ampliação de produção de alimentos no Vale do Jequitinhonha; e PROJETO FAPEMIG/2012: Ações de Capacitação para promover a cidadania dos agricultores familiares das comunidades tradicionais quilombolas de Moça Santa e Misericórdia - Vale do Jequitinhonha, respectivamente, dos quais fui bolsista durante a graduação pelo Laboratório Terra e Sociedade.

barraginhas, na drenagem de águas cinzas (efluente proveniente da pia da cozinha). Em Moça Santa, nas margens do Rio Araçuaí, há a tradicional agricultura de vazante, com o plantio de cultivos anuais, como horta e lavoura, no leito maior durante a estiagem. A faixa de terra exposta durante a vazante do rio se torna uma área estrategicamente descampada, próxima ao rio e — principalmente — de uso comum, isto é, ausente das relações de propriedade da terra. Essa prática, contudo, é recorrentemente perseguida por agentes do IEF e IBAMA, que ameaçam os agricultores com multas por usarem um local considerado pela legislação como Área de Preservação Permanente (APP). Esses manejos estão ilustrados na Figura 35.



SAF



Plantio de milho da barragem



Agricultura de vazante

Figura 35 – Manejos tradicionais de plantio e conservação da umidade.
Fonte: Costa, 2015.



Figura 37 – Cultivo permacultura em Moça Santa.
Fonte: Costa, 2015

A análise dos circuitos dos feirantes da RMBH e do Acampamento Maria da Conceição, mostram que a principal destinação da produção é o autoconsumo, sobretudo dos subsistemas da horta e do pomar. Entretanto, a venda de excedentes é um fator fundamental de sobrevivência e provimento das famílias produtoras, que destinam a produção da lavoura e das criações (principalmente carne e ovos) para a comercialização. Açougues e supermercados locais, atravessadores de outros municípios, parentes citadinos, entre outros, são algumas das escassas opções de destino dos excedentes. Em muitas comunidades, os programas de aquisição pública se apresentam como importante agente de geração de renda. Durante a pesquisa em Moça Santa, por outro lado, constatou-se que a Associação se organizou para atender aos requisitos do PNAE. Contudo, a instabilidade do montante da produção ocasionada pela recorrente escassez hídrica desencorajava os agricultores.

Dessa forma, a Feira Livre se firmou como principal canal de comercialização. Tradicionalmente aos sábados, feirantes de diversas comunidades do município de Chapada do Norte expõem à venda uma diversidade de produtos. Cruz (2020) identificou nesta feira a comercialização de verduras, produtos artesanais (rapadura, farinha de mandioca, farinha de milho, queijo, açúcar mascavo, melaço, doces,

biscoitos e pães caseiros), produtos da lavoura, carne suína, alimentos prontos (bolos, biscoitos e café servido na hora), e bancas de produtos manufaturados (panelas, vasilhames e entre outros itens), pelas 45 famílias feirantes. Ainda segundo a autora, a Feira Livre de Chapada do Norte e demais municípios vizinhos — das quais se têm registro desde a década de 2000 — são resultado de parcerias de associações de agricultores familiares com prefeituras, por meio da destinação de espaço apropriado e transporte para os feirantes. Contam também com o apoio de instituições de fomento ao desenvolvimento local, como o Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV), pelo qual feirantes recebem qualificação sobre produção e administração de vendas, além de outros projetos de extensão rural. A Figura 38 mostra produtores feirantes na estrada de Moça Santa voltando para casa após a Feira Livre em Chapada do Norte.



Figura 38 – Feirantes de Moça Santa voltam para casa.
Fonte: Costa, 2015

Além de tradicional, o espaço da Feira envolve a reprodução de territorialidades. Há um sentimento coletivo de pertencimento, atribuído em certa medida pelo esforço social empregado para sua manutenção, mas também pela condições de autonomia que as feiras livres proporcionam aos comerciantes, pois

Feirantes se consideram um grupo, e como grupo defendem seus direitos, barram entrada de atacadistas e vendedores de outros municípios, se manifestam a favor das suas normas próprias de negócios, sobre a organização do espaço de vendas, contra e a favor de medidas do poder público (CRUZ, 2020: 109).

O fato da forte presença e importância da agricultura familiar no Alto Jequitinhonha, que corresponde a 88% dos estabelecimentos rurais e 77,51% das pessoas do campo (CRUZ, 2020), somado ao impacto sociocultural das feiras livres em diversos municípios locais, nos leva a refletir sobre um complexo de coalizões camponesas em escala regional, modelando e modelada por políticas, economias e territorialidades.

Os circuitos de Moça Santa, em sua unidade comunitária, foram caracterizados como autônomos e, em parte, integrados. As trocas sociais de relacionadas a trabalho na comunidade ocorrem com frequência, mas raramente são pagas em dinheiro. O conjunto de manejos tradicionais, que alia produção com conservação do ecossistema, resultado da intensificação da coprodução com natureza, reproduz e acumula capital ecológico a cada ciclo agrícola. A circulação da produção é primordialmente para o autoconsumo, com trocas de escambo intra e intercomunidades. A venda nas feiras livres, por outro lado, são tradicionalmente fundamentais para reprodução doméstica das famílias, integrando os agroecossistemas aos mercados seccionais. É possível identificar, sobretudo nos agroecossistemas mais integrados aos mercados, catalisação por meio de recursos externos, como agrotóxicos e fertilizantes químicos. A deterioração de saberes locais tem, de forma geral, elevado a tendência de maior catalisação de agroecossistemas. O Quadro 14 expõe suas características.

Quadro 14 – Caracterização do circuito de Moça Santa.

Circuitos	Camponeses			Capitalistas
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal

Elaboração: Costa, 2022.

O aspecto autônomo para todos os fatores de produção e circulação desse circuito reside nas formas tradicionais de manejo da terra e de relação social. As

condições edafoclimáticas locais, relativas à longa estiagem, à declividade das grotas e ao agravamento da escassez hídrica devido ao colapso dos córregos, exigem dos agricultores estratégias para reprodução do modo de vida. As conquistas individuais dependem grande parte do capital de giro que as famílias possuem. Concretizam-se, neste cenário, o papel das *coalizões camponesas*, identificadas por Wolf (1976).

Em Moça Santa, é evidente que a coalizão unilinear (ligada por um único interesse), poliádica (que envolve mais de dois grupos), horizontal (entre camponeses) e/ou vertical (entre camponeses e pessoas fora do grupo) é a estratégia que viabiliza infraestrutura para perpetuação das famílias. A noção sobre coprodução com a comunidade, nesse caso, é mais profunda e ampla, pois envolve uma luta em diferentes esferas da sociedade em prol de melhores condições de vida e convivência com o semiárido (MALVEZZI, 2007). Foi possível observar manifestações da coalizão em diferentes formas e situações, incluindo tomada de decisões diante da recepção dos projetos na comunidade. Devido ao número limitado para instalação de cisternas de calçadão, os moradores associados decidiram instalar quatro unidades de estrutura distribuídos geoestrategicamente entre agroecossistemas de famílias diferentes, de modo a favorecer a captação de águas pluviais e distribuição por gravidade para atendimento de maior número de pessoas.

Além da infraestrutura necessária, a falta de água implica manutenção, expansão e reinvenção de manejos agrícolas. Agricultores recorrem às técnicas tradicionais de manutenção de umidade no solo, aos cultivos mais adaptados às longas estiagens, e inovam através da observação e criatividade das possibilidades de adaptação de tecnologias. As tecnologias sociais implantadas, como as cisternas de telhado e de calçadão e as estufas de baixo custo, têm um aspecto fundamental na sua instalação ou operacionalização referente às possibilidades de autonomia para sua apropriação. Woortmann (2004) discorre que a aparente *desconfiança* de camponeses, equivocadamente confundida com comportamentos conservadores e arcaicos diante de novas tecnologias relacionadas à reprodução doméstica e produtiva, expressam, na realidade, o rigor criterioso para avaliação de dependência com a qual as tecnologias instaladas podem gerar. Isso envolve desde a transferência de tecnologia (transmissão do *saber fazer*), os objetivos da tecnologia, como também acesso aos recursos naturais necessários para o seu funcionamento.

3.7. Análise integrada dos circuitos apresentados: considerações parciais.

Neste capítulo, três conjuntos de casos foram caracterizados sob a luz da noção de circuitos camponeses. Por meio de metodologia similar, circuitos de feirantes da RMBH, de moradores do Acampamento Maria da Conceição e de moradores do complexo de comunidades de Moça Santa, no Alto Jequitinhonha foram desdobrados, delineando suas conexões com o conceito de campesinato, em sua diversidade de contextos espaciais, históricos, culturais e territoriais. Embora os impasses metodológicos tenham afetado o pleno desenvolvimento da pesquisa, as adaptações e redirecionamentos permitiram a abertura de caminhos para o aprofundamento e ampliação das questões inicialmente levantadas. Esbarramos, logo de início, em um primeiro impasse teórico: os circuitos caracterizados são camponeses? Qualquer resposta ou esboço para esse questionamento deve considerar inicialmente um ponto muito importante: esses casos estudados não possuem representatividade quanti e qualitativa para generalizações, sendo, portanto, análises de casos específicos.

A resposta negativa seria fundamentada, principalmente, com ressalvas a um ou outro caso, por possíveis negligências involuntárias de diálogo com outras perspectivas teóricas sobre o (i) campesinato, (ii) agricultura familiar, (iii) processo de conversão do campesinato em agricultura empresarial etc. Para outras perspectivas mais conservadoras, não haveria sequer ressalvas, negando a existência de campesinato desde o surgimento do capitalismo. A essa alegação, essa tese não se dispôs à réplica argumentativa, uma vez que não pretendeu realizar uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o assunto, e tampouco se direcionou a essa questão. Por outro lado, não houve descuido teórico, ou distração consciente, mas sim opção de perspectiva sobre o campesinato e suas formas de persistência — debate realizado já nas primeiras páginas e ao longo da tese.

Tampouco sustento a resposta puramente positiva, senão com as devidas considerações. Se a organização da comunidade tradicional de Moça Santa, no Alto Jequitinhonha, apresenta características suficientemente compatíveis com a noção de campesinato, o segmento no qual se encontram os moradores do acampamento do MST pode gerar dúvidas sobre sua classificação. Já a definição dos feirantes da RMBH, por sua vez, já teria uma configuração estreitamente similar ao conceito de agricultura familiar, amplamente debatido pela sociologia rural.

3.7.1. Coprodução com a comunidade

Entre as muitas formulações de respostas possíveis à pergunta problematizadora, essa tese assume a figuração de outras possibilidades interpretativas. O propósito, assim, se tornou elencar mecanismos objetivos de produção do campesinato que sejam comuns aos casos que foram apresentados neste capítulo. É por esse caminho que nos desviamos do papel de classificar campesinatos, e assumimos a posição de captar criticamente esses mecanismos em comum. O capítulo 2 se dedica integralmente à identificação, análise e crítica a esses mecanismos: (i) trabalho familiar; (ii) manejo de agroecossistemas; (iii) busca pela autonomia. O item 3.2. do capítulo 3 busca desdobrar esses mecanismos através da matriz orientadora: (i) coprodução com a comunidade; (ii) coprodução com a natureza; (iii) circulação da produção.

O trabalho familiar — considerado principal fator de produção (PLOEG, 2008) — revisitando Wolf (1976), dialogando com Sabourin (2004), Woortmann (1990), Brandão (1981), Cunha (2013), Moura (1986), entre outros, foi desdobrado em suas múltiplas escalas. Chegamos, dessa forma, à noção de coprodução com a comunidade, termo cunhado nessa tese, que reclama por uma conceituação mais bem desenvolvida.

A coprodução com a comunidade foi identificada entre as várias formas de manifestação analisadas:

- a. na divisão do trabalho familiar, e na autoexploração dos membros da família (MOURA, 1986; CHAYANOV, 1974), como observado em todos os casos analisados, mesmo quando a mão de obra assalariada vem se somando a familiar, algo que foi observado no circuito da Feira de Orgânicos.
- b. A múltiplas escalas do trabalho familiar-comunitário no âmbito da comunidade (WOLF, 1976) e parentela (QUEIROZ, 1976), observado em suas divisões simples, como no caso das Feiras Livres, entre a agricultora e sua cunhada, ou entre outros membros do macrocosmo familiar, identificado no circuito do Direto da Roça e sua Associação, e até mesmo comunidades com antecedentes comuns, observado no caso da comunidade de Moça Santa.
- c. Nas estruturas de trocas recíprocas nas esferas do trabalho (SABOURIN, 2004 citando CAILLÉ, 1998 e TEMPLE, 1998), que aparece em todos os casos analisados

em maior ou menor medida, seja no espaço de produção, ou de circulação, seja pela dádiva, seja pela dívida (CUNHA, 2013), e que não está ausente das relações patronais de trabalho, inclusive em sociedades ditas não modernas, como Mauss (1925) problematizou.

d. Lutas pelo comum (e a luta em comum) noção exposta por Federici (2019) e por Leroy (2016), evidenciadas no cerne do circuito do Acampamento Maria da Conceição e manifestadas no campesinato, por excelência, em formas de coalizões (WOLF, 1976), como também foi observado e explanado sobre o circuito da comunidade de Moça Santa. As coalizões foram identificadas em sua expressão horizontal, quando envolvem relações entre camponeses, e vertical, quando outros segmentos da sociedade (universidades, terceiro setor, organizações políticas, sociedade civil, movimentos sociais) são parte do processo por interesses em comum, como ocorre na luta por reforma agrária, agroecologia, ou segurança hídrica, por exemplo.

Essas evidências sustentaram a pertinência da noção da coprodução com a comunidade, como fator (ou conjunto de fatores) fundamentais para reprodução do campesinato e do processo de recampesinização — como será debatido mais à frente.

3.7.2. Coprodução com a natureza

Tomamos emprestado o conceito de agroecossistemas, e o seu manejo, entre a unidade doméstica e produtiva por diferentes perspectivas. Inicialmente, percebendo-o como condição material fundamental para reprodução da vida doméstica e produtiva (MOURA, 1986; CUNHA, 2013). Compreendemos a unidade produtiva como o conjunto dessas duas esferas intimamente relacionadas no modo de vida camponês (WOORTMANN, 1990), mas também como um espaço formado por subsistemas e fluxos de insumos, energia e água (ALTIERI, 2009; PETERSEN, 2010). Em seguida, entendemos que a relação entre camponês e natureza é um processo contínuo de trocas (BRANDÃO, 1981), e que essas trocas são movidas por energia, conhecimento, percepções (TOLEDO, 1990 e 1992), acúmulo de capital ecológico (PLOEG, 2009), etc. Compreendemos, assim, que essas trocas são formas de coprodução com a natureza (PLOEG, 2006 e 2008), e que sua noção parte das relações moleculares do metabolismo biológico e energia solar (ODUM, 1983 apud MONTE, 2013), e de que essa energia é direcionada através do manejo humano para

alcançar uma finalidade (WOLF, 1976), através de estratégias acumuladas ao longo do tempo, que se confunde com a própria evolução da espécie (MAZOYER e ROUDART, 2008). Vimos que a lógica da dinâmica dos ecossistemas sobressai às divisões imaginárias: a natureza de um estabelecimento está conectada com os demais vizinhos (SABOURIN, 2006), o que impõe uma racionalidade na qual a lógica da propriedade privada sequer, de fato, existe, senão como *ficção legal* (POLANYI, 1957 apud WOLF, 1976).

A coprodução com a natureza atravessa todos os casos analisados, uma vez que seus processos — dos mais atômicos até a dinâmica da biosfera — estão intrínsecos em qualquer atividade agrícola (para não dizer humana). Buscamos, dessa forma, observar a coprodução com a natureza, ou sua ausência, em suas formas menos aparentes trazendo essa noção para identificar o grau de relação mútua, entendendo que quanto mais for confiada a ela parte do processo produtivo, maior sua coprodução, e quanto mais sua dinâmica for artificializada e o ecossistema for suprimido, o funcionamento do agroecossistema dependerá mais do manejo humano e inserção de insumos externos. Elenco pontos de destaque sobre coprodução com a natureza observados nos casos analisados.

Em Moça Santa e comunidades vizinhas, a coprodução com a natureza se destaca na reprodução do manejo ligado com o conhecimento secular produzido no Alto Jequitinhonha, no qual agricultores correlacionam cultivos para diferentes ecossistemas, construindo a *moldura interativa*, como observou Galizoni (2007). Observa-se também a apropriação de tecnologias sociais que fomentam o convívio com o semiárido diante do agravamento da escassez hídrica, cuja instalação impacta positivamente os agroecossistemas.

Os moradores do Acampamento Maria da Conceição, em poucos anos de ocupação, transformaram uma vertente descampada e coberta por gramíneas exóticas em uma floresta produtiva, ornamentada e habitável. Uma área improdutivo, exposta à erosão laminar e condenada à devastação, tem sido espaço para produção de cultivos agrobiodiversos, destinados à alimentação dos próprios moradores, à comercialização em cidades próximas e à doação. Essa transformação sequer implicou na inserção de insumos químicos, uma vez que a produção é rigorosamente agroecológica. Dessa forma, esse processo enriqueceu o ecossistema local, reflorestando, atraindo a fauna, preservando o solo, e protegendo as nascentes.

A agricultura M.F., da Feira de Orgânicos, não catalisa seus agroecossistemas com insumos químicos para manter a qualidade e certificado orgânico. Para viabilizar a produção orgânica, M.F. tem investido na transição agroecológica, aumentando a participação da natureza no processo de produção. Além de preservar a dinâmica do ecossistema local, esse processo protege o espaço de produção da influência dos mercados, o que não ocorre nos demais casos analisados.

Os circuitos de G. do Direto da Roça e de M. da Feira Livre catalisam e exploram o ecossistema onde estão inseridos. Ainda que G. não utilize agrotóxicos, a necessidade de repor a fertilidade com substratos químicos impõe gastos aos produtores e ao esgotamento do solo. Esse fato é mais intenso no circuito de M., no qual não há acúmulo de capital ecológico entre os ciclos agrícolas, e quase a totalidade de recursos produzidos vão para circulação. Além disso, o entorno com grau alto de transformação, causado pela densidade de equipamentos urbanos e ausência de ambientes biodiversos, impõe à agricultora constante manejo contra animais indesejados, com o conseqüente uso contínuo de agrotóxicos.

3.7.3. Circulação de produção

Chegamos ao terceiro aspecto identificado no capítulo 2 como componente da organização camponesa: a autonomia. É necessário sempre ressaltar que autonomia não corresponde a isolamento, a autossuficiência, ou desvencilhamento das amarras do sistema hegemônico. A autonomia, ou a busca dela, é uma orientação dada pelas possibilidades do campesinato (IANNI, 1985), e a antagônica posição na qual ele reside, de subalternidade (SHANIN, 2012), configurando no que Ploeg (2008) chama de *condição camponesa*. Essa posição social, econômica e política do campesinato, que atravessa períodos históricos (THOMPSON, 1998), responde, no atual processo intensificado de acumulação, às novas formas de apropriação e expropriação capitalista e experimenta meios inovadores de resistência (HARVEY, 2004). As transformações do espaço rural através da Revolução Verde impactaram diretamente os pequenos produtores, marginalizando-os do processo de modernização (MARTINI, 1985), inviabilizando a perpetuação de variadas formas de reprodução. O campesinato se refez, contudo, se transformou profundamente, por um lado sendo absorvido pelo capitalismo (OLIVEIRA, 2007) e, por outro lado, resistindo às margens do sistema (PLOEG, 2008; GODOI, 2009). De todo modo, o campesinato persiste

(SHANIN, 2012), e esse fato já lhe confere a qualidade de autonomia, cuja abrangência se dará por seus processos de recampesinização (PLOEG, 2008).

Na matriz que orientou a categorização dos circuitos neste capítulo 3, a autonomia aparece no cerne dos fatores de produção, mas principalmente na circulação da produção. A coprodução — com a natureza e com a comunidade — é, como foi visto no capítulo 2, meio fundamental para viabilizar a produção camponesa. A circulação da produção, por sua vez, indicou o quanto o circuito visa provimento dos seus produtores ou o quanto está organizado para atendimento da demanda de mercado. Compreendemos que, tal como discutido no item 2.3.1.1, sobre *Mercados Camponeses*, a destinação da venda para os mercados por si só não é um fator conceitual do campesinato, porém o tipo de mercado e o quanto este organiza o espaço de produção são decisivos para sua caracterização enquanto camponês.

Nos casos analisados, observamos que todos possuem e buscam manter o acesso aos mercados como estratégia e condição de sobrevivência, afastando qualquer possibilidade de circuito fechado, isto é, totalmente voltado para autoconsumo. O circuito de Moça Santa, ainda que destine grande parte dos produtos da horta para autoconsumo, comercializa excedentes da lavoura, pomar e das criações, como ovos nas feiras e por meio de atravessadores. As criações de maior porte, como porcos e reses, possuem o papel mais específico, tal como dizem Pantoja et al (2010:121) sobre o “abate [dessas criações] para fins de alimentação ou custeio de gastos cotidianos não é o padrão”, pois cumprem “mais uma função de investimento em patrimônios duráveis, materiais ou não, considerados vitais para a reprodução do grupo no tempo (saúde, educação, moradia, dote). Os circuitos do Acampamento Maria da Conceição revelaram direcionamento de todos os subsistemas tanto para consumo dos próprios produtores quanto para venda nos mercados, nos quais a manutenção dos canais de comercialização é fundamental para a reprodução. Os feirantes da RMBH, como foi explicitado, organizam sua produção para atendimento do mercado, sendo o autoconsumo de pequena significação. É preciso, entretanto, fazer outros apontamentos.

O circuito da Feira de Orgânicos, como foi mostrado, ainda que seja alinhado com a demanda dos consumidores, está inserido em um mercado que permite uma organização mais autônoma. A qualidade orgânica — mas principalmente —, em transição agroecológica, dá condições de o circuito romper com a cadeia produtiva à

montante (inserção de insumos externos), e se tornar mais autônomo, reproduzindo na unidade produtiva capital ecológico a cada ciclo agrícola.

O circuito da feira Direto da Roça apresentou elementos que indicam uma organização do espaço produtivo motivados pelo mercado. Em destaque, a implantação da estufa que, apesar de revelar muitos significados, expressa um evidente atendimento ao mercado consumidor, motivado principalmente pelos preços atraentes na entressafra da horta. Se nos parâmetros estabelecidos pela matriz orientadora esse circuito foi caracterizado como menos autônomo, uma simples comparação com qualquer outro estabelecimento comercial que revende alimentos levaria a outras conclusões. Assim, por mais que o mercado tenha forte influência na organização do espaço produtivo, não se pode desconsiderar que se trata de um circuito camponês, no qual a autonomia, em maior ou menor grau, é definitiva.

O mesmo raciocínio se aplica ao circuito de M. da Feira Livre, com um elemento adicional de que, nessas feiras, como já dito, não há, no processo de licenciamento, nenhuma obrigação de o feirante ser produtor. Nesse sentido, a produção autônoma de M. a livra — em parte — das oscilações de preço de verduras. Ainda se deve pontuar que, o fato de ser produtora — e produtora urbana — lhe abriu o canal de vendas direto na propriedade, tornando-a menos dependente das feiras livres.

Capítulo 4 — Considerações finais

Considera-se que os capítulos dessa tese contribuíram para jogar mais luzes sobre a complexa questão do campesinato. Por meio de uma incursão a partir da noção de circuito camponês, foi possível ampliar e aprofundar a discussão, através de vários autores revistos no capítulo 2, sobre dimensões importantes do campesinato: o trabalho familiar, o manejo de agroecossistemas, a busca pela autonomia e seus dobramentos: coprodução com a natureza e com a comunidade. Infelizmente não foi possível — a pandemia do COVID-19 sendo a principal razão para tal impossibilidade — realizar toda a empiria prevista durante a elaboração da tese. A alternativa, expressa no capítulo 3, foi a de pesquisar alguns casos que foram possíveis, procurando caracterizá-los a partir de proposta metodológica, organizada na forma de uma matriz orientadora da identificação e da análise dos casos. Apesar do número reduzido de circuitos analisados, verifica-se que eles apresentam boa diversidade, uma vez que dizem respeito à maioria das células constitutivas da matriz. No entanto, como era de se esperar, o desenvolvimento de temática tão complexa deixa incompletudes, e muitas questões não respondidas.

Este quarto e último capítulo se dedica aos apontamentos finais que a tese alcançou, aprofundando em algumas questões levantadas, e abrindo novas que se fizeram pertinentes ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa.

No primeiro tópico, a noção de coprodução com a comunidade será retomada, com foco nas pontes conceituais possibilitadas pelo seu debate, destacando a sua distinção em relação a coprodução com a natureza, bem como algumas de suas possíveis implicações que envolvem o destaque do seu sentido.

O segundo tópico irá explorar três tipologias de razões identificadas pelas quais se orientam processos de recampesinização.

Por fim, inspirados nos casos analisados e baseados na matriz orientadora do capítulo 3, serão discutidos os objetivos de cada tipo de circuito, sobretudo as possibilidades intrínsecas das formas autônomas de reprodução, explorando a ideia e a possibilidade de uma recampenização extensiva.

4.1. Por uma coprodução com a comunidade

A comunidade camponesa comporta o cerne de grande parte dos atributos do campesinato por excelência. É através da reafirmação da comunidade, segundo Ianni (1985), que está o seu verdadeiro caráter revolucionário, à frente mesmo do posicionamento explícito frontal contra o latifúndio, mercados, capital, governo, Estado etc. O autor enfatiza que

a comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado. [...] Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro (idem, ibidem: 115).

A projeção dos valores comunitários alavancados pelo campesinato foi entendida nessa tese enquanto desdobramento do fator de produção do trabalho familiar, chamadas dessa forma de *coprodução com a comunidade*. Esse termo — pouco estruturado para sua conceituação — tem seu alicerce na teoria da reciprocidade, sobre o comum na observação das sociedades camponesas e suas coalizões. A sua esfera de aplicação é — todavia — disforme, imprecisa e possui interseções com demais conceitos, em especial, como o próprio emprego do termo *coprodução com a natureza*. Este último, por exemplo, jamais ocorreria sem as trocas sociais próprias que envolvem os saberes tradicionais, manejo da terra, a dinâmica sinérgica entre o conjunto de agroecossistemas de uma mesma comunidade. Deixamos para este capítulo algumas reflexões que podem ajudar a posicionar conceitualmente a coprodução com a comunidade, agregando o sentido que pode prestar na leitura e análise sobre o campesinato, abrindo caminhos interpretativos, ou ensaiando pontes conceituais.

As primeiras inquietações já haviam iniciado desde os campos realizados do início do doutoramento quando, somadas com as impressões acumuladas durante a trajetória acadêmica, e imersões diversas da esfera da vida pessoal/profissional, trouxeram constantes questionamentos sobre o que seria o campesinato na observação empírica, bem como as zonas de litígio conceitual com outras categorias e segmentos da sociedade. Deslocando-me constantemente por espaços, comunidades, centros, periferias, e observando atentamente expressões populares subjetivas, passei a considerar as proximidades de expressões entre os mundos urbanos e rurais em detrimento da ênfase de suas diferenças. Essas expressões —

definitivamente diferentes em seu cerne — foram, em grande parte do tempo, objeto de pesquisa do processo de doutoramento.

Ao mergulhar no debate sobre a produção dos espaços urbano e rural, atravessando as discussões sobre a relação campo-cidade, seja na perspectiva de sua dicotomia ou na superação do pensamento dual, entendi a necessidade de delimitar o campo de análise a grupos sociais mais específicos. A evolução da pesquisa me direcionou novamente ao campesinato, mas dessa vez com o intuito de explorar suas formas de expressão ressignificadas no século XXI, e a persistência do modo de vida camponesa em tempos de pleno curso da globalização neoliberal. Essas obras impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa, dando margem à perspectiva dos circuitos camponeses. Por outro lado, ainda deixavam uma lacuna incômoda entre prática e teoria: como interpretar as semelhanças de expressão, organização e reprodução de grupos populares urbanos com aqueles descritos para o campesinato por excelência?

Apesar de não compor o quadro de hipóteses da pesquisa central, busquei revisitar a obra de Milton Santos — *O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* — na qual o circuito inferior da economia urbana é conceituado. Ao debruçar na teorização desse circuito, deparei com elementos que poderiam ser aprofundados para constituir pontes explicativas e conceituais com o campesinato. Destacou-se, entre esses elementos, os fatores relativos ao trabalho familiar e às relações sociais operadas na estrutura da reciprocidade. Uma breve apresentação desse ensaio se encontra nos itens 4.1.1 e 4.1.2.

No início da obra, Santos (2008) inclui uma advertência importante e pontua o descarte de qualquer possibilidade de a origem do circuito inferior ser resultado de um processo de ruralização das cidades do terceiro mundo. O autor atribui essa consideração inteiramente às conclusões de Leeds & Leeds (1978), obra que contraditoriamente refuta a ruralização nos espaços urbanos, mas reconhece a perpetuação de formas camponesas na cidade.

Por outro lado, McGee (1979), autor com o qual Santos (2008) dialoga continuamente, discute sobre formas interpretativas do circuito inferior — que chamou de *proto-proletariado*. Para McGee (1979), o proto-proletariado, e as formas de

reprodução pelo trabalho familiar em atividades urbanas, podem ser entendidas e explicadas a partir do conceito de campesinato.

Esse debate, que irá eventualmente identificar possíveis conexões conceituais e explicativas da reprodução de formas camponesas em atividades urbanas, tem o objetivo de destacar a coprodução com a comunidade como desdobramento do trabalho familiar enquanto fator de produção e sua persistência para além do campesinato. Por fim, no item 4.1.3. há uma breve exposição de um circuito camponês e um circuito inferior, a partir dos quais busquei identificar possíveis aplicações da interconexão conceitual. Afastado de qualquer pretensão conclusiva, este último item se apresenta somente enquanto levantamento de problemas teóricos.

4.1.1. Circuito inferior

A teoria dos dois circuitos da economia foi elaborada por Santos (2008) na década de 1970 na busca por um entendimento dos efeitos da modernização na periferia do sistema capitalista, e a crescente urbanização nos países periféricos, diante das grandes lacunas que as teorias importadas dos países centrais deixavam em tentativa de operacionalização por meio do entendimento empírico. Conforme Sposito (2000:52 apud MONTENEGRO, 2012) é “uma abordagem principalmente a partir de e para os países subdesenvolvidos”. Foi também um contraponto à análise dualista (setor moderno e tradicional) — muito difundida para explicar fenômenos de intensa desigualdade no processo de urbanização dos países periféricos a partir da segunda metade do século XX. O baixo poder explicativo das teorias e conceitos como *primazia urbana*, *over urbanization*, e *cidade pré-industrial* — desenvolvidas por Redfield e Singer (1954), Sjoberg (1960) e Hoselitz (1960), além do modelo etapista proposto por Rostow (1954) — mostraram a necessidade de um conhecimento efetivo sobre os processos específicos do Terceiro Mundo (MONTENEGRO, 2012).

Diferente dos países centrais, os países de *Terceiro Mundo* passaram por uma urbanização intensa e duradoura. A baixa capacidade de absorção de mão de obra pela indústria — crescente nas metrópoles — levou a uma forte “crise do emprego” ao mesmo tempo em que levou grande parte deste contingente populacional para atividades urbanas de baixa produtividade (MCGEE, 1977). As grandes cidades dos países periféricos tomaram grandes proporções entre 1960 e 1970, o que não foi acompanhado pela universalização de bens e serviços, gerando disparidades no

acesso aos equipamentos e serviços de consumo coletivo para população pobre, e consequente desigualdade extrema (MONTENEGRO, 2012).

A visão dualista, que fomentava o uso do termo *informal* em contraponto ao *formal*, ou capitalista e não capitalista é criticado por Santos (2008) uma vez que associa equivocadamente a noção de informalidade à ideia de ineficácia, pouco produtiva, e irracional. Critica também as análises geográficas que enfatizam o circuito superior e acabam por considerá-lo como a totalidade da cidade. Da mesma forma, é importante frisar, estes circuitos não são reprodução do mesmo viés que se chama de cidade formal e informal no planejamento urbano, em que a primeira se refere à cidade atendida por bens e serviços e a segunda a favelas e outras áreas marginalizadas, caracterizadas como de urbanização precária, como apontou Maricato (2000). Santos (2008) entende que o circuito superior pode ser observado em favelas e periferias, tal como o inferior se está presente em centros de grandes metrópoles. O autor deixa claro que não há oposição entre favela e centro, mas oposição entre os circuitos inferior e superior.

A teoria dos dois circuitos é formulada para mostrar que os dois circuitos coexistem na realidade urbana dos países subdesenvolvidos, na qual o superior é formado por atividades com tecnologia moderna e o inferior adota tecnologias não modernas, sejam recentes ou passadas. A distinção destes subsistemas está no grau de tecnologia, capital e organização, sendo sua presença mais intensa no circuito superior e menos intensa no circuito inferior. Composto por bancos, comércio e indústria moderna e de exportação, e sustentado pelo capital, o circuito superior é resultado direto das modernizações que atingem o território. Já o circuito inferior é sustentado pelo trabalho intensivo e resultado do contato indireto com as modernizações, composto assim pelo varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão e voltado, sobretudo, ao consumo dos mais pobres (SANTOS, 2008:42).

Sobre a origem dos agentes do circuito inferior, o autor não especifica diretamente, senão quando se refere à

chegada maciça de migrantes vindos do campo, [que] acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio e uma multiplicidade de serviços de toda espécie.

Ao aprofundar a análise sobre trabalhadores autônomos do comércio e da indústria, Santos (2008:220-221) mostra que nas cidades, “atingidas pelo êxodo rural maciço, as rendas provêm em grande parte de outras atividades que não o salário”, e completa que “com a modernização, duas tendências, entre outras, se impõem. A economia concentra-se, ao mesmo tempo em que o êxodo rural se acentua”. Devido à baixa quantidade de empregos nas cidades, “a instalação em atividades de tamanho reduzido, por conta própria, torna-se uma solução”.

Infere-se, assim, que a constituição do circuito inferior seja em parte consequência da modernização conservadora do campo, responsável pelo processo violento de expulsão de camponeses posseiros, acarretando o êxodo rural (cerca de um terço da população brasileira migrou para os centros urbanos em menos de três décadas, sobretudo em 1960). Os efeitos evidenciados no processo de urbanização — principalmente nas grandes cidades, onde grande parte da população não tinha emprego — atingiram grande parte da população sem capital e com pouca qualificação, cujas relações de produção e consumo, na realidade, expressavam dinâmicas e racionalidades próprias. Uma multidão de pessoas desempregadas, mas ocupadas em atividades do circuito não-moderno, passou a exigir novas análises. Este fenômeno, observado em países subdesenvolvidos, mas em contexto socioeconômicos e culturais distintos, resultou, por um lado, em inspirações criativas, concertações sociais estabelecidas em escala local, mas, por outro lado, resultou na pauperização. Neste sentido, o circuito inferior revela uma outra lógica produtiva, pois “eis aí um mundo bem original, onde, na marcha dos negócios, [...], não se pode falar de desemprego sem deformar a realidade” (SANTOS, 2008:198).

4.1.2. Circuito Inferior e Campesinato: aproximações

Em um esforço de leitura comparativa, algumas características produtivas identificadas no circuito inferior — cujos atores sociais são chamados por Santos (2008) de artesãos — possuem certa similaridade com outros identificados no campesinato. A aproximação é mais evidente quando se analisa a autoexploração das unidades domésticas e produtivas camponesas e o trabalho intensivo, a verdadeira tecnologia do circuito não-moderno. O artesão, identificado como importante agente

do circuito inferior, por suas características de trabalho familiar na unidade doméstica, apresenta semelhanças, em muitos pontos, com as formas de organização e produção camponesa.

Estes artesãos, como mostra Santos (2008), não possuem capital para investimentos. A produção e venda em pequenas quantidades não reduz a importância desta atividade, que descentralizada e em conjunto, representa uma força econômica para as cidades. Afinal, “esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação” (idem, ibidem: 45).

Entre a diversidade de atividades e de formas de reprodução no circuito inferior, destacam-se aquelas do artesão. O artesanato — “quase sempre marcado pelo arcaísmo” (idem, ibidem: 198) — é uma atividade em geral herdada, cuja técnica é aprendida e praticada de modo tradicional, com um enorme emprego de criatividade e reaproveitamento de recursos, o que poderia ser definido, pela fórmula de Lavoisier “*nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...*”, o que faz contraponto com o “desperdício das economias ricas e modernas” (Santos, 2008:199). A produção industrial acarretou uma redução da atividade artesanal, o que modificou a organização e remuneração dos artesãos, e tornou essa atividade:

mais vulnerável no campo e nas pequenas cidades [...]. No meio urbano e sobretudo nas grandes cidades, o artesanato é melhor remunerado e, por outro lado, desempenha um papel complementar importante nas atividades modernas, incluindo a indústria (idem, ibidem: 211).

As fabricações artesanais identificadas são diversas — cerâmica, madeira, ferro, velas e, destacando-se, a produção têxtil. Santos (2008) não aprofundou na definição do que chama de *artesão*, contudo, indica seus critérios de definição na série de tópicos que segmentam sua análise deste tipo de trabalho e sua divisão organizacional. Afinal, o trabalho artesão se define pelos meios de produção e por uma divisão do trabalho pouco complexa frente ao que a indústria submete a sua força de trabalho. O trabalho manual, a habilidade e o conhecimento herdado e em desenvolvimento através de gerações, bem como a autonomia e o maior controle individual em todas — ou quase todas — etapas da cadeia produtiva, são características do trabalho do artesão. A extração ou reciclagem da matéria-prima, o trabalho empregado na sua transformação, e a venda direta — ou muito próxima do

consumidor final — são também os traços que definem esta atividade. São, pois, estas características que permitem colocar o artesão ao lado do camponês em termos de análise.

Marx (1998) mostrou que estes dois segmentos — artesão e camponês — merecem uma análise mais cuidadosa para entendê-los no sistema capitalista, visto que — grosseiramente falando — são donos dos próprios meios de produção, sem, contudo, extrair *mais-valor* de trabalhadores e tampouco ter renda pela propriedade da terra. Nesta relação, estes produtores ficam divididos em dois (dono do meio de produção e proletariado) “de maneira que, enquanto capitalista, emprega a si próprio como trabalhador assalariado” (idem, *ibidem*: 116).

Faz parte do circuito inferior uma massa de artesãos que coleta, transforma e comercializa produtos, que atravessam os setores da economia e possuem relativo controle da cadeia produtiva. Neste ponto, retomamos uma questão importante: em que medida estes artesãos, dos quais fala Santos (2008), são uma reprodução do modo de vida camponês nas cidades? Ora, as semelhanças entre estas duas categorias de trabalho são muitas, ao ponto de serem colocados lado a lado em análises estruturalistas, sociais, culturais etc. Mas nem por isso, artesãos e camponeses são a mesma coisa, e estes conceitos históricos tomaram rumos mais ou menos independentes diante das modernizações. Entretanto, entende-se que a categoria camponês — e mais especificamente, circuito camponês — explicam e desvendam minuciosidades da atividade artesã do circuito inferior.

Com base em resultados da avaliação sobre a expressão dos artesãos no circuito inferior, Santos (2008) mostra que grande parte da produção artesanal é feita em casa, o que ele considera uma forma de “fugir parcial ou totalmente dos impostos” (p. 211). Santos (2008), falando sobre a característica do *trabalho em casa*, observa que “é comum que o local de trabalho dos artesãos e o ponto de venda dos comerciantes sejam em sua habitação”, o que, em sua análise, “representa uma economia de tempo e de dinheiro e quase sempre constitui a única possibilidade de ter uma atividade econômica” (p. 217), o que permite outros trabalhos, no caso das mulheres, como o de costureira, lavadeira e mãe de família. Além disso, facilita também as relações com a vizinhança, pela facilidade de encontrar atendimento de serviços variados próximo à sua casa, não importa a hora.

Santos (2008) denomina de *emprego familiar* a mão de obra encarregada da produção artesanal, mostrando sua expressão no circuito inferior e a importância deste para a sobrevivência das pequenas empresas, pois “ele permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro. Apelar para assalariados tornaria a pequena empresa pouco competitiva e a obrigaria a pagar encargos sociais e impostos” (p. 219). Se por algum acaso ocorresse “a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência” (p. 219).

A viabilidade econômica do estabelecimento familiar e seu equilíbrio foi objeto de estudo de Chayanov (1974). Dentro de um complexo sistema conceitual, ele observou uma lógica específica do campesinato que difere do modelo capitalista. Moura (1986) explica os fundamentos do *cálculo camponês* de Chayanov (1974), no qual inexistente a variável *salário*, o que modifica a lógica de viabilidade do empreendimento. A autora faz uma comparação entre o empreendimento capitalista e o familiar, em que o primeiro está vulnerável ao preço final do produto produzido. Se abaixar ao ponto de não se poder ter rentabilidade o suficiente para gastos com material e salários, ficaria inviável.

Esta especificidade de empreendimentos familiares identificada por Chayanov (1974) é um ponto fundamental para identificarmos aproximações com o circuito inferior, especialmente em relação ao que Santos (2008) se refere como *trabalho intensivo*. O que chama atenção são as conexões do trabalho artesão do circuito inferior e as bases do que Woortmann (1990) considera primordial sobre a ordem moral da campesinidade: o trabalho familiar alocado no estabelecimento (que une a casa e a unidade produtiva). Se Santos (2008) considera isto como uma estratégia econômica do artesão, e Chayanov (1974) o entende como um ponto fundamental da economia camponesa, Woortmann (1990) compreende-o como o valor-família e sua subjetividade.

Até aqui, a breve leitura comparativa buscou mera listagem entre esses dois segmentos — campesinato e circuito inferior — em uma perspectiva da economia popular, apontando elementos que dialogam. Em vez de avançar neste ensaio por meio de uma análise autoral, busquei explorar nas entrelinhas da obra de Santos (2008) mais sustentação dessa aproximação.

4.1.3. Limites e avanços

A exposição das considerações trazidas a partir da leitura da obra de Santos (2008), revela possibilidades de ponto de partida para pesquisas mais direcionadas. Esta tese, como já explanado, não teve o objetivo de aprofundar nesse tema. Contudo, durante algumas buscas por evidências empíricas das hipóteses centrais a respeito dos circuitos camponeses, deparei com características desses circuitos que instigaram tentativas de análises comparativas mais atenciosas.

No mesmo espaço de circulação do circuito das Feiras Livres, analisado no capítulo 3, há uma tenda especializada em biscoitos e quitutes, cuja produção é, em parte, realizada pela família feirante (S.). No diagrama a seguir (Figura 39) está representado o circuito de S.

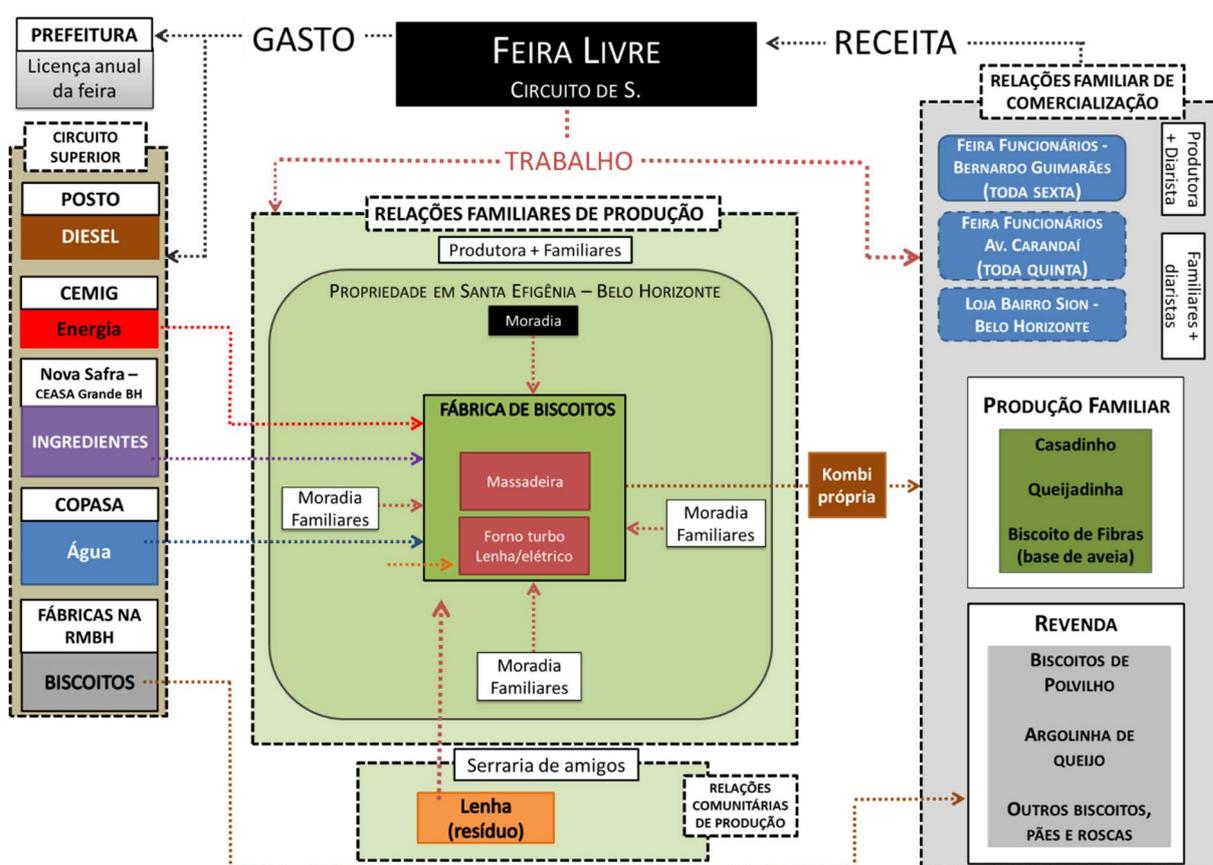


Figura 39 – Diagrama do circuito de S.
Elaboração: Costa, 2022.

A unidade produtiva, uma fábrica de biscoitos, faz parte de uma área comum em um estabelecimento, onde há três unidades domésticas diretamente ligadas à produção (há outras moradias de familiares no lote que não participam). O único

subsistema dessa unidade é a indústria doméstica, na qual há um forno à lenha. A principal energia do forno (lenha) é obtida pela doação de amigos de uma serraria próxima ao local. O trabalho familiar é central na organização produtiva, e as relações de reciprocidade imperam sobre as mercantis. Os membros da família expressam certa rejeição pelo trabalho “fichado”. Estabeleceram acordos informais de trabalho e divisão da renda obtida, e mantiveram a reprodução de receitas intergeracionais. As áreas de produção são comuns entre os moradores, e seu uso é mesclado com os de lazer da família (festas, cultos, visitas). A produção é voltada para o autoconsumo, vendas e doações para vizinhos. Inexiste qualquer atividade agrícola nessa unidade produtiva, na qual todos os ingredientes são comprados, transformados e embalados pela família e vendidos em feiras na cidade.

Portanto, o circuito de S. não possui elementos que possam inseri-lo na categoria de campesinato, senão pelo trabalho familiar e pelas relações comunitárias de produção. Cabe, no entanto, refletir sobre uma questão especulativa: se caso a família tivesse um subsistema agrícola na propriedade, quais outros elementos deveriam ser modificados para sua caracterização mais aproximada com a noção de campesinato? Quão significativa seria a presença desse subsistema para posicionar o circuito enquanto camponês? Em uma análise sobre o campesinato designadamente em seus vieses produtivos, a valorização das semelhanças pode revelar importantes atributos de análise em detrimento das diferenças mais evidentes.

Em outro campo, realizado no Alto Jequitinhonha, uma unidade produtiva camponesa em uma comunidade rural de Turmalina apresentava evidentemente elementos próprios do campesinato: estabelecimento com trabalho familiar, organizado em uma comunidade, com produção agrícola agrobiodiversa, da qual se retirava o provimento de seus membros e se produzia farinha, para comercialização na feira livre etc. Em uma análise focada nos subsistemas do agroecossistema, observou-se que a tenda de farinha — uma indústria doméstica — é alimentada por lenha extraída da propriedade, mas o ingrediente principal da produção — o milho — é adquirido em uma revendedora local de grãos de milho provenientes do estado do Mato Grosso. Segundo a agricultora, a produção própria de milho não era capaz de abastecer a tenda, contudo, considerava rentável a compra de insumos para beneficiamento e venda de farinha nas feiras. Em ambos os casos, a tenda de farinha e a fábrica de biscoitos expressam a mesma configuração produtiva: trabalho familiar,

compra de insumos para beneficiamento e acesso livre à madeira: o primeiro pelo acesso direto à natureza (bosque na propriedade) e o outro pelo acesso via comunidade (doação).

As diferenças evidentes entre os dois circuitos brevemente apresentados não excluem o importante papel que cumprem o trabalho familiar e as relações comunitárias. Esses fatores de produção, como já foi vastamente debatido, estão imbricados nas formas camponesas de fazer agricultura, como é visto na comunidade em Turmalina. Entretanto, pode-se observar os mesmos fatores presentes na reprodução do circuito inferior, como conferido na fábrica de biscoitos. Para o segundo caso, ainda que não seja possível afirmar que faça parte dos mecanismos de produção, as estruturas de reciprocidade, trocas sociais, as relações de dádiva/dívida, são estratégicas para manutenção do circuito.

Quanto à fábrica de biscoitos de S., sem atentar para maiores rigores conceituais, poderia ser um circuito camponês sem acesso à natureza, portanto sem o fator da coprodução com a natureza. No entanto, a comunidade cumpre parte dessa lacuna, dando acesso ao principal recurso energético. Enfim, as trocas de reciprocidade, como um mecanismo operacional, pode ser um elo de conexão teórica e prática entre os circuitos camponeses e o circuito inferior da economia urbana.

4.2. Recampesinização e suas razões

O tema de recampesinização, ainda que pouco explorado nos primeiros capítulos, orientou em grande parte o desenvolvimento da pesquisa. O processo contínuo de campesinização atravessa todas as hipóteses levantadas nesta tese. Para revisar brevemente o termo, a recampesinização, nas considerações de Ploeg (2008) e a campesinização, como colocado por Mendras (1978), são processos de (re)conversão em camponeses. O emprego desses conceitos atravessa uma polêmica sobre o campesinato, ou seja, que camponeses existem e não são resíduos do processo histórico; e que o campesinato persiste e se reproduz.

Para Ploeg (2008), no contexto macroeconômico do século XXI, a recampesinização ocorre de duas formas: a quantitativa, quando há a conversão de pessoas ocupadas em outros setores da economia (ocupações laborais tipicamente urbanas), e a qualitativa, quando agricultores empresariais se convertem em camponeses. Sobre o primeiro processo se deve mencionar, como fez o autor, a

reforma agrária, sendo o caso brasileiro e o papel do MST e demais movimentos sociais pela luta da questão fundiária apontados diretamente pelo autor. O segundo processo se deve à conversão ocasionada pela construção de circuitos mais autônomos de agricultores, antes captados e organizados pelo mercado. Nesse sentido, a recampesinização como um todo se traduz na formação de *mais camponeses mais camponês*.

Esta pesquisa identificou que o processo de recampesinização é um processo contínuo, pois está imbricado na própria dinâmica do campesinato, sendo a contraforça das tensões do sistema hegemônico. Assim, como uma brincadeira de cabo de guerra, na qual o movimento é resultado da diferença do esforço empregado em cada lado, que puxa a seu favor, podemos comparar figuradamente as tensões do campesinato e o sistema hegemônico. Se tensionada à mesma quantidade de força para ambos os lados, quem observa de fora tem impressão de que não há sequer tensão, pois o cabo se mantém estático. Na sequência do raciocínio metafórico, o uso da força é uma das maneiras mais óbvias de se puxar o cabo ao seu favor, mas, contra a evidente força desproporcional de um dos lados, existem estratégias sutis para vencer o oponente. Existem movimentos específicos, ordenados, com cedidas abruptas e imprevisíveis, que podem fazer o outro lado se desequilibrar, buscando de alguma forma a equiparação ou até mesmo o deslocamento a favor do lado dos mais fracos⁶. A recampesinização, nesse sentido, é um processo responsável pela persistência do campesinato, sem o qual, o processo se daria no sentido oposto, ou seja, em direção à descampesinização. Agora, afastado do sentido figurado, essa verdadeira luta não ocorre de forma linear, simples, diretamente, com dois lados opostos definidos ou em disputa objetiva. O cenário de conflito é demasiadamente complexo, e realizado em inúmeras esferas do âmbito econômico, político, social etc. e tem possibilitado poucas alternativas aos grupos contra-hegemônicos.

Nesta pesquisa, foram identificados alguns mecanismos de recampesinização, chamados de coprodução, com a natureza e com a comunidade, pelos quais são criados meios estratégicos, sutis ou não, para sua intensificação em detrimento do

⁶ Em referência direta ao nome do clássico “A Arma dos Fracos”, de Jim Scott. Livro que relata as estratégias sutis de camponeses indianos contra ações repressoras. Fenômeno identificado em comunidades camponesas em outras partes do mundo. Para ver mais: SCOTT, J. Weapons of the Weak: Everyday forms of peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 13, n. 2, p. 5-35, 1986.

emprego de capital. A intensificação da coprodução, neste sentido, se traduz na conquista — mesmo que *sempre* mais ou menos parcial — da autonomia. As análises das evidências empíricas, ainda que restritas, corroboraram as hipóteses, revelando em parte as diversas formas de composição, arranjos, concertações que envolvem manejo da natureza e trocas de reciprocidade na viabilização de circuitos camponeses, e suas intensificações. As lacunas metodológicas não permitiram uma análise plena para mais avanços da hipótese levantada sobre o provável *equilíbrio* entre coprodução e emprego de capital, avaliando de forma mais precisa a compensação de um na ausência de outro. Essas evidências coletadas, contudo, possibilitaram o ensaio da identificação de formas distintas de intensificação (das coproduções ou do capital), às quais categorizamos como *razões* pelas quais se orientam.

Esta análise se limitará às três razões identificadas nas evidências pesquisadas no capítulo três, e foi inspirada em conceitos trazidos por Quijano (1988) e suas aplicações no contexto brasileiro feitas por Little (2002). Dessa maneira, são pontuadas as razões (i) instrumental; (ii) histórica, e (iii) mercadológica — sendo a última uma proposta genuína, desvinculada das obras citadas.

4.2.1. Razão instrumental

Quijano (1988), ao discutir sobre a lógica dualista de propriedades públicas e privadas na América Latina, sobretudo às formas de organização e distribuição fundiária, compreendeu que são conceitos que não correspondem às necessidades dos diversos segmentos da sociedade, e tampouco à realidade cotidiana. A razão instrumental tem sua forma expressa em leis e decretos que definem a titularidade e direito de uso da terra, seja pela gestão estatal ou propriedade privada, e submetidas ao controle e planejamento (LITTLE, 2002). O autor ilustra o conceito dissertando sobre a criação de Unidades de Conservação (UCs): uma área com certo grau de preservação natural, e razoavelmente ocupada por grupos étnicos (sejam indígenas, quilombolas, caiçaras etc.), ao se tornar objeto para implantação de alguma UC, é alvo da instrumentalização de seus elementos, atingindo diretamente seus aspectos socioambientais e causando — controversamente — profundo impacto no local (DAYRELL, 2012; COSTA, 2005). Os habitantes da área são transformados em “populações residentes”, cujo destino parte de uma decisão burocrática de

tecnocratas, que podem optar pela remoção de comunidades inteiras em prol da preservação ambiental. Ainda segundo o autor, o impulsionamento para criação de UCs está diretamente atrelado à dinamização econômica guiada pelo sistema hegemônico à medida que se avança em terras até então não integradas ao comércio globalizado. Uma das manifestações desse processo é a imposição da dicotomia no espaço ocidental da exploração *versus* preservação em detrimento da diversidade de formas alternativas de relação de trocas com a natureza.

A razão instrumental, de modo geral, está submetida à disputa de interesses pelos detentores do poder, uma vez que a estrutura burocrática segue historicamente sob o comando das elites. Para o autor a concepção sobre privado-público é, na realidade, “duas caras da mesma razão instrumental, cada uma encobrindo a dos agentes sociais que competem pelo lugar de controle do capital e do poder: a burguesia e a burocracia” (idem, *ibidem*: 24). Por esse motivo, a razão instrumental é o conjunto de ideologias e ferramentas que refletem diretamente nas esferas políticas, sociais, econômicas e ambientais para fins de marginalização, controle, despossessão etc. Contraditoriamente, algumas de suas ferramentas, ou lacunas no ponto de vista das elites, abrem possibilidades de luta e resistência de grupos marginalizados.

Esses grupos marginalizados — ou como nomeado por Esteva (2000) “as novas comunidades” —, em vez de lutarem contra a invasão da economia urbana-industrial em suas vidas como forma de destruí-la, “imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social. Criaram assim [...] novos espaços coletivos que lhes permitem viver segundo seus próprios termos” (ESTEVA, 2000: 77).

As ações diretas de fomento à reforma agrária são exemplos dessas formas de luta através da razão instrumental. As ocupações de terras que não cumprem a função social, como ocorre no acampamento Maria da Conceição, são legitimadas pela base de leis nacionais (em destaque a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993) e internacionais, como a Declaração dos Direitos dos Camponeses (de 7 de dezembro de 2018). Os moradores do acampamento vivem continuamente sob o risco de serem expulsos por um conjunto de leis e ordens judiciais legitimadas pelo mesmo Estado, o mesmo que condicionou algum amparo dos sem-terra em certa medida.

O conjunto de ferramentas legais, jurídicas, burocráticas e ideológicas que constituem o campo de batalha política pelos diversos interesses da sociedade são, sobretudo, um aparato legitimador de dominação pelas elites, cujas “brechas”, geralmente conquistadas por ferramentas democráticas, possibilitam um ou outro meio de enfrentamento do sistema hegemônico. Little (2002) analisando a razão instrumental enquanto forma de promoção da reforma agrária, considera que não tem sido uma via tão eficaz de acesso à terra por movimentos sociais se comparado com a razão histórica, que será apresentada mais adiante.

A recampesinização pela razão instrumental seria, portanto, fruto da luta pelo acesso à terra através dos aparatos legais, seja enquanto processo, seja enquanto conquista. Isto é, os moradores acampamento Maria da Conceição almejam a conquista da terra, que ocorre com a desapropriação e seguido do assentamento das famílias. Atualmente, esse circuito camponês é viabilizado somente pela ação direta de ocupação cujo futuro é objeto de disputa, sem qualquer garantia de sua permanência. Moradores do acampamento Maria da Conceição temem provável ação de reintegração de posse à medida que os processos judiciais forem retomados com o declínio dos decretos de situação de emergência relativos à pandemia, que suspenderam as reintegrações.

A profunda contaminação do aparato estatal por interesses privados das elites para promover a acumulação de capital é uma característica fundante do neoliberalismo (HARVEY, 2008). Assim, de encontro à consideração de Little (2002), a razão instrumental em si não seria ineficaz se as ferramentas legais fossem empregadas pela verdadeira *razão* de existirem: promoção da justiça social, democracia e a qualidade de vida da população. Deve-se considerar que através da razão instrumental, sobretudo a partir da redemocratização do Brasil, houve um avanço no programa de reforma agrária (MATTEI, 2012), fato vivenciado por 1,2 milhões de famílias que receberam terras através de Projetos de Assentamento entre 1984 e 2010.

A recampesinização, neste sentido, ocorre pelo acesso à terra enquanto ocupação (acampamentos) ou assentamentos. O acesso à terra é a primeira condição para formação dos circuitos camponeses, que será transformada em uma unidade produtiva, manejando o agroecossistemas e originando a coprodução com a natureza, através do enfrentamento do ambiente hostil e guiando o ecossistema para o acúmulo

de capital ecológico e circulação dos resultados da produção (PLOEG, 2008). O processo de acesso à terra pela razão instrumental para originar circuitos camponeses é viabilizado somente com ação coletiva, com soma de lutas em diferentes escalas políticas — local, regional, nacional (ou até mesmo internacional) — e articulação, próprias do emprego de capital social, originando assim a coprodução com a comunidade.

4.2.2. Razão histórica

A razão histórica possui um arcabouço de estratégias, ferramentas, e constituição, de modo geral, bem peculiares. Em contraposição à razão instrumental, embora subordinada a ela, Quijano (1988) identifica sua forte presença entre os povos marginalizados pelos sistemas atuais de poder e agindo “contra o poder existente” (idem, *ibidem*:17). Little (2002) associa a razão histórica aos povos tradicionais, categoria que remete ao conjunto diverso de grupos étnicos que ocupam territórios em todas as regiões brasileiras. Para além dos povos originários pré-coloniais, há vastas expressões territoriais que, segundo o autor, são caracterizadas por uma unidade identitária, pela manutenção de uma memória coletiva em comum, e partilha de bens da natureza. São abrangidos, assim, etnias indígenas, ribeirinhos, posseiros, camponeses, seringueiros, quilombolas, caiçaras, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, geraizeiros, catadores de castanha do Pará, quebradeiras do coco de babaçu, catadoras de sempre-vivas, e demais grupos nomeados ou não.

A razão histórica parte da reivindicação da proteção do território imaterial do campesinato “caracterizado pelos saberes, valores e cultura camponesa acumulados há 10.000 anos, desde a época neolítica, levando consigo a herança agrária milenar” (MAZOYER e ROUDART, 1998, citado por FELÍCIO, 2010: 28) legitimado pela reprodução histórica da comunidade, como também no período mais recente (como ocorreu com alguns grupos indígenas e quilombolas reassentados). A razão instrumental, nesse caso, é um meio pelo qual a razão histórica pode ser formalizada, o que foi possibilitado com avanço de leis pós-democratização (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 1989).

Moça Santa é um complexo de comunidades quilombolas inseridas no município de Chapada do Norte. Na Figura 40 observa-se que esse município em

conjunto com outros vizinhos (Minas Novas, Turmalina, Berilo, Francisco Badaró, e outros) se constitui como importante núcleo de comunidades quilombolas.

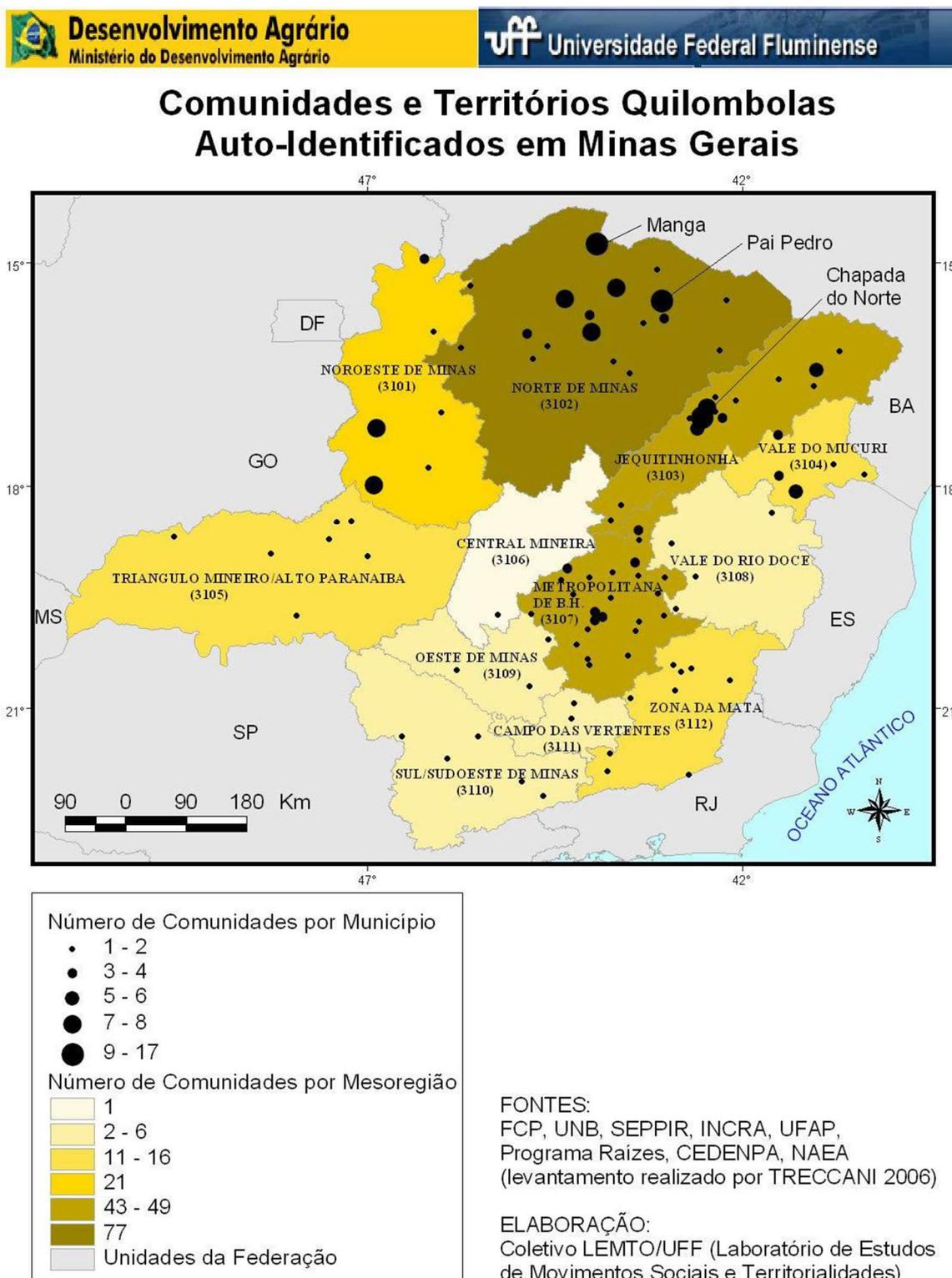


Figura 40 – Mapa de ocorrência de comunidades quilombolas declaradas em Minas Gerais. Fonte: UFF, 2015.

A recampesinização pela razão histórica se assemelha à razão instrumental na medida em que a primeira vem se fortalecendo com aparatos legais (Artigo 68 da Constituição Brasileira, Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e outros), que fundamentou reconhecimento de Moça Santa, em 2006) enquanto comunidade quilombola, dando aos moradores a titularidade da terra. Entretanto, a recampesinização pela razão histórica atravessa a “longa marcha do campesinato brasileiro”, em referência direta ao nome da obra de Oliveira (2001), que resgata a luta histórica pela terra e pela preservação dos modos de vida. Desde a invasão europeia até a história recente, os conflitos pela disputa de território são marcados pela opressão violenta pelo domínio e concentração de terra. A exemplo, durante os primeiros anos da República, a Guerra de Canudos foi um episódio entre muitos outros que mostrou o violento conflito direto entre exército brasileiro e camponeses que reivindicavam reparações fundiárias.

Dessa forma, a recampesinização pela razão histórica se deve, inicialmente, à luta constante pela preservação dos territórios e dos modos de vida tradicionais contra o contínuo processo de “colonização” do espaço brasileiro. Os métodos para resistir — seja pela luta armada, pela fuga, por coalizões, pela via institucional, etc. — dependem das circunstâncias de cada período histórico, contexto geográfico, corrente ideológica dominante e cenário político. A recampesinização pela razão histórica vai além, transcendendo formas de coproduzir com a comunidade e com a natureza. Inclui-se, nesse processo, a defesa do patrimônio natural dos quais partilham e necessitam para reprodução. Nesse sentido, a corrente do socioambientalismo tem um importante papel na pesquisa, divulgação, e conquista de direitos dos povos tradicionais (SANTILLI, 2005) para inserção de uma lógica não-ocidental na estrutura da razão instrumental. É responsável, também, como importante defesa contra a privatização dos recursos naturais, sobretudo neste período de forte avanço ordenado pelo neoliberalismo, sendo considerados por Harvey (2004) como movimentos contra a acumulação por espoliação.

4.2.3. Razão mercadológica

A razão mercadológica, diferente das primeiras apresentadas e conceituadas por Quijano (1988) e Little (2002), é a lógica de recampesinização identificadas nos circuitos dos feirantes da RMBH. Esses circuitos, grosso modo, são motivados

majoritariamente pela proximidade de mercados consumidores. Se os demais circuitos analisados, do acampamento Maria da Conceição, e da comunidade de Moça Santa, correspondem, respectivamente, à luta pelo acesso à terra e à manutenção dos modos de vida quilombola os espaços de produção dos feirantes da RMBH são condicionados pela grande densidade demográfica e dinâmica econômica da metrópole belorizontina e às políticas de abastecimento desse grande contingente populacional.

Ainda que cada circuito analisado tenha origens relacionadas ao trama específico da vida de cada família agricultora, a principal lógica que rege esses circuitos está intimamente atrelada à razão do mercado. Isso não significa que a circulação da produção esteja submetida à ordem mercadológica, ou que os mercados organizem os espaços produtivos. Os termos da razão mercadológica condizem à forma que a recampesinização se dá. Mesmo que limitado às evidências coletadas e analisadas no capítulo 3, um breve apontamento pode dar pistas para essa correlação. Alguns aspectos identificados relativos às formas de coprodução indicam que a razão mercadológica se afirma ao se diferenciar das razões instrumentais e históricas.

A produção de alimentos orgânicos no circuito de M.F., da feira de Orgânicos tem uma circulação limitada a um mercado de nichos, com relativo baixo número de consumidores dispostos a pagarem preços mais altos pela qualidade. Se isso, por um lado, preserva o espaço de produção das ordens de um mercado em rede — no qual o mercado organiza e especifica a produção — a alta rentabilidade criada pela proximidade desse mercado consumidor singular possibilita o pagamento de salários para funcionários. A ausência da coprodução com a comunidade, nesse sentido, é compensada pelo emprego de capital, em detrimento das trocas recíprocas e do capital social.

O circuito de G., da Feira Direto da Roça revela que os investimentos na unidade produtiva estão intimamente ligados a retornos financeiros. O fluxo de produtos para circulação exige a reposição química de fertilidade no solo, fato que catalisa a coprodução com a natureza. Ainda que as relações de parentesco e amizades já haviam sido previamente estabelecidas, a Associação Direto da Roça foi formada exclusivamente por meio das burocracias relativas à política de abastecimento.

O espaço de produção do circuito de M., da Feira Livre, além de ser organizado pelo mercado (dado a especialização da sua produção), vive sob pressão dos próprios familiares que almejam lotear e vender parte do terreno. Sobre a mão de obra do circuito, não há projeção de sucessão geracional, uma vez que os familiares mais novos não pretendem seguir no ramo da agricultura, preferindo o trabalho em outros setores. Esse circuito, ao que tudo indica, se encontra em processo de descampesinização. Dessa forma, a razão mercadológica conduz os processos de recampesinização sob a ordem do mercantil, estreitando as possibilidades da família produtora às leis de mercado.

A rigor, as razões pelos tipos de recampesinização em todos os casos analisados expressam, de certa forma e em alguma medida todos os tipos de razões. Logo, essas classificações visam levantar perspectivas interpretativas, sem o objetivo de enquadramento modelos rígidos.

4.3. Recampesinização extensiva

O último tópico dessas considerações finais é dedicado à complementação da matriz que orientou a caracterização dos circuitos analisados no capítulo 3. O intenção é, ainda inspirado na matriz original de Ploeg (2008), completar o quadro com um último elemento: os objetivos de cada tipo de circuito (Quadro 15).

Entende-se como *objetivo* a orientação de cada circuito para a direção que se projeta alcançar — mesmo que inconscientemente — na plenitude de sua reprodução. Para defini-los, foram considerados os dados coletados nos estudos de caso em seus aspectos objetivos e subjetivos. Foram considerados também estudos disponíveis na literatura que investigaram diferentes tipos de organização da agricultura manejada por trabalho familiar e sua finalidade, em especial Lamarche (1993) e Ploeg (2006, 2008, 2009). Ainda que a matriz tenha sido alterada em sua estrutura, os resultados da reflexão sobre os objetivos de cada circuito corroboraram, em grande parte, o que foi apresentado por Ploeg (2008).

Dessa forma, o objetivo da agricultura capitalista homogeneizada — ou produção capitalista de mercadoria, como seria a categorização equivalente proposta pelo autor — é a produção da mais-valia. Esse tipo de circuito, que não foi objeto específico de estudo na tese, usufrui da rentabilidade e liquidez do ramo agropecuário

para obter lucros, intensificando a produção quase exclusivamente pelo emprego de capital (insumos, terra, capitalização).

O Quadro 15 apresenta os circuitos — camponeses e capitalista — com seus fatores de produção, circulação e objetivos.

Quadro 15 – Matriz orientadora dos circuitos camponeses e capitalista.

Circuitos	Camponeses			Capitalista
	Autônomos	Integrados	Dependentes	Homogeneizados
Circulação da Produção	Mais para autoconsumo	Para autoconsumo e mercado	Mais para mercado	Só mercado
Coprodução com a natureza	Coprodutora	Catalisada	Explorada	Explorada e Artificializada
Coprodução com a comunidade	Trocas recíprocas	Trocas recíprocas monetárias	Trocas monetárias	Patronal
Objetivos	Recampesinização extensiva	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Elaboração: Costa, 2022

O objetivo do circuito camponês dependente é voltado mais para os mercados, no qual as relações de trabalho são monetizadas e a natureza é explorada. Os gastos com mão de obra e insumos externos são custeados pelo retorno obtido com a circulação da produção nos mercados, em um ciclo de dependência. Um dos desafios desse circuito é alcançar a maior diferença entre gastos com a produção e a venda dos resultados agrícolas, obtendo a maior renda possível. Nesse sentido, o objetivo desse circuito identifica-se diretamente com o objetivo da produção simples de mercadoria colocado por Ploeg (2008), sendo, portanto, a geração de renda. O circuito das Feiras Livres, que apresentou forte inclinação para a caracterização enquanto dependente, indicou, através de relatos de M., a renda como principal motivo de manutenção. Esse fato ficou mais evidente quando a rentabilidade do espaço de produção foi continuamente questionada por familiares, incluindo o espaço da agricultura, considerado outros tipos de uso para obtenção de mais renda.

Os circuitos integrados têm a circulação da produção mais ou menos equilibrada entre autoconsumo e mercado, no qual a natureza é catalisada com

inserção de alguns insumos externos, ainda que haja acúmulo e reprodução de capital ecológico no agroecossistema. As relações de trabalho se confundem entre trocas monetárias ou não, mas ambas estão intensamente imbricadas nas estruturas de reciprocidade. A integração aos mercados, seja a montante ou a jusante de sua cadeia produtiva, é um reflexo das estratégias de sobrevivência, através das quais se transforma os resultados da produção em dinheiro para provimento da família. Outras estratégias — não menos importantes — que visam a viabilidade do circuito e, portanto, a sobrevivência, passam pela realização de trocas não monetárias. Nesse aspecto, as coproduções com a natureza e com a comunidade têm o importante papel de operacionalização de circuitos, cuja ausência o inviabilizaria, senão pela opção de emprego de capital. Dessa forma, e em sintonia com os resultados de Ploeg (2008), os circuitos integrados, ou pequena produção de mercadoria, nos termos do autor, têm a sobrevivência como objetivo principal. Os circuitos do Direto da Roça e da Feira de Orgânicos revelam traços que sustentam essa colocação. Se no primeiro a organização comunitária em associação, as decisões coletivas, e o emprego do trabalho comum viabilizam o acesso aos mercados altamente dinâmicos da metrópole, no segundo, a manutenção das práticas agroecológicas para produção de alimentos rigorosamente orgânicos atraem consumidores de um nicho específico. Em ambos os casos, há um rico e complexo sistema de saberes acumulados e de manutenção de trocas sociais e com a natureza que competem a um conjunto de sentidos objetivos e subjetivos.

Os circuitos camponeses autônomos, em geral, priorizam a destinação da produção para o autoconsumo (para própria família ou comunidade), com alguma integração aos mercados locais, manejam o agroecossistema enquanto um coprodutor, com grande acúmulo e reprodução de capital ecológico, e cativam trocas recíprocas com a comunidade para reprodução da força de trabalho. Na mesma sequência lógica comparativa, Ploeg (2008) considerou que, quando os resultados da produção, os outros recursos (relativos aos insumos do agroecossistema), e a força de trabalho *não* são mercadorias, esse tipo de produção é doméstica. Nesse sentido, não há produção (ou consumo) de mercadoria. Para este caso, o autor entende que o objetivo desse tipo de produção é o autoabastecimento. Nesses termos, além desse propósito intrínseco aos circuitos camponeses autônomos, compreendemos que seu objetivo ultrapassa o objetivo de somente se realizar.

Os circuitos do Acampamento Maria da Conceição e da Comunidade Quilombola de Moça Santa revelam objetivos que extrapolam a reprodução da própria existência, pois manifestam ações, movimentos, ambições, lutas etc. explícitos ou implícitos. Essas ambições revelam dupla face: individual, pois visam a manutenção do próprio modo de vida, e a coletiva, pois almejam a transformação social, com valores de justiça e equilíbrio ecológico. A primeira face que pode ser atribuída, grosso modo, a todos demais circuitos, não anula a forte presença da segunda, ao contrário, a ela se soma.

Ao considerar apenas a face individual, as operacionalizações da coprodução com a natureza e com a comunidade, que viabilizam circuitos autônomos, geram efeitos de grande valor social e ambiental. Como afirmou Ianni (1985), o movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Envolve também, mesmo que aquela seja a reivindicação principal, a cultura, religião, língua ou dialeto, etnia, raça... Portanto, é, segundo o autor, uma “luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho” (idem, *ibidem*: 113). A estrutura construída e mantida pela reprodução desses sistemas é um movimento que vai de encontro às principais razões das crises humanitárias aprofundadas no séc. XXI.

A face coletiva expressa aquilo que reside no cerne da recampesinização pela razão histórica, e atravessa a razão instrumental, pois a luta pela perpetuação se expande às outras esferas da sociedade. O movimento internacional dos camponeses — La Vía Campesina — articulado com diversos outros movimentos no âmbito nacional de países da África, Américas do Sul, Central e Norte, regiões asiáticas e Europa, conquistaram em 17 de dezembro de 2018 a formalização da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais.

Com 28 artigos — com alguns em vigor desde o ano de publicação —, são definidas obrigações dos Estados-Membros em defesa e fomento aos camponeses, direitos específicos para os camponeses, e rigidez contra ações que atingem o pleno gozo dos direitos dos camponeses. Ainda que direcionados ao campesinato em nível global e as especificidades do seu modo de vida em suas diversas configurações, a Declaração atende de forma direta e indireta à vida humana e suas mais diversas formas de existência. Inicialmente, a declaração atende aos camponeses, e outros trabalhadores de áreas rurais, incluindo diferentes formas de regime, como os

contratados, migrantes sazonais, nômades etc. Estabelece também, como se vê no artigo 2º, conexões sinérgicas com a declaração dos povos indígenas. O artigo 4º, por exemplo, visa a erradicação da discriminação contra a mulher e o direito de participação em todas as formas de tomada de decisão. O artigo 13º tem um forte significado para o campesinato, sobretudo por sua característica relativa ao trabalho familiar, pois visa proteção à criança, buscando rigidez contra o trabalho infantil ao mesmo tempo que estabelece o direito à assistência social para erradicar a pobreza rural. O artigo 14º, trata da proteção contra exploração, incluindo exploração sexual, e contra a exposição dos camponeses a substâncias químicas, como agrotóxicos e outros poluentes agrícolas.

O artigo 5º dá o direito de uso de forma sustentável aos recursos naturais vitais para reprodução das comunidades camponesas, sendo que os Estados devem tomar medidas contra qualquer exploração que afete esses recursos, exigindo legislação para avaliação de impactos ambientais e sociais, consultas e modalidades de compartilhamento e divisão dos benefícios. A preocupação com a sustentabilidade aparece novamente nos artigos 18º, 20º e 21º, que visam, respectivamente, garantir o direito: (i) à proteção ambiental e rigidez no combate às alterações climáticas (incluindo o uso de práticas e conhecimentos tradicionais); (ii) à proteção da biodiversidade e rigidez contra violações relativas às modificações genéticas; (iii) e direito à água, ao seu acesso, e à manutenção ou reparação de sua qualidade, com participação na gestão das bacias hidrográficas, e impedimento que terceiros prejudiquem o gozo do direito à água. O artigo 25º também se refere ao tema, garantindo o direito à formação adequada e adaptada aos ambientes agroecológicos, socioculturais e econômicos específicos em que se encontram. Nele é incluído o direito à educação adequada, participação e incentivo à conexão entre camponeses e pesquisadores científicos. O artigo 26º estabelece direito à cultura e à expressão cultural em suas mais diversas formas.

O artigo 8º garante o direito à manifestação política, o 9º o direito à organização social, como sindicatos, associações, cooperativas, e o 10º diz respeito às organizações e territórios autônomos. Os artigos 11º e 19º estabelecem os direitos sobre transmissão de conhecimento, proteção aos saberes tradicionais, incluindo partilha de benefícios de conhecimento e recursos fitogenéticos, participação na

decisão sobre conservação e uso sustentável desses recursos e direito de trocar ou vender.

O artigo 16º estabelece o direito à qualidade de vida, através do acesso a ferramentas, tecnologias, transporte etc. com preços que lhes garantam rendimento. O artigo 23º estabelece formas de acesso garantido à saúde, e à proteção dos insumos e modo de fazer medicamentos tradicionais, além das demais práticas tradicionais de saúde.

O artigo 17º estabelece o direito à terra, individual ou coletivamente, com direito à gestão dos recursos hídricos, como corpos d'água, mares costeiros, pesca, pastagens e florestas, e rigidez contra discriminação ao acesso à terra, como mudança do estado civil, falta de capacidade jurídica ou recursos financeiros. Já o artigo 24º dá direito à moradia adequada e proteção contra despejos forçados, assédio e outras ameaças. Proíbe retirar camponeses de suas terras. Mas entende que, se o despejo for inevitável, os Estados devem assegurar compensação justa e equitativa. No artigo 12º, há diretrizes para garantir os direitos à assistência jurídica, à defesa, à proteção assistida.

Já no artigo 15º são estabelecidas maneiras de fomento à soberania alimentar, através da erradicação da fome, mas também garantindo o direito dos camponeses de definir os próprios sistemas alimentares e agrícolas, através de práticas sustentáveis e ecologicamente corretas.

Essa declaração, com todas as ressalvas sobre os limites de qualquer declaração e sua concretização pelos Estados-membros, demonstra: (i) a importância de garantia de direitos básicos aos segmentos camponeses pela histórica perseguição e de enfrentamento contra o sistema hegemônico; (ii) a força da organização do campesinato na política internacional em pleno século XXI; (iii) alicerces, mesmo que tardios, para constituição de direitos básicos e específicos de um modo de vida que corresponde diretamente a quase um bilhão de pessoas no mundo; e (iv) possibilidades da sinergia benéfica intrínseca da reprodução do campesinato para a sociedade.

O campesinato enquanto unidade política almeja conquistas para além de sua própria sobrevivência. Observando as principais pautas de agenda de luta do movimento internacional La Vía Campesina, são listados: (i) soberania alimentar para os povos; (ii) garantia de acesso à terra, água e defesa de territorialidades; (iii) ações

pela paz mundial; (iv) agroecologia e sementes crioulas; (v) justiça climática e ambiental; (vi) direito de camponeses, trabalhadores migrantes e assalariados; (vii) regularização do mercado alimentar; e (viii) fim do patriarcado (LA VÍA CAMPESINA, 2022). Soma-se à lista a luta pela educação pública, universal, gratuita e de qualidade, frente impulsionada pelo MST, que é vinculado a La Vía Campesina, e atua na esfera internacional.

Os circuitos camponeses autônomos expressam em suas características, observadas pela qualidade dos seus fatores de produção e circulação, nítidos desvinculamentos com a cadeia de produção capitalista global, o que poderia sugerir que seu objetivo seja, de fato, como Ploeg (2008) observou, o autoabastecimento. Contudo, o campesinato, para além das suas representações em movimentos sociais, está fundamentado em um modelo de produção cuja existência e reprodução germinam e cultivam possibilidades de luta, conquistas concretas, produção de espaços. Traz ao cenário de disputas de interesse, um conjunto de pautas que se soma à força de outros grupos anti-hegemônicos, no enfrentamento aos processos de despossessão alavancados pelo avanço das formas de acumulação de capital. Como diz Ianni (1985:106) o "movimento social camponês pode ressoar longe, mesmo sendo local, regional", entendo que os circuitos autônomos, ao contrário do que convencionalmente se atribui ao termo *autonomia*, sejam extensivos, ultrapassando as territorialidades da comunidade, extrapolando espacialmente os circuitos estabelecidos com os consumidores, alcançando virtualmente esferas que sequer notam a existência do campesinato.

Essa existência, invisibilizada ou não, se estende espacialmente, produzindo e reproduzindo o espaço nas unidades camponesas, comunidades, acampamentos, ocupações, assentamentos de reforma agrária. Estende-se materialmente através da circulação de seus produtos alimentares, processados, artesanais, em toda sua diversidade de objetos em mercados comunitários, seccionais, em rede ou globais. Estende-se culturalmente pela reprodução do modo de vida, pelos códigos subjetivos da campesinidade, pela manutenção dos mecanismos da coprodução com a comunidade em atividades urbanas, ou não. Estende-se ideologicamente através de movimentos sociais, frentes de luta, definições de agendas políticas, e da força histórica de organização social para transformação. Estende-se, também, virtualmente no conjunto complexo de redes articuladas, a partir de núcleos

descentralizados de resistência, com a luta direta ou não contra a hegemonia capitalista.

Os circuitos autônomos, cuja especificidade própria de se organizar e se reproduzir, poderiam lhe dar também a qualidade de autênticos, são fruto do contínuo processo de recampesinização, através da conquista de maneiras de se manter, ou da conversão de camponeses integrados e dependentes. Essa ação tem o duplo processo de demanda e transformação do meio no qual se reproduzem. Tal como observou Ianni (1985: 108-109) o caráter radical do campesinato reside

no obstáculo que representa a expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, a produção de valor, o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho e cunho comunitário.

Entende-se, dessa forma, que o objetivo dos circuitos autônomos seja a recampesinização extensiva, pois segue continuamente o processo de reinvenção para manutenção do modo de vida, com ações que se estendem para além de suas fronteiras de atuação direta, criando virtualmente possibilidades alternativas ao sistema hegemônico, incluindo outros segmentos da sociedade, ocupadas em outras formas de existência.

A recampesinização extensiva é a realização prática e virtual dos circuitos camponeses na sua plenitude autônoma, que dá movimento em direção à possibilidade da utopia camponesa, considerada por Ianni (1985) fruto da projeção abstrata da comunidade camponesa na constituição de um possível futuro.

Apesar de indicada como objetivo dos circuitos autônomos, não exclui os demais circuitos camponeses, pois corresponde à força intrínseca do princípio camponês, entendida por Ploeg (2008) como uma noção emancipatória, que representa os potenciais implícitos no campesinato, que se refere “igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato” (idem, ibidem: 286), que se encontra “em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente” (idem, ibidem: 289). Dessa forma, uma simples prática de eliminar o uso de herbicidas, substituído por uma ferramenta mais eficaz e acessível — portanto, autônoma — se configura como uma “retro-inovação” (STUIVER, 2006 apud PLOEG, 2008), o que

representa a resistência própria do campesinato e a sua “multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império [Alimentar] como principal modo de ordenamento” (idem, *ibidem*: 289). A recampesinização extensiva carrega, dessa forma, uma força possível de transformação, à qual a sociedade, ciente das graves consequências da perpetuação do modo de produção hegemônico, deposita reais esperanças de aberturas de alternativas para construção de um mundo justo, sustentável e humano.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. **Cartografia social e dinâmicas territoriais. Marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ**, p. 9-45, 2010.
- ALMEIDA, D. A. O. Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Belo Horizonte: 2016. 438p. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.
- ALMEIDA, A.W. B. Terras de preto. Terras de santo. Terra de índio. **Cadernos NAEA, UFPA**, p. 165-196, 1989.
- ALMEIDA, M. T. B. A dinâmica eco-geopolítica da fome e as relações de poder na governança global da segurança alimentar: a soberania alimentar como resistência: 2019. **Tese** (Doutorado). Universidade de Brasília, 2019.
- ALTIERI, M. A. El estado del arte de la agroecología: Revisando avances y desafíos. **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones**, v. 77, 2009.
- _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. – Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2004.
- ANDRIOLO, J. L. **Olericultura geral**. Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência-Editora UFSM, 2020.
- ANJOS, H; RIBEIRO, E. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 2, 2005.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura de. Direto da Roça. Subsecretaria de Segurança Alimentar: Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/direto-da-roca>. Acesso em: abr. de 2022.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. Em Aberto, v. 3, n. 20, 2011.
- _____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Boletín de Antropología Americana**, n. 44, p. 5-24, 2008.
- BRASIL. Decreto N°6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Art. 3 II. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em 5 de 2020.
- CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALIXTO, J. S; RIBEIRO, A. E. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras/MG, 9, 003, 2007.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.
- CASTILLO, R. Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucro-alcooleiro (complexo cana-de-açúcar) no território brasileiro. **Centro**, v. 289, n. 373,416, p. 543,310, 2009.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Estudos avançados*, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CHAVES, P. E. R.; NOVAES, A. C.; FERNANDES, M. S. Campesinato Feminino. In: Encontro dos Estudantes de Pedagogia: educação e compromisso social. IV EPED, 4, 2019, Abaetetuba-PA. **Anais**. Abaetetuba, 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974

COSTA, F. A.; Carvalho H. M. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, J. B. A.. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, v. 1, n. 3, p. 8-51, 2006.

COSTA, P. C. À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem no rio Jequitinhonha. **Dissertação**. UFMG/UNIMONTES: Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Montes Claros, 2018.

COSTA, P. C. Estratégias Camponesas no Semiárido Mineiro: água e produção de alimentos em Moça Santa, Alto Jequitinhonha. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de Minas Gerais: Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 2015.

COSTA, J.B.A. Cultura Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1 (3), 2005. pp. 8-45.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais: um olhar feminino sobre o feminino camponês. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2013.

CORAGGIO, J, L. Potenciar la Economía Popular Solidaria: una respuesta al neoliberalismo. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 4-18, 2018.

CORAGGIO, J. L. Ciudades sin rumbo. **Investigación urbana y proyecto popular**. Quito. **CIUDAD-SIAP**, 1991.

CRUZ, Maria Sirlene et al. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 15, n. 35 Abr., p. 90-120, 2020.

DALMORA, Eliane; BATISTA, Kauane Santos. Perda da autonomia nos agroecossistemas camponeses. **Revista Expressão Científica**. V. 3, nº 1, 2018.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DAYREEL, Carlos. O Semiárido Mineiro e a Movimentação dos Povos do Lugar na Luta pela Convivência com os Potenciais Culturais e Ecossistêmicos do Sertão Mineiro. Texto como contribuição ao **VIII ENCONASA**, realizado em Januária (Norte de Minas Gerais), junho de 2012.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.

DESMARAIS, Annette. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies/La Revue canadienne des études sur l'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 154-163, 2015.

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada**. 6a Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. J., Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019

FELÍCIO, M. J. O Território Imaterial do Campesinato. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ)** – volume 1. Estratégias e Ações. Belo Horizonte, 2017.

FRANÇA, Poliana Miranda. A cobertura verde como instrumento sustentável: estudo de caso da fazenda urbana de Belo Horizonte. **Monografia**. UFMG: Belo Horizonte, 2017.

GALIZONI, F. M. Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

GALIZONI, F. M. **A Terra Construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GESTA- Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais**. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em maio de 2022.

GRADE, M. MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. **Dissertação**. UFSC: Florianópolis, 1999.

GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F. **As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha**. Perspectivas: São Paulo, 1983.

GRAZIANO, E; A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. 1986. 294 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 13ª ed. Vozes. Petrópolis, 2011.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. science, 162. **Journal of Natural Resources Policy Research**, v. 162, n. 3, p. 243-253, 1968.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. 182p. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Moderna, 2015.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. **Revista da Universidade de São Paulo**, nº 2, São Paulo, 1985.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento: o que é**. IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=sobre>>. Acessado em outubro de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LA VÍA CAMPESINA. **¿Por qué luchamos?/ ¿A que nos enfrentamos?** Disponível em: <https://viacampesina.org/es/>. Acesso em junho de 2022.

LAMARCHE, H. et al. A agricultura familiar. **Campinas: Editora da UNICAMP**, 1993.

LEROY, J. P. **Mercado ou Bens Comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. MAIA, M; MALERBA, J. (org). Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016.

LIMA, V; PERUCHI, F; TEREZA, M.; GALIZONI, F. Secas e S'águas: uma avaliação sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. 2006. 57 p. **Monografia** (Graduação Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

TONUCCI, J. B. M. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do Plambel e do PDDI-RMBH**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento...** Os Pensadores, v. 43, 1976.

MALVEZZI, Roberto. Semi-árido. **Uma Visão Holística–Brasília: Confea**, 2007.

MALUF, R. S; ZIMMERMANN, S. A. Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 48-77, 2020.

MARICATO, E. et al. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p. 121-192, 2000.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**, 2004.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Anais**, 2002.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, v. 2, 1981.

MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2012.

MAZOYER, M.; ROUDART, L.. História das agriculturas no mundo. **Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas [1925]. **Sociologia e antropologia**, v. 2, 2003.

MCGEE, Terence G. The persistence of the Proto-Proletariat: Occupational structures and planning the future of third world cities. **Progress in Geography**, v. 9, p. 1-38, 1976.

MENCIO, M.; ZIONI, S. A caracterização das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas pelo IBGE: limites e avanços do Estatuto da Metrópole. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2017.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICHAELLIS, UOL **Dicionário**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em outubro, 2020.

MONTE, A. L. Z. Sintropia em agroecossistemas: subsídios para uma análise bioeconômica. **Dissertação** de mestrado (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, v. 1994, p. 169-181, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. **OLIVEIRA, MP et al**, p. 128-140, 2008.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. In. CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 53, n. 1, 2012.

MST: Nossa História. **Movimento Sem Terra**, 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: agosto de 2021.

NASCIMENTO, A. C; ROCHA, R. G; MENDONÇA, M. R.. Movimentos contra-hegemônicos: o papel da mulher na agricultura campesina. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214-233, 2018.

NERE, R. A; COSTA, P. C; OLIVEIRA, J. A. Os Efeitos da Modernização Agrícola: o avanço da silvicultura no Vale do Jequitinhonha – MG. **Anais**. SINGA: João Pessoa/PB, 2013.

NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos sociedade e agricultura**, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

_____. Agricultura Brasileira. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. Edusp, 1996.

OLIVEIRA, A. M.; COSTA, H. S. M. A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 538-555, 2018.

OSTROM, E. Reformulating the commons. **Swiss Political Science Review**, v. 6, n. 1, p. 29-52, 2000.

PANTOJA, Mariana Ciavatta; COSTA, Eliza Lozano; POSTIGO, Augusto. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, 2010.

PAULA, J. S.; FERNANDES FILHO, J. F. A Agroindústria Rural Artesanal em Minas Gerais. In: RIBEIRO, E. M. (org.) **Engenho à mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2019

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PETERSEN, P. F. Modelização de Agroecossistema — proposta de padronização dos diagramas de fluxo (Documento elaborado para padronização dos procedimentos adotados pela AS-PTA), 2010.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora: Porto Alegre, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, v. 2, 2006.

POULAIN, J. P; **Sociologias da Alimentação: Os comedores e o espaço social alimentar**. Tradução de Rossana Proença, Carmen Rial e Jaimir Conte. UFSC: Florianópolis, 2004.

PUGAS, A. S. Agroecologia e Comercialização de Alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores? **Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas: Florianópolis, 2018.

PUIATTI, M. **A Arte de Cultivar Hortaliças**. UFV, CEAD: Viçosa, 2019.

QUEIROZ, M. D. P. **Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo. Alfa-Omega, 1976

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. Editora Taq. São Paulo, 1988.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Sociedade e Política Ediciones: Lima, 1988.

RIBEIRO, R; COSTA, P. C. O que Dizem (ou Não) Aqueles que Praticam a Agricultura Urbana? Estudo a partir de duas racionalidades diferentes. V Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas. **Anais...** Montes Claros, 2018.

RIBEIRO, E. M. **Engenho à mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2019

RIBEIRO, E. M. et al. O engenho na Mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro. **Relocalizando**, v. 8, n. 3, p. 12, 2011.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H. A. Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **Encontro Brasileiro de Estudos da População (Ouro Preto, 2002) e ao XLI Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 2003.

RIBEIRO, E. M., ARAUJO, D. P., GALIZONI, F. M., FREITAS, C. S., & AYRES, E. B. **Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do vale do Jequitinhonha. Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. São Paulo: Alínea, p. 229-251, 2007.

RIBEIRO, E. M. et al. Mercados Urbanos De Cidades Rurais: Ação Pública, Comércio, Receitas E Consumo Em Feiras Livres Do Jequitinhonha. In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

RIBEIRO, E.M., GALIZONI, F.M., CALIXTO, J.S., ASSIS, T.R., AYRES, E.B., SILVESTRE, L.H. "Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha." **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 7, N. 2, nov 2005.

RIBEIRO, E. M; et al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 5-9, 2005.

RODRIGUES, R. S.; TUBALDINI, M. A. Agricultura metropolitana e sustentabilidade de Mário Campos-MG. **Anais**, p. 1-25, 2016.

RUGIU, A. S.. **Nostalgia do mestre artesão**. Tradução: Maria de Lourdes MenonCampinas, SP: Autores Associados, 1998.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Revista Tomo**, 2004.

SACHS, W. Globalización y sustentabilidad. **World Summit Papers of the Heinrich Böll Foundation**, v. 6, 2001.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, p. 6-43, 1978.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SANTILI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. **São Paulo: Peirópolis**, 2005.

SANTOS, A. J. S. Um Programa, contextos distintos: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha. **Dissertação**. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós graduação em Sociedade, Ambiente e Território. UFMG/Unimontes: Montes Claros, 2017

SANTOS, A. L. Agroecologia e Campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no Assentamento Contestado, Lapa-PR. **Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas: Florianópolis, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 3ª ed. HUCITEC: São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna Rego Viana. 2ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M.. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, J. R; SOARES, P. R. R; FONTOURA, L. M. Um estudo sobre a especialização produtiva e reprodução da agricultura camponesa e do espaço agrário em São José do Norte (RS). Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

SANTOS, J. R; SOUZA, S. T; CONCEIÇÃO, A. L. (Des) Considerações da Esquerda Intelectual Brasileira Sobre o Campo e o Campesinato. **Revista GeoNordeste**, n. 3, p. 185-204, 2019.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SCARLATO, F. C. O Espaço Industrial Brasileiro. In.: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. 5 ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 273-292, 2009.

SILVA, Y. L. et al. A produção animal na economia da agricultura familiar: Estudo de caso no semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 35, n. 1, p. 53-74, 2018.

SILVA, Daniel Ferreira da et al. **Sistemas Agrários e Agricultura no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2014. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Santa Maria.

SILVA, J. G. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro: Implicações para as Políticas Públicas. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p 37-50, 2001.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2012.

SHANIN, T. **Campeiros y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHIVA, V. Recursos naturais. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne et al. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 300-316, 2000.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

TEIXEIRA, S. A. et al. O bordão do pobre: um estudo sobre o gado como estratégia econômica para uma população minifundiária no Rio Grande do Sul. **Tese** (doutorado). Unicamp, 1976.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 74-87, 2018.

TORKESSON, Å. O Género na Conservação da Biodiversidade agrícola. In: FAO, **LEITURAS CHAVE**, 2003.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

VIANNA JR, Aurélio. Destinação de terras públicas devolutas e terras comunitárias na Amazônia. **Mobilização social na Amazônia**, v. 20, p. 109, 2014.

VIEIRA, F. B. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico. **Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

WOLF, Eric Robert. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, n. 1966, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades" pesqueiras" do nordeste**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1991.

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A U; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, p. 133-143, 2004.

Apêndice A – Questionário do Espaço de Circulação

QUESTIONÁRIO | ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO

Local da entrevista _____ Data _____ Quest. Nº _____ Foto _____

Naturalidade: _____ Local onde mora _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo nesta ocupação/nesse local _____ Frequência: _____ Outra ocupação: _____

Relação de trabalho: _____ Divide trabalho alguém? _____

Selecionar 3 produtos de mais importância + 2 produtos a minha escolha:

	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
1. Nome					
2. Procedência					
2.1. Município/ localidade					
3. Modificação					
4. Estado do produto à venda					
5. Circuitos de venda					
SOMENTE PARA PRODUÇÃO PRÓPRIA OU DE ALGUMA MODIFICAÇÃO					
6. Acesso aos recursos primários					
7. Meios de produção					
8. Divisão do trabalho					
9. Local de produção					

2. Procedência Produção própria - 1 Produção de familiar - 2 Produção comunitária - 3 Revenda - 4	3. Modificação Nenhuma - 1 Agrupamento em unidade - 2 Limpeza/triagem/fragmentação - 3 Adição com outros elementos - 3 Transformação - 4	4. Estado do produto à venda Natureza - 1 Misturado - 2 Transformado - 3 Industrializado - 4	5. Circuitos de venda Autoconsumo - 1 Feiras - 2 Ambulante - 3 Propriedade - 4 Atravessadores - 5
6. Acesso a recursos primários (elemento principal/água/energia) Extraído da propriedade - 1 Extraído de áreas comuns - 2 Resíduo de outras atividades - 3 Comprado - 4	7. Meios de produção Nenhuma - 1 Ferramentas manuais - 2 Equipamento elétrico - 3 Equipamento e combustível fóssil - 4 Equipamento à biomassa - 5	8. Divisão do Trabalho Solteiro - 1 Familiar - 2 Comunitário - 3 Assalariado - 4	9. Local de produção Domiciliar - 1 Anexo domiciliar - 2 Espaço e equipamento comunitário - 3 No espaço de venda - 4

Quantos por cento equivale a renda total da família? _____

Como são os gastos com produção _____

Como são os gastos com a venda _____

Costuma comprar algo desses circuitos citados (item 5)? O quê? _____

Contato | Nome: _____ Telefone: _____ (apenas se concordar com a visita à unidade)

Apêndice B – Questionário do espaço de produção

QUESTIONÁRIO | ESPAÇO DE PRODUÇÃO

Questionário N° _____ Data _____ Local _____ Nome: _____

TRABALHO

1- Quem RESIDE na unidade?

Nome	Idade	Ocupação Principal	Outras ocupações	Vínculo parental	Vínculo trabalhista	Benefício do governo?

2- Quem TRABALHA na unidade? [Marcar X na tabela acima e preencher abaixo apenas com que não mora]

Nome	Idade	Ocupação Principal	Outras ocupações	Vínculo pessoal	Vínculo trabalhista	Benefício do governo?

3 - Principais fonte de renda da família _____

4- Principais gasto da família _____

5. PRODUÇÃO | O que produz e qual sua destinação:

Nº	PRODUTO	AUTOCONSUMO (%)	VENDA (%) E ONDE	TROCA/DOA(%) PARA QUEM
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

1. TECNOLOGIA	2. TRABALHO
A. Como que faz esses produtos? B. Como aprendeu a produzi-los? C. Há algum jeito próprio de fazer? D. Já ensinou alguém?	A. Quanto tempo você gasta produzindo? B. Quanto tempo demora para ficar pronto? C. Quem faz o quê? (da produção à venda)
3. ESPAÇO	4. RECURSOS NATURAIS
A. Onde são produzidos? B. Esse local é bom para produzir? C. Ele é usado para alguma outra coisa? D. Alguém mais usa esse espaço?	A. O que precisa de matéria-prima para produzir? B. Onde consegue a matéria-prima? C. O que precisa comprar para produzir? D. Há alguma forma de evitar gastos? E. Há alguma preferência de onde comprar? Por quê?
5. RECURSOS ENERGÉTICOS	6. RECURSOS HÍDRICOS
A. Gasta algum tipo de energia para produzir? B. Qual é a mais usada na produção? C. Qual é a mais cara para usar? D. Já faltou alguma energia? E. Há alguma forma de evitar gastos?	A. Usa água para produzir? B. O que mais gasta água? C. De onde vem a água? Fica caro? D. Já faltou água para alguma coisa? E. Há alguma forma de evitar gastos?
7. RECURSOS FINANCEIROS	8. SUBJETIVIDADE
A. Para produzir foi preciso algum empréstimo? B. A renda sustenta a produção? C. Há alguma dificuldade financeira para produzir?	A. Por que produz esses produtos? B. Gosta de produzir? C. O que poderia ser feito para ajudar sua produção?
9. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	10. TERRITÓRIO
A. Participa de alguma associação ou grupos de discussão? B. Tem alguma ajuda de familiares ou vizinhos?	A. Alguém mais produz o mesmo tipo de produto na região? B. Alguém vende esse mesmo produto na região? C. Alguém da região compra seus produtos? D. Você compra algum produto produzido na região?